

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

KLEBER CARVALHO DOS SANTOS

HETEROGENEIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE SUSTENTO:
A EXPERÊNCIA DA INTERVENÇÃO PLANEJADA NA ETAPA I DO PROJETO
JAÍBA, MINAS GERAIS

Porto Alegre, RS

2013

KLEBER CARVALHO DOS SANTOS

**HETEROGENEIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE SUSTENTO:
A EXPERIÊNCIA DA INTERVENÇÃO PLANEJADA NA ETAPA I DO PROJETO
JAÍBA, MINAS GERAIS**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como pré-requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. João Armando Dessimon Machado

Série PGDR/DINTER – Tese n.º 02

Porto Alegre, RS

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Kleber Carvalho dos
Heterogeneidade nas estratégias de sustento: a
experiência da intervenção planejada na etapa I do
Projeto Jaíba, Minas Gerais / Kleber Carvalho dos
Santos. -- 2013.
309 f.

Orientador: João Armando Dessimon Machado.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Intervenção planejada. 2. Capacidade de
agência. 3. Projeto Jaíba. 4. Meios de sustento. 5.
Heterogeneidade. I. Machado, João Armando Dessimon,
orient. II. Título.

KLEBER CARVALHO DOS SANTOS

**HETEROGENEIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE SUSTENTO:
A EXPERÊNCIA DA INTERVENÇÃO PLANEJADA NA ETAPA I DO PROJETO
JAÍBA, MINAS GERAIS**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como pré-requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Porto Alegre, 09 de julho de 2013.

Banca examinadora:

Dr. Egon Roque Fröhlich
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr. Fábio Kessler Dal Soglio
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr. Renildo Ismael Félix da Costa
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

Dedico este trabalho a meu porto seguro: a minha família. A minha guerreira mãe Zilda. A minha amada esposa Kátia. A meus filhos sempre presentes: Gláuber-Luyara; Tátíla-Bruno. A meu neto Bernardo. As minhas irmãs, irmãos, cunhados e cunhadas participantes e aos sobrinhos queridos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa iluminar e realçar nomes de pessoas que contribuíram de forma inelutável para a construção da tese. Contribuições discursivas, afetivas, trocando significados, ideias, conceitos, ouvidos, ombros, mãos, olhares e até silêncios. Desta forma, todos que, de forma direta ou indiretamente, dedicaram o seu tempo a mim sintam-se agradecidos. Antes de iluminar os nomes da terra, agradeço o iluminador do meu caminhar: DEUS.

Destaco os amigos que dedicaram muito de suas vidas a minha: Professor João Armando Dessimon Machado, Professor Fábio Kessler Dal Soglio, Professor Egon Roque Fröhlich, Professor Gilmar Ribeiro dos Santos, Professor Renildo Ismael Félix da Costa, Professor Lovois Miguel, Prof. Charles Buteri e Professora Adriana Regina Corrent.

Aos amigos do DINTER: Ana, Beto, Cida, João, Ronaldo, Vilson, Cláudio, Valkennedy, Marilza, Terezita, André e Alessandro.

Aos amigos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

Aos servidores do PGDR, destacando duas pessoas incrivelmente maravilhosas, com M maiúsculo, Marlene e Marilene.

Aos professores do PGDR da UFRGS.

De forma especial, agradeço a todos os interlocutores (CIs e MIs) por compartilharem as suas experiências, vivências, casas e as Unidades Familiares Rurais comigo.

Agradecimentos institucionais: CAPES, UFRGS e IFNMG.

RESUMO

O plano de intervenção planejada dirigido ao Projeto Jaíba (PJ) e elaborado pelas agências de desenvolvimento atendeu à recomendação de mudança de beneficiários determinada pelo Banco Mundial. A pretensão inicial das agências era acolher empresários rurais e, a partir da atividade desses, gerar empregos às famílias rurais locais, para, sob a responsabilidade da CODEVASF e RURALMINAS, assentar aqueles que seriam empregados e transformá-los em empresários rurais sob o estilo de agricultura irrigada. O Projeto Jaíba apresenta contexto favorável à pesquisa, pois foi contemplado com estruturas similares e esperavam, seus idealizadores, acolherem respostas similares dos envolvidos ao processo de intervenção planejada. Além de sua população, está sendo afetado por mais de 25 anos por duas políticas públicas: a constituição de um perímetro de irrigação com o intuito de modernização da agricultura e outra de assentamento rural. O interesse da pesquisa deu-se em compreender por que os Colonos Irrigantes (CIs) adotam estratégias de diversificação mesmo quando submetidos a uma forte pressão por homogeneização dos seus meios de sustento. Para responder ao questionamento, foi realizada pesquisa de campo, tendo como aporte teórico a Perspectiva Orientada aos Atores – POA. A alquimia entre o aporte teórico e os dados recolhidos por meio de questionário semiestruturado, entrevista em profundidade, observação não participante e análise documental permitiu compreender a organização do PJ não como um plano físico ou um plano de ação controlada pelos idealizadores que determinariam o seu funcionamento, e sim como arranjos sociais compostos pelas partes envolvidas, estando presentes os Colonos Irrigantes, Mediadores Institucionais (MIs) e as organizações locais e a distância. Também, permitiu averiguar a ocorrência de lutas e negociações entre atores com diferentes visões, interesses sociais, estratégias, interface de conhecimento e experiência, estabelecendo espaço de manobra, rompendo-se com a possibilidade de antecipar em um plano o jogo e seus resultados. Concluiu-se que o plano idealizado não se realizou de forma linear e executado por indivíduos vazios, ao contrário, os Colonos Irrigantes transformaram o plano em processo dinâmico e negociado socialmente. Deste modo, mesmo diante de intervenção planejada com estabelecimento de resultados prévios, os Colonos Irrigantes do PJ ampliaram a heterogeneidade dos seus meios de sustento e, em muitos momentos, fizeram diferente e fizeram a diferença. Assim, após mais de 25 anos de intensa intervenção planejada e com forte direcionamento em conformar os meios de sustento dos CIs em um sistema homogêneo e mercantilizado, direcionado principalmente à fruticultura, observa-se a diversificação tanto nos estilos de produzir quanto nas estratégias de inserção no mercado e modos de viver. Extraem-se como proposições que as agências de desenvolvimento deveriam afastar-se de estratégias de replicar experiências identificadas e avaliadas como exitosas, transformando-as em plano ou receituário indicativo de ser generalizado em outros territórios.

Palavras-chave: Intervenção planejada. Capacidade de agência. Projeto Jaíba. Meios de sustento. Heterogeneidade.

ABSTRACT

The planned intervention plan designed for the Jaíba Project prepared by development agencies met the recommended changes of beneficiaries determined by the World Bank. The initial intention of these agencies was to welcome rural entrepreneurs and generate jobs for local rural families in their activities for, under the responsibility of CODEVASF and RURALMINAS, settle those who would become employees and turn them into rural entrepreneurs working with irrigated agriculture. The Jaíba Project presents a favorable scenario for research, since it was contemplated with similar structures and its creators wished to receive similar responses from those involved in the process of planned intervention. Besides its population, [the project] has been affected for more than 25 years by two public policies: the establishment of an irrigation perimeter in order to modernize agriculture and another for rural settlements. The interest of the research was to understand why the Irrigation Settlers adopt agricultural diversification strategies even when subjected to a strong pressure for homogenization of their livelihoods. To this end, it was conducted a field research, having as theoretical foundation the Actor-Oriented Approach. The alchemy between the theoretical framework and the data collected through semi-structured questionnaire, in-depth interviews, non-participant observation and document analysis allowed us to understand the organization of the Jaíba Project not as a physical plan or a plan of action controlled by the developers that would determine its operation, but as social arrangements made by the involved parties, being present the Irrigation Settlers, Institutional Mediators and local and distant organizations. It also allowed to verify the occurrence of struggles and negotiations between actors with different views, social interests, strategies, interface between knowledge and expertise, establishing a leeway and breaking with the possibility of advancing in the plan all the game and its results. It was concluded that the designed plan was not realized linearly nor run by empty individuals, on the contrary - the Irrigation Settlers transformed the plan into a dynamic and socially negotiated process. Thus, even before the planned intervention with previously established results, the Irrigation Settlers of the Jaíba Project widened the heterogeneity of their livelihoods and in many different times they made the difference. Thus, after more than twenty-five years of intensive planned intervention with a strong orientation to conform the livelihoods of the Irrigation Settlers in a homogeneous, commodified system directed mainly at fruit production, diversification is observed both in kinds of production and in strategies for entering the market and ways of living. As propositions, it is noticed that development agencies should move away from strategies that merely replicate experiments identified and evaluated as successful, transforming them into prescription plans recommended for being generalized in other territories.

Keywords: Planned Intervention. Agency capacity. Jaíba Project. Livelihoods. Heterogeneity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Localização do Projeto Jaíba	86
Figura 2	- A idealização do processo de intervenção planejada.....	106
Figura 3	- I Fase – Aprendizagem Assistida proposta para Projeto Jaíba	117
Figura 4	- Fase II - A lógica da cogestão proposta para o Projeto Jaíba	120
Figura 5	- III Fase - preparação para a saída e emancipação dos Colonos Irrigantes do Projeto Jaíba	125
Figura 6	- Localização da Etapa I e as suas glebas	131
Figura 7	- A dinâmica da constituição dos meios de sustento pelos Colonos Irrigantes do Projeto Jaíba	149
Figura 8	- As relações do fruticultor monocultor no Projeto Jaíba	212
Figura 9	- As relações do monocultor de sementes no Projeto Jaíba	218
Figura 10	- As relações do CI arrendatário no Projeto Jaíba.....	221
Figura 11	- As relações do CI pluriativo no Projeto Jaíba.....	224
Figura 12	- As relações do Colono Irrigante criador de gado no Projeto Jaíba	235

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Origem dos Colonos Irrigantes admitidos no Projeto Jaíba	120
Gráfico 2	- Forma de plantio dos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba	137
Gráfico 3	- Motivação para a prática da atividade dos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba	138
Gráfico 4	- Tipo de moradia/propriedade ocupada pelos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba	139
Gráfico 5	- Motivação para a venda dos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba	140
Gráfico 6	- Obtenção de informação antes da comercialização pelos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba	141
Gráfico 7	- Forma de criação de animais dos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba	141
Gráfico 8	- Formas de financiamento da produção adotadas pelos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba	143
Gráfico 9	- Atividade exercida pelos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba	144
Gráfico 10	- Locais onde os admitidos realizavam as suas atividades produtivas antes da entrada no Projeto Jaíba	145
Gráfico 11	- Escolaridade dos Colonos Irrigantes ao chegarem ao Projeto Jaíba	146
Gráfico 12	- Escolaridade dos Cônjuges dos Colonos Irrigantes ao chegarem no Projeto Jaíba	147
Gráfico 13	- Tempo de ocupação de lote no Projeto Jaíba em 2012	174
Gráfico 14	- Motivação para o exercício da atividade pelos Colonos Irrigantes em 2012	181
Gráfico 15	- Quantidade da produção destinada ao consumo familiar pelos Colonos Irrigantes do Projeto Jaíba em 2012	182
Gráfico 16	- Forma de ocupação da área no Projeto Jaíba pelos Colonos Irrigantes em 2012	193
Gráfico 17	- Atividade predominante em relação à escolaridade – filha em 2012	200

Gráfico 18	- Atividade predominante em relação à escolaridade – filho em 2012	200
Gráfico 19	- Utilização de itens tecnológicos e de gestão pelos Colonos Irrigantes do Projeto Jaíba em 2012	201
Gráfico 20	- Aquisição de máquinas por grupo estratégico no Projeto Jaíba em 2012	202
Gráfico 21	- Área utilizada para criação de animais pelos Colonos Irrigantes em 2012	233
Gráfico 22	- Formas de custeio da atividade utilizadas pelos Colonos Irrigantes em 2012	242
Gráfico 23	- Tempo de ocupação da área pelos Colonos Irrigantes do Projeto Jaíba	271
Gráfico 24	- Contração de mão de obra externa pelos Colonos Irrigantes em 2012	273
Gráfico 25	- Percepção das condições de vida pelos Colonos Irrigantes do Projeto Jaíba	274

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição dos interlocutores, forma de escolha e instrumento utilizado	.88
Quadro 2 - Conceitos teóricos, noções e expressões	96
Quadro 3 - Associações no Projeto Jaíba	265

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Descrição das Glebas da Etapa I do Projeto Jaíba	87
Tabela 2	- Escolaridade dos Colonos Irrigantes admitidos no Projeto Jaíba	134
Tabela 3	- Evolução dos principais plantios no Projeto Jaíba	164
Tabela 4	- Estratégias produtivas construídas pelos CIs no PJ	184
Tabela 5	- Tempo de ocupação da área em relação ao plantio por grupos estratégicos em 2012	190
Tabela 6	- Relação entre área plantada por grupos estratégicos em 2012	196
Tabela 7	- Motivação para a realização da atividade por grupos estratégicos em 2012	198
Tabela 8	- Contratação de mão de obra por grupo estratégico em 2012	202
Tabela 9	- Principais cultivos no Projeto Jaíba em 2012	211
Tabela 10	- Produção de plantios tradicionais e fruticultura no PJ em 2012	276

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASLIM	– Associação dos Produtores de Limão do Jaíba
ATER	– Assistência Técnica Rural
BM	– Banco Mundial
BNB	– Banco do Nordeste do Brasil
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	– Colonos Irrigante
CEAGESP	– Companhia de Entrepósitos de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo
CEASAS	– Centrais Estaduais de Abastecimento
CENTRALJAI	– Central de Associações dos Produtores Rurais do Projeto Jaíba
CMDRS	– Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CODEVASF	– Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONAB	– Companhia Nacional de Abastecimento
CHESF	– Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco
CVSF	– Comissão do Vale do São Francisco
DAP	– Declaração de Aptidão de Produtor
DNOCS	– Departamento de Obras Contra as Secas .
DIJ	– Distrito de Irrigação do Jaíba
DINTER	– Doutorado Interinstitucional
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
EMBRATER	– Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER	– MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
GEIDA	– Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário
GTDN	– Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IICA	– Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
IFNMG	– Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
INIC	– Instituto Nacional de Colonização e Irrigação

IOCS	– Inspetoria de Obras Contra as Secas
IFOCS	– Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
INIC	– Instituto Nacional de Colonização e Irrigação
JICA	– Japan International Cooperation Agency
MIs	– Mediadores Institucionais
MI	– Ministério da Integração Nacional
ONGs	– Organizações Não Governamentais
PAA	– Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar
PGDR	– Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PIN	– Programa de Integração Nacional
PLENA	– Consultoria de Engenharia Agrícola.
POA	– Perspectiva Orientada aos Atores
PPI	– Programa Plurianual de Irrigação
PROEMA	– Programa de Emancipação
RURALMINAS	– Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento
SETEC	– Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUDENE	– Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE	– Superintendência do Vale do São Francisco RURALMINAS
UFRGS	– Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFR	– Unidade Familiar Rural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	22
2.1	O PROBLEMA	22
2.2	HIPÓTESE, DESDOBRAMENTOS E OBJETIVOS	27
3	REVISÃO TEÓRICA.....	30
3.1	A INTERVENÇÃO PLANEJADA: DIVERSIDADE DE ATORES E ESTRUTURA NA CONSTITUIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL ..	30
3.1.1	Diversos olhares sobre a face econômica do desenvolvimento (rural).	30
3.1.2	Outros olhares sobre o mundo multifacetado do rural	35
3.1.3	Intervenção planejada sob o olhar da POA: processo contínuo, construído e negociado socialmente	51
3.2	A CONSTITUIÇÃO DE MEIOS DE SUSTENTO NA REGIÃO NORTE MINEIRA DO RIO SÃO FRANCISCO	71
3.2.1	A constituição heterogênea dos meios de sustento no norte de Minas Gerais.....	72
3.2.2	A seca no centro das pretensões da intervenção planejada	76
3.2.3	A irrigação como política pública.....	78
4	METODOLOGIA.....	84
4.1	A ABORDAGEM QUALITATIVA E O EMPÍRICO PROJETO JAÍBA.....	84
4.2	A FASE EXPLORATÓRIA DO LÓCUS, A AMOSTRA, OS INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS E ATORES.....	87
4.3	A OPERACIONALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	90
4.4	OS PERCURSOS NO LÓCUS DA PESQUISA: A INTERLOCUÇÃO COM AS PARTES ENVOLVIDAS E AS OBSERVAÇÕES	91
4.5	A ANÁLISE DOS DADOS: JUNÇÃO TEORIA E DADOS.....	93
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	98
5.1	A IDEALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PLANEJADA PARA O PROJETO JAÍBA.....	98
5.1.1	A intervenção planejada: os bastidores	98

5.1.2	A intervenção planejada e as suas etapas: um <i>script</i> anunciado em atos.....	105
5.1.3	O processo de admissão e as experiências carreadas para o PJ	130
5.2	AS ARENAS CONSTITUÍDAS NO PROCESSO DE INTERVENÇÃO PLANEJADA NO PJ	147
5.2.1	O confronto de visões: o plano e a dinâmica da produção em interface	148
5.2.2	Aprendizagem gnosiológica: da produção de sequeiro ao estilo irrigado.....	151
5.2.3	PJ a preço de bananas: a experimentação produtiva conduzida pelos Cls	162
5.2.4	A aprendizagem ontológica: produzir para além da subsistência....	173
5.2.5	As estratégias: entrelace de velhas e novas formas de vida e comercialização na constituição dos meios de sustentos no PJ.....	210
5.2.6	Modos de vida: formas associativas, identidade e emancipação	248
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	280
	REFERÊNCIAS	290
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os Colonos Irrigantes.....	299
	APÊNDICE B – ENTREVISTA COM OS COLONOS IRRIGANTES	300
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com os Mediadores Institucionais	307
	APÊNDICE D – Lista de nós NVivo para categorização	308

1 INTRODUÇÃO

O empreendimento denominado Projeto Jaíba (PJ) versar-se de uma iniciativa estatal operacionalizada por ações conjunta da União – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e do Governo de Minas Gerais – Fundação Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário – RURALMINAS. Trata-se do maior projeto de irrigação em área contínua da América Latina e localiza-se entre os rios Verde Grande e o São Francisco, a norte de Minas Gerais. Foi idealizado para ser implantado em quatro etapas, sendo a Etapa I, foco do presente trabalho, composta de 1.828 lotes ocupados por agricultores familiares (SOARES, 1999). Da idealização ao início do funcionamento efetivo do projeto em 1998, com o assentamento dos primeiros CIs, passaram-se trinta anos e foi investido, aproximadamente, meio bilhão de dólares, restando, ainda, as Etapas III e IV para serem concluídas (CODEVASF, 1994).

A intenção das agências de desenvolvimento envolvidas no processo de intervenção planejada, por meio dos seus mediadores institucionais, era transformar os estilos originais de produção dos agricultores assentados (a maioria tinha atividades de produção diversificada para a subsistência em sequeiro)¹ em empresários rurais no estilo de produção irrigada e mercantilizada de plantios de alto valor agregado, preferencialmente a fruticultura (GOMES, 1982).

Já a intencionalidade desta investigação é analisar as diferentes estratégias², práticas e razões que levam os CIs³ a estabelecerem trajetórias diversas de produzir, comercializar e viver dentro do PJ, mesmo quando submetidos a intervenção planejada e diante de condições estruturais similares.

Assim, investigar como os atores constituem seus meios de sustento, dentro de um espaço preparado e conduzido para a homogeneização de estilos de produção, comercialização e modos de vida, é efetivamente relevante. Ademais, compreender como esses atores posicionam-se diante da intervenção planejada – ou seja, se de

¹ Além do plantio de subsistência, os assentados vinham de trabalhos agregados em fazendas, de atividades de plantio de algodão, de produção de carvão vegetal e de práticas extrativistas.

² Consideram-se as estratégias como construídas, e não como planos de ação, e, sob esse ponto de vista, pertencem mais ao domínio do conhecimento e ao processo social que as preferências e intenções individuais (VRIES, 2001).

³ Atores receberão a designação neste trabalho de Colonos Irrigantes - CIs, tendo em vista terem sido afetados pelas políticas públicas de colonização e irrigação. Compõem também a Etapa I, empresários rurais na gleba denominada C2; esses não serão objetos da presente análise.

forma passiva, assim, sendo encaixados ao fluxo; ou negociado dentro das redes de relações e inter-relações, dessa maneira, construindo ou adquirindo agência humana — torna o estudo ainda mais importante.

Ainda mais por se tratar o PJ de um espaço peculiar, pois foi afetado e continua recebendo processo de intervenção planejada para o desenvolvimento regional, tendo por centralidade duas políticas públicas: a) de irrigação – constituição de um perímetro irrigado com o intuito de modernização da agricultura; b) concomitantemente a uma política de assentamento na modalidade de financiamento dos lotes rurais. Todas as etapas foram constituídas sob forte orientação do Estado de Minas Gerais, do Governo Federal e com a participação direta do Banco Mundial (BM) e mediada pelos MIs.

Para a leitura das estratégias dos CIs dentro deste espaço privilegiado e tendo como direcionamento a intervenção planejada, tem-se como orientação a perspectiva orientada aos atores (POA). Essa perspectiva instiga e oferta novas possibilidades para compreender as intervenções planejadas para o desenvolvimento rural. Além de possibilitar a análise em profundidade das maneiras emaranhadas e diversas nas quais as antigas e novas formas de produção, comercialização e modo de vida entrecrocaram-se, com isso, gerando mudanças econômica, social e cultural.

Assim, torna-se relevante o estudo nessa perspectiva ao romper com as antigas análises que acolhem intervenção planejada apenas como plano idealizado em espaços externos cujos atores locais se tornam apenas executoras de uma idealização. Neste outro modo, a intervenção planejada é entendido como processo contínuo e negociado socialmente. Por consequência, permite compreender as negociações efetivadas dentro das teias dos acontecimentos e manifestas nas ações sociais presentes nas relações e inter-relações, interfaces, estratégias, disponibilização dos recursos e o poder de agência humana.

A proposta da presente investigação também vai além das investigações de cunho participativo por conta de buscar compreender os interesses vinculados às expectativas e projetos dos atores envolvidos. Pretendem-se entender a dinâmica dos CIs selecionados para serem transformados, porém entende estes como detentores de capacidade de agir (conhecimento e poder), antes e durante o processo de intervenção planejada, e não somente considera acontecer o

empoderamento⁴ após o início da intervenção. Deste modo, o caráter analítico é ampliado no sentido de compreender as complexas forças sociais e políticas envolvidas entre os agricultores (CIs) e os agentes de desenvolvimento (MIs). Em outras palavras, buscam-se as respectivas traduções realizadas pelos CIs em suas práticas sociais, comportamentos/orientações e interesses constituídos na teia dos acontecimentos.

De igual modo afasta-se da dualização das investigações neste campo, cujos estudos sobre intervenção planejada, de forma geral, vinculam-se a duas orientações com várias denominações: a) intervenção planejada, tutorial, *top down*, prescritiva, bancária, entre outras, de cunho macro; b) as de caráter micro, denominadas de participativas, educativa, comunicativas, *bottom-up* e libertárias, etc. A pretensão acadêmica do estudo é discutir a intervenção planejada centrada nos atores, acolhendo na discussão tanto as restrições estruturais quanto o poder de agência humana dos envolvidos. É sob essa circunstância que a abordagem teórico-metodológica – POA – contribuirá de forma positiva para desvelar o processo de intervenção planejada voltado ao desenvolvimento rural no PJ.

Ademais, possibilita entender a intervenção planejada não como um projeto deliberado e vinculado apenas à direção dos centros de poder. Significa acolher na discussão que os recursos criados ou acessados pela ação humana, as regras nos seus aspectos de significação e coerção no espaço-tempo, que moldam a ação social, permitem ao mesmo tempo a guarida das recomendações dos mediadores institucionais, como a possibilidade do estabelecimento de novas práticas de sustento pelos CIs. Esse novo caminho teórico-metodológico sustenta que “o discurso da intervenção planejada pode pertencer às instituições como o Estado, o Banco Mundial, porém são os atores (individuais e os mediadores institucionais) que o usam, os manipulam e os transformam” (LONG, 2007, p. 114) (sem grifo no original). Mesmo dando ênfase à ação dos atores envolvidos no processo de intervenção planejada, não se desconhece, a POA, que a própria prática do dia a dia esteja envolta em estrutura social, porém essa é afetada pelo poder de agência

⁴ Segundo Romano (2002, p. 17), o empoderamento é “uma abordagem que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento”; ou “um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade competência para produzir, criar e gerir.”.

humana construída ou adquirida pelos atores na tessitura das suas relações e inter-relações com os outros atores situados ou a distância.

Nesse sentido, o estudo poderá contribuir de forma positiva para a implementação de políticas públicas, produzindo conhecimento para decisões efetivas e valiosas dos gestores rumo à compreensão das novas formas de construção do desenvolvimento rural. Também, mesmo não desconhecendo a importância das análises sustentadas em categorias como recursos materiais, trabalho e capital, este estudo reveste-se de relevância por acolher os processos de desenvolvimento rural a partir da intervenção planejada e acatando os modos protagonizados pelos CIs de constituição dos seus meios de sustentos⁵.

Assim, empreende-se fuga de discussões já exploradas nas diversas pesquisas sobre intervenções no mundo rural, quando são assentadas como centralidade apenas os processos produtivos e o receituário de como se produzir por meios de processos racionais de produção e com empregos de tecnologias recomendadas. Essa nova visão de demonstrar que mesmo os atores submetidos a processos de intervenção direcionados à modernização das práticas dos seus meios de sustento são capazes de criar “espaços de manobras” estratégicas, seja de acatar, de transformar, de enriquecer e até de inovar, ampliando o modo de pensar as relações sociais constituídas no processo de intervenção planejada. Desta maneira, pode-se afirmar ser o tema desta tese: **a intervenção planejada na Etapa I do Projeto Jaíba como processo negociado de constituição diversificada de meios de sustento.**

Para discussão da temática, apresentam-se, na sequência, as principais questões envolvidas em cada um dos capítulos da tese, a qual se encontra organizada acolhendo a introdução descrita como o primeiro capítulo. Composta pelas motivações, as justificativas para realização da investigação e a indicação das contribuições. Também, ainda na introdução, justifica-se a opção da POA como ferramenta teórico-metodológica para a investigação da intervenção planejada idealizada e posta em prática pelas agências de desenvolvimento, utilizando-se de

⁵ Em atenção ao termo “sustento”, Long (2007, p.116) assevera não significar apenas ganhar a vida, mas engloba “estilos de vida/viver, e, portanto envolve optar entre distintos valores, assumir um *status* e um sentido de identidade *vis-à-vis* com outras pessoas”.

mediadores institucionais na Etapa I do PJ e da dinâmica de constituição dos meios de sustento pelos CIs quando afetados por intervenção planejada.

No segundo capítulo, estabelece-se a problematização da pesquisa, propõe-se a hipótese e seus desdobramentos como tentativa de explicar previamente o problema e indicam-se os objetivos geral e específicos da pesquisa.

O capítulo seguinte, o terceiro, centra-se na revisão teórica, para tanto, dividindo-a em duas seções. Na primeira, partido-se de uma breve apresentação das teorias estruturalistas do desenvolvimento rural, demonstram-se as fragilidades das mesmas para dar conta de explicar as atuações dos atores como capazes de mudar a realidade. Parte-se das teorias estruturalistas orientadas para discussão do mundo rural, passando por visões cuja centralidade vincula-se apenas às ações de uma das partes – intervenientes ou os beneficiados, chegando-se à POA. Essa perspectiva busca reconciliar estrutura e ação, dando-se, então, um tratamento mais aprimorado à mudança social ao focar a interconexão e mútua determinação de fatores internos e externos nas relações, bem como reconhecendo as realidades heterogêneas e as diversidades de estratégias dos vários atores. Também se discute, sempre dialogando como a POA: a) outras contribuições de Ploeg a essa perspectiva agregando as suas explicações sobre mercantilização, por conta desse conceito afetar a constituição dos meios de sustento; b) esclarece como a POA entende as ações dos mediadores institucionais; e c) traz para o bojo das discussões diálogos de Long com Giddens com o intuito de compreender como CIs e Mis, mesmo sob um contexto regrado, são capazes de criar espaços de manobras por conta da aquisição ou construção do poder de agência. Na segunda seção, focaliza-se a trajetória de constituição dos meios de sustento da população ao entorno da Mata da Jaíba, bem como se discute os motivos da elevação das políticas de irrigação e assentamento à condição de política pública. Faz-se a trajetória da escolha da Mata da Jaíba como espaço determinado para acolhimento, por meio de uma intervenção planejada, de um projeto público de irrigação.

No quarto, apresenta-se o percurso metodológico, sendo descrita a metodologia empregada na investigação, compondo-se: do método, o *locus* da pesquisa, o levantamento dos dados e a forma da análise.

No capítulo quinto, parte-se para a reconstituição da idealização do plano de intervenção planejada em suas etapas; expõem-se também os resultados pretendidos da intervenção planejada. Tem-se por intenção evidenciar que mesmo tendo sido a admissão dos CIs realizada sob critérios estritamente sociais, o plano da intervenção planejada foi desenhado e orientado para o objetivo de integrar os admitidos à produção capitalista e a sua transformação em empresários rurais. Ainda descrevem-se, em subseção específica do capítulo, as características dos meios de sustento exercidas pelos CIs antes da sua admissão no PJ. Busca-se com essa caracterização demonstrar a heterogeneidade de meios de sustento como característica estrutural do mundo rural.

A outra seção do quinto capítulo, a segunda, externa como foi a idealização posta em ação pelos MIs e CIs. Também, discute-se como os envolvidos no processo da intervenção realizam negociações sociais dentro das arenas e como constroem ou adquirem agência na direção de estabelecerem os meios de sustento. Destacam-se, ademais, os conflitos advindos das disputas entre visões: uma em considerar a Etapa I do PJ como um empreendimento voltado à modernização capitalista da produção; e, a outra, a concepção dos CIs em reconhecer o PJ como um espaço indicado pelo governo como empreendimento de colonização e assentamento de agricultores familiares. Essa questão é desvendada quando se discute a aprendizagem gnosiológica e ontológica. Igualmente, discute-se como os CIs nesse tempo espaço agiram e por que agiram no sentido de mobilizar os recursos e regras no sentido de “atrair” outros para comporem os seus projetos. Na subseção final deste capítulo, foram analisadas as interfaces dos CIs e MIs em organizações instituídas pelas agências ou pelos próprios CIs e como se realizaram as disputas de interesses nessas arenas. E, por último, expõem-se as considerações finais.

2 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

Este capítulo discorre sobre o problema de pesquisa, a hipótese lançada e seus desdobramentos, bem como determina os objetivos geral e específicos.

2.1 O PROBLEMA

A vida dos nortistas de Minas Gerais passava-se e permanecia pela via do rio. Os contatos mais intensos e contínuos eram realizados entre as populações tributárias do Rio São Francisco. Os relacionamentos com outras populações exógenas à mesorregião faziam-se de forma bastante esporádicas (MATA-MACHADO, 1991).

Na metade do século XX, essa vida transcorrida, regrada e viabilizada principalmente pela potencialidade das condições ofertadas pelo rio São Francisco e pelos recursos naturais⁶, pela agricultura de subsistência e pela criação de gado à solta, começou a ser questionada e considerada limitada como indutora de desenvolvimento e até de manutenção das condições de vida das famílias, emergindo críticas de diferentes setores da sociedade.

Entre as questões submetidas a questionamentos e indagações, têm-se: o isolamento da região em foco em relação às avaliadas como mais desenvolvidas do estado e país; as estratégias de enfrentamento e ou convivência com as condições edafoclimáticas, principalmente as irregularidades das precipitações inerentes ao semiárido e avaliadas como limitantes das possibilidades de produzirem-se cultivos comerciais; as mediações das políticas estatais capitaneadas por autoridades locais — os coronéis; e a necessidade da região ter um desenvolvimento virtuoso sustentado em outras atividades além das ofertadas pelo rio (BURSZTYN, 2008).

Essas limitações manifestavam-se na pobreza do norte de Minas Gerais em relação às outras regiões do estado e do país, refletindo em elevadas taxas de mortalidade infantil. Traduziam-se em insustentabilidade alimentar; inexistência de serviços públicos; baixo dinamismo econômico regional; e, cada vez mais, na dependência das políticas de transferência de renda do governo. Também se fazia

⁶ A região norte mineira foi mantida em isolamento da atenção estatal por mais de duzentos anos (MATA-MACHADO, 1991).

perceber altos fluxos migratórios do norte de Minas Gerais em direção às grandes cidades, provocando externalidades negativas diversas (COSTA; PEREIRA; RUAS, 2010).

Três decisões⁷ vieram na direção de propor soluções às críticas aventadas e propunham soluções para o isolamento econômico e social ao apontar caminhos para o desenvolvimento da região. A primeira, a integração do norte de Minas à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), tendo em vista compor esse espaço também o semiárido brasileiro pelas similaridades climáticas. A outra, a decisão de instalar-se, na região denominada “Mata do Jayba”, o maior empreendimento irrigado em área contínua da América Latina, denominado e reconhecido como Projeto Jaíba (PJ). A terceira tinha a intenção de transferir as ações de mediações das mãos das autoridades locais para o comando dos mediadores técnicos – servidores de instituições estaduais ou federais (RODRIGUES, 1998; OLIVEIRA, 2000).

Especificamente, a construção do PJ, a pretensão inicial dos idealizadores era acolher empresários rurais vocacionados à “modernização conservadora da agricultura”⁸, que deveriam ser conduzidos a integrarem-se de forma total aos mercados (entendendo mercado no sentido de tudo que é externo à Unidade Familiar Rural – UFR) e gerar empregos rurais à população local. Porém, no decorrer da sua operacionalidade, especificamente quanto à Etapa I, ocorreram redirecionamentos de beneficiários (RODRIGUES, 1997; BANCO MUNDIAL, 2004; PLENA, 1997; PLANASF, 1989).

Buscava-se, sob essa determinação emitida pelo Banco Mundial (BM), acolher famílias com alguma experiência nas práticas rurais e transformá-las em empresários rurais modernos. Segundo Martins (2008), a maioria das famílias assentadas, aproximadamente 70% dessa população, era oriunda do próprio norte

⁷ O contexto que acolhiam essas decisões, inclusive fundamentando a criação da Sudene, por Celso Furtado), considerava os espaços e os agricultores como homogêneos (AMARAL FILHO, 2007).

⁸ Inserem-se nesse conceito as noções “[...] de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.” (ALMEIDA, 1997, p. 39).

de Minas Gerais e tratavam-se de agricultores familiares e trabalhadores rurais (MARTINS, 2008).

Essa exigência do Banco Mundial determinava o acolhimento de famílias em estado de vulnerabilidade social⁹, por sua vez, o objetivo para implantação do projeto de irrigação (com estrutura produtiva eminentemente técnica) era obter ganhos em produtividade agrícola¹⁰, principalmente por meio de plantios de espécies de alto valor agregado, indicando como preferência pela fruticultura. A efetivação dessa pretensão implicaria em rupturas, fossem atinentes às matrizes de conhecimento, fossem em relação ao portfólio tecnológico disponível e concepções subjetivas de mundo da vida¹¹ dos possíveis admitidos.

Entre o conhecimento tácito dos CIs e o conhecimento codificado dos interventores, há incongruência nas suas respectivas matrizes, porém, para os idealizadores, essa contradição também não afetaria a intervenção planejada, pois as soluções estavam presentes no mercado. Ao remeter a solução para o determinismo de mercado, significava que não se mudou a visão dos idealizadores diante da imposição do Banco Mundial. O PJ continuava sendo concebido, em essência, como um projeto dedicado à transformação dos admitidos em empresários rurais. Não se acolhia ser a Etapa I do PJ uma iniciativa de assentamento e colonização para pequenos agricultores familiares em área irrigada de 5 ha. Diante dessa situação contraditória, o que deveria ser feito para a transformação dos admitidos em empresários rurais? (MARTINS, 2008; SOARES, 1999).

A resposta: adotar-se-ia processo de intervenção planejada onde ofertar-se-iam recursos, assistência técnica (formação dos CIs de acordo com a exigência da agricultura de mercado baseada em tecnologia), acesso a financiamentos,

⁹ Pôde-se apurar que, em 1986, ocorreu reunião conduzida pela RURALMINAS, com participação da CODEVASF; INCRA; SETAS; EMTATER; PREFEITURAS LOCAIS; BANCO DO BRASIL, FETAEMG, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS de Montes Claros, Itacarambi e Janaúba; Associação de Posseiros, dentre outros. O objetivo da reunião foi eleger os critérios para a admissão dos CIs, sendo esses, por ordem de importância: a) ser agricultor; b) não ser proprietário de imóvel rural, ou ser proprietário de área insuficiente ao sustento familiar; c) candidato residente na região; família com maior número de dependentes econômicos; e) não auferir renda fixa superior a 2 (dois) salários-mínimos em atividades não rurais comprovadamente; f) ter idade entre 21 a 60 anos; g) não ser funcionário público, autárquico, civil ou militar da administração federal, estadual ou municipal; h) não ter sido beneficiado em programas similares do governo; i) atestado de sanidade física e mental; j) atestado de bons antecedentes; e k) ter experiência em irrigação (SOARES, 1999).

¹⁰ O projeto estava definido para um determinado perfil de produtor cujas características são compatíveis com um modelo agrícola existente de manejo adequado e eficiente da tecnologia.

¹¹ Segundo Husserl (1967, p. 37), mundo da vida é aquele que "[...] nos é verdadeiramente dado como perceptível, o mundo da experiência real ou possível".

assistência social, capacitações adequadas à produção e gestão da Unidade Familiar Rural e isenções de contas de água e luz e pagamento das amortizações por seis meses, isso tudo, forjado por uma intervenção planejada, cuja essência buscava obter respostas similares a dos CIs.

Destarte, a execução da resposta dar-se-ia por intervenção planejada e conduzida por mediadores institucionais da CODEVASF e RURALMINAS e incorporada às constituições de organizações específicas, como o Distrito de Irrigação do Jaíba¹² (DIJ) e a Central de Associações do Jaíba¹³ (CENTRALJAI). Os CIs admitidos seriam transformados de agricultores de subsistência, agregados, plantadores de algodão, carvoeiros e coletores extrativistas em empresários rurais modernos de cultivos de alto valor agregado, preferencialmente, de frutas. A transformação levaria à emancipação¹⁴ dos CIs e, conseqüentemente, as agências ficariam desobrigadas de atuação (econômica, assistência técnica e social) direta no PJ. Essa emancipação¹⁵, desde o início, foi a meta e o indicador das agências de desenvolvimento para comprovação do êxito do PJ (MARTINS, 2008; SANTOS, 2010).

De outra forma, pode-se traduzir a questão anteriormente relatada da seguinte forma: os CIs seriam dirigidos a encaixarem-se nas novas práticas agrícolas, de organização do trabalho, de gestão da unidade produtiva familiar (UFR). Implícita nessa argumentação encontra-se a noção de determinação externa

¹² O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DE JAÍBA, doravante designado apenas como DISTRITO, entidade que congrega os irrigantes assentados na área de abrangência do Projeto de Desenvolvimento Integrado Jaíba – Projeto Jaíba – Etapa 1, "é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, patrimônio e administração próprios, constituída com prazo de duração indeterminado [...]" (ESTATUTO SOCIAL).

¹³ A Central de Associações dos Produtores Rurais do Projeto Jaíba, doravante denominada CENTRALJAI, criada em 22/05/2001: "reger-se-á pelo Código Civil Brasileiro, por este Estatuto e pelas normas legais aplicáveis. É uma Associação Civil, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, patrimônio e administração próprios, constituída com prazo de duração indeterminado, com sede e foro no município de Jaíba – Estado de Minas Gerais e ano social coincidindo com o ano civil. Tem como área de ação, para efeito de admissão de Associações, toda a área de abrangência do Projeto Jaíba, localizado nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, em Minas Gerais" (ESTATUTO SOCIAL).

¹⁴ A sistemática de emancipação dos perímetros irrigados, adotada pela Codevasf, prevê um período de cogestão, quando as áreas não estão totalmente ocupadas. Nesse período, as organizações de produtores são apoiadas pela Codevasf e recebem recursos do Orçamento da União. O período de autogestão só ocorre quando a organização passar a independer da Codevasf (CODEVASF, 2008).

¹⁵ A emancipação de um perímetro de irrigação significa alcançar, em determinado espaço de tempo, sua autossustentação nos aspectos econômico, social e político. Trata-se de um processo que, para obter êxito, requer as seguintes etapas: cogestão, autogestão e emancipação. A partir de 1987, CODEVASF criou o modelo de organização de usuários para a administração, operação e manutenção da infraestrutura de verificação de uso comum dos perímetros irrigados, denominado distrito de irrigação (CODEVASF, 2008).

no sentido que as ações exógenas seriam suficientes para mudar os meios de sustento dos CIs. Nesse contexto, os CIs seriam apenas recipientes vazios sobre os quais seriam transcrito o receituário para produzir resultados esperados.

Caberia aos mediadores institucionais da – RURALMINAS, no primeiro momento, a produção da alquimia desejada, executando o plano da transformação dos agricultores assentados de agricultores de subsistência em modernos, emancipando-os e, como consequência, geraria o desenvolvimento para região acolhedora do projeto (DINIZ, 2002). Essa ação voltada à modernização da produção, amparada por processo de irrigação e sustentada em tecnologias e técnicas modernas de exploração da terra, seria realizada na Etapa I do PJ, sobre uma área de 5 ha, onde seriam assentados 1.828 CIs (CODEVASF, 2008).

Nessa direção, as questões que suscitam após mais de 25 anos de intervenção planejada ativa sobre o PJ são: no cotidiano, como se estabeleceram as práticas sociais dos CIs assentados em relação ao plano de intervenção planejada? Quais eram as visões sustentadoras da intervenção planejada em sua idealização? Ocorreu homogeneização dos meios de sustento dos CIs no interior do PJ com a perpetração da intervenção planejada? As práticas dos CIs foram completamente mercantilizadas? Quais foram os padrões de organização social derivados de interações, negociações e lutas sociais oriundas dos diversos atores atuantes na trajetória da execução da intervenção planejada?

Esse contexto instiga a pensar sobre as diversas estratégias empreendidas pelos colonos irrigantes – CIs – em estabelecer suas práticas sociais após serem afetados pela intervenção planejada. É importante salientar: o discurso sobre o plano da intervenção planejada estava sob a regência das agências de desenvolvimento, porém o processo de construção ocorreu nas relações e inter-relações entre os atores envolvidos no sentido de que "[...] formas sociais diferentes desenvolvem-se sob as mesmas circunstâncias ou circunstâncias similares" (LONG; PLOEG, 1994, p. 73).

O problema social relatado impõe a necessidade de uma reflexão em suas minúcias a fim de reconstruir, por meio da trajetória estabelecida pelos envolvidos

via interface social¹⁶, travadas no Projeto Jaíba – Etapa I, como a intervenção planejada afetou a construção das práticas sociais, produtivas e comerciais dos CIs. Portanto, o pretendido é analisar como os CIs definem e operacionalizam seus objetivos e práticas sociais tendo como referência uma diversidade de critérios, interesses, experiências e expectativas e, por conta disso, podem desenvolver padrões sociais diferentes mesmo sendo afetados por condições estruturais similares. Deste modo, o problema de pesquisa que emerge é: **por que os CIs adotam estratégias de diversificação mesmo quando submetidos a uma forte pressão por homogeneização dos seus meios de sustento?**

2.2 HIPÓTESE, DESDOBRAMENTOS E OBJETIVOS

Segundo Long (2007), as intervenções planejadas não podem ser entendidas como um plano de ação pensada previamente e com resultados determinados e esperados, e sim um processo construído e negociado socialmente pelos atores. Nesta direção, acolhe-se a noção de serem os CIs e MIs ativos com capacidade de poder e conhecimento e, por conseguinte, podem: realizar seus próprios projetos de vida e produzir respostas diferentes às condições estruturais similares.

Partindo desse entendimento, procura-se responder de forma antecipada ao problema de pesquisa, propondo a hipótese e seus desdobramentos a seguir:

A intervenção planejada, idealizada como fluxo linear e dirigida ao PJ foi transformada em processo dinâmico e negociado socialmente, dessa maneira, traduzindo-se em ampliação da heterogeneidade, e não na homogeneização dos meios de sustentos.

Dessa hipótese, extrai-se que, mesmo sob a intervenção planejada com a oferta de recursos e normas similares, os CIs ampliaram a heterogeneidade dos seus meios de sustento, e não ao contrário, como idealizavam os planejadores que buscavam transformá-los em empresários rurais homogêneos e totalmente dependentes do mercado. Esse descompasso entre o discurso das agências de desenvolvimento e a prática levada em ação pelos CIs e MIs traduziu-se em resultados diferentes aos esperados pela agência de desenvolvimento. O resultado é

¹⁶ Conceito proposto por Long (2001), pode ser entendido como pontos cruciais no encontro de modos de viver diferentes, onde cada um desses tem seus regramentos, valores e interesses próprios.

uma heterogeneidade de estilos de produção, comercialização e vida. Essa situação de não reconhecimento da heterogeneidade como um traço estrutural e não casual do desenvolvimento rural, já lá no início da intervenção planejada, acabou por comprometer a própria meta das agências – a emancipação do PJ. Paradoxalmente, a justificativa para a dificuldade de atingir a meta – emancipação, é atribuída aos critérios sociais da admissão daqueles não reconhecidos como dotado de fazer diferente e a diferença.

Desdobramentos:

- As agências de desenvolvimento atuante no contexto do PJ – CODEVASF e RURALMINAS – consideraram (trataram) os Colonos Irrigantes como categoria homogênea, quando da idealização da intervenção planejada, desta forma, estabelecendo um plano linear cujo resultado esperado era transformar os CIs em empresários rurais, porém o surgido dentro do PJ foi uma diversificação das práticas de produção, comercialização e modos de vida.
- A constituição dos meios de sustento não se realizou apenas por orientação externa do planejamento, mas também por ações deliberadas e conseqüências não premeditadas das ações dos CIs e MIs.
- Os CIs e MIs constituíram “espaços de manobras” a partir de interesses e/ou necessidades diferentes, todavia, com objetivos congruentes, garantiram impingir modificações no modelo linear e instrumental de intervenção.
- Os CIs, ao serem submetidos a intervenções planejadas, partiram para as interações com os espaços sociais e o ambiente institucional, com isso, estabelecendo formas heterogêneas de reação e inovação de seus meios de sustento.
- Mesmo com a admissão de CIs estribados em critérios sociais, as visões dos idealizadores não migraram para o reconhecimento de ser a Etapa I projeto de irrigação voltado para o assentamento e colonização.

Para dar conta de responder à questão interposta e com o propósito de verificar a validade da hipótese e seus desdobramentos supraelencados, tem-se como objetivo geral: Analisar o processo de intervenção planejado e dirigido na Etapa I do Projeto Jaíba – da idealização à dinâmica social da constituição dos meios de sustento pelos CIs, mediada por MIs. Os objetivos específicos são: a)

Descrever e analisar o plano e as etapas da intervenção planejada e idealizada para o PJ – Etapa I; b) Descrever e analisar a dinâmica da constituição social do processo de intervenção no PJ – Etapa I; e, c) Caracterizar e analisar as estratégias de meios de sustento constituídas pelos CIs no Projeto Jaíba – Etapa I.

3 REVISÃO TEÓRICA

Este capítulo é composto por duas seções: a intervenção planejada: diversidade de atores e estrutura na constituição do desenvolvimento rural; e, a constituição de meios de sustento na região norte mineira do rio São Francisco.

3.1 A INTERVENÇÃO PLANEJADA: DIVERSIDADE DE ATORES E ESTRUTURA NA CONSTITUIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

A seção acolhe as teorias a partir das estruturalistas até aquelas dotadas de capacidade de percepção da dinâmica ator/ação-estrutura/agência, possibilitando analisar o desenvolvimento rural dependente da construção ou aquisição de agências por atores heterogêneos dentro de um contexto estrutural.

3.1.1 Diversos olhares sobre a face econômica do desenvolvimento (rural)

Long (2007) demonstra haver dois modelos estruturais de desenvolvimento, divergentes em si por apoiarem-se em posições ideológicas opostas: a teoria da modernização e as teorias marxistas e neomarxistas.

O primeiro, de orientação liberal, justifica o atraso econômico dos países desenvolvidos em razão da inserção tardia desses ao capitalismo e a divisão internacional do trabalho. Sustenta-se no entendimento de ser o desenvolvimento promovido de forma progressiva e condicionada a intervenções com a intencionalidade de transferir tecnologias, conhecimentos, recursos e formas de organizações de um espaço mais desenvolvido para outro menos desenvolvido. Essa movimentação transferencial empurra inelutavelmente aquele espaço receptor desse conjunto de recursos ao desenvolvimento. De uma forma bastante adiantada, pode-se asseverar ser esse o modelo seguido para idealização do plano de intervenção dirigido ao PJ como possibilidade de gerar o desenvolvimento regional.

Contrária a essa posição, a segunda teoria indica estar o desenvolvimento condicionado aos interesses do capitalismo em extrair a mais valia do trabalho e, devido a essa necessidade imperativa, constantemente, buscando a ampliação de mercados. Trata-se aqui de uma relação conflituosa cujas formas econômicas

diferentes das capitalistas são desarticuladas e substituídas e integradas a uma nova forma desigual de relações econômicas, em que, na essência, almeja-se a exploração das sociedades periféricas e marginalizadas. Ademais, a atividade política, social e cultural dos indivíduos é determinada pelos interesses econômicos. Nesse sentido, o homem é um maximizador de lucro.

Essas duas correntes, se acolhidas, afetariam um conjunto de discussões teóricas quanto ao desenvolvimento do mundo rural estribado no pensamento estruturalista e de vertente exclusivamente econômica. Destacou Deponti (2011), com as quais se concorda, dentre o rol de correntes tributárias desses modelos, quatro orientações que discutem o desenvolvimento rural: a teoria das etapas de crescimento (Rostow), a Teoria do Dualismo (Lewis), a Teoria de Altos Insumos (Schultz) e a Teoria da Mudança Tecnológica Induzida (Hayami e Ruttan).

Defende Rostow (1978) que o processo do crescimento econômico passa obrigatoriamente por cinco etapas, trata-se de um modelo único pelo qual as sociedades devem passar para alcançar o desenvolvimento econômico ou uma sociedade superior. Sumarizando as fases: a) Sociedade Tradicional – renda *per capita* limitada, por estar alicerçada na produção agrícola, na falta de tecnologia e por baixa produtividade, não havendo, por conta disso, manipulação produtiva sistemática, por conseguinte, gerando rigidez na estrutura social e na detenção de valores retrógrados; b) pré-condições para o arranco, onde ocorre a adoção da ciência e tecnologia no setor produtivo e os valores tradicionais passam a ser desconstituídos por altitudes de uma elite estabelecida no poder capaz de movimentar capitais na busca de lucro e com a disposição de correr riscos; c) o arranco – é a quebra da resistência embutida nos valores tradicionais com a aceitação do desenvolvimento e difusão do progresso tecnológico em toda a sociedade; d) macha da maturidade – nessa fase, o crescimento da produção supera o crescimento demográfico, determina essa situação a instalação de indústrias e expande-se o comércio internacional, todas as áreas produtivas se beneficiarão da tecnologia; e) consumo em massa – a renda *per capita* de uma população majoritariamente urbana, permite o acesso da maioria dos consumidores a bens duráveis e instala-se a preocupação com o bem-estar social (ROSTOW, 1978).

A teoria dualista de Arthur Lewis (1969) indica que as sociedades agrícolas, nos primeiros estágios de crescimento na direção da sua industrialização, coexistiria por muito tempo com oferta ilimitada de mão de obra, isso derivado da situação de ser a população rural muito numerosa em relação ao capital e recursos naturais. Portanto, em vários setores da economia, entre os quais, o agrícola, a produtividade marginal do trabalho é ínfima ou nula. Em outras palavras, há mão de obra maior atuando na produção do que o necessário e a sua redução em nada afetaria negativamente a produção. Dessa maneira, para haver o desenvolvimento, o setor dinâmico (industrial) atrairia mão de obra do setor estático (agrícola), onde a produtividade marginal é ínfima ou nula, para aquele onde o produto marginal é elevado e crescente. Também, indicava Lewis, como outra fonte para a expansão da indústria, o crescimento da população, ou a transferência da mão de obra doméstica para as indústrias, utilizando-se da mesma lógica explicativa.

Para Schultz (1964), por meio da análise dos insumos de alto rendimento na agricultura, era possível promover o desenvolvimento de um país, e admitia o princípio da racionalidade plena nas decisões dos agricultores. Entendia esse autor ser possível o setor agrícola alavancar o crescimento econômico de países pobres condicionado à modernização de suas técnicas produtivas. Afasta, nesse sentido, de estar vinculado o desenvolvimento a fatores culturais dos países pobres (cultura para investir e poupar) e assevera estar a miséria vinculada à baixa produtividade marginal dos fatores produtivos (terra e trabalho), assim, desestimulando o reinvestimento na atividade pelos agricultores. Mesmo estando a modernização tecnológica da agricultura vinculada à indústria, de forma diferente dos outros autores, Schultz mudou o polo de análise ao considerar o desenvolvimento a partir da agricultura como possibilidade. Quanto à racionalidade dos agricultores, Schultz assevera que esses sabem empregar eficientemente os fatores, não estando as baixas produtividades vinculadas às suas decisões, e sim aos insumos utilizados.

Outra questão levada à análise por Schutz é concernente à hipótese que indica os agricultores como propensos ao ócio. Como contra-argumentação a essa hipótese, traz à luz a discussão de ser o trabalho rural árduo e exigente de vigor e resistência. Igualmente, nega a relação entre grau de instrução e permanência nas atividades agrícolas (quanto maior for o grau de instrução, menor possibilidade de se continuar na atividade agrícola); e, em substituição a essa e àquelas

argumentações, infere estarem o trabalho rural e a permanência dos agricultores nas atividades agrícolas vinculados às diferenças de ganhos monetários.

A tentativa de Yujiro Hayami e Vermon Ruttan (1971) é esclarecer o impacto que tem a disponibilidade relativa de recursos sobre a intensidade e a direção da mudança técnica. A ideia está em desenvolver tecnologias adequadas para facilitar ou substituir fatores considerados escassos por outros abundantes. Exemplificando: se o fator mão de obra é escasso, essa situação facilita o desenvolvimento de técnicas que substituam a mão de obra; por outro lado, se a terra é o fator escasso, o estímulo deverá ser para desenvolver tecnologias biológicas e químicas para a economia de terra. A substituição e facilitação vinculam-se à utilização de forma a propiciar a catalização do processo produtivo com redução dos custos de produção. Nesse sentido, os autores defendem a noção de estarem o conhecimento científico e técnico vinculados a respostas a agentes econômicos cujo interesse é a substituição de recursos (escassos e onerosos por abundantes e baratos), e não como forma deliberada e autônoma de proposição de avanços sociais. Assim, em essência, o desenvolvimento agrícola estaria atrelado à indução de tecnologias e conhecimentos vinculados à substituição de recursos escassos por abundantes.

Essas teorias estruturalistas desenvolvimentistas afetariam de forma significativa o pensamento dos idealizadores das políticas nacionais na decisão de instalar e operacionalizar um perímetro de irrigação no norte de Minas Gerais. O período da idealização para operação do PJ foi bastante longo e, ao longo desse período, passaram governos com inspirações e ideologias diversas e, em cada um deles, houve incorporação de noções teóricas de desenvolvimento que afetaram a constituição do PJ. Essas marcas podem ser vistas: a) no entendimento da instalação de um projeto agrícola atrelado ao aporte de tecnologias próprias como indutor de desenvolvimento regional; b) o recurso água escasso seria conduzido por meio de canais e técnicas de distribuição, tornando-o disponível a modo e tempo, distanciando-se da dependência dos regimes de chuva no semiárido; c) vincular o conhecimento técnico e científico como atendente de demanda dos agentes econômicos; d) atrelar a permanência de trabalhadores rurais a suas atividades e ao mundo rural propiciando-lhes ganhos monetários ao plantar cultivos de altos valores monetários possíveis em estílo irrigado; e, e) reduzir a importância das ações dos atores na constituição do desenvolvimento.

Quanto às de cunho, principalmente neomarxistas, leva a entender que a forma social denominada agricultura familiar estaria totalmente integrada aos circuitos mercantilizados devido ao nível de desenvolvimento dos mercados. Contrapondo-se a essa situação, assevera Long (2007) que os modelos e as teorias inscritas no pensamento estruturalista são deterministas, lineares e entendem ocorrer as mudanças sociais, por oposição binária e unidirecional, a partir do espaço externo e tendo por direcionamento apenas a orientação econômica. Por isso, esses modelos e teorias não dão guarida e perdem força para “explicar adequadamente as causas e dinâmicas de heterogeneidade social”, expressa nas variadas visões, formas e estilos de produção e agricultura, comercialização, consumo e identidade (LONG, 2007, p. 39). Ademais, as análises estruturalistas não acolhem a possibilidade dos atores sociais de intervir na geração do desenvolvimento.

Neste sentido, para compreender o desenvolvimento é necessário empreender fuga dessas concepções parciais e acolher o entendimento de ser aquele um processo multifacetado e composto de elementos tanto de continuidade como de mudanças, sendo revelado na heterogeneidade do mundo rural (PLOEG et al., 2000).

Existe, ainda, limite para transição dos modos de produção tradicionais para o modelo do empresário agrícola. Essas limitações vinculam-se às condições determinadas pela natureza (biológica, social e humana) da atividade agropecuária, essas peculiaridades não são compreendidas pelas teorias econômicas. Esses desencontros de posições geram situação fictícia ou virtual, dificultando as proposições e implantações de políticas públicas, afetando, por consequência, as práticas de intervenção planejada. A virtualização dos agricultores como uma categoria homogênea, e essa podendo entrar no cálculo das teorias econômicas, também, dificulta a elaboração de políticas públicas pertinentes.

Assim, o desenvolvimento de um espaço, para Long (2007), não é promovido por determinismo externo e estabelecido apenas por meio de conhecimento técnico-científico alheio àquele lugar. É formado pela agregação das experiências cotidianas dos atores locais, habilitando-lhes a formular os seus próprios projetos de desenvolvimento e interagindo com os projetos apresentados por agentes externos.

Essas limitações das teorias estruturalistas impossibilitam e dar uma explicação para o mundo rural multifacetado e abrem possibilidades para o

surgimento de questionamentos diversos, principalmente, voltados para a compreensão das ações exercidas pelos atores sociais nos processos de intervenção planejada.

O intuito da tese é justamente discutir e confrontar a constituição e operacionalidade do PJ partindo da idealização virtual do projeto sob um pensamento estruturalista econômico de desenvolvimento e a sua confrontação com as dinâmicas das práticas sociais dos envolvidos (atores e mediadores) na constituição real do Projeto Jaíba; por conta disso, apoia-se na “perspectiva orientada aos atores” (POA) para discussão das dinâmicas inseridas nesse contexto, uma vez que reconhece que os atores têm a capacidade de produzir respostas diferentes às condições estruturais similares, incorporando para tanto o conceito de agência.

Além desse conceito, a POA indica a necessidade de acrescentar às teorias neomarxistas, com as quais tem afinidade, o conceito de interface. Permite essa noção compreender a interconexão entre agricultores e as estruturas das sociedades regradas pelo mercado, sem que dê prevalência de um sobre o outro. Contribui também para entender como a ação idealizada em centros de poder, é transformada e ressignificada no cotidiano dos atores locais, conduzindo a diversidade produtiva, comercial e de vida, dessa forma, gerando heterogeneidade social (LONG, 2007).

Nessa perspectiva, a discussão aproxima as noções de ação e estrutura. Assim, acolhem-se teorias e abordagem discordantes do pensamento estruturalista, cuja centralidade é, mesmo partindo dos atores, procurar uma conciliação entre estrutura e ação. Ressalva-se, contudo, utilizar a obra de Rogers e Shoemaker (1971) - "Communication of innovations", como marco representante da consubstanciação prática das teorias estruturalistas do desenvolvimento rural até discussões sobre as possibilidades de desenvolvimento do mundo rural, partindo-se, de forma prevalente, das ações dos agricultores sem desconhecer as estruturas.

3.1.2 Outros olhares sobre o mundo multifacetado do rural

Acolhem-se cinco trabalhos considerados centrais como modelos orientadores para se discutir a questão da intervenção planejada para o

desenvolvimento rural, são eles: Rogers e Shoemaker (1971) - "Communication of innovations", Freire (1977) - "Extensão ou comunicação", Chambers (1983) - "Rural development: putting the last first", Ellis (2000) - "Rural livelihoods and diversity in developing countries" e Norman Long (2007) - "Sociología Del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor". Além dessas obras dirigidas à temática – desenvolvimento rural e intervenção planejada, dialoga-se, a partir da POA¹⁷, com os conceitos de mediação, mercantilização e a Teoria da Estruturação de Giddens.

A primeira obra ancora-se em um ideário orientado por uma intervenção planejada, exógena, prescritiva e normativa em que se contempla uma direção e forma possíveis para conduzir os agricultores à condição de modernos. Nesse sentido é valorizado como ativo de conhecimento e comunicação apenas um polo nas relações sociais realizadas. Nesse sentido é valorizado como ativo e portador de conhecimento e poder de comunicação apenas um polo dentro das relações sociais realizadas. Sob essa metodologia, fiavam-se seus idealizadores em realizar a plena modernização da agricultura por meio da implantação de mudança tecnológica executada por adotantes aptos e vocacionados.

Discordando do pensamento anterior, Freire (1977) encaminha-se para a defesa da dialogicidade da comunicação como forma de garantir a efetiva participação dos afetados no processo de intervenção, na construção do conhecimento e na própria decisão de adoção ou não da tecnologia sugerida. O pensamento freireano destaca a capacidade de cognoscitiva dos afetados no processo de intervenção. Portanto, valoriza-se a possibilidade de construir o conhecimento tendo-se por base todos os envolvidos no processo de intervenção, e não apenas um polo como ativo. E a partir desse entendimento comunicativo é estabelecido as possíveis ações de intervenção.

Chambers (1983) radicaliza posição contrária à defendida por Roger e Shoemaker e propõe um paradigma pelo qual defende a necessidade de valorizar e incorporar os conhecimentos dos agricultores locais como base para a definição de políticas de desenvolvimento e, por conseguinte, do processo de intervenção planejada. Nesse sentido e de forma oposta, acaba se tornando aquilo que criticava. Em outras palavras, ao desprezar o conhecimento técnico-científico, cai na

¹⁷ Abordagem analítica desenvolvida pelos antropólogos Norman Long, Alberto Arce e o sociólogo Jan Douve van der Ploeg.

armadilha de não reconhecer outras formas de conhecimento, valorizando apenas aquele que defende.

Essas duas noções em disputa: a defendida por Rogers e Shoemaker e por Chambers, segundo Guivant (1997), são faces opostas da mesma moeda, ambas defendendo acriticamente os interesses de grupos estratégicos e buscam hierarquizar conhecimentos distintos e com valores próprios e específicos em superior e inferior. Para a autora, o conhecimento traduz-se por uma mistura heterogênea e de diversos tipos. Esse entendimento reforça a noção de serem os afetados por processo de intervenção capazes e possuidores de habilidades para tanto absorver tecnologias e ideias quanto para transformá-las.

Porém, mais importante que a crítica, se estabelece a contribuição em perceber a importância inelutável de conhecimentos múltiplos na constituição do desenvolvimento rural e, principalmente, o resgate da importância da efetiva participação dos afetados em processo de intervenção planejada para o sucesso destes. Especificamente quanto à participação de Chambers contribui para quebrar o estigma da passividade dos afetados por processo de intervenção.

Ellis (2000), mesmo não se afastando da cilada da dicotomia e reducionismo das propostas valorativas de conhecimentos, envereda no sentido de compreender como os indivíduos, em situação de vulnerabilidade severa, são capazes de elaborar estratégias diversas com o intuito de garantir a manutenção os seus meios de sustento e da sua família. Ou, de outra forma, como os indivíduos são capazes de ganhar a vida no local onde vivem. Sob essa ótica endógena, traz para a discussão do desenvolvimento rural o conceito de diversificação. Segundo o autor, os indivíduos agem no sentido de elaborarem a diversificação de suas atividades por meio de uma combinação variada de ações, iniciativa e escolhas. Essa estratégia, heterogênea de meios de vida (sustento), possibilita aos agricultores defenderem-se das coerções impostas a eles, podendo transformá-las em possibilidades de saída do estado de vulnerabilidade.

Já para Long (2007, p. 127), o campo de investigação deve abarcar todas as partes envolvidas de modo direto ou indireto no processo orientador do desenvolvimento. Por isso, deve-se valorizar e recorrer às “[...] narrativas, interesses, repertórios culturais, ações estratégicas e modos de sustentos” das partes envolvidas. Desconstrói as intervenções planejadas entendidas como um

plano com resultados previamente esperados. De forma diferente, entende ser a intervenção planejada um processo contínuo e socialmente negociado. Ao considerar tratar-se de processo negociado, o autor empreende fuga de posicionamentos dicotômicos de conhecimento, bem como não valoriza as discussões de substituir políticas de desenvolvimento do tipo *topdown* por *bottom-up*, ao contrário, traz, para o interior das discussões das intervenções planejadas, questões, aspectos e conceitos vinculados à agência humana, a heterogeneidade, às interfaces sociais, às arenas de disputas, aos domínios e às redes de relações, etc.

Partindo-se dessas considerações preliminares, serão focalizadas as contribuições individualizadas de cada autor à temática da intervenção planejada.

3.1.2.1 *A orientação linear, produtivista e técnico-científica do difusionismo*

A conhecida “revolução verde” ou, como acolhida neste trabalho, “modernização conservadora da agricultura”, espalhou-se no Brasil a partir do início da década de 70 do século passado, amparada em um modelo de intervenções planejadas e sob a orientação da metodologia difusionista. O método buscava estabelecer um processo pelo qual uma opinião, atitude, orientação ou uma prática ampliar-se-ia, por difusão, sobre uma população escolhida, definida ou dada (BOURDON; BOURRICAUD, 2001).

O processo era direto onde se estabelecia um polo irradiador da comunicação conduzido por agente externo, este ativo, e outro polo passivo — o do receptor — cuja participação seria única e exclusivamente a de adotar conhecimentos repassados de forma acrítica, pois o outro estranho já o havia avaliado como superior em relação ao ora utilizado por aqueles a quem era dirigida a mensagem. Não se levava em consideração a possibilidade do adotante realizar avaliação se o que lhe era prescrito era novo, de valor e se lhe seria útil no desenvolvimento dos seus meios de sustento antes de ser adotado. Desprezam-se, nessa perspectiva, as experiências de vida e culturais como orientadoras daquilo que é percebido pelos envolvidos na relação social estabelecida (HOCKENBURY; HOCKENBURY, 2003).

Portanto, não havia a necessidade de estabelecer uma dialogicidade no interior da ação de intervenção, aparenta-se bastante a um processo de “não

comunicação”, pois tanto o processo quanto a execução e a pretensão dos resultados já eram previamente previstos, tendo por necessidade apenas que os agricultores adotassem o recomendado pelo polo ativo da comunicação, o interventor.

Seja por convicção dos prescritores ou por outros interesses citados a seguir, estes não se interessavam em ouvir as falas e divisar possíveis ações diferentes ou discordantes por parte dos atores afetados: i) seja por acreditar que os conteúdos a serem transmitidos derivavam de comprovações científicas; ii) por urgência, uma vez que quanto mais rápido se adota o recomendado, mais rápido saem o adotante da condição de “atrasado”; iii) por interesse de autopromoção; iv) por defender os interesses da indústria ou do Estado; ou, iv) por considerar os atores como não portadores de cognoscitividade.

Havia, sim, na metodologia difusionista, a fase de averiguar e avaliar o comportamento dos afetados a fim de identificar e selecionar os mais “aptos” e receptíveis à adoção de novas ideias e capazes de operacionalizarem o conhecimento dos outros. Por conta disso, o impregnado nas práticas operacionais da engenharia social do difusionismo cristalizava-se na elaboração de diagnóstico com a pretensão de compreender e caracterizar os comportamentos favoráveis à adoção e as manifestações de resistência às prescrições tecnológicas por parte dos agricultores.

Os “vacionados” à adoção tecnológica seriam elevados a um novo *status* - “modernos”. Os não adotantes continuariam sendo caracterizados como “atrasados” e tradicionais. E esses rótulos viriam reforçar as políticas de inovação iniciadas nas décadas de 50 e 60 do século XX, adotadas em países caracterizados como desenvolvidos, agora, com o foco na tecnologia (SCHNEIDER, 1999).

Avaliavam os prescritores serem os possíveis adotantes aqueles agricultores portadores de perfis de decisão vinculados a líderes, inovadores ou “modernos”, enquanto os outros, os não adotantes, enquadravam-se na figura do “tradicional”. Nesse contexto, as atividades de extensão eram utilizadas no intuito de selecionar e persuadir os agricultores “aptos” a reduzirem o tempo necessário à adoção da nova ideia (ALVES, 1989).

O autor, citado anteriormente, diga-se de passagem, ex-presidente da CODEVASF, agência protagonista na implantação do PJ, assevera ser a velocidade

de adoção de uma tecnologia fator que elucida o desejo de mudança e traz benefícios consideráveis, pois: i) quanto menor for o tempo, maiores serão as taxas de retorno do investimento; ii) menos duradouros seriam os efeitos da distribuição de renda; iii) menos duradouros seriam os sofrimentos da transição entre a agricultura tradicional para a moderna; e, mais rapidamente a sociedade apropriar-se-ia dos benefícios da nova tecnologia (ALVES, 1989).

Mas não desconsiderando os resultados positivos provocados pela adoção tecnológica, segundo Gino Filho et al. (2007), a obra de Roger e Shoemaker apresenta várias fragilidades, seja por não discutir questões como os interesses pessoais, culturais, políticos, ideológicos e mercadológicos dos afetados pela intervenção, ou por não entenderem a possibilidade dos próprios adotantes avaliarem sobre a adequação das tecnologias e técnicas organizacionais à realidade e desejo individual, nessa situação, traz à luz o conceito de livre-arbítrio, isto é, uma pessoa é livre para escolher se adota ou não uma inovação.

Outra crítica é levantada por Long (2007) ao indicar que enfoques desses tipos outorgam peso superior aos especialistas externos, enquanto subvalorizam o conhecimento prático e as capacidades organizadoras desenvolvidas no próprio contexto onde se desenrola a trama das intervenções. Ademais, os próprios atores mesmo portadores de conhecimento prático são categorizados como aqueles que conseguem operacionalizar as novas tecnologias; e, os inoperantes. De outra forma: os progressistas e os não progressistas, os capazes e os não capazes.

Da mesma forma e no âmbito geral, tráfegará essa vertente em indicar, como caminho para a saída das sociedades da condição de “atrasadas”, a adoção de tecnologia (RIBEIRO, 2009). Especificamente quanto à agricultura, essa corrente indicava serem as práticas tradicionais “elementos retardadores do processo de desenvolvimento” e para superação dessa fraqueza era ofertado como oportunidade à adoção de tecnologia (SACCO DOS ANJOS, 2000; RIBEIRO, 2009). Já nesse momento, Furtado (1974) questionava quanto à possibilidade de o progresso econômico estender os resultados dos produtos tecnológicos a toda a população.

Questionamentos à parte, o difusionismo teria ampla acolhida pelo governo brasileiro e se estabeleceria como *mainstream* nas políticas direcionadas ao desenvolvimento rural. Nortearia as ações de intervenção no mundo rural,

capitaneadas pelas organizações vinculadas à Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) e aos programas governamentais.

A centralidade desse modelo visava buscar a “modernização da agricultura” por meio de integrá-la ao complexo agroindustrial brasileiro, sejam como cliente a montante no papel de compradora de bens industriais ou a jusante como fornecedora de alimentos e matérias-primas as indústrias. Porém, esse novo posicionamento da agricultura no interior do complexo agroindustrial lhe imprimirá um papel acessório, escondendo a sua real importância (RIBEIRO, 2009).

A agricultura tecnificada com *status* de “moderna”, ao maximizar a utilização das áreas rurais brasileiras por meio do emprego de um rol de inovações mecânicas, químicas, biológicas e de gestão, perderia significativamente o seu poder de barganha e autonomia setorial (PORTO GONÇALVES, 2006). E o mais relevante, tinha como pretensão tornar invisível a heterogeneidade da agricultura e as possíveis modificações, transformações, reações e alternativas estabelecidas pelos agricultores em suas relações sociais cotidianas.

Na área acadêmica, despertaria e sustentaria a produção de uma gama de trabalhos posicionados em três direções: a primeira, cuja centralidade buscava compreender e ou justificar o processo e os resultados obtidos pelos adotantes de forma comparativa com a dos não adotantes de tecnologias indicadas (SCHNEIDER, 1999). A segunda remeteria a identificar a incapacidade do difusionismo prosperar, tendo em vista assentar-se essencialmente na produção, por ser monolítica e por estar centralizada e estruturada nas premissas do setor público (FARRINGTON et al., 2002) e, ainda, e como principal crítica, por ter ignorado as necessidades, as demandas e o conhecimento dos denominados beneficiários do processo (CHAMBERS, 1983).

Especificamente aos trabalhos produzidos tendo por referência o PJ, não se conseguiu identificar trabalhos acadêmicos específicos relacionando o difusionismo a esse empreendimento. Tem-se por percepção explicativa quanto à ausência de trabalhos nessa área relativos ao espaço, o fato dos pesquisadores considerarem o PJ um produto da própria tecnologia e oriundo da orientação difusionista na sua idealização, constituição, implantação e operacionalização.

Os principais trabalhos que tangenciam a questão se posicionam na seguinte direção: uns vão em direção de avaliar se ocorreram ou não sucessos derivados dos

investimentos realizados no PJ, identificando e analisando os possíveis fatores constritores e potencializadores; outros buscam investigar “as relações institucionais estabelecidas entre os atores executores” (MARTINS, 2008, p. VI).

A título de ilustração, cita-se a Tese de Doutorado de Rodrigues (1998, p. III), cuja essência voltou-se à análise do Projeto Jaíba, buscando ilustrar “[...] como ocorre a transformação das sociedades camponesas com suas agriculturas de subsistência para modos de produção capital intensivo”. Com o mesmo propósito de ilustrar a questão, a análise realizada na obra “Impactos e Externalidades Sociais da Irrigação no Semiárido” onde se busca “[...] identificar impactos e externalidades sociais resultantes de investimentos e ações na agricultura irrigada, no semiárido brasileiro, com ênfase nos efeitos da melhoria das condições sociais e da redução da pobreza na região” (VALDES et al., 2004, p. 1).

Outras questões como a construção do conhecimento e da sua comunicação entre os atores de intervenção serão acolhidas e amplamente discutidas por Freire (1977), Chambers (1983) e seguidores, enquanto o *status* de intervenção planejada como processo contínuo e negociado socialmente será foco dos trabalhos de Ellis (2000) e de Long (2007).

3.1.2.2 *Comunicando dialogicamente com os agricultores*

Freire (1977) coloca o homem, a quem a extensão serve, no centro da assistência técnica e como ser ativo. Nessa perspectiva, termos como “ação de levar”, “de transferir”, “de entregar” e de “depositar algo em alguém”, tão caras ao linguajar difusionista e avaliados como processo de transferência de conhecimento (no caso o técnico-científico), são duramente criticados por esse autor. A questão central posta por Freire (1977) é desconstruir a ideia de que o conhecimento se realiza na ação de depositar sobre o outro o conteúdo oriundo da fonte dotada de conhecimento, sendo o receptor considerado apenas objeto (CASTRO, 2003).

A desconstrução seria tecida por Freire na direção de desvendar o denominado por esse autor como “equívocos gnosiológicos da extensão”. Desvenda o equívoco com o seguinte raciocínio: um indivíduo ativo com o ato de estender um conteúdo a outrem e depositar sobre esse, transforma esse conteúdo em estático; contudo, o próprio ato de receber um conhecimento e reconhecê-lo, já eleva o

receptor à condição de gnosticidade (FREIRE, 1977). Desta forma, o não reconhecer do outro como um ser de conhecimento dificulta a própria pretensão da extensão de substituir um conhecimento por outro e, paradoxalmente, denuncia a existência de múltiplos conhecimentos presentes no ato da mediação do processo de extensão.

Sobre essa questão, Freire (1977, p. 16) assim se manifesta:

[...] Daí que se torne indispensável à superação da compreensão ingênua do conhecimento humano, na qual muitas vezes nos conservamos. Ingenuidade que se reflete nas situações educativas em que o conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos. Esse é um modo estático, verbalizado, de entender o conhecimento, que desconhece a confrontação com o mundo com a fonte verdadeira do conhecimento, nas suas fases e nos seus níveis diferentes, não só entre os homens, mas também entre os seres vivos em geral.

Concebe o ato de extensão um ato educativo, em que, nessa inter-relação da aprendizagem, travam-se conhecimentos diversos e originados em espaços diferentes, onde interesses difusos, valores e crenças manifestam-se. Nessa direção, o conhecer, na dimensão humana, para Freire (1977), não é o comportamento dócil, passivo e domesticado do sujeito transformado em objeto, e como tal comporta-se no ato da aprendizagem. Pelo contrário, compreende o sujeito como agindo de forma transformadora, inventado e reinventado o mundo, pois essas ações tratam de empreitadas humanas, e não de objetos. Mais ainda, o próprio ato de conhecer de cada um é reflexivo, uma vez que “[...] pelo ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao mesmo reconhecer-se assim, percebe o ‘como’ de seu conhecer e os condicionantes a que está subordinado seu ato” (FREIRE, 1977, p. 16).

Para consolidar o ato de transformação, no caso em foco, seria necessário constituir conhecimento, estando presente a relação entre o saber técnico com o saber e o querer prático dos agricultores construído de forma dialógica. Porém, somente ocorre a aprendizagem quando o sujeito se apropria do aprendido, transformando-o e podendo reinventá-lo em aplicações em seu cotidiano. O contrário, encher o sujeito de conteúdo, sendo apresentadas situações divergentes à sua inteligência e não reconhecidas ou valorizadas por esse, faz com que aquele sujeito crie resistência ao que lhe é imposto (FREIRE, 1977).

Freire (1977) concebe o homem como um “ser-em-situação”. Por conta disso, não pode ser compreendido fora das relações com o mundo que lhe impõem restrições derivadas pelas próprias ações e reflexões desse. Nesse sentido, é possível perceber que não há resistência à contribuição da ciência incorporada em tecnologias na facilitação das inter-relações entre as partes envolvidas, há sim resistência à exclusão da participação do outro como parte interessada e capaz de avaliar e interferir na ressignificação da própria tecnologia recebida. Essa noção aproxima bastante a discussão freiriana com a POA.

Nessa direção, Freire (1977) entende o papel do extensionista em um contexto de duplo papel, sendo, simultaneamente, educador e educando, no sentido de que, ao mesmo tempo que ensina o seu conhecimento, também, é ensinado pelo outro que aprende. Desse modo, a extensão não poderia incorporar um conceito de via única, em que um dos polos da mediação seja negado. Contudo Freire não desvela situações concretas de como os agricultores operavam, em termo de estratégia, as suas atividades cotidianas na direção de constituir os seus meios de vida.

Essa situação será esclarecida por Chambers (1983), ao elaborar e propor um modelo diametralmente inverso ao estabelecido pelo difusionismo e ao colocar como prevalente e devendo ser considerado como fonte para instruir o desenvolvimento e o conhecimento as ações protagonizadas pelos agricultores.

3.1.2.3 Chambers e Conway e a dicotomia reversa ao difusionismo

Robert Chambers e Conway (1992) usam a expressão “armadilha da privação”, composta de cinco “grupos de privação” _ a) pobreza; b) falta de poder; c) isolamento; d) debilidade física; e, e) vulnerabilidade — com o intuito de demonstrar o contexto de fragilidade das populações mais carentes e residentes no mundo rural. Segundo os autores, esses “grupos de privação” interagem e, de forma perversa, reforçam e impõem uma situação de desvantagem aos pobres.

A pobreza, desse modo, é entendida como posse restrita de bens e recursos; a falta de poder revela-se nas fragilidades da população pobre em encaminhar e acessar seus interesses e recursos. Essas restrições manifestam-se no isolamento, no sentido de distância dos mercados e dos acessos às diversas organizações, e

até na ignorância às leis e o não acesso às informações; debilidade física é vista como presença acentuada de inválidos por motivos de doenças e alto grau de migração de adultos em idade ativa na busca de meios de sustento em espaços externos ao seu; e, vulnerabilidade podendo ser entendida como alto grau de exposição aos riscos, choques e estresses, bem como à insegurança alimentar individual ou do grupo familiar.

Acolhidas essas ideias como base, Robert Chambers (1992), em enfoque junto com Gordon Conway (1992), apresentaria perspectiva radicalmente diferente das apresentadas por Rogers e Shoemaker (1971), no sentido de responder a questões a como os agricultores elaboram suas estratégias de modo de vida.

Modo de vida é concebido, por Chambers e Conway, como uma combinação de ativos (tangíveis e intangíveis), de capacitações (*capabilities*), e atividades que permitem ao indivíduo gerar meios de vida.¹⁸ No entendimento desses autores, ativos tangíveis são os bens essenciais (comida, terra, água, físicos e financeiros), que, trabalhados, produzem meios de vida.

Neste sentido, Amartya Sen (2002) assevera que a ação social individual é imprescindível para a superação da pobreza persistente, da fome, subnutrição, violações das liberdades políticas e básicas, bem como das ameaças ao ambiente e à sustentabilidade da vida econômica e social. Porém alerta estar a liberdade de ação condicionada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas.

A questão não se limita ao manejar, precede ao manejo do acesso a esses bens; conforme os autores, os ativos intangíveis correspondem justamente às oportunidades de acesso a esses ativos tangíveis, e assim, a partir desse portfólio de recursos (tangíveis e intangíveis), os indivíduos podem exercer diversas atividades de modo a garantir os meios de vida da sua família.

Mas eles argumentavam que as populações mais carentes, mais que as outras, eram mais susceptíveis às ameaças e choques do contexto, gerando, com isso, dificuldades e restrições no estabelecimento do seu portfólio de recursos. Sejam os choques imprevisíveis e repentinos que impingem consequências imediatas nos mercados; ou as ameaças contínuas a afetarem negativamente o modo de vida exigindo reações contínuas dos afetados. Sob essa percepção, a

¹⁸ O conceito de meios de vida remete-se à capacidade, ativos (estoques, recursos, direitos e acessos) e atividades requeridas para obter os meios de vida (CHAMBERS; CONWAY, 1992).

perspectiva de modos de vida toma forma visível. Tratava-se de marco moderno e tinha a pretensão em demonstrar que os indivíduos combinam seus ativos e acessam outros e, por meio das suas capacidades e atividades cotidianas, transformam-nos em meios dirigidos e responsáveis por seus meios de vida. Esse conceito vai ser tomado por Long como meios de sustentos.

A questão do acesso não ficaria bem clara na proposição dos autores, pois consideram o acesso como um ativo intangível, e não como um fator mediador constituído pelas relações sociais, as organizações e as instituições. Ao considerar como ativo intangível, essa condição torna-se dependente, apenas, das manobras próprias dos indivíduos. Essa extrema valorização do protagonismo individual desconsidera a mediação como capacidade de inter-relação dos indivíduos em atuarem na direção de reduzir as suas fragilidades e aproveitar as oportunidades de acessarem recursos. Essas relações mediadas afetam os acessos aos recursos e facilitam/dificultam por consequência a constituição dos modos de sustento dos envolvidos (PEREIRA et al., 2010). A incorporação dessas questões seria levada à luz na perspectiva dada por Ellis (2000).

Porém, essa limitação não esconde a virtude de Chambers e Conway (1992) em trazerem à visibilidade o conhecimento, habilidades e as estratégias dos agricultores em fazerem funcionar seus ativos, externados na capacidade de elaborar tecnologias e estratégias mais adequadas aos seus mundos e de enfrentar condições de crises impostas pelo meio externo e pelas suas próprias condições de vulnerabilidade.

Ao analisar e compreender a capacidade dos agricultores em elaborar estratégias próprias de meios de vida, mesmo estando em estado severo de privações, Chambers e Conway (1992) contrapõem-se à noção de serem os agricultores executores de pacotes específicos de tecnologias advindas do mundo externo. A ideia sugerida pelos atores é oposta a essa, para eles, deveriam as intervenções partir dos conhecimentos e das práticas realizadas no dia a dia pelos agricultores e nessa direção contribuir na apresentação de um leque de melhorias e adequações a essas tecnologias aplicadas pelos agricultores (CHAMBERS, 1991).

As consequências possíveis dessa nova relação, segundo Chambers (1991):
a) implicaria na redução de poder e remoção de padrões e restrições advindas das imposições de adoção de pacotes tecnológicos quando da realização da

intervenção; b) valorização das práticas provenientes da experiência dos agricultores, considerada sempre atualizada no espaço tempo onde se desenrola a trama da intervenção.

Em contraposição a esses avanços indicados por Chambers e Conway, duas críticas são dirigidas ao seu pensamento. A primeira remete-se ao que tange à idealização do conhecimento popular. Nesse entendimento, o conhecimento popular é mais adequado do que o técnico-científico para o enfrentamento dos problemas cotidianos e mais indicado para se alcançar o desenvolvimento das comunidades locais. A segunda crítica, há, na argumentação dos autores, um direcionamento valorativo do conhecimento popular de forma acrítica, não havendo a mesma tolerância quando esses autores analisam o conhecimento científico, o qual é analisado de forma crítica (SARDAN, 1995; BROWN, 1994; KITCHING, 1989).

Ainda, outra crítica vincula-se à questão de como “dar” poder a quem se encontra apenas como receptor passivo da dádiva do processo de desenvolvimento? Conforme as argumentações de Guivant (1997), os métodos participativos não dão conta de elucidar a questão e retomam a lógica instrumental difusionista que criticavam. Nas argumentações dessa autora, o poder¹⁹ dos agricultores, visto desta forma, é estabelecido ao receber por “ação de levar”, “de transferir”, “de entregar” e de “depositar algo em alguém”, desse modo, o poder do intervencionista é transferido ao agricultor no ato em que inicia a intervenção de caráter participativa. Desta forma, os agricultores não são capazes de iniciar o seu próprio processo de emancipação, dependendo de outros para iniciar essa ação. Essa situação fragiliza a abordagem participativa de Chambers e Conway ao indicar a dependência dos agricultores dos atores externos para constituírem a sua autonomia.

Porém, o entendimento de Chambers (1995) é que somente se dá a efetiva participação dos agricultores com o "empoderamento". E o empoderamento ocorre por meio de conquista, e não por transferência voluntária de conhecimento e recursos. A elucidação da conquista pode ser explicada pelo poder de agência humana. De outra forma, os indivíduos, mesmo submetidos às mais extremas formas de coerção, agem no sentido de reagirem à situação tanto no sentido de

¹⁹ A respeito do poder, Guivant (1997) assevera que, assim como o conhecimento, o poder não pode ser visto como uma mercadoria. Não se pode transferir, trocar ou doar por meio de estratégias participativas.

confirmá-la como de transformá-la. Assim, agem na tessitura dos acontecimentos e, dessa maneira, revelam o “poder” (ROMANO, 2002).

O conceito de agência humana será incorporado às discussões da intervenção planejada por Long (2007), ao indicar que os atores se utilizam dos recursos materiais e simbólicos para facilitar e influenciar sua interação com os demais atores. Também, remete o conceito de agência para além da intenção de apenas os atores quererem fazer determinadas coisas, acolhendo o conceito da capacidade dos atores de fazerem as coisas intencionalmente. Assim, estabelecem novos relacionamentos, com a incorporação de novos propósitos e significados contribuintes para realizar a capacidade de dirigir as habilidades e de acessar recursos, sustentando vários tipos de ações e estratégias. Desta forma, o poder depende não apenas da posse dos recursos, mas realiza-se dentro do contexto relacional de indivíduos e coletividade.

O pensamento de Chambers e Conway investe-se de importância no sentido de desvendar a atuação ativa dos agricultores e por valorizar a participação interativa e contínua dos agricultores nos processos de desenvolvimento. Essa percepção tornar-se-á prevalente nas práticas de intervenção planejada realizadas pelas agências nacionais e internacionais, bem como pelas ONGs (CHAMBERS, 1989, 1992a e 1992b). Concomitantemente, orientariam um grupo de trabalhos acadêmicos (CHAMBERS, 1992a).

Especificamente, quanto ao PJ, as ideias de Chambers podem ter influenciado a instituição, em 1988, do Distrito de Irrigação do Jaíba (DIJ). Porém, o alerta de Chambers (1995) que somente se dá à efetiva participação com o “empoderamento” dos atores, é ponto importante para reflexão da própria atuação dos participantes no interior dessa associação.

Na direção de indicar um *framework* para a abordagem dos meios de vida, Frank Ellis adota a abordagem dos meios de vida pensada por Chambers e seguidores e adiciona a noção de diversificação no sentido de que os agricultores realizam manobras para ampliar ou incrementar os recursos os transformando em ativos. Assim, entende o desenvolvimento rural vinculando-o à capacidade das famílias rurais colocarem em prática estratégias agrícolas e não agrícolas ao acessarem um conjunto de ativos de capitais mediadas por atores, pelo Estado e o mercado.

3.1.2.4 *Frank Ellis: estratégias de diversificação*

Inicialmente, Ellis (1998, 2000) toma o tema da redução e alívio da pobreza como seu foco de estudo. A pretensão era entender como agricultores envolvidos em contexto hostil, de privação e adversidade, elaboravam estratégias diversas e viabilizavam-nas, através de um repertório de ações, para acessar capitais físico, humano, natural, social e financeiro para garantir os seus meios de vida (ELLIS, 1998, 2000). Assim, o acesso ou não aos ativos gerariam facilidades ou dificuldades na determinação da reprodução dos agricultores e melhoria dos seus modos de vida e da unidade familiar rural.

Descreve o autor os capitais da seguinte forma: capital natural às vidas biológicas, à água e à terra utilizadas pelos indivíduos na direção de garantir sua sobrevivência; o capital financeiro é representado pelo dinheiro ou crédito sob a forma de capital, trata-se de meio de conversibilidade/troca por outras formas de capital ou diretamente disponibilizado para acesso de bens de consumo, tem-se incluso nesse os créditos subsidiados e os financiamentos a fundo perdido; o capital humano, externado pela força de trabalho dos indivíduos, sendo potencializado por condições como competências, habilidades e o próprio estado de saúde dos indivíduos; o capital físico são os objetos físicos criados por meio de processos produtivos e econômicos humanos; o capital social traduz-se nas inter-relações, gerando vínculos com a sua comunidade. Esse último capital contribui para entender como se estabelecem os relacionamentos dos mediadores e os agricultores na direção de acessarem os ativos nas esferas do mercado, estado e sociedade civil. Esse entendimento é um avanço às proposições de Chambers e Conway, cujas discussões não remetidas à ideia de capital social.

Sobre esses ativos, os agricultores realizaram estratégias que Ellis (2000) explica assim: i) estratégia reativa ao contexto — constitui-se em um modo de vida por necessidade estando vinculada ao sentido de defesa imediata e cotidiana da subsistência, podendo ser entendida como constituindo os meios de vida para o momento; ii) a outra, identificada como estratégia de adaptação ao contexto, deriva-se justamente da anterior, tendo esta o intuito de diversificar e modificar as estratégias já estabelecidas no contexto de subsistência; iii) a estratégia de reação ao contexto, posiciona-se no sentido de enfrentar as pressões oriundas do meio

estrutural, utilizando-se dos recursos existentes na unidade familiar rural e do aproveitamento das oportunidades derivadas das relações com as instituições externas, que facilitam/dificultam o acesso à plataforma de ativos. As estratégias de acesso aos recursos, segundo o mesmo autor, são afetadas por fatores mediadores (as instituições, regras e as relações sociais) presentes quanto da trama dos acontecimentos. Essa é uma diferença marcante entre Chambers e Ellis; e que Long e Ploeg incorporam à discussão da POA.

Percebe-se, assim, que o acesso a ativos não se estabelece de forma direta e sem disputa em arenas. Há fatores mediadores e condicionantes para esse acesso. Esses fatores podem tanto facilitar como dificultar o acesso dos indivíduos aos ativos. Podem ser fatores externos e não controláveis pelos agricultores, como tendências econômicas políticas, crises e os choques, como as normas sociais e estruturas vinculadas às relações sociais (posição do agricultor na sociedade, etnia, sexo, etnia e religião), institucionais (normas e regras formais e ou convenções e códigos de conduta informais) que geram limites e oportunidades, e, as organizações com interesses e propósitos comuns (ONGs, entidades públicas e privadas). Essa situação de coerção e facilidade de acesso pode instigar estratégias de diversificação.

Por isso, Ellis (2000) assevera ser a diversificação uma possível estratégia de reação positiva ao contexto de ameaças e crise por ampliar a possibilidade tanto de acesso a capitais quanto de emprego, de conhecimento e habilidades aos agricultores. Nesse sentido, o entendimento de diversificar passa ao largo de somente entendê-la como o aumento de renda. O efeito da diversificação, atividades agrícolas quanto não agrícolas, traduz-se na reprodução socioeconômica, cultural e ambiental dos agricultores e de suas unidades familiares rurais. E essa diversificação é realizada por combinação de ações, iniciativas e escolhas elaboradas pelos agricultores, estando estribadas nas estratégias de acesso aos ativos intermediada por fatores mediadores.

Especificamente quanto ao ingresso de renda não agrícola, e que afeta de modo positivo a unidade familiar rural por vários motivos: a) reduz a utilização massiva do solo e dos recursos naturais; b) pode promover a redução de dominação presente nas unidades familiares rurais, ao descentralizar as fontes de rendas no seu interior (por exemplo, ao ocorrer a entrada de renda vinda de atividades

externas de outros membros, as relações internas são aplainadas, dessa maneira, não se concentrando apenas em um dos membros); e, c) a redução de dependência em relação às variações de preços impostos pelo mercado, assegurando maior segurança em relação aos efeitos macroeconômicos do mercado.

Em atenção a essa positividade da diversificação como estratégia de enfrentamento das crises ou situação de vulnerabilidade, estabelecem-se críticas quanto a não ser essa uma solução de regra, estando condicionada à situação de tempo-espaço e ao posicionamento nas inter-relações dos agricultores.

Porém, será Long (2007) que discutirá o processo de intervenção planejada, e a partir daí desconstituirá o caráter "planejador" da intervenção no sentido de determinar resultados e inserirá novas noções que se posicionam além da dualidade estrutura e ação, acolhendo, contudo, como unidade de análise prevalente, os atores.

3.1.3 Intervenção planejada sob o olhar da POA: processo contínuo, construído e negociado socialmente

Long (2007) avançará na discussão de como os atores constituem os seus meios de sustento e a relação desses com as agências de desenvolvimento e os seus mediadores institucionais.

De forma sumária, a perspectiva orientada aos atores acolhe a concepção de serem os agricultores ativos com capacidade de agência e, por conseguinte, realizam seus próprios projetos de vida, sendo que a agência é construída ou adquirida nas relações e inter-relações com outros atores. Desta forma, a constituição dos projetos de vida encontra-se vinculada às estruturas internas e externas, onde coerções e possibilidades são estabelecidas quando das inter-relações travadas entre os envolvidos nas tessituras dos acontecimentos.

Com esse foco, Long (2007) indicará a necessidade de uma desconstrução na forma de entender a intervenção planejada: migrar do entendimento de ser a intervenção um plano de ação pensado previamente e com resultados determinados e esperados, com limites claros e definidos pelo interventor, para um processo contínuo e negociado socialmente pelos participantes do processo (LONG; PLOEG, 2011).

Ao mudar o foco de fluxo preestabelecido para processo contínuo, remete a discussão para entender como os fatores externos advindos por meio do processo de intervenção afetam a vida dos indivíduos e, concomitantemente, são afetados por esses. Ou mais ainda, o reverso também acontece, surgindo as iniciativas do interior para fora. Essa discussão colabora para se entender que mesmo os processos de intervenção instituídos fora dos espaços onde se destinaram são ressignificados, reinterpretados e transformados quando da sua execução pelos envolvidos (atores, mediadores e organizações locais).

Desta forma, os planos com pretensões de implantarem pacotes idealizados para espaços específicos, ou ainda, replicação de experiências vivenciadas em outros locais, são afetados por atores ativos locais que discutem e podem propor situações amplamente diferentes daquelas entendidas como mais adequadas a eles pela intervenção, como podem se incorporarem a esse projeto. A questão central é que a intervenção não pode ser tratada como um receituário onde os atores são apenas os receptáculos de pensamento e visões alheias.

Nessa direção, a intervenção constitui-se por um conjunto de inter-relações, relações e arenas onde os envolvidos na trama da intervenção planejada (organizações locais, mediadores institucionais e atores) travam disputas no sentido de firmarem os seus projetos. Dos entrecioques dos interesses, valores e visões (onde é construída ou adquirida agência), resulta uma situação nova e específica para aquele espaço-tempo. Assim, cada participante, com seu repertório de conhecimento e cultura, com seus recursos e normas, em posição de interface, estabelecem inter-relações e constituem ações sociais bastante específicas e forjadas naquele contexto, isso não significando, porém, que as coerções e possibilidades de contexto distante não afetam também a formação dessa situação específica.

Long (2007) também empreende fuga de posições dicotômicas em que, a cada momento, um dos envolvidos do processo de intervenção torna-se prevalente sobre o outro ou é valorizado como portador de conhecimento "superior" ao outro. Em sentido oposto, o indicado é que tanto o conhecimento como as estratégias são instituídos não de forma prévia, e sim a partir das próprias inter-relações travadas.

Logo, a centralidade dessa discussão dirige-se para o conceito de interfaces sociais, cuja essência busca analisar os encontros *vis-à-vis* ou a distância travada

entre as partes envolvidas dentro do processo de intervenção e as suas estratégias externadas de luta e de negociação estabelecidas dentro de uma arena onde posições, muitas vezes, conflitantes, fincam-se no sentido de buscarem atrair outros para os projetos individuais de cada disputante (LONG, 2007). É importante entender a interface não contida apenas em dois lados, e sim uma convergência entre mundos da vida, entre campos sociais ou entre níveis de organização social, onde divergência de valores, poder, interesses e conhecimentos podem ser identificados.

Essa ferramenta, a interface social, permite desvelar e compreender como as diversas instituições, organismos internacionais ou nacionais, por meio dos seus mediadores institucionais, utilizam-se dos seus conhecimentos, poder, interesses sociais, ideologias, paradigmas culturais e as diversas interconexões no sentido de orientar a realidade onde atuam por meio das suas visões. Por isso se torna valioso o entendimento de interface para compreender as políticas públicas em espaços rurais. No caso do Projeto Jaíba, pode propiciar a compreensão de como se estabeleceram as interconexões entre a idealização do plano de intervenção e a dinâmica realizadas pelos colonos irrigantes.

É por conta de toda essa complexidade de interesse, experiências, valores e visões que Long e Ploeg (1994, p. 90) concebem intervenção planejada como:

[...] um processo transformacional continua e constantemente reformulado pela sua própria dinâmica política e organizacional interna e pelas condições específicas que encontra ou que ela mesma cria, incluindo as respostas e estratégias de grupos locais e regionais que podem lutar ou definir e defender seus próprios espaços sociais, limites culturais e suas posições dentro do campo de poder mais vasto.

Especificamente, quanto à proximidade com a temática em estudo, intervenção planejada sobre irrigações de área para a produção, Long (2007) e equipe realizaram estudos acolhendo as noções anteriormente relatadas e tendo como empírico um projeto de irrigação no México, adotando a abordagem teórica e metodológica orientada aos atores.

Buscavam os estudiosos, segundo o próprio Long (2007), contribuir nos seguintes campos teóricos e práticos: a) desenvolver um enfoque de interface social que possibilitaria analisar os encontros dos envolvidos nos processos de intervenção planejada; b) estudar as formas que os atores intentam em criar espaços de

manobras²⁰, para atingir seus projetos; e, c) desenvolver uma perspectiva construtivista social orientado ao ator para o estudo da irrigação e dos problemas de manejo de água.

Para consecução dos objetivos daquele trabalho adotaram Long e colaboradores vários procedimentos: i) O primeiro acolhia a organização de irrigação não como um projeto físico ou um plano de ação controlada por autoridades que orientavam o seu funcionamento, e sim como arranjos sociais compostas por todas as partes envolvidas; ii) interpretou as mudanças sociais e agrícolas como derivadas das estratégias dos atores sociais, no sentido de que "[...] lutas e negociações [...] ocorrem entre indivíduos ou grupos com diferentes interesses sociais e experiências [...]" (LONG, 2007, p. 68); iii) buscaram observar nas intervenções os problemas surgidos nas interações suscitadas entre os grupos locais e os atores que interviam, tendo como referência a organização, controle e produção e comercialização dos produtos-chave produzidos localmente; iv) por último, procurou identificar as conexões estruturais com o intuito de identificar como os processos de trabalho, de organização da produção e das atividades econômicas e políticas de poder, estavam estruturados (LONG, 2007).

Como resultado da pesquisa, relata Long (2007, p. 70), ter conseguido analisar os processos de intervenção e a heterogeneidade dentro das diferentes arenas sociais, sendo esses manejados de forma a adequá-los aos problemas de "estrutura e às restrições estruturais" e, em concomitância, reconhecendo o "papel central das ações humanas e da consciência social na formação do desenvolvimento".

Essa convergência à heterogeneidade na agricultura não se encontra aprisionada a adoções de determinações, recomendações e ou orientações advindas do Estado, das agências de desenvolvimentos e ou dos seus mediadores institucionais, mas também ao saber e fazer (estilos de agriculturas, práticas agrícolas e relações sociais) existentes no contexto dos envolvidos no processo de intervenção planejada. Essas se entrecrocaram e produzem situações novas de

²⁰ Conforme Long (2007, p.146), trata-se de "[...] um grau de consentimento, um grau de negociação, e assim, um grau de poder, manifestado na possibilidade de exercer algum controle, prerrogativa, autoridade e capacidade para a ação, seja em primeiro plano ou nos bastidores, em momentos flutuantes ou em períodos mais sustentados".

“coexistência dentro de um mesmo contexto ou cenário, no qual se oferecem soluções alternativas a problemas similares” (LONG, 2007, p. 111).

Heterogeneidade nessa teia significa que atores envolvidos em um contexto de ação social elaboram alternativas de solução diferentes para problemas semelhantes enfrentados, resultando em múltiplas formas sociais e culturais, quando afetados por estruturas similares (Long, 2007). Uma vez que o mundo da vida transcorrido nesses contextos é complexo, possuindo uma ampla diversidade de formas sociais e culturais, daí não se poder fiar apenas nos resultados estruturais, sendo necessário reconhecer outros resultados como produzidos, reproduzidos e transformados por meio das rotinas e práticas organizativas. Essa ação social efetiva-se dentro de redes de relação limitadas por condições estruturais. Essas limitações são orientadas por certas convenções sociais, valores e relação de poder, não significando, todavia, que os resultados estruturais expressam a totalidade das produções, reproduções, consolidações e transformações dos processos sociais envolvidos; ou, de outra maneira, as práticas sociais e discursivas são construídas constantemente e afetam as vidas de todos os envolvidos e também são afetadas por esses.

Portanto, a racionalidade prática e discursiva não são propriedades individuais. Para Long (2007), são estabelecidas na ação individual, porém escolhidas dentro de um acervo de prática e discurso quando levadas em ação. A escolha é movida por interesses, intenções individuais, concernentes a perspectiva de atender os seus projetos. Dessa maneira, a intervenção planejada é uma conjunção dos vários modos de instrumentalismo individuais imersos em uma multiplicidade de racionalidades, conhecimentos, interesses e desejos. De forma próxima, poder-se-ia remeter a Giddens (2000) no sentido de entender a intervenção planejada como uma ambivalência das motivações expressas em aspectos conscientes e inconscientes, cognitivos e emocionais.

E essa capacidade de fazer diferente e compreender tanto discursivamente como prática o porquê da ação, remete à agência humana e reflexividade no sentido de os atores serem detentores de conhecimentos e capazes de compreender suas experiências e a dos outros e construir novas possibilidades de agir.

Assim, a agência implica em certa capacidade de conhecer como as experiências são incorporadas de forma consciente e inconsciente. O conhecimento

deve ser entendido além do formal; os atores têm incitações para produzir os seus próprios conhecimentos, e estes têm o mesmo valor que qualquer outro tipo de conhecimento. Ademais, a noção de agência, tomada emprestada de Giddens (1991), e reconstituída por Long (2007), expressa-se na capacidade do ator social individual absorver a experiência social cotidiana vivenciada e forjar seu próprio repertório de estratégias para o enfrentamento da vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Em outras palavras, os atores são capazes de fazer a diferença e fazer diferente. Essa liberdade de agir para fazer diferente é limitada por certas condições, como a informação, a incerteza e as restrições físicas, normativas ou político-econômicas.

Mas, mesmo sob essa coerção, os atores sociais procuram brechas para intervir na tessitura dos eventos sociais (GIDDENS, 1991). A agência não se vincula ao resultado do indivíduo possuir certos poderes (persuasivos, de carisma, ou habilidade para convencer outros). Ela se estabelece por meio de uma cadeia de atores cujos envolvidos na trama dos acontecimentos (esquema político e social dado) vão traduzindo a mensagem de acordo com seus projetos e na respectiva composição de força naquele espaço-tempo.

Contudo é importante esclarecer que a agência individual é construída ou adquirida, e não é apenas um atributo que se porta. Assim, Long e Ploeg enunciam (1994, p. 5):

[...] agência não é simplesmente um atributo do ator individual. A agência, a qual se manifesta quando ações particulares causam uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos preexistentes, acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas. Por conseguinte, a agência requer capacidades de organização e não é simplesmente o resultado de certas capacidades cognitivas, poderes persuasivos ou formas de carisma que um indivíduo possa ter.

Sob tal perspectiva, pode-se entender a estrutura sob um enfoque duplo. Por um lado, como o produto da proximidade ou distanciamentos dos projetos propostos pelos atores; por outro, como o regramento indicador de referências e possibilidades, para que se levem a cabo projetos propostos, desta forma; atua ao mesmo tempo como restritora ou facilitadora, no sentido de abonar o confrontar os projetos propostos (LONG, 2007). Nesse sentido, estrutura é entendida como "um produto da continua interação e transformação recíproca dos projetos dos atores"

(LONG, 2007, p. 130), onde certas lógicas ou conjunto de princípios governantes se entrelaçam e são referendados ou reconstruídos pelas disposições e agências dos atores envolvidos nessa arena.

Arena, por sua vez, é concebida, por Long (2007), como espaço onde se faz presente uma diversidade de atores com suas práticas e valores diferentes em disputa ladeadas por regras. Essas regras são de antemão acordadas, no entanto, não significa estáveis, pois ocorrem conflitos denotando possibilidade de descontinuidade de valores, normas e práticas. Na arena, travam-se disputas diversas, seja de estabelecimento de metas, competências, beneficiários de recursos institucionais, interesses estratégicos e estilos de produzir. Contudo a disputa é para se reduzir, ao máximo, as discrepâncias de interesses e rotinizá-los como legítimos na direção de integrá-los às regras reconhecidas, organizando-os a um núcleo central, ou, como denominado por Long (2007), ao domínio.

Essas áreas da vida social regradas ou domínios, como, por exemplo, a família, mercado, estado, comunidade, produção, consumo, muitas vezes, não são percebidos pelas partes envolvidas da mesma maneira; todavia, são identificados como espaços onde certas regras, normas e valores prevalecem e provocam um grau de compromisso social (VILLARREAL, 1994). E esses espaços regrados são constantemente produzidos e transformados por ações oriundas das experiências variadas e de conduta e condições dos atores (LONG, 2007).

Significa, desse modo, não estar a ação dos atores enclausurada em situação que não permita modificações e transformações das relações sociais nas quais se insere. Desse contexto emerge o conceito de domínio ao indicar as áreas organizadas e regradas, onde se tem como expectativa uma conduta esperada e orientada por regras. Visa-se possibilitar que esse conjunto de regras demarca as áreas da vida social organizadas, tendo por referência um núcleo central e um conjunto de valores que, mesmo não sendo percebidos da mesma forma pelas partes envolvidas, são reconhecidos como um lugar em que certas regras vigoram (LONG, 2007).

Toda a discussão anterior leva a romper com a ideia de que os atores estão atados a cenários e sem a possibilidade de construir ou adquirir agência; ao contrário, revela constante luta, negociação e realização de acordos em confronto com as regras e normas, criando um espaço de interface social, onde é possível

propor novos projetos, resultando em consequências derivadas de intenção premeditada ou das não premeditada, como assevera Giddens (2003).

3.1.3.1 Constituição das estratégias de meios de sustento com mercantilização ou não das práticas dos atores

Preliminarmente, não se pode deixar de reconhecer que a agricultura sempre esteve e está envolvida com o mercado. A afirmação anterior é para afrontar a invisibilidade dada aos agricultores como atuantes e constituidores de mercados pelo pensamento contemporâneo. Neste, as partes ativa e dinâmica atuante no mercado são os setores industrial, comercial, de serviço e o tecnológico.²¹ As várias orientações interpretativas e os variados enfoques são dados aos estudos de mercado. Dar-se-á realce aos estudos de Ploeg por tratarem-se de alternativas às discussões dualizadas entre agricultura familiar e agronegócio.

Para Ploeg (2008), os agricultores não são avessos ao mercado, e, sim, lidam com esse construindo estratégias novas e diferentes no sentido tanto de resistir/neutralizar quanto de transformar/acelerar os resultados da mercantilização das suas práticas a partir das condições socioeconômicas das suas unidades familiares rurais (UFR). As estratégias tanto podem ser de resistência ou darem-se pelo estabelecimento de novidades (novos serviços e produtos para o mercado), no sentido de abrir novas oportunidades e disputar espaços alternativos vinculados "a nichos, a produção orgânica, artesanal, não agrícolas, institucionais, dentre outros" (CONTERATO et al., 2011, p. 72).

As condutas estratégicas²² dos colonos irrigantes para alcançar os mercados de cadeia curta dentro do PJ se investem como a principal modalidade, concernente à sua localização geograficamente distante dos grandes centros, o que exige uma mobilização logística bastante complexa e uma organização de modo a se criar

²¹ Quando se indaga, hoje, aos moradores das cidades sobre a presença do rural em seus produtos cotidianos, costumam lembrar sobre os itens agrícolas transformados em produtos industriais. Todos os alimentos consumidos pelo homem, nesse final de milênio, 99% vêm da terra e somente 1% tem origem dos oceanos e água doce (VILELA, 1996).

²² Para Giddens (2000), análise da conduta estratégica remete-se a averiguar a forma pelo qual os atores mobilizam os elementos estruturais – as regras (interpretativas ou normativas) e os recursos (alocativos e de autoridade) – no decorrer das suas relações sociais; já para Long (2007), a ação estratégica vincula-se à capacidade dos atores de mudarem as circunstâncias para resolver seus problemas cotidianos, utilizando seus recursos na direção de concretizar os seus projetos.

sinergia entre os envolvidos. Reconhecidamente é uma estratégia difícil de alcançar até por organizações com canais de distribuição bastante consolidados.

É sob esse tipo de contexto desafiante (coerções e possibilidades) que os agricultores elaboram suas estratégias, tanto no sentido de aproximarem-se das formas de comercialização capitalistas por iniciativa própria ou vinculando-se a empresas rurais, como também podem enveredar no sentido de constituir novidades para garantir a constituição do seu meio de sustento. De uma forma ou outra, os agricultores movimentam-se instituindo novas relações sociais, novos conhecimentos, novos produtos/processos, novas tecnologias, novos mercados, ou se alinhando a projetos de outros (CONTERATO et al., 2011).

Uma questão relevante para os agricultores do PJ é acessar o mercado e essa disputa é enfrentada por estratégias específicas levadas adiante por iniciativa própria, orientadas por MIs ou derivada da interação com os programas institucionais. Também se relacionam com outros na direção de colocar seus conhecimentos experienciais tácitos e de conhecimento do local e da região para acessar mercados potenciais. Na maioria das vezes, utilizam-se dos próprios recursos para levar adiante os seus projetos de vida, isto não é impeditivo de lançar mão de recursos externos, quando propiciado por relações constituídas dentro de suas redes de relações. Ademais, usufruem de relações construídas internamente, cujos protagonistas são outros, como os empresários agrícolas locais. Também podem constituir formas associativas cujo intento maior é produzir sinergias tanto na produção como para comercializar os seus produtos (WISKERKE; PLOEG, 2004).

Os agricultores familiares com expressões heterogêneas, de forma prevalente, levam a efeito as estratégias de constituição de seus meios de sustento, com menor aproximação das regras institucionalizadas do mercado, valorizando acentuadamente a intensificação do trabalho familiar e mantendo uma relação íntima com os recursos naturais. Essa situação propicia maior autonomia e possibilidades de resistir em um contexto de pressão sejam os expressos nos processos de intervenção planejada ou impostos por agentes externos. Essa situação de não completa integração institucional ao mercado permite aos agricultores maior grau de autonomia no sentido de ter maior facilidade de estabelecer o que plantar e a quem vender (PLOEG, 2008).

Diferentemente, a proposição de acolhimento de agricultores em um espaço especificamente preparado para a produção capitalista, o PJ, conduzida por intervenção planejada, tinha por intenção impingir a transformação desses acolhidos, com traços de produção na diversidade em especialistas. Com esse propósito, os planejadores da intervenção planejada tinham a certeza de poder viabilizar economicamente a produção naquele espaço de forma mais eficiente e eficaz de produção ao especializar os assentados. Nesse sentido, a defesa é que a diversidade e diversificação são sinônimas de não efetividade (SCHNEIDER, 2010).

Vários autores são contrários a essa afirmativa, entre estes, Frank Ellis, cujo argumento sustenta ser a diversidade, mesmo sendo estabelecida em situação de conflito devido aos interesses difusos, condição que possibilita a inovação e maiores condições para constituir estratégias de enfrentamento das crises. Em relação às tendências hegemônicas de produção capitalista (concentração, centralização e especialização), pode-se tomar a diversidade, como uma demonstração de resistência do mundo rural à sua subordinação completa aos complexos industriais, ou melhor ainda, a heterogeneidade do desenvolvimento rural não é apenas um traço, e sim é estrutural.

A diversificação, como enuncia Ploeg (2008), permite aos agricultores disporem e manejarem a sua base de recursos de forma mais autônoma, favorecendo manobras na direção de enfrentar as adversidades do contexto, sustentada justamente na possibilidade de realização de atividades diversas. Para o autor, os agricultores podem realizar cinco tipos de gestões para converter os seus recursos: a) adotar sistemas diversificados de produção e por consequência extrair um portfólio de produtos; b) reduzir a dependência de recursos externos por processo de substituição; c) reorganização produtiva da sua unidade de produção familiar com adoção de práticas agroecológicas; d) incorporação de outras práticas rurais ou não, que possibilite ingresso de rendas; e, e) dentro das condições de recursos, a criação de empreendimentos individuais ou associativos com o propósito de agregar valor aos seus produtos.

Essas manobras trazem mudanças nas características produtivas originais dos agricultores e acabam por reduzir ou ampliar, dependendo das estratégias e recursos socioeconômicos das unidades familiares de produção, a mercantilização das suas práticas. Conforme Schneider (2010), quanto maior for o grau de

mercantilização das práticas em um determinado espaço, maior será a pressão sobre as unidades produtivas familiares ali localizadas para que essas se integrem aquelas práticas. Logo, quanto mais reduz a dependência de recursos oriundos dos mercados, maior é a possibilidade de realizar manobras e manter a autonomia de constituição dos seus meios de sustento.

Portanto, o resultado da mercantilização se estabelece no interior de negociações sociais, e não derivadas de processos lineares orientados. Extrai-se desta discussão, como assevera Ploeg (2006), haver duas formas diferentes de fazer agricultura: a) a forma camponesa; b) a forma empresarial. As diferenças primordiais entre elas são as formas pelas quais a produção, distribuição e a apropriação de valor são estabelecidas. Evidentemente, estabelece entre essas duas formas um gradiente de possibilidades estabelecidas por formas heterogêneas de se fazer agricultura, onde em maiores ou menores graus buscam manejar seus recursos com propósitos variados de resultados (autoabastecimento, sobrevivência, renda, mais valia). O certo é que quanto maior a dependência de mercados, menor é a autonomia do agricultor. Essa dependência atrela-se tanto à necessidade de buscar recursos para se produzir, quanto à do mercado para escoar a produção. Essa dependência acaba por estabelecer também mudanças culturais e de valores, levando a individualização e monetarização das relações sociais.

Assim, Schneider esclarece (2010, p. 112-113):

A mercantilização não ocorre de forma homogênea porque cada indivíduo, ou no caso agricultor, tende a estabelecer distinta forma de relação com o mercado. Por isso a mercantilização leva também à diferencial social e econômica dos agricultores.

Em consequência, existem vários graus e estágios na mercantilização, não se traduzindo em um processo linear e previsível. Derivam-se os estágios de um amplo processo de manobras e disputas entre os atores sociais com o intuito de acessarem e controlarem recursos utilizados nos processos reprodutivos e para disputar a distribuição nos mercados.

Essas formas heterogêneas dos agricultores de levarem avante os seus plantios são conceituadas, por Ploeg (1994), como estilos de agriculturas. Isto significa dizer que há a possibilidade de situarem-se, em um mesmo espaço, normas, conhecimentos, visões e experiências diversificadas que podem determinar

um estilo único de produzir ou propiciar formas heterogêneas de conduzir a práxis agrícola dos agricultores. De outra forma, trata-se de uma complexa disputa entre os diversos projetos levados à ação pelos agricultores, ou, como inferem Long e Ploeg (1994), diferentes estilos de agricultura representam projetos que os agricultores construíram de forma diferente.

Esse ordenamento das inter-relações estabelecidas na vida cotidiana, entre indivíduos, grupos formais e informais ou destes com organizações, faz instalar um campo social situado, onde a prática social e os seus significados vão se instituindo, advindos de elementos contingentes, ambivalentes e heterogêneos das ações sociais. Esse intercruzamento variado produz também realidades múltiplas e divergentes. Essa experimentação ordenada tanto se remete para o modo de conduzir as relações sociais quanto de problematizar as situações ali estabelecidas.

Derivam dessas relações interindividuais, tanto face a face quanto a distância, ações de constituição dos meios de sustento. Para Long (2007), o conceito de sustento expressa a ideia de realização de esforços pelos indivíduos para satisfazer as suas diversas necessidades, fazendo para tanto escolhas de posições de valores diferentes. Neste sentido:

Nunca é apenas uma questão de encontrar ou constituir abrigo, trocar dinheiro, colocar comida na mesa ou realizar práticas de mercância. É igualmente uma questão de propriedades e circulação de informação, gestão de competências e relacionamentos, afirmação de autoestima e da identidade do grupo. São as tarefas ligadas a segurança, identidade e a gestão do tempo tão cruciais na maneira de ganhar a vida como o pão e o abrigo assegurados (LONG, 2007, p. 111).

Muitas políticas de desenvolvimento, ancoradas em tendências universalizantes, adotam o discurso e imprimem orientação no sentido de transformar os meios de sustento dos atores, empurrando-os para acoplarem as formas globais de produção e comercialização. Tem-se aqui uma consideração: o discurso da intervenção planejada pode pertencer às instituições como o Estado, o Banco Mundial, porém são os atores (individuais e os mediadores institucionais) “que os usam, os manipulam e os transformam” (LONG, 2007, p. 114). Por isso, podem surgir novas possibilidades protagonizadas de formas mais autônomas pelos atores, afastando-se de formas hegemônicas de produção, comercialização e de meios de vida. Assim, mesmo em projetos especificamente constituídos na direção

de ir ao encontro do processo homogeneizador e moderno de se produzir e comercializar como o PJ, pode a diversidade se estabelecer ou não como fundamento principal.

3.1.3.2 *Intervenção planejada: o mediador institucional entre visões*

A noção de intervenção remete-se para uma ação ou conjunto de ações perpetrado sobre um ente, em um tempo-espaço determinado, por outro, sempre estranho ao grupo, podendo ser uma associação, uma comunidade, um assentamento, uma organização, etc. O termo estranho vincula-se à noção de não ser aquele perpetrador das ações naquele espaço-tempo reconhecido pelos afetados como fazendo parte daquela comunidade. E aquele, mesmo exercendo esforços para desenvolver estratégias recorrendo ao conhecimento local dos afetados, terá dificuldades em alcançar as diversidades e especificidades próprias aquele espaço (ALENCAR, 1995; LONG, 2007).

Apesar dessa limitação, para Long (2007), a intervenção permite desvelar como as relações ocorrem no processo social, portanto, não se trata de um processo unilateral e de cima para baixo, em que o receptor se porta de forma passiva. O processo é apinhado de conflitos e consensos constituídos a partir dos interesses dos envolvidos.

Por conseguinte, o estranho, ao entrar ou penetrar nesse espaço, estabelece uma relação social geralmente cravada por diferentes visões, saberes, valores, crenças, posições de poder e assimetria de acesso e disponibilização de recursos. O entrar como convite, ou aceitação por legitimidade, é estabelecido quando os afetados reconhecem habilidades em saber fazer (saberes técnicos e científicos), de facilitador ou detentor de um poder institucionalizado por uma organização, na maioria das vezes, por delegação das agências de desenvolvimento (DEPONTI, 2011). Esse é o caso específico do PJ, cujos mediadores perpetraram ações por delegação da CODEVASF e RURALMINAS principalmente.

Especificamente quanto às intervenções planejadas estribadas na direção de promover o desenvolvimento de uma comunidade, são, na maioria das vezes, realizadas por agências de desenvolvimento (nacionais ou internacionais) ou Organizações não Governamentais (ONGs), sendo essas organizações,

representadas no espaço da intervenção por mediadores institucionais (MIs). Esses recebem delegação das agências de desenvolvimento e investem-se na função de executores, sendo regularmente configurada em serviços técnicos ou projetos. Na maioria das vezes, essa intervenção é elaborada como um plano, com suas etapas e cujos resultados são especificados e esperados (LONG, 2007). A expectativa de resultado ancora-se na noção de força social inevitável e modificativa da conduta dos afetados, sendo considerada, em parte das análises sociais, como propiciadora apenas de resultados estritamente premeditados, não se levando em conta a possibilidade de surgimento de consequências não premeditadas (GIDDENS, 2003).

Porém, quando levados à execução pela intervenção planejada, os mediadores institucionais incorporam as representações por eles elaboradas, bem como dos mundos sociais dos idealizadores da intervenção e a dos afetados. A partir dessas releituras, os mediadores institucionais tecem as estratégias para interligar esses campos sociais, na maioria dos casos, amplamente divergentes (NEVES, 1998). Nesse sentido, a intervenção planejada não pode ser entendida como um processo estático e previamente pensado, e sim, conforme assevera Long (2007), como um processo contínuo, construído e negociado socialmente.

Sob essa ótica da negociação social, pode-se ver manifesto o que Sardan (1995) chama de dupla função. Em outras palavras, os MIs, de forma consciente ou não, exercem a função de “porta-vozes” dos conhecimentos técnico-científicos e, concomitantemente, de mediadores entre esses conhecimentos e os conhecimentos dos afetados.

Essa duplicidade de papéis, segundo o mesmo autor, conduz à “injunção contraditória”; esta se estabelece quando da valorização do conhecimento científico em relação aos dos afetados e, no acoplamento de um com o outro. Ressalva, contudo, interessar-se mais pelas intervenções planejadas, elaboradas como um plano em dotar e reforçar os MIs como transmissores dos conhecimentos técnicos e científicos, sendo essa função reforçada e evidenciada (SARDAN, 1995).

Deste modo, as intervenções planejadas não são espaço para a mediação real e os mediadores não exercem o “duplo papel”, atuando de forma prevalente como transferidor de tecnologias. Da mesma forma a intenção de acolher a participação dos envolvidos não é levada em conta.

Esse direcionamento é pertinente para as agências de desenvolvimento devido à importância atribuída à tradução de códigos restritos da linguagem técnica a condição adequada de transmissão dos novos conhecimentos técnicos e científicos para a comunidade afetada. Incorpora-se e reforça com essa situação a noção de serem os afetados pelas intervenções destinatários passivos ou recipientes acolhedores e executores de projetos alheios, não sendo capazes de constituírem os seus projetos de constituição dos meios de sustento (LONG, 2007; FREIRE, 1977).

Exercendo ou não o duplo papel, a presença dos MIs será acolhida ou confrontada pelos diversos grupos de interesse presentes no espaço das ações de intervenções, de acordo com Long (2007), formando-se uma arena, onde os grupos estratégicos colocam em jogo as suas visões e interesses de um lado, e os mediadores, por outro lado, defendendo o sentido de difundir ou conciliar saberes, comportamentos, valores na direção de constituir novas condutas e visões de mundo.

Ademais, além de portadores das atribuições anteriormente relatadas, os MIs buscam conciliar, acordar ou firmar compromissos no intuito de estabelecer a institucionalização de regras na direção de reduzir as discrepâncias de visões de mundo e as assimetrias no diálogo a ser estabelecido (NEVES, 1998; DEPONTI, 2011).

Essas agências de desenvolvimento dirigem aos mediadores as suas intenções baseadas em modelos advindos de abordagens e teorias de desenvolvimento rural. A partir da incorporação dessas noções, transmitem aos MIs todos os aspectos, desde os mais corriqueiros até os mais complexos da sua conduta esperada nos espaços em que atuarão, bem como estipulam os resultados esperados das suas atuações junto aos afetados pela intervenção.

Nesse direcionamento, instala-se a contradição por acolher a noção de serem os MIs transmissores diretos dos interesses das agências, sem reconhecer que possam imprimir marcas do seu interesse e visão pessoal quando das realizações das ações. Nega-se, assim, o poder de agência humana dos MIs. No mundo rural, esses MIs são representados com frequência por engenheiros agrônomos, assistentes sociais, extensionistas, diretores executivos de associações e educadores, entre outros (SARDAN, 1995).

Esses profissionais, em muitos casos, são limitados de competências, habilidades e atitudes para estabelecer as mediações entre mundos distintos de conhecimentos em razão das suas formações, tendo em vista terem sido as suas competências estabelecidas com base exclusivamente no conhecimento técnico-científico. Em vários momentos, os portadores desse tipo de conhecimento negam a possibilidade de haver outro tipo de conhecimento além do técnico-científico. Ademais, em muitas situações, esses profissionais vão a campo sem dominar os códigos reais e simbólicos utilizados pela comunidade quando da constituição dos seus meios de sustento (DEPONTI, 2011; NEVES, 1998).

Reconhecendo ou não as limitações por parte dos seus MIs lerem a realidade, as agências de desenvolvimento idealizam as intervenções para o mundo rural alicerçadas em abordagens teóricas e metodológicas hegemônicas. E a partir da incorporação destas formas de compreender a realidade, são definidos o papel e as funções do Estado no desenvolvimento, as funções dos atores sociais locais e as atribuições dos mediadores institucionais. Traduz-se esse conjunto de diretrizes em programas e projetos que são colocados em execução, de forma planejada, principalmente por organizações públicas. Porém essas concepções e noções sustentadoras dos programas e projetos de desenvolvimento rural estão em constantes disputas pelas partes interessadas (agências de desenvolvimento, ONGs, agricultores, mediadores, entre outros).

Mesmo nesse ambiente de disputa há um reconhecimento e legitimação acadêmica da importância das intervenções planejadas como impulsionadoras do desenvolvimento. Discute-se, todavia, e com veemência, a forma da ação de intervenção: a) se de caráter prescritivo, descrita de forma a caracterizar os atores como receptores passivos da recomendação e pretensão dos mediadores institucionais; b) comunicativa/participativa, caracterizada por buscar e valorizar a participação dos atores, tendo como centralidade possibilitar a autonomia e o seu empoderamento; e, c) trata-se de uma intervenção voltada a acolher um desenvolvimento sustentável.

3.1.3.3 *Diálogos entre a POA e a TE: estrutura, ação, agência e consequências não premeditadas*

Vários conceitos discutidos por Long (2007) já foram revisitados sob a ótica da TE. Porém, na própria discussão com Giddens (2003), foram interpostas considerações de Long com contribuição do Ploeg. Os conceitos reconstituídos por Long e Ploeg (1994) são adotados nesta tese de forma prevalente. Dois pontos foram levados em conta na decisão de privilegiar os conceitos reconstituídos por Long e Ploeg: i) esses autores elaboraram análise em um contexto situado e agrário mais próximo ao do empírico a trabalhado nesta tese; e, ii) por acreditar que Long e Ploeg conseguiram reconstituir vários conceitos da TE de forma a acolher conceitos aparentemente inconciliáveis — estrutura e ação — em um mesmo arcabouço teórico.

Inicialmente, ao conceber o conceito de estrutura dentro da TE, Giddens (2000) empreende fuga dos entendimentos forjados pelos funcionalistas-estruturalistas. Para esse autor, os funcionalistas enclausuram a noção de estrutura ao utilizar esse termo em conjunção como significado de função, levando a entender que as estruturas funcionam como um padrão das relações sociais, ou seja, externamente à ação humana. Na ótica dos estruturalistas, estrutura como função é substituída por código e mensagem. Porém as duas teorias enfatizam o predomínio do todo social sobre suas partes individuais.

Sob a ótica de Giddens, os dois conceitos padecem da mesma lógica, inserindo-se nas dualidades de função e disfunção (funcionalistas) e de sincronia e diacronia propostas pelos estruturalistas, permanecendo ambas internas aos componentes das relações estruturais. Para Giddens (2000), a estrutura é formada pela atividade da ação humana e simultaneamente é meio e resultado das ações organizadas por ela mesma. A dualidade se encontra no sentido de ser a estrutura, ao mesmo tempo, força coercitiva, de constrangimento e limitação como possibilitadora da ação.

Assim, a constituição da ação e estruturas não são dois conjuntos de fenômenos dados independentemente — um dualismo —, mas representam uma dualidade, é simultaneamente, condição e resultado, constrange e possibilita/facilita a ação dos atores (GIDDENS, 2003). Percebe-se, nesse direcionamento, a ruptura com aquelas concepções anteriormente mencionadas que concebiam os sujeitos

limitados por estruturas sociais consolidadas ou por leis históricas, inibindo qualquer outra movimentação além dos limites impostos. Nessa concepção, os atores afetam e são afetados, conformam-se e conformam as estruturas.

A noção de heterogeneidade na agricultura reforça essa posição da seguinte forma: os agricultores tanto acolhem e aplicam as orientações advindas das agências estatais quanto resistem e agem com proposições de modificá-las, transformá-las e indicar novidades ao seu processo produtivo e comercial. Assim heterogeneidade na agricultura é também resultado natural em função dos processos distribuídos e abertos de geração/adaptação de tecnologias e de múltiplas opções de sistemas de produção e do ambiente.

É sob essa discussão que forja o entendimento de ação humana, a qual se realiza dentro de um contexto estrutural já existente, com as suas regras e recursos. As regras e recursos são específicos e distinguem-se de outras estruturas sociais. Porém essas estruturas, ao mesmo tempo que regem, são sustentadas pelas ações humanas que podem modificá-las. Inserida nessa noção, encontra-se a ideia de poder como capacidade de transformação (GIDDENS, 1996, 2003).

Para Long (2007), o poder constitui-se por meio de interações diluídas em conflitos e consensos entre os envolvidos que agem em rede e com o intuito de constituir projetos individuais ou coletivos.

A ação do ator individual, devido à própria conduta humana, é empreendida de forma intencional e proposital. Essa racionalização da ação não pode ser entendida no sentido de, ao perpetrar uma ação intencional, não sejam os atores surpreendidos por conseqüências não premeditadas (GIDDENS, 2003). Deste modo, torna-se necessário clarear dois elementos dentro do conceito de ação forjado por Giddens (2003), o primeiro estaria atrelado à ação das atividades de um ator; e, o segundo, que o ator da prática pode agir de modo diferente, tanto positivo quanto negativo ao feito construído.

Outras questões são importantes para compreender ação em Giddens (2003). A intencionalidade da ação (fazer de forma proposital), traço que faz parte da conduta humana, contudo não implica que para todas as ações os atores tenham objetivos conscientes no encaminhar das suas atividades. Mesmo sendo as razões as causas das atividades realizadas pelos atores, Giddens (2003) faz advertência

quanto à limitação da monitoração reflexiva. Segundo ele, existem “fatores causais” afetando a ação sem transitar por meio da racionalização dos atores.

Para pleno esclarecimento da ação dos atores, contudo, torna-se necessário entender como Giddens (2003) concebe a noção de agência. Vincula-se agência à capacidade do ator realizar ação e não vinculada à intenção de realizar a ação, percebe-se agência sendo construída na relação. Nesse caso, o entendimento é que os atores agem na trama dos acontecimentos, mudando-os, alterando-os ou intervindo até para mantê-los, observados os limites da informação, da incerteza e as restrições físicas, normativas, políticas e econômicas (GIDDENS, 2000). Estão implícitos nesse conceito o reconhecimento da cognoscitividade e intencionalidade dos atores nas práticas sociais; desta forma, os atores sociais detêm conhecimento e são capazes de resolver os seus problemas envolvidos nos enredos dos acontecimentos sociais ao seu entorno.

Conforme Giddens (2000), os atores, ao agirem, monitoram as suas ações e observam como os outros reagem à sua conduta, bem como percebem as consequências não premeditadas da sua ação. Essa cognoscitividade e intencionalidade dos atores são reconhecidas, por Giddens (2003), como consciência discursiva. Remete ao sentido de serem os atores capazes de dizer sobre as suas ações, como fazem e por que as fazem, indicando os seus motivos.

Assim, esses atores, a partir da experiência social, elaboram estratégias para mover-se dentro dos fluxos dos acontecimentos, mesmo diante de um regramento coercitivo rígido. A movimentação dos atores é monitorada por eles mesmos; e, concomitantemente, estes procuram compreender como os outros reagem a esta movimentação dentro da trama de acontecimentos (GIDDENS, 2003).

Long (2007) reconstitui a discussão anterior, informando que a noção de agência situa-se no seu espaço-tempo de constituição. Trata-se, então, de agência específica, e não geral. Por ser ação específica, afeta de modo singular as relações dos atores envolvidos em trama específica. Neste sentido, agência não é um atributo pessoal, o qual se pode disponibilizar a qualquer momento, manifesta-se em uma rede de relacionamentos dentro da tessitura dos acontecimentos.

Assim, a agência (conhecimento e capacidade) manifesta-se nas intervenções planejadas por meio da emergência de uma rede de relacionamentos sociais (arena), onde indivíduo ou indivíduos apresentam os seus projetos e, por meio de

ações estratégicas discursivas, buscam atrair os outros para se agregarem. O foco central para estabelecer essa atração é reduzir a diferença dos significados sociais dada aos acontecimentos, ações e ideias pelos envolvidos na trama da intervenção. Segundo Long e PLoeg (1994, p. 5).

Para realizar isso, torna-se essencial que os atores sociais vençam as lutas que ocorrem sobre a atribuição de significados sociais específicos a determinados acontecimentos, ações e ideias. Vistos a partir dessa perspectiva, os modelos (ou ideologias) específicos de intervenção tornam-se armas estratégicas nas mãos das instituições e das pessoas encarregadas da promoção do desenvolvimento.

Indaga-se então se poderá ser estabelecida uma visão única, na condução de intervenção planejada. De acordo com Giddens (2003), as agências são construídas de formas diferentes em culturas diferentes e em segmentos diferentes da mesma sociedade. Nesse sentido, somente seria possível moldar as práticas de sustento dos agricultores em um processo de intervenção planejada tutorial, onde as miríades de possíveis agências constituídas quando das respostas dos envolvidos nas orientações introduzidas na arena de disputa, fossem invisibilizadas. Mais ainda, como as posições são defendidas discursivamente e uma vez que

[...] a vida social não é nunca tão uniforme ao ponto de ser baseada em um único tipo de discurso, os atores, mesmo que suas escolhas sejam limitadas, sempre encontram formas alternativas de formular seus objetivos e de preparar modos específicos de ação (LONG, 1994, p. 5),

Trata-se essa situação, segundo Long (2007), de conduta estratégica, remetendo para o poder dos atores organizarem seus recursos e, mesmo dentro de um modelo cultural e social dominante, realizar manobras e produzir persuasão ativa para adesão de outros atores aos seus projetos. Nessas situações de interação (GIDDENS, 2000) ou de interface (LONG, 2007), remetem-se ambas a encontros entre atores com grau de interesses comuns, onde são constituídos os meios para que esses indivíduos possam resolver suas posições (culturais e ideológicas) frente as outras posições discordantes (conhecimentos) estabelecidas no espaço-tempo da interação.

O poder, para Giddens (2003), vincula-se à capacidade dos atores colocarem planos de seu interesse em andamento e “mobilizar tendências” inseridas nas

instituições. Assim poder é a capacidade que os atores têm de reunir recurso na direção de possibilitar a consecução ou a transformação da ação. Há um afastamento de poder enquanto dominação, intenção ou de vontade com finalidades instrumentais de obter resultados desejados.

Long e Villareal (1994) apresentam posições semelhantes à noção de poder externada por Giddens (2003). Esses autores veem que, no dia a dia das tessituras das práticas de desenvolvimento, configuram-se redes de relacionamentos na direção de criarem ambiente favorável a firmar novos pontos de vista.

Complementando a discussão, Long e Ploeg (1994) esclarecem que, mesmo os atores detendo recursos críticos limitados e, como consequência, havendo uma limitação do leque de escolhas, isso não remete a uma conclusão de serem esses “recipientes passivos ou vítimas de uma mudança planejada, nem como tão cheios de rotina que eles simplesmente sigam regras estabelecidas ou convenções.” (LONG; PLOEG, 1994, p. 69). Ao contrário, os moradores rurais recorrem às experiências passadas, nas quais estiveram envolvidos e deram uma solução e, a partir daí, definem e operacionalizam seus objetivos e práticas, bem como processam informações e estratégias em suas negociações, seja com atores locais ou externos.

Esses argumentos de terem os atores capacidade de intervir nos rumos dos acontecimentos e transformá-los, bem como, ao mesmo tempo, forjarem estruturas que os limitam, constroem ou lhes oportunizam novas possibilidades, remetem à ideia de formas diferentes de constituição de meios de sustento.

3.2 A CONSTITUIÇÃO DE MEIOS DE SUSTENTO NA REGIÃO NORTE MINEIRA DO RIO SÃO FRANCISCO

Nesta seção, objetiva-se, por meio de revisão bibliográfica, identificar as ações e os atores que influenciaram os episódios no espaço do PJ e seus arredores, bem como individuar a evolução dos modos de sustento dos ocupantes do entorno do espaço denominada “Mata da Jayba”, no norte do estado de Minas Gerais. Torna-se necessário promover preliminarmente a caracterização e diferenciação dos atores que virão atuar no contexto do PJ, recuperando a capacidade das práticas individuais e coletivas, sem as quais as análises das dinâmicas realizadas na

intervenção planejada dirigida ao PJ ficariam carentes de uma sustentação precisa de seu contexto social e destes atores atuantes. Portanto, procuraria identificar e descrever as intervenções perpetradas nesse espaço e a constituição dos meios de sustento e a institucionalização de políticas públicas de colonização e irrigação voltadas à região

3.2.1 A constituição heterogênea dos meios de sustento no norte de Minas Gerais

Os povos indígenas ocupantes do norte de Minas Gerais, segundo os estudos arqueológicos, além de terem seus modos de vida vinculados à natureza (coleta e caça), manipulavam sistemas no intuito de constituírem suas roças. Conforme Dayrell (1998), sistemas ecológicos existentes nessas áreas de cerrados que pareciam “naturais” eram, de fato, produtos da manipulação humana. Foram encontradas 58 espécies cultivadas nas roças, além de uma diversidade de variedades que são plantadas de acordo com agroambientes específicos (COSTA, 1997). Desse modo, os mais antigos moradores da região eram também agricultores.

Esses povos eram nominados, pelos povos de língua tupi, residentes no litoral, como os “tapuias”, cujo significado é “gentio bárbaro” ou “inimigo” (RAMOS, 1951). Essa nação fixou-se na região norte de Minas Gerais às margens do rio São Francisco e no vale do rio Verde Grande e assistiu a chegada do colonizador português. Seu propósito era ocupar, por meio de colônias, o sertão brasileiro e, como prática para efetivação do pretendido, agiram na direção de apreender, escravizar e, em muitos casos, dizimaram os índios. O relato do viajante Saint-Hilaire (1975, p. 46) é bastante esclarecedor quanto ao sucesso das ações adotadas pelos portugueses, ao afirmar não ver mais índios nos arredores “[...] e os descendentes dos que outrora habitavam essa terra se retiravam para outros lugares sempre às margens do São Francisco”. Aqui se pode perceber a primeira investida do governo colonial. A ocupação consolidou-se após quatro anos de campanha, em que os grupos indígenas que estavam estabelecidos foram transformados em aliados como os Xacriabás, massacrados ou transformados em escravos ou migraram da região. Quanto

Derivados das ações suprarrelatadas, foram estabelecidos os arraiais nas margens do rio Verde Grande e, depois, transferidos para as margens do rio São Francisco e, desta forma, constituiu-se o povoado de Morrinhos, hoje, cidade de Matias Cardoso, MG, situada no entorno do PJ. Essa é a primeira povoação duradoura que se estabeleceu no território mineiro, apesar de, na época, pertencer à Capitania da Bahia.

Os bandeirantes paulistas e baianos consolidariam sua ocupação no território norte mineiro a partir da formação de propriedades rurais e fazendas que se dedicaram à criação de gado. Nas palavras de Costa, “registra-se instaladas, ao longo de rios caudalosos e nas terras mais férteis da região, as grandes fazendas, desde o início da ocupação regional, se organizaram para a criação de gado bovino.” (1997, p.78).

O gado, além do alimento, era utilizado para tração dos engenhos, transporte em pequenas distâncias e o seu couro tinha diversos usos. Nos relatos de Abreu (1976), tudo girava em torno do gado e dos seus derivados. "Porta, cama, cordas, vasilhame para armazenar água e transportar mercadoria, bainhas-de-faca, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal [...] dentre outros." (ABREU, 1976, p. 127).

Concomitantemente à criação bovina, praticava-se a agricultura de autoabastecimento nos primeiros momentos. Essa atividade desenvolvia-se por meio do cultivo de feijão, arroz, cana-de-açúcar, mamona, mandioca, melancia, abóbora, quiabo. Mata-Machado (1991) relata a maneira como o sertanejo praticava a agricultura referindo que, no período das cheias, eles instalavam-se no cerrado derrubando a mata e faziam a roça. Na estiagem, o homem sertanejo ocupava as regiões ribeirinhas, onde as águas deixavam os terrenos alagados e extremamente férteis, ideais naquele momento para a plantação (SAINT-HILAIRE, 1975).

A produção agropecuária da região era intercambiada principalmente com o nordeste brasileiro, lembrando que pertencia o norte de Minas Gerais à Bahia. Com a desaceleração das atividades açucareiras e a expansão da mineração, o norte de Minas, por sua posição estratégica e meio fluvial favorável, intensificaria suas relações como fornecedora de alimentos para os exploradores das minas de

outro. Nesse contexto, o rio São Francisco e seus afluentes ofereciam uma ampla comodidade de deslocamento se comparados aos outros trajetos que partiam do Rio de Janeiro e de São Paulo, esse caminho era reconhecido como “os caminhos gerais do sertão” (MATA-MACHADO, 1991).

Por conseguinte, as fazendas às margens do rio São Francisco tornaram-se verdadeiras autarquias, produzindo e atendendo praticamente a todas as necessidades dos seus moradores e produzindo excedentes para atendimento das regiões das Minas e do nordeste brasileiro. As fazendas contavam com teares de algodão, oficinas de variadas utilidades, armazéns, o que lhes imprimiam movimento de grande centro comercial. Todos estes gêneros, acrescidos da criação do gado e dos cavalos que por lá passavam, ou nasciam, revelam o que foi e representou o sertão do São Francisco (MATA-MACHADO, 1991).

O vigor comercial e, principalmente, a indicação de fuga do rigor fiscal via os Caminhos Gerais do Sertão, imposto principalmente pela dificuldade de fiscalização, provocou a decisão de Portugal de editar a Carta Régia de 1701, proibindo o comércio pelo caminho do sertão. Assim, medidas como — i) a cobrança do imposto da captação e a repressão exercida pela Coroa ao confisco dos bens dos líderes da Conjuração do São Francisco (movimento de reação de grandes proprietários que se associaram numa luta contra a metrópole); ii) abertura do “caminho novo” em direção ao Rio de Janeiro, fazendo com que as mercadorias europeias, que antes vinham de Salvador, passassem a ser transportadas por esta nova rota — foram suficientes para criarem o isolamento da região (MATA-MACHADO, 1991).

Dois processos são desencadeados no norte de Minas a partir deste período. O primeiro — um processo endógeno de desenvolvimento socioeconômico regional como forma de reagir ao isolamento ao buscar condições autônomas para a satisfação das necessidades locais; segundo — o fortalecimento das relações comerciais com a região Nordeste e Goiás. Essa situação impôs à população local a necessidade de criar suas estratégias de reprodução socioeconômica, entre elas, a introdução do denominado ciclo do algodão. Também se estabeleceram relações de poder em que os grandes fazendeiros se relacionam com os seus agregados com o atendimento de certas necessidades e a realização de favores (PROENÇA, 1944).

A dupla atuação do agregado, ou seja, cuidar do gado e plantar suas roças nas terras das fazendas estabeleciam-se em estratégias de acomodação e de

interesse recíproco. Permitia que o agregado colhesse sua lavoura e, depois, fosse limpar os pastos do fazendeiro, talvez, por esse motivo, os fazendeiros raramente faziam restrições às lavouras de moradores nas suas terras. Até meados do século XX, viviam em fazendas do norte de Minas Gerais muitas famílias de agricultores que não tinham laços de parentesco, de propriedade, nem eram empregadas dos fazendeiros. Denominavam-se moradores, colonos ou agregados; a denominação mais comum era “agregado”; o sistema era conhecido como agregação ou agrego (COSTA, 2005).

Essa forma de atuação da população local, articulando-se interna e externamente, construiu um modo de vida e sociabilidade próprio – “a cultura sertaneja”. As pessoas, ao tratarem-se como parceiros na reprodução da vida, constituíram coletivamente e estruturaram um modo de viver característico, cujo principal valor cultural revela-se na “solidariedade, através da parentela, bem como por relações de vizinhança e compadrio” (COSTA, 1997, p. 80).

Essas relações de produção e sociais vão assistir o advento da Lei de Terras de 1850, que inicia, por todo o Império, um movimento de regularização das propriedades rurais. Porém não trouxe nenhum efeito real sobre o isolamento da região. O mesmo não se pode dizer da grande seca ocorrida em 1877. Essa se traduz em marco de visibilidade para as regiões inseridas no semiárido brasileiro. Veja que a seca aqui referida se configura quando “as chuvas atrasam ou se distribuem de modo irregular, de forma a prejudicar o crescimento das lavouras [...]” (COELHO, 1985, p. 16).

A título de relembrar, um pouco antes da grande seca, eclodiu a Guerra de Secessão Americana (1861-1865), a qual impôs a interrupção da produção de algodão no sul dos Estados Unidos, dessa forma, criando possibilidades de ampliação da produção e exportação desse cultivo em outras partes do mundo, como beneficiários dessa oportunidade, destacaram-se o nordeste brasileiro e o norte de Minas Gerais.

Daí deriva-se uma mudança significativa. A atividade de criação de gado e de subsistência, predominante no norte de Minas e nordeste do Brasil, não atraía mão de obra abundante, não se podendo dizer o mesmo da atividade algodoeira, cuja demanda por trabalhadores é perceptível e verdadeiramente ocorreu no período em tela. Todavia o surto de crescimento de produção e exportação foi breve, levando a

bancarrotas financeiras a elite produtora rural envolvida com a produção do algodão, concomitantemente, refletiu a crise, de forma mais brutal, pela dependência total, nos empregados rurais vinculados a esta atividade.

3.2.2 A seca no centro das pretensões da intervenção planejada

A situação foi agravada com a seca marcante ocorrida entre os anos de 1877-1879. Segundo Guerra (1981), foram ceifadas por volta de 500 mil vidas. De forma direta ou indireta, essa catástrofe levou Dom Pedro II a criar uma comissão específica para estudar a questão da seca. A comissão sugeriu ao Império a tomada imediata de medidas como a construção de açudes, a implementação de sistemas de irrigação e barragens (GUERRA, 1981). Essas providências ficariam enclausuradas às ações de combate à seca nas reconhecidas “indústrias contra a seca” (COELHO, 1985), sem apresentarem uma correspondente estrutura de políticas ou de programas nacionais (DOLABELLA, 2009).

Apesar das avaliações anteriores, já não se poderia esconder ou menosprezar uma questão tão relevante situada apenas como problemática regional. As medidas imediatistas de combate à seca vinham por meio de distribuição de cestas básicas e do uso contínuo de fornecimento de água via carro-pipa. Porém o relevante é que a questão da seca ainda assim não se elevou a questão das políticas públicas. A institucionalização seria confirmada quando, no ano de 1909, a República instituiu a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS (posteriormente, em 1919, seria transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS 1919), tendo por finalidades estudar e propor soluções para esse problema nacional. Com essa mediada, o espaço do semiárido foi destacado como espaço diferenciado das demais regiões do país e, por conseguinte, deveria receber uma atenção especial.

As atribuições da IOCS sustentavam-se na ideia de combater a seca, noção essa que iria ser substituída, sob a égide do Estado Desenvolvimentista, por outra cujo direcionamento buscava a convivência e mitigação dos efeitos da seca (XAVIER, 2001). Porém, a concepção prevalente de combate a seca, à época, atava-se à cantilena de todo ano ao se repetir a mesma ladainha da seca. Não à toa, pois interessava em muito à elite política regional, ao possibilitar a mediação cíclica

da indústria da seca e, por consequência, a manutenção de instrumentos eficazes de controle político regional (GUERRA, 1981).

Ainda, nesse período, ocorria a intensificação da prática de distribuição de benefícios através dos donatários de prestígio local, ocorrendo verdadeiramente a delimitação dos poderes central e local. O estado chegava aos denominados sem voz e invisíveis pelas mãos dos coronéis locais. Foi esse *modus operandi* de fazer política na Velha República (NEDER, 1979). A centralidade do interesse não buscava a solução efetiva do problema da seca, pelo contrário, o pretendido era justamente a repetição do problema e, por conta disso, o estabelecimento da prática clientelista (CHACON, 2007).

Há uma ligeira mudança quando a inspetoria passou por nova denominação, em 1945, quando foi instituído o Departamento de Obras Contra as Secas – DNOCS. As atividades de implantar infraestrutura física no semiárido brasileiro continuaram, todavia através de atores vinculados às entidades estatais, o que reduzia, de certa forma, a participação direta dos coronéis. De certa forma porque a presença dos coronéis efetivamente perderia a legitimação somente depois de 1970, quando se pode perceber a valorização do funcionário do governo na mediação das transferências das políticas estatais (BURSZTYN, 1984).

Voltando-se à questão da irrigação, essa constituía a fase de atuação do DNOCS também sob a denominação de hidráulica, em que a crença se pautava em ações de acumular água por meio da construção de açudes e barragens como formas suficientes para suavizar as condições das populações do semiárido brasileiro.

Além do DNOCS e já sob a direção das discussões das teorias desenvolvimentistas (pregavam os adeptos dessa teoria que o desenvolvimento não ocorria por igual em toda parte, incidindo em espaços onde um polo irradiador de força propulsora de crescimento se estabelecia) e a batuta do Estado Planejador, foram instituídas a Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco – CHESF – e a Comissão do Vale do São Francisco – CVSF (ambas em 1948). Esta última passou a ser chamada de Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), transformada, depois, na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Também, foi instituído, em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil

(BNB). Estas instituições dariam as suas visões políticas de como orientar o desenvolvimento regional.

Porém foi através da constituição do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, que se deu o suporte teórico para buscar o desenvolvimento na região do semiárido. A sugestão emitida pelo grupo foi para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – em 1959. Essencialmente, preconizava esse grupo: a) a forte industrialização na região Nordeste; b) rearticulação da agricultura com o intuito desta dar suporte à expansão industrial; c) a inovação institucional, considerada como fator determinante para encaminhar o desenvolvimento do semiárido brasileiro, esta protagonizada pelo estado nacional desenvolvimentista (SANTOS, 2004a; ARAÚJO, 2000; VIDAL, 2003).

Estava encravada na concepção da SUDENE a ideia de que o subdesenvolvimento não se vinculava estritamente às questões climáticas ou hidráulicas. Discutia-se a promoção social da população como via de uma região atingir o desenvolvimento. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento somente aconteceria com ações na direção de industrialização do espaço e na introdução de melhoria de infraestrutura, saúde, educação e incentivos à agropecuária por meio de financiamento e assistência técnica.

Para tanto, segundo Costa (1992), foram criados os chamados “Projetos de Impactos”, sob a direção do governo federal. Percebe-se nesse modelo um afastamento das políticas hidráulicas patrocinadas pelo governo imperial e da República Velha e inaugura-se um segundo período, o qual se prolongaria até por volta dos anos de 1980.

3.2.3 A irrigação como política pública

A pregação da concepção industrial trazia de forma explícita a incompatibilidade de ocorrer a modernidade e o crescimento econômico da região sem o esvaziamento do espaço rural. Segundo o diagnóstico do GTDN, “[...] essas pessoas viviam de atividades que não geravam renda em um modelo atrasado de produção. Essa condição não permitia a participação como consumidores no novo

modelo econômico que está sendo forjado, baseado na industrialização.” (CHACON, 2007, p. 76-77).

Nesse cenário e sob o pensamento de desenvolvimento regional²³ e ancorada na ideia de redução das desigualdades sociais, que o norte de Minas Gerais, por similaridade climática com o nordeste brasileiro, foi incorporada institucionalmente como espaço geográfico sob a égide de atuação da SUDENE, em 1963. De acordo com Oliveira (2000), somente a partir desta data o Estado inicia a adoção de políticas específicas e deliberadas voltadas para o desenvolvimento do norte de Minas Gerais com a incorporação desta à área do Polígono das Secas.

Como proposta de desenvolvimento, por conta até do potencial hídrico da região devido ao rio São Francisco, é sugerida para região, como política alavancadora do desenvolvimento regional, a introdução de projetos públicos de irrigação, entre os quais, o Projeto Jaíba. A orientação para a criação do PJ insere-se no bojo das políticas desenvolvimentista de JK, que para o semiárido tinha como diretriz reduzir as desigualdades regionais do Brasil.

Anteriormente à iniciativa do governo JK, o Instituto Nacional de Colonização e Irrigação (INIC), no início da década de 50 do século passado, entre os municípios mineiros de Janaúba e Manga, a partir do rio Verde Grande, já tinha construído infraestrutura para o assentamento de duzentas famílias, em lotes de 20 e 30 hectares, num total de 310 mil hectares em terras devolutas. A experiência não foi bem-sucedida, tendo como fatores restritivos o clima local, a falta da assistência técnica e o isolamento da região em relação às regiões desenvolvidas. Também, as tentativas de reabilitar a área com a introdução de criação de gado não surtiram efeitos positivos. Contudo ficou presente na região infraestrutura básica instalada – núcleo habitacional e centro administrativo da colônia – (GOMES, 1982).

Mesmo com essa iniciativa não exitosa, em meados da década de 1960 e ancorados em diagnósticos elaborados pelo *Bureau of Reclamation* (órgão do Departamento do Interior dos Estados Unidos para a gestão dos recursos hídricos), toda a área identificada como Mata da Jaíba, uma área de 230.000 hectares, foi

²³ Primeiramente, isso nos anos 50 do século passado, emergiu a noção de desenvolvimento regional. Nessa perspectiva, somente ocorreria o desenvolvimento se houvesse a redução das desigualdades sociais entre as regiões. O pleno desenvolvimento dar-se-ia com a integração de áreas deprimidas às desenvolvidas (DINIZ FILHO; BESSA, 1995).

qualificada como aproveitável à agropecuária. Desse total, 100 mil hectares foram indicados para o desenvolvimento da agricultura irrigada; e o restante da área, para a cultura de sequeiro (RODRIGUES, 1998). Aos olhos dos decisores das políticas públicas nacionais à época, essa área viria a ser considerada como em estado potencial para se instalar empreendimento econômico de desenvolvimento nacional.

Com o advento do rompimento da ordem institucional e a ascensão dos militares²⁴ ao poder, a região da Mata do Jaíba continuava sendo considerada como potencial para acolher a implantação de novos empreendimentos agroindustriais e, por consequência, a geração de postos de trabalho para os moradores rurais do norte de Minas Gerais, como os boias-frias. Essa perspectiva de desenvolvimento denominava-se “modernização conservadora da agricultura” (CARVALHO, 1988). Nesse rumo de modernização da agricultura, os militares instituíram instrumentos de política agrícola integrados via crédito rural – Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a política de garantia de preços, assistência técnica, pesquisa agropecuária e o seguro agrícola. Orientava o país rumo à modernização da agricultura para atendimento da indústria (SANTOS, 2003).

Assim, a irrigação tornou-se mais um instrumento da política agrícola no governo militar e vinculado ao planejamento de bacias hidrográficas, por sua vez, vinculadas ao PLANOROESTE. Assim, em 1969, tem-se o nascedouro da política da irrigação com a publicação pelo Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário – GEIDA do Programa Plurianual de Irrigação (PPI). Contemplava-se, nesse momento, o financiamento da primeira fase do Programa de Integração Nacional (PIN). Tratava-se de uma concepção intervencionista traduzida em programas como os referidos anteriormente (GOMES, 1979).

Destarte, na década de 70 do século passado, tendo em referência a Mata do Jaíba, o governo mineiro pactuou contrato de financiamento de US\$29 milhões com o Banco Mundial, destinado a implantar o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste de Minas Gerais (Planoroeste), que tinha entre os seus projetos a

²⁴ No período militar, toma fôlego a ideia de integrar a região sob o protagonismo das grandes empresas agrícolas. Estas seriam capazes de conduzir a produção irrigada e gerar empregos para os trabalhadores agricultores, integrando-os aos mercados formais. Aqui, a visão se estabelece sobre a crença do capitalismo nacionalista. Empresários rurais explorariam os recursos hídricos e oportunizariam empregos, os quais gerariam crescimento econômico para uma região não desenvolvida.

expansão da fronteira agrícola na Mata da Jaíba como vetor para transformá-la no mais importante polo agroindustrial da região (SANTOS, 2003).

Duas decisões seriam cruciais no redirecionamento do Projeto Jaíba: a) a primeira tomada em 1972, de orientação do governo estadual, definiu-se que a área a ser irrigada abrangeria a superfície de 100 mil hectares e destinar-se-ia a acolher empreendimentos agroindustriais. Concomitante a essa decisão, instalou-se, por meio da RURALMINAS, em 1974, um projeto-piloto de assentamento rural, denominado "mocambinho"²⁵ com o intuito de experimentar e comprovar a possibilidade do desenvolvimento irrigado da agricultura nessa área; b) a segunda decisão tomada em 1975, de nível federal, se dirige para o consorciamento de ações com o governo mineiro com o objetivo de acolher o PJ com política pública nacional (GOMES, 1982).

Assim entra em cena a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), órgão federal, cujo papel no consórcio, à época, seria de conduzir as obras hidráulicas de uso coletivo do projeto; a RURALMINAS, órgão estadual, caberia as atribuições da montagem da estruturação do capital social básico (CONSÓRCIO, 1987; PLENA, 1997).

Presente na decisão encimada estava o projeto de economia nacional sustentado por um estado desenvolvimentista (Brasil Potência) – "este é um país que vai pra frente". Crédito abundante, subsídios e protecionismo vaticinariam o destino do Brasil: "ninguém segura este país!!!". Essas concepções estavam cristalizadas nos idealizadores do PJ.

Relembrando, nessa década de 1970, são instituídas a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural dos Estados Brasileiros (EMATERs). A EMATER teria atuação destacada dentro da operacionalização das práticas cotidianas dentro do Projeto Jaíba.

²⁵ É relevante lembrar ser o projeto-piloto do Mocambinho uma experiência de vinculação assistencialista, onde havia atuação forte e determinante da RURALMINAS nas práticas de produção e comercialização dos colonos. Porém a efetiva ocupação somente se iniciaria no final dos anos 80 do século XX, dentro de regras e orientações e sob o modelo de um plano. No andar da construção das estruturas físicas, há uma integração de interesses entre a esfera nacional e estadual, a primeira representada pela CODEVASF; e a segunda, pela RURALMINAS.

Nesse clima, inicia-se a construção da estrutura do Projeto – canais, edificações, estradas e a preparação dos lotes para recebimento dos irrigantes, o que levou à destruição significativa do revestimento de Floresta Estacional Decidual de alto porte da área conhecida como “Mata do Jaíba”.

No decorrer da construção da infraestrutura, outro redirecionamento a respeito de quem iria ser beneficiado com a distribuição da área ocorrerá em 1983. O Banco Mundial, como pré-condição para injetar recursos no valor de US\$71 milhões, que somaria a contrapartida nacional de US\$87 milhões, impõe a destinação de área para a ocupação de pequenas e médias propriedades, exploradas pelo trabalho familiar (SANTOS, 2003). Conforme Januzzi (1995, p. 15), “houve alteração das diretrizes políticas que nortearam a concepção do projeto, privilegiando-se a vocação social em detrimento do modelo econômico apoiado em grupos empresariais.”.

Desta forma é substituída a ótica empresarial pela social. Ou, em outras palavras, no lugar da geração de milhares de trabalhadores rurais volantes para as empresas agrícolas a instalarem-se no perímetro irrigado, haveria aproximadamente 2.000 novos pequenos proprietários familiares (FONSECA, 1995).

Edificadas as estruturas físicas de irrigação e estrutura básica da Etapa I, isso em 1988/1989, entraria em cena, agora de forma prevalente, a RURALMINAS²⁶. O desafio dessa instituição constituiu-se em: a) assentar e construir as interconexões entre os colonos irrigantes (CIs) e as diversas instituições presentes no Projeto Jaíba; b) erigir a reordenação e transformação da vida social dos colonos de forma a torná-los capazes de migrar de uma produção de subsistência para uma agricultura empresarial e lucrativa, diferente da tradicionalmente praticada no semiárido (RODRIGUES, 2001; BANCO MUNDIAL, 2003; WOLD BANIK, 1988; PLENA, 1997).

Imbuída desta determinação, a Ruralminas, responsável pela seleção dos colonos a serem assentados, facultou a oportunidade a qualquer cidadão do país, com experiência na agricultura, inscrever-se no cadastro de pretendentes a lotes no Projeto Jaíba. Observam-se critérios para a seleção voltados totalmente para o social, como vulnerabilidade social, número de filhos, renda, entre outros. Conforme

²⁶ A Fundação Rural Mineira - RURALMINAS “[...] tem por finalidade planejar, desenvolver, dirigir, coordenar, fiscalizar e executar projetos de infraestrutura rural e de engenharia agrícola e hidroagrícola, visando o desenvolvimento social e econômico do meio rural no Estado de Minas Gerais.” (ESTATUTO DA RURALMINAS, 2003, p. 6).

Araújo et al. (2007), essa condição, todavia, não foi seguida à risca, tendo os inscritos atividades profissionais e origens territoriais diversas. Mas, na sua grande maioria, oriundos do norte de Minas e eram agricultores, proprietários e trabalhadores rurais (SOARES, 1999). Porém a pretensão de transformação desses agricultores de produção de subsistência para a prática empresarial persistia. Dessa maneira, recaía sobre os colonos irrigantes o desafio de produzirem de forma diferente. Segundo Diniz (2002, p. 49), “não somente por receber nova identificação (colono ou irrigante), mas por ter sua vida alterada pela nova forma de produzir e trabalhar a terra, que vem seguida da problemática da adequação e do impacto cultural resultante dessa imposição.”.

Pretendia-se com a ação de intervenção planejada homogeneizar as práticas de sustento. Implícita também na argumentação anteriormente relatada encontra-se a noção de determinação externa no sentido de que as intervenções exógenas seriam grandes indutores capazes de transformar os meios de sustento dos colonos irrigantes assentados e vinculá-los às estruturas de mercado. O resultado esperado era acolher respostas iguais a circunstâncias estruturais similares, tendo por meio a orientação instrumental e linear (DINIZ, 2002).

Acolhido o aporte teórico, demonstra-se o percurso metodológico utilizado para analisar o empírico do Projeto Jaíba.

4 METODOLOGIA

Insere-se, neste capítulo, a metodologia empregada na realização da pesquisa, por meio das seguintes subseções: a abordagem qualitativa e empírica do Projeto Jaíba; a fase exploratória do *locus*, a amostra, os instrumentos de recolha de dados e atores; a operacionalização dos objetivos específicos; os percursos no *locus* da pesquisa; a interlocução com as partes envolvidas e as observações; finalizando-se com a análise dos dados.

4.1 A ABORDAGEM QUALITATIVA E O EMPÍRICO PROJETO JAÍBA

Para alcançar os objetivos propostos e verificar a validade da hipótese lançada e seus desdobramentos, adotou-se a pesquisa quantitativa, valendo-se de um percurso exploratório, descritivo e explicativo. A pesquisa exploratória estribou-se na revisão bibliográfica e no estudo de caso – a intervenção planejada no PJ; a descritiva remete-se aos diversos instrumentos de recolha de dados e a sua triangulação, assim, objetivando desvelar as experiências das partes envolvidas no processo; já a explicativa vincula-se aos aspectos teóricos e evidências empíricas no sentido de analisar a diversidade de estratégias de meios de sustento geradas a partir de uma intervenção planejada.

A escolha em sustentar-se na abordagem qualitativa fez-se por essa levar em conta as dinâmicas das práticas sociais situadas; por valorizar preferencialmente as condições reais; por conceber a indissociabilidade entre o mundo natural e o social; por conduzir um processo reflexivo e contextual na direção de descrever ou reconstruir realidades. Essas condições permitem ampliar o conhecimento de uma realidade situada, refletindo sobre a complexidade da problemática posta. Também por admitir a possibilidade de múltiplos instrumentos de recolha e análise de dados, bem como a presença do pesquisador como parte da pesquisa (DENZIN; LINCOLN, 1994). O múltiplo uso de instrumentos admitidos nesta abordagem possibilita a “triangulação de dados” e traduz-se em ampliação das possibilidades na direção de evidenciar, organizar e analisar os dados, assim como de comprovar a hipótese lançada e seus desdobramentos.

Ademais, permite a compreensão do fenômeno em seu contexto com a consequente valorização das percepções, falas e ações dos atores. Assim, essa abordagem adapta-se aos propósitos da pesquisa cujo fito é analisar como os CIs e MIs, como portadores de agência humana, posicionam-se e estabelecem estratégias de constituição dos seus meios de sustento diante do processo da intervenção planejada no contexto do Projeto Jaíba.

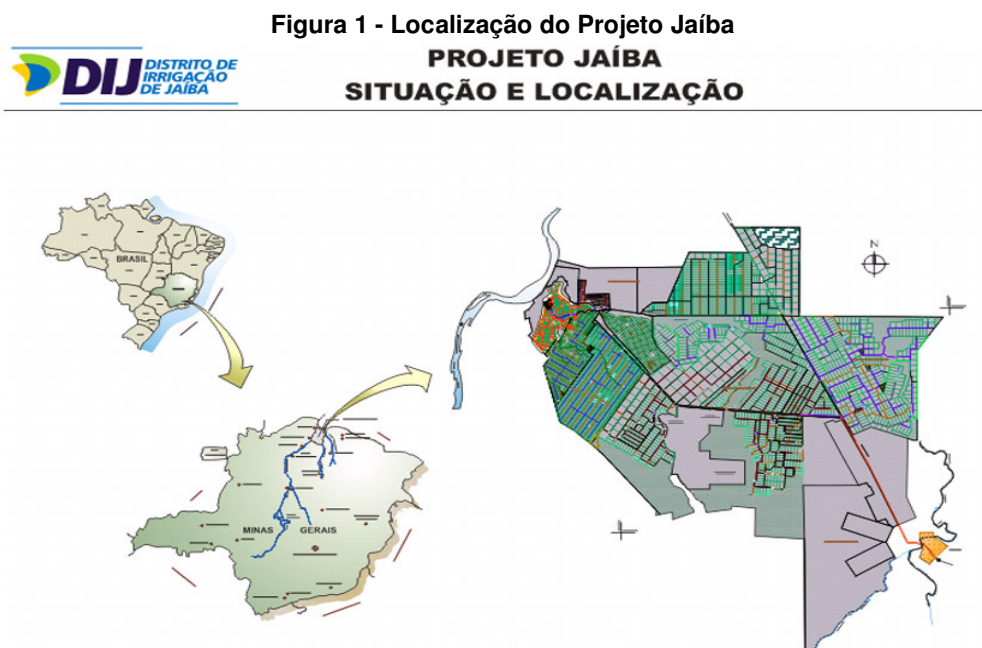
Nesta tese, o espaço físico – PJ - é importante, pois trata-se de *locus* em que os objetos físicos foram concebidos sob uma visão específica e orientada para acolher uma agricultura moderna e voltada para o atendimento do mercado e, posteriormente, onde assentariam os indivíduos em lotes financiados. Esses CIs seriam capacitados para tocar o projeto como fora planejado. Assim se torna espaço privilegiado para entender toda a tessitura da intervenção planejada: da idealização a ações sociais estabelecida em seu interior.

Por se centrar em um espaço específico e as redes de relação levadas a cabo dentro desse pelos CIs e os MIs, este o estudo pode ser caracterizado como um estudo de caso. Yin (2005) assevera ser pertinente a acolhida do estudo de caso quando as questões colocadas a serem desveladas são do tipo “como” e “por que”, e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real, que de certa forma necessitam ser esclarecidos. Para verificar a validade da hipótese e seus desdobramentos, utilizou-se o estudo de caso do Projeto Jaíba, submetido à intervenção planejada estatal, em que duas políticas públicas foram levadas em ação: implantação de um perímetro irrigado e colonização de área por meio de assentamento de agricultores.

Para o correto emprego do estudo de caso, Yin (2005), referindo-se a critérios para operacionalizar um projeto de pesquisa com qualidade, recomenda atenção especial para a: i) “medidas operacionais corretas para os conceitos que estão sob estudo” - validade do construto (YIN, 2005, p. 55); ii) estabelecer uma relação causal, por meio da qual são demonstradas causa efeito (validade interna); iii) estabelecer o controle a qual as descobertas de um estudo podem ser generalizadas (validade externa), ou de outra forma; refere-se à extensão em que as conclusões obtidas podem ser generalizadas; e, iv) demonstrar que os resultados podem ser repetidos, desde que repetidas nas mesmas condições que foram produzidos (confiabilidade).

Também, recomenda Yin (2005) a adoção do maior número possível de fontes, ou seja, a triangulação de dados, não indicando supremacia de uma sobre a outra, afirmando serem complementares: i) documentação; ii) registro em arquivos; iii) entrevistas; iv) observações diretas; v) observações participantes; vi) artefatos físicos. Permite também o exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação particular (BOGDAN; BIKLEM, 1994) ou permitir o exame de grupos de pessoas que desempenham diferentes ações em um programa ou em um projeto (ALENCAR; GOMES, 1998). No trabalho em foco, foram adotadas as fontes documentais, as entrevistas e as observações diretas.

O Projeto Jaíba *lócus* da pesquisa, figura 1, situa-se ao norte de Minas Gerais, entre rios, à esquerda, o rio Verde Grande; e, à direita, o rio São Francisco; este se tornará o fornecedor, quando do pleno funcionamento do Projeto, de aproximadamente 6% ou mais de seu volume de água. Tal intervenção somente foi autorizada porque se estava em momento de plena miopia ambiental. O centro político e administrativo mais próximo é a cidade de Montes Claros, MG, aproximadamente a 204 km; outras informações para posicionamento: encontra-se a uma distância aproximada de 622 km de Belo Horizonte e a 950 km de Brasília, DF.



Fonte: Distrito de Irrigação de Jaíba (2013)

Abrange uma área de 100 mil ha, tendo potencial para viabilizar a exploração agrícola sob o regime irrigado em uma área líquida de 40.945ha (Secretaria de Agricultura e Abastecimento de MG). Especificamente, quanto à área em foco, a Etapa I é caracterizada conforme tabela 1.

Tabela 1 - Descrição das Glebas da Etapa I do Projeto Jaíba

DESCRIÇÃO	GLEBA	ÁREAS (ha)		NÚMERO DE LOTES
		BRUTA	IRRIGÁVEL	
PEQUENOS PRODUTORES	A	6.038,21	4.296,79	845
	B	2.829,26	2.055,85	399
	C3	488,63	295,02	57
	D	2.669,87	1.038,79	201
	F	2.336,16	1.660,23	326
	TOTAL	14.362,13	9.346,68	1.828

Fonte: Distrito de Irrigação do Jaíba (2013)

4.2 A FASE EXPLORATÓRIA DO *LÓCUS*, A AMOSTRA, OS INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS E ATORES

Os primeiros contatos do autor com o *lócus* da pesquisa precede em mais de dez anos o interesse em focalizá-lo como objeto de estudo. Deu-se quando das atividades de professor no IFNMG, em atividades de visitas técnicas. Esta situação facilitou a entrada do autor agora como pesquisador, pois já havia vários vínculos estabelecidos com os potenciais interlocutores da pesquisa. Mesmo diante desta condição facilitadora, recorreu-se ao informante-chave no sentido de reforçar e reavivar vínculos antigos, bem como na perspectiva de indicação de novos possíveis interlocutores e para atualizar o autor sobre novos acontecimentos naquele contexto.

Para escolha do informante-chave, atentou-se para vários detalhes: ser este portador de parte das informações da constituição e operacionalização do PJ em sua diversidade; ser ocupante de posição reconhecida na comunidade; e, ser avaliado como “a pessoa mais entendida” no assunto, no caso, o Projeto Jaíba (YIN, 2005; LAKATOS; MARCONI, 2008).

A fase exploratória e de aproximação do objeto de pesquisa suscitou uma inquietação sobre a definição da amostragem: quantos CIs deveriam ser observados e quantos deveriam ser entrevistados uma vez que Etapa I do PJ é composta por

1.828 CIs? A decisão pautou-se, então, no encaminhamento da argumentação que a pesquisa qualitativa se preocupa mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão; e menos com as generalizações (MINAYO, 2004). Mesmo reconhecendo essa situação, procurou-se elaborar uma sondagem por meio de questionários semiestruturados.

Nessa direção, definiu-se por uma amostra ao acaso de 100 CIs para responder ao questionário semiestruturado e, entre estes, foram escolhidos dezesseis CIs para responderem à entrevista em profundidade. Também, foram escolhidos nove mediadores institucionais representantes das entidades atuantes no projeto e envolvidas na intervenção planejada (CODEVASF, EMATER, DIJ e RURALMINAS), quadro 1. Assim, avaliou-se que esses eram suficientes para refletir a totalidade das partes envolvidas na intervenção planejada, portanto, contemplando a múltipla diversidade do contexto. Definiu-se, ainda, de forma complementar, por realizar observação não participante de cinco CIs nas suas práticas diárias e suas redes de relacionamentos e fez-se análise documental a respeito.

Quadro 1 - Descrição dos interlocutores, forma de escolha e instrumento utilizado

Interlocutores	Quantidade	Formas de Escolha	INSTRUMENTO	IDENTIFICAÇÃO
CIS	100	Ao Acaso	QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO	DE 1 A 100
CIS	16	INTENCIONAL	ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	DN, MR, PM, CA, LS, FL, AR, AB, GT, JV, ZJ, LD, LR, SP, JV, IV
MIS	09	INTENCIONAL	ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	DJ1, DJ2, DJ3, DJ4, ET 1, ET 2, CD 1, CD 2, RM 1

Fonte: Dados da pesquisa

Para realização da pesquisa e alcançar os interlocutores, foram percorridas as seguintes etapas:

a) Construção dos instrumentos de recolha de dados e o seu pré-teste. Como há uma população bastante plural no PJ, realizaram-se entrevistas prévias com três CIs a fim de perceber as dificuldades de entendimento das questões inseridas no questionário semiestruturado. Após a aplicação do pré-teste, realizaram-se as correções avaliadas como necessárias.

b) Para o agendamento das entrevistas com os 100 CIs, foram executadas visitas às suas UFRs no turno da manhã, fazia-se o contato e verificava-se a disponibilidade e disposição dos CIs em receber o autor para uma entrevista à tardinha, daquele mesmo dia. Não se encontrou dificuldade ou resistência para o agendamento, a não ser por já ter o CI um compromisso previamente marcado. Em média, foram realizadas duas entrevistas por dia, e essa etapa prolongou-se por 70 dias, ao longo dos meses de fevereiro a abril de 2012.

c) A definição dos CIs participantes das entrevistas em profundidade somente ocorreu após uma rápida sistematização dos dados recolhidos nas entrevistas semiestruturadas aplicadas aos 100 CIs, pois essas possibilitaram identificar, entre os interlocutores, aqueles com práticas diferenciadas e também às direcionadas para atividades adotadas no PJ sob a orientação dos mediadores institucionais.

d) Definidos os possíveis interlocutores, passou-se ao agendamento das entrevistas em profundidade. Como já haviam se estabelecido vínculos de confiança quando da entrevista semiestruturada, o agendamento das entrevistas foi facilitado. Efetivaram-se as entrevistas nos meses de maio e junho/2012. Quanto ao agendamento com os mediadores institucionais, não ocorreu de pronto, como combinado com os CIs. Houve a necessidade de dirigir-se pessoalmente a cada um dos interlocutores em suas instituições e fazer uma apresentação do que se tratava a pesquisa. Porém, em um mês, todas as entrevistas já estavam agendadas. Igualmente, prevaleceu como fator facilitador para efetivação das entrevistas os vínculos do autor com os interlocutores, bem como por atuar em instituição reconhecida regionalmente e avaliada como parceira em diversos projetos protagonizados pelas instituições visitadas. As entrevistas ocorreram em junho e julho de 2012.

Foram três os instrumentos de recolha dos dados primários e das narrativas dos interlocutores elaborados no sentido de desvelar as motivações, crenças, atitudes e sentimentos sobre as questões postas: o questionário semiestruturado, a entrevista em profundidade e a observação não participante. O primeiro, o questionário semiestruturado, foi segmentado nos seguintes tópicos: i) trajetória dos agricultores antes de serem assentados, trajetória dentro do Projeto Jaíba e as redes de relacionamentos estabelecidas por esses CIs. O intuito foi o de desvelar estratégias de aproximações e distanciamentos nas trajetórias individuais no tocante

às práticas de plantio, práticas comerciais e na movimentação nas redes de relacionamentos estabelecidas (Apêndice A); ii) o roteiro de entrevistas orientador para interlocução com os atores e mediadores institucionais dirigiu-se na busca de individuar como eram constituídas as práticas de produção, comercialização e redes de relacionamentos, como se utilizavam das experiências passadas, dentro de uma conversa com tal finalidade (Apêndices B e C); iii) também, nas observações não participantes, visou-se perceber como se davam as redes de relacionamentos dos CIs com os mediadores e destes com o mercado, com as instituições e organizações. As observações não participante iniciaram no mês de junho de 2010 e perduraram até o mês de julho/2012, realizadas em períodos determinados. Aproveitou-se, para esse intento, também de eventos realizados na EMATER, JICA e do processo eleitoral para o DIJ.

4.3 A OPERACIONALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para operacionalização dos objetivos específicos, partiu-se, no momento de revisão da literatura, na busca de compreender a trajetória histórica de como se instituiu, com quais interesses, sob qual visão de mundo, e com quais transformações se instalaram a política de intervenção planejada na área designada como Mata da Jaiba. Recorreu-se, para tanto, aos documentos atinentes aos programas de governos, teses, artigos e livros sobre a questão.

Em um segundo momento, deu-se início as análises baseadas nas entrevistas realizadas com o questionário semiestruturado, roteiro de entrevistas, observações e estudo documental; isso feito, com intuito de identificar como se constituíram a idealização do plano de intervenção planejada, bem como as estratégias de ações dos atores e mediadores dentro das teias dos acontecimentos. Tinha-se por direção entender os processos de produção, comercialização, viver e redes de relacionamentos.

Atentou-se especificamente sobre como os mediadores institucionais agem na direção de estabelecer suas visões de mundo, ou das instituições por eles representadas ou as duas simultaneamente; como se posicionavam na arena e elaboravam estratégias com o intuito de tornar suas visões hegemônicas no sentido de garantir o projeto das suas instituições, ou levar a práticas suas próprias visões.

Concomitantemente, fez-se a análise de como os CIs se posicionavam na arena com as suas estratégias no sentido de acomodar-se, resistir ou manipular as orientações recebidas de acordo com os interesses de situação e na direção de garantir os seus meios de sustento.

Também se procurou identificar e analisar, dentro da disputa intencional das ações, o que fora estabelecido como resultados pretendidos e o que ocorreu na dinâmica levada à ação pelos envolvidos na teia dos acontecimentos. Para a discussão anterior, adotou-se o conceito de poder de agência e as noções de intervenção planejada como um plano ou como ação contínua e negociada socialmente.

4.4 OS PERCURSOS NO *LÓCUS* DA PESQUISA: A INTERLOCUÇÃO COM AS PARTES ENVOLVIDAS E AS OBSERVAÇÕES

A reaproximação do empírico realizou-se por meio de revisão de literatura e análise de diversos documentos, livros, atas de reunião pertencentes às instituições e ou associações de CIs e de uma visita geral ao PJ, tendo por companhia o informante-chave. Foram visitadas todas as glebas e, em vários momentos, visitadas as Unidades Familiares Rurais com a finalidade de visualizá-las de forma panorâmica e em uma caminhada exploratória no sentido de observar os seus detalhes. Também utilizou-se da estratégia de hospedar-se nas vilas (agrovilas) com o intuito de sentir o contexto em sua diversidade.

Finalizada a etapa exploratória, partiu-se para o trabalho de campo, então, tendo-se como balizadores a revisão bibliográfica e a análise documental. O objetivo, nesta fase, foi realizar conversas e observações orientadas com as partes envolvidas no processo de intervenção planejada do PJ. Na revisão teórica, foram focalizados os aportes orientadores para as interlocuções. Nos documentos, intencionou-se captar as visões de mundo das instituições e as definições das metas estipuladas para serem cumpridas pelas partes envolvidas no processo.

As interlocuções com os atores foram iniciadas realizando-se entrevistas semiestruturadas em suas unidades familiares rurais ou nas residências desses, nas agrovilas ou vilas. Antes de colher quaisquer dados, os interlocutores foram informados sobre os propósitos estritamente acadêmicos da pesquisa, a justificativa

para realização da mesma e a garantia de acesso às informações colhidas. De igual modo, foram esclarecidas as questões de anonimato e confidencialidade das informações e garantido aos interlocutores que, a qualquer momento, poderiam retirar o consentimento dado. Também, foi colocado que o mesmo tinha a liberdade de participar ou não da pesquisa. Essa conduta ética estendeu-se a todos os interlocutores.

O questionário semiestruturado utilizado não foi empecilho para colher informações complementares. Quando eram dirigidas aos CIs questões estruturadas, em várias oportunidades, eles faziam observações e explicavam ou justificavam as respostas. Esses momentos foram importantes para colherem-se informações avaliadas como relevantes no caderno de campo. Também, no momento das visitas, foram repetidos os convites para uma visita à área de plantio ou de criação dos animais. Nesses momentos, igualmente, foram colhidas informações e registradas as informações avaliadas como importantes. Perceberam-se, nessas ocasiões, “momentos de liberdades” no estabelecimento da conversa. Os interlocutores falavam mais à vontade e espontaneamente quando percebiam que o autor não estava anotando ou gravando alguma resposta.

A entrevista em profundidade também se estabeleceu em espaço de atuação dos interlocutores. Com os CIs, as entrevistas foram realizadas em suas UFRs; e com os mediadores, em seus locais de trabalho ou residências. Em vinte desses momentos, utilizou-se o gravador para a execução da entrevista; em outros quatro, as falas foram anotadas. Antes, utilizou o autor de uma conversa prévia de aproximação, tratando de temas gerais até iniciar propriamente as entrevistas.

A observação não participante tornou-se um instrumento valioso na recolha de informações. Buscava-se tanto observar os elementos relacionados com as categorias teóricas identificadas (unidades de observação) como se abria a possibilidade de recolherem-se informações, além daquelas previamente estabelecidas, dessa maneira, alargando o contexto da observação. Nesse sentido, a observação não participante possibilitou colher a informação no momento em que o fato ocorria.

As observações ocorreram tanto em situações de encontro inusitadas entre mediadores e atores, presenciadas pelo autor, como nos encontros do mediador com o gerente da CENTRALJAI, dos mediadores com os CIs e dos próprios CIs em

vista ao DIJ e à EMATER. Ocasão, esta, em que se ouviu atentamente as falas de um e do outro a fim de identificar situações direcionadas ao objeto da pesquisa e a procura de *insights*.

Nos momentos previamente agendados, observou-se como se posicionavam os mediadores e os atores dentro das teias dos acontecimentos demonstrando suas visões de mundo, seus interesses, o acolhimento e a resistência das falas dos outros, sejam outros CIs ou mediadores. Essas situações ocorreram em reuniões, encontros ou entre os mediadores e os CIs, conversas entre os mediadores e conversa entre os atores. Em todas as ocasiões, utilizou-se do caderno de campo para registro das falas dos observados e das observações do pesquisador (NRP: observados reunião na Emater, JICA, na presença de atores no DIJ; encontros de CIs com CIs, de mediadores com associados da CENTRALJAI e de conversas entre os próprios mediadores).

4.5 A ANÁLISE DOS DADOS: JUNÇÃO TEORIA E DADOS

A análise dos dados qualitativos foi realizada pela categorização temática, derivada da técnica de análise de conteúdo com a utilização do NVivo 2.0.

A partir do reconhecimento de que o desafio é juntar os conceitos teóricos e os dados recolhidos na pesquisa de campo e, assim, extrair os conteúdos e as estruturas latentes para responder às questões postas, fez-se a opção pela análise de conteúdo (BARDIN, 1979). Segundo Minayo (2004), esse método permite reduzir a dificuldade de integração de teorias e conceitos geralmente abstratos com os dados recolhidos na pesquisa de campo.

Ademais, essa técnica permite a análise das descobertas dos “núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado”; acolher provas para testar as hipóteses lançadas; ampliar a compreensão dos contextos culturais relatado pelas falas dos interlocutores; conferindo a essas ações um limite entre as intuições e as hipóteses possibilitando interpretações mais definitivas e estribadas nas exigências dadas a um trabalho científico (MINAYO, 1996, p. 209).

Na análise, conforme recomenda Bardin (1979), para estabelecer as deduções lógicas e justificadas da mensagem é necessária a adoção dos seguintes

procedimentos para a organização e análise do conteúdo: i) procedimentos de explicitação; ii) sistematização; e, iii) tratamento e a interpretação dos resultados. Nesse sentido, trata-se a análise de conteúdo de:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

Quanto às limitações da Análise do Conteúdo, para o estudo presente, pode-se citar a interpretação tendo como parâmetro principal a frequência em que um tema aparece. Nada pode garantir, por um tema se apresentar com maior frequência em uma discussão, ser este um tema importante, e o contrário também é verdadeiro, um tema, ao se apresentar com pouca frequência, não ter esta representação essencial. É com o intuito de minimizar esse efeito que se busca, na análise, a triangulação de dados.

Com os cuidados estabelecidos diante das possíveis limitações das técnicas de recolha e análise de dados, acredita-se ter atingido os objetivos propostos no trabalho. É importante ressaltar que qualquer que seja a técnica de recolha e tratamento de dados adotados essas apresentam suas limitações. O importante é reconhecer, adotar medidas mitigadoras e, quando não for possível, revelar os limites.

Para realização da sistematização e a análise dos dados contidos nos documentos e nas respostas dadas às questões propostas, recorreu-se ao NVivo 2.0. Trata-se de *software* de análise de dados em pesquisa quantitativa que propicia o aumento do alcance e da profundidade da análise ao permitir maior detalhamento e clareza. Ademais, trata-se de ambiente informacional e gerencial onde é propiciado juntar toda a diversidade de informações em um mesmo ambiente. Nesse sentido, o NVivo "[...] produz um ambiente informacional no qual se pode criar, gerenciar e explorar ideias e categorias, minimizando as rotinas de trabalho e maximizando a flexibilidade da análise, para descobrir novas ideias e desenvolvê-las." (TAVARES DOS SANTOS, 2001, p. 120).

Justifica-se a escolha desse instrumento por vários motivos. Primeiro, por apresentar funcionalidades que permitem trabalhar: i) com volume de dados textuais

e por possibilitar "cruzar informações a partir dos atributos dos sujeitos de pesquisa" (LAGE, 2011, p. 200), de outra forma, facilita a codificação dos discursos; ii) por permitir interface com outros programas, uma vez que também se realizou o acolhimento por meio de questionário semiestruturado; iii) por entender já ser esse aplicativo acolhido de forma pacificada pelo ambiente acadêmico nacional. A esse respeito, Lage (2011, p. 201) assim se manifesta: "O NVivo é um dos *softwares* mais utilizados no ambiente acadêmico brasileiro, tendo sido adotado por centros de pesquisa da maioria das grandes universidades, como a Unicamp, a USP, a UFRGS, entre outras."

As etapas para análise de dados com a utilização do NVivo podem ser assim sumarizadas: i) pré-análise do material (entrevistas, documentos, estatutos, e relatórios) para definição das pré-categorias de análise tendo por referência os objetivos do trabalho; ii) criação no NVivo do Projeto Intervenção no Projeto Jaíba; iii) importação do material transcrito e digitalizado para o NVivo que serviu de base para a codificação; iv) criação das categorias ou como referidas na linguagem do *software* os *nodes* (nós), ou seja, as categorias temáticas, sumariamente, tratam de um componente de análise, pois eficazmente construídas refletiram hipóteses e remeteu a categorias de análise; v) selecionar as passagens/fragmentos relacionados a cada categoria (*tree nodes*), fazendo suas respectivas codificações (*codes*) — codificação dos trechos das entrevistas e documentos, com o intuito de definir os vocábulos que expressam o problema posto na direção de contribuir para isolar e generalizar os discursos inseridos nas entrevistas e documentos; e, vi) identificar as categorias livres (*free nodes*) não identificadas e surgidas no decorrer da análise.

As categorias (grandes nós) derivam dos eixos do estudo, sendo utilizadas com o intuito de responder aos objetivos e comprovar a hipótese proposta — os seus desdobramentos são os que constam no quadro 2.

Quadro 2 - Conceitos teóricos, noções e expressões

CONCEITOS TEÓRICOS	NOÇÕES E EXPRESSÕES
Intervenção Planejada	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Linear-<i>script</i>/instrumental/Contínuo e negociado socialmente de constituição dos meios de sustento. • Consequências não premeditadas das ações. • Discurso da modernização da agricultura X espaço destinado ao assentamento por meio da colonização. • Planejamento-excecução-resultado.
Heterogeneidade	<ul style="list-style-type: none"> • Modificações, inovação, reações, transformações, alternativas geradas de meios de sustento. • Campo social – tempo-espaço composto de elementos heterogêneos onde se busca um princípio ordenador.
Interface Social	<ul style="list-style-type: none"> • Locais e condições de encontro onde visões de intervenção planejada são colocadas (plano ou negociada). • Discordância e concordância, descontinuidade social, ambiguidade, diferença cultural na constituição da intervenção planejada.
Agência	<ul style="list-style-type: none"> • Significados e propósitos diversos (discursos e visões indicando uma orientação para constituição dos meios de sustento). • Capacidade e possibilidade de: saber e fazer diferente na trama da intervenção planejada. • Formar opiniões, constituir ideias, confrontar, apresentar e aderir a projetos quando da constituição dos meios de sustento.
Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> • Processo organizativo: como os atores (CIs e MIs) se organizam para a constituição dos meios de sustento. • Discursos (jogos de significados) que valorizam uma versão específica de “verdade”. • Arena: interesses, disputas, mobilização de relações sociais, meios culturais discursivos. • Domínio: áreas da vida social organizado – regras, normas e valores.
Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Saber produzir (cognoscibilidade), saber fazer para vender (ontologia). • Processo de interação social, encontro e fusão de horizontes.

Fonte: Dados da pesquisa

Além da análise com a ferramenta NVivo, recorreu-se ao *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Science*) – Versão 20, com o propósito de identificar diferenças significativas nas práticas de condução da constituição dos meios de sustento entre as categorias estratégicas fruticultor monocultor e os CIs

pluriativos do PJ, amparando-se nos dados recolhidos nos questionários semiestruturados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo é composto por duas seções: a idealização da intervenção planejada para o Projeto Jaíba; e as arenas constituídas no processo de intervenção planejada nesse projeto.

5.1 A IDEALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PLANEJADA PARA O PROJETO JAÍBA

Discutiu-se, nesta seção, que, na elaboração do plano de intervenção planejada, a visão prevalente foi a constituição de um espaço técnico dirigido para a transformação dos agricultores de produção de subsistência para a prática empresarial. Também, discutiu, a questão de intervenção planejada ser idealizada como um plano linear em vez de ser concebida como um processo socialmente negociado. E caracterizou os modos de sustento informados pelos CIs admitidos no PJ.

Empregou-se, na sequência, a fala dos atores, sendo esses identificados como Mediadores Institucionais – MIs – e Colonos Irrigantes – CIs. As falas desses foram transcritas respeitando os seus modos de falar e sua oralidade, assim, em muitos trechos, haverá discordância quanto à representação escrita, ou seja, no tocante à norma culta gramatical e ortográfica.

5.1.1 A intervenção planejada: os bastidores

Estão incorporados no ordenamento jurídico os condicionamentos da política da agricultura irrigada nacional e, por consequência, as diretrizes para a implantação de projetos públicos de irrigação. A Lei de Irrigação (Lei 6.662, de 25 de junho de 1979)²⁷, regulamentada pelo Decreto 89.496, de 29 de março de 1986 e suas alterações, constituíram-se no marco regulatório legal das relações do Estado e os

²⁷ Essa lei foi revogada pela 12.787, de 11 de janeiro de 2013. Dois parágrafos foram vetados na nova lei. O primeiro permitia que projetos de interesse social fossem custeados por recursos públicos por tempo indeterminado, a justificativa do veto sustentou-se por considerar “contraproducente na busca pela autossuficiência dos projetos; o segundo isentava de pagamento projetos com mais de dez anos que ainda não tivessem se tornado sustentáveis, assim, foi vetado com a argumentação de não comprovação da real necessidade de autorizar-se renúncia de receitas públicas em relação a todos os projetos de irrigação.

beneficiários dos projetos de irrigação. A lógica que subjaz ao ordenamento jurídico é a crença no determinismo externo como fator pleno para modificação das realidades locais.

[...] a lógica disso tudo é o governo como agente que pode atuar de forma a mudar a realidade da região através da intervenção de obras, serviços ou de modo econômico [...] entendeu isso lá no regime militar [...] uma caminho para se produzir o desenvolvimento regional era a atuação local, você fazer projetos locais que pudesse fixar o homem no campo, esses projetos basicamente com anuência do Banco Mundial era voltado para a agricultura [...] ela remetia a intenção de explorar os recursos naturais existente [...] hoje a missão e o que está na lei que foi aprovado é a utilização dos recursos naturais (MI-CD 2).

Especificamente no caso de interesse deste estudo, estabelece a lei que: a) em caso de projeto de irrigação de interesse social, as terras deveriam ser divididas em lotes familiares; b) institui a figura do irrigante; c) estabelece que os irrigantes devam, obrigatoriamente, ressarcir as despesas da operacionalidade do sistema, bem como amortizar os investimentos realizados pelo setor público. Já aqui há um condicionamento tácito no sentido de que a produção sob a irrigação seria realizada de forma diferente das formas de produção de subsistência, mas precisamente deveriam atender ao critério de viabilidade econômica.

Portanto, 60% das áreas dos lotes ocupados deveriam ser plantadas. Essa determinação espelhava-se em cálculos indicando que somente a partir deste patamar de utilização da área disponibilizada estabelecer-se-ia a viabilização socioeconômica dos CIs e das suas famílias.

[...] exigia uma escala bastante intensiva de produção, tanto que se preconiza que pelo menos 60% do lote teria que ser explorada de modo regular, isso já encima dos estudos de viabilidade que foram feitas, que com menos de 60% do lote você não se viabiliza considerando a condição original do mix de cultura [...] (MI-CD 2).

Também no decreto em tela foram estabelecidas as condições que elevariam a produção e a produtividade agrícola de cada perímetro irrigado, indo do abastecimento de insumos, armazenagem até a comercialização da produção. É prometido um rosário de benefícios como forma de atrair pretendentes diversos, com elevada expectativa de produzir no novo estilo, onde o acesso a ativos seria promovido. No Projeto Jaíba, o estado por meio das agências de desenvolvimento –

CODEVASF e RURALMINAS – colocaram-se na posição de protagonistas e com a pretensão e convicção que poderiam estabelecer as novas relações sociais de produção, comercialização e vida de todos os admitidos ao PJ.

Além de acatar as determinações legais, os idealizadores incorporaram como diretrizes as orientações técnicas e os estudos de mercado cujo teor indicava como vocação para os perímetros irrigados o plantio de bens de alto valor agregado. A escolha técnica sustentava-se na direção de indicar a fruticultura como funcionalidade adequada para atender ao modelo capitalista.

A explicação para a escolha da fruticultura vinculava-se à convicção técnica de que, em lotes de 5ha e no estilo irrigado, dificilmente competiriam com a produção de outros plantios no estilo sequeiro em razão do custo da água, necessidade de produção em escala e grau de tecnificação. Logo, os CIs dos perímetros irrigados deveriam ser conduzidos ao plantio de espécies de alto valor agregado. “[...] até por uma questão de retorno econômico, de que o projeto tivesse uma área expressiva voltada para a fruticultura, apenas por uma visão de viabilidade do negócio” (MI-CD 1).

Também, havia restrições severas quanto à viabilidade econômica do plantio de fruticultura. Asseveravam os técnicos que a produção de espécies de alto valor agregado, quando dirigidas ao mercado interno, dependeria bastante do aumento demográfico e da distribuição de renda no país. Já no tocante ao mercado externo, deveriam ser estabelecidas estratégias de enfrentamento das barreiras rígidas de acolhimento das frutas, impostas por países compradores, principalmente pelos europeus, e a necessidade de produzir para países que exigem qualidade superior. Contudo esses desafios não descredenciavam a noção de que somente sob a forma irrigada a fruticultura teria as melhores oportunidades para atender esses mercados.

O mercado de fruta é bastante exigente, seja em logística, seja em qualidade, além do mais não é toda a população que consome somente as classes mais abastarda. Assim o crescimento do mercado está diretamente condicionado ao aumento da renda. Ao dispor de mais recursos, entram como consumidores de frutas estas pessoas nesse mercado. (MI-ET 2)

É essa a concepção e pretensão de funcionamento do PJ. Desta forma, a intervenção planejada e dirigida ao PJ buscava guiar e instituir os meios de sustento dos CIs – maneira de produzir, comercializar e viver, dentro de um contexto

preparado para a produção altamente tecnicista e mercantilizada. No decorrer da execução do planejamento, ocorreram adequações, porém todas buscavam a criação de organizações para a consecução da meta definida no plano, ou a emancipação dos admitidos.

A concepção sustentadora da intervenção era puramente linear e não se remetia para a compreensão de como seriam estabelecidas as relações sociais derivadas das escolhas pertinentes ao uso dos recursos disponíveis ou acessados pelos CIs. Aqui, não se admitia a possibilidade de haver visões diferentes. Há somente uma visão, a do planejador, e, conforme este, as áreas ocupadas deveriam traduzir-se em espaço produtivo especializado e voltado para o atendimento das necessidades de mercado. No caso, o mercado é acatado não como uma construção social dos atores, e sim espaço abstrato e posicionado acima das possíveis ações dos atores e grupos sociais, cujas operações têm regras e condutas movidas por leis intrínsecas do próprio mercado.

Eu acredito que ele sofre a maior influência é do resultado que o mercado oferece, então, se a cultura tiver uma expressão de necessidade no mercado, ou seja, a lei da oferta e da demanda, essa cultura ela oferece uma sustentabilidade ao produtor, e gera um resultado. Gerando resultado, os outros acabam acompanhando. Isso às vezes também é delicado, porque se a gente não interferir no sentido de informação, de observação das curvas de preço no mercado, as oportunidades que as demais culturas também oferece, para apresentá-las para ser mais algumas alternativas para o produtor, eles acabam tendendo para aquela cultura, pelo valor financeiro que é recebido por aquela cultura, e acaba depois concentrando a produção, aumentando oferta e reduzindo a demanda do mercado. (MI-ET 1)

Para ocorrer o planejado, os admitidos seriam capacitados e transformados em empresários rurais, para tanto, submetendo-se a essas regras. Quanto às limitações de não serem os CIs vocacionados a receber tecnologia e preparados para tocar empreendimento capitalista, a mudança seria conduzida pelos MIs. A lógica que subjaz na ação de intervenção é que os CIs passivamente adotariam as recomendações por não serem capazes de elaborar seus próprios projetos de vida ou ser do tipo ideal (tipologia elaborada por Long e Van Der Ploeg, 1994, indicando aqueles que tendem a alinhar seus projetos particulares com os orientados pelas agências estatais).

Quanto à questão do alcance do resultado [...] a questão voltada para a pequena agricultura familiar que era exatamente a parte mais complexa da implementação desse projeto que envolvia a instalação de 1800 famílias de pequenos produtores feita através de um edital de licitação aonde os critérios eram bastante voltado para os aspectos sociais, existência de maior número de famílias numerosas, maior dificuldade econômica, maior número de filhos, aqueles em uso da agricultura de sequeiro, que não eram o público preparado para entrar no projeto, aonde a produção era a produção em escala comercial bastante grande, apesar do lote ser pequeno, exigia uma escala bastante intensiva de produção, tanto que se preconiza que pelo menos 60% do lote teria que ser explorada de modo regular, isso já encima dos estudos de viabilidade que foram feitas, que menos de 60% do lote você não se viabiliza [...] (MI-CD 2)

Na visão dos planejadores, isso não era problema conforme se vê no relato abaixo, o emprego de dinheiro e assistência técnica solucionaria a questão suscitada pelos critérios sociais e as características dos admitidos

[...] quem pensou isso tudo achou que era muito fácil, botava dinheiro e botava assistência técnica e estaria tudo resolvido, e na verdade não ficou tudo resolvido, porque faltava o essencial que era a capacidade do indivíduo (CI) e essa não se altera apenas com inclusão econômica e inclusão das políticas públicas, mas a um conjunto de ações preparatórias que demandaria muito tempo [...] (MI-CD 2)

A sustentação de desenvolvimento estribava-se na noção de determinação externa, como se a intervenção planejada estivesse descolada do mundo da vida dos indivíduos. Essa concepção esconde a possibilidade de todo o recurso e normas externas dirigidas aos atores sociais de uma comunidade serem por esses ressignificados e transformados por suas ações e estruturas locais (LONG; PLOEG, 1994).

Promover a capacitação, o acompanhamento e a assessoria às equipes que trabalham nos Perímetros Irrigados, bem com dos produtores rurais procurando, em conjunto, viabilizar ações voltadas para conscientização de seus papéis e para uma gestão empreendedora de suas organizações e do Perímetro Irrigado (RELATÓRIO DE ATIVIDADE – EMATER, 2011).

Eu vejo que não só a vontade de ser um agricultor, mas tinha que ter um pouco mais de espírito de empreendedor, e isso eu acho que o distrito ao longo desses anos alcançou isso, viabilizando esse novo espírito nos encontros, treinamentos, isso aí eu acho que nunca faltou esse empenho. (MI-DJ 1)

A crença na força da determinação externa era tão forte ao ponto de acolher como possível a conformação ao padrão de qualquer comunidade. Essa conduta

acabou induzindo situações conflitantes entre a idealização e a dinâmica da constituição social do PJ. Por exemplo, os critérios de admissão para o assentamento eram sociais, enquanto os resultados pretendidos e a forma de produção/comercialização/vida eram constituídos por padrão gerado por indivíduos altamente capitalizados e especializados em produção irrigada.

[...] se eu digo que essas pessoas teriam que produzir em uma escala profissional e ao mesmo tempo escolho pessoas que não contemplava um conjunto de requisito do profissionalismo como é que você quer que essas pessoas atinjam o resultado se há aí um contraditório na sua origem? [...] o que fazer para que esse público atingissem o resultado [...] já que coloquei aquele público para atender o pré-requisito social o que fazer agora para produzir os resultados [...] não se preocupou muito com o público, preocupou com o pré-requisito social [...] (MI-CD 2).

Como resultado a essa visão, esperava-se dotar os CIs de capacidade em operar o plantio sob irrigação e integrá-los ao mercado como empresários rurais. A fala do interlocutor MI-CD 2 é bem ilustrativa no sentido de extrair uma certeza na condução e controle da ação ao empregar dinheiro e assistência técnica, combinando uma com a outra, seria suficiente para imprimir uma transformação determinante na conduta dos CIs afetados. Esses deixariam de portar as características anteriores e passariam a incorporar a figura de empresário irrigante integrado ao mercado e empreendedor. Toda essa operação seria realizada pelos MIs, que, na visão dos idealizadores da intervenção planejada, também, executariam, com isenção de interesse pleno, o plano das agências de desenvolvimento. Nega-se deste modo a possibilidade dos CIs/MIs construir ou adquirir agência. Todavia os CIs/MIs demonstram na ação da intervenção planejada capacidade organizativa, criatividade e capacidade reflexiva próprias como poder-se-á constatar quando da discussão das dinâmicas de constituição da intervenção planejada.

Mas essas possibilidades não são consideradas no cálculo da intervenção dirigida ao PJ. Percebe-se que qualquer que fosse o interesse do planejador: social, econômico, político ou ambiental, para geração de emprego e renda, aumento da produtividade da terra — pretendia-se a otimização do uso da água, o desenvolvimento regional ou o desenvolvimento sustentável, qualquer um desses objetivos seria alcançado pela oferta de recursos e normas similares a um grupo de admitidos que seria homogeneizado em uma categoria denominada irrigantes.

[...] Quando você como agrônomo, como um economista, ou mesmo como um assistente social, que era uma parcela da assistência técnica, a maior parte era agrônômica voltada para a produção, você faz uma coisa mais ou menos linear: você atende, recomenda se o indivíduo executa, alcança-se o resultado. Essa é a visão básica da assistência social da época era muito mais a introdução de pacote tecnológico como solução para o problema da produção [...] (MI CD 1)

Também ao tomarem os CIs com categoria homogênea é pressuposto que esses são portadores de esquemas de cognição, regras básicas de vida social e entendimentos culturais idênticos. Ademais, ao acolher essa concepção no plano da intervenção planejada, os idealizadores descartam a noção de que o conhecimento é criado nas diversas interfaces quando da tessitura dos acontecimentos, onde são carregadas experiências similares ou até antagônicas pelas partes envolvidas. E interface, nesse sentido, vai além de posicionamento entre dois lados, pois acolhe a convergência entre mundos da vida, entre campos sociais ou entre níveis de organização em que divergência de valores, poder, interesses e conhecimentos podem ser identificados. Como poder-se-á constatar nas considerações finais deste estudo, a transição entre a forma de se produzir em sequeiro para o modelo de produção irrigada ocorreu tanto em âmbito local quanto multidimensional, envolveu atores distintos e levou à configuração institucional diversa e, em muitos momentos, nova.

Porém, não era esse o entendimento e a convicção dos idealizadores da intervenção no PJ. Acreditavam os planejadores, de forma geral, que alcançariam o desenvolvimento regional ao prover um espaço com estruturas físicas e assistência técnica como visto anteriormente. Ademais, as preocupações centravam-se nos resultados, e não no processo levado a cabo pelos CIs. Nesse sentido, encobre ou invisibiliza a construção social da intervenção planejada como processo contínuo e sempre em construção.

A argumentação a seguir incorpora elementos no sentido de defender e consolidar o processo de intervenção planejada como processo que conduz ao desenvolvimento. Assim, o discurso incorporado pelas agências de desenvolvimento pretendia, por meio de argumentos e esquemas interpretativos, projetar, sobre os afetados pela intervenção, que o seu discurso defendia as condutas corretas, desejáveis e apropriadas para estabelecer o desenvolvimento regional. E todo esse

discurso se consubstanciava na intervenção planejada, desenvolvida dentro de um plano com resultados esperados.

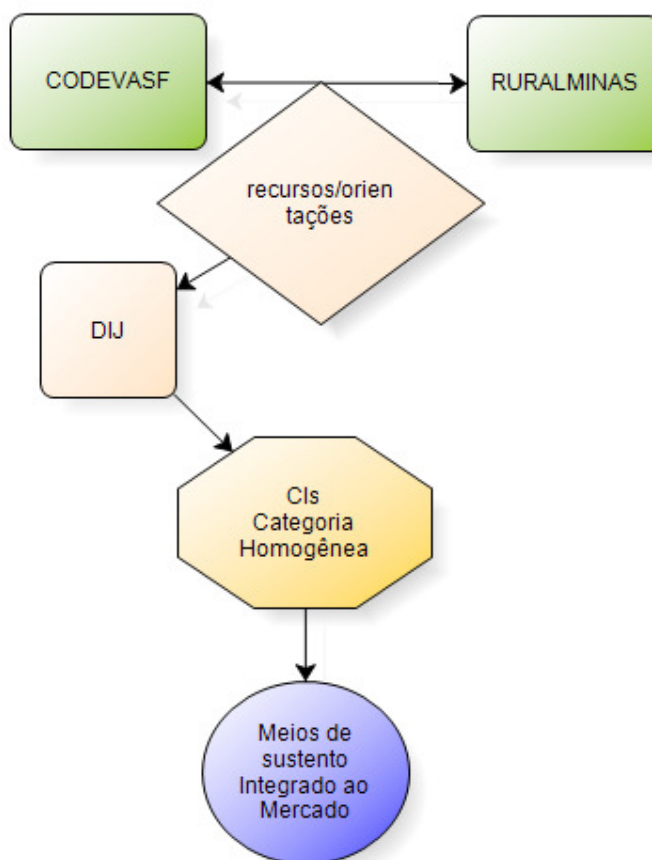
Jaíba já está passando de quarenta mil habitantes. Nos anos oitenta, Jaíba tinha menos de quatro mil habitantes. Então é uma região onde o IDH já está aproximando do IDH de cidades tradicionais do estado de Minas. Jaíba está, se não me engano, na faixa de zero sessenta e oito, zero sessenta e nove. Já está muito próxima do zero setenta, que é o IDH de uma cidade com uma condição de desenvolvimento humano importante. A população de Jaíba está crescendo. A renda per capita familiar dobrou nessas duas últimas décadas. A capacidade de investimento do município talvez seja um dos maiores aqui hoje na região do norte de Minas. Maior até que o de Janaúba, que é uma cidade mais antiga, e tudo isso veio especificamente de uma ação pública de desenvolvimento. Então mesmo que a gente não tenha esses dados de forma sistematizados, e estatisticamente confirmados, se você fizer apenas um pequeno estudo, por mais simplórios que sejam os dados sociais e econômicos dessas regiões onde esses projetos foram implantados, e que não existia outra atividade de produção de peso, você vai ver que os perímetros de irrigação cumpriram tudo aquilo que se propuseram a cumprir quando tiveram seu financiamento, que era desenvolver a região, e o Jaíba ainda não está cem por cento terminado. Existe uma perspectiva, e se continuar crescendo nessa taxa que está, nos próximos vinte, trinta anos, Jaíba vai estar maior do que Janaúba. (MI-CD 1)

Para tanto, o planejado seria segmentados em atos com desfecho antecipadamente já esperado.

5.1.2 A intervenção planejada e as suas etapas: um *script* anunciado em atos

A figura 2 representa como as agências de desenvolvimento idealizaram a intervenção planejada no que concerne o PJ e o resultado pretendido — o desenvolvimento regional exógeno. A CODEVASF e RURALMINAS, como agências de desenvolvimentos da União e Estado, encarregar-se-iam em colocar o plano em ação, primeiramente, pela ação direta dos mediadores institucionais da RURALMINAS e, posteriormente, através da ação da associação de irrigantes, o DIJ.

Figura 2 - A idealização do processo de intervenção planejada



Fonte: Elaborada pelo autor.

A expectativa dos planejadores era encaixar os admitidos nas suas áreas (lotes de cinco hectares) e, a partir daí, fazê-los trilhar o percurso idealizado até a sua emancipação. As agências entendiam emancipação²⁸ como a transformação dos processos de produção/comercialização/vida dos CIs de maneira que se revelassem capazes de gerar resultados econômicos e, por consequência, de produzir as condições para que os CIs pudessem cumprir com todas as obrigações financeiramente de produtores irrigantes e de ter condições dignas de vida.

²⁸ A emancipação, ou como é propalada no mundo por transferência da gestão, tinha como intencionalidade responder à necessidade de mudar o foco nos projetos de irrigação com relação ao fornecimento de água, até então considerado como o parâmetro prioritário. Acreditou-se, de forma quase axiomática, que a solução para dinamizar os projetos e desonerar os cofres públicos dos custos de operação e manutenção encontrava-se na transferência aos usuários da responsabilidade pela gestão dos projetos. O DIJ é fruto desta noção.

Os meios para essa mudança seriam estabelecidos por forças externas (ofertas de recursos e orientações), colocadas em prática por mediadores institucionais. A certeza da transformação estribava-se em mecanismos de uma lógica inexorável estrutural conduzidos pelo mercado e o Estado, que naturalmente encaixariam esses admitidos nas novas condições de produção, comercialização e vida. Veja-se tratar de uma intervenção com dupla atribuição. Primeiro, haveria a seleção dos admitidos sob critérios sociais e, posteriormente, levar-nos-iam a um novo espaço preparado de forma técnica e, sobre esses, exerceriam uma intervenção no sentido de transformá-los em um novo ente: o colono irrigante – moldado com características específicas do interesse do planejador.

Era justamente fazer esse assentamento, colocar as pessoas, desenvolver crescer isso aqui, povoar; você vê que a RURALMINAS criou o projeto e como por aqui não tinha gente, pegou esse pessoal aqui da redondeza pra poder fixar na terra pra poder fazer cresce (CIs) [...] a RURALMINAS fazia todo o trabalho [...] para que os assentados se transformassem em produtores, em fruticultores, para isso teria que ajudá-los. (MI-RR)

Assim, o PJ é constituído dentro de um entendimento sociotécnico por conta de acolher uma infraestrutura orientada por conhecimento científico e indicar práticas tecnológicas de produção sob o regime irrigado, sustentado por regras e normas definidas de conduta social para os CIs seguirem. Todavia não se trata de um domínio. As regras estavam ainda estabelecidas em estatutos e editais e não havia a certeza de que seriam incorporadas, transformadas ou rechaçadas pelas práticas cotidianas realizadas no mundo da vida dos envolvidos. Não se encontravam organizadas e regradas pelos envolvidos no processo de intervenção.

Para alcançar a pretensão, os idealizadores conceberam um plano, um *script* a ser executado e encenado de cima para baixo, por CIs incorporados em uma organização privada – DIJ²⁹ – e vistos como uma categoria homogênea: produtores irrigantes. Não negavam, os idealizadores, constituir a população de admitidos uma

²⁹ Mesmo com essa sensibilização de ir ao encontro da participação dos envolvidos, o grau de participação externado no planejamento da intervenção planejada era o de, no “máximo”, informar os envolvidos sobre a pretensão do plano. Nesta condição, deixaram de acolher a concepção de serem os CIs capazes de fazer diferente. Assim, as maneiras de como esses produziram, comercializariam e viveriam foram estabelecidas em um plano. Ademais, as experiências, interesses, valores e poder dos novos admitidos deveriam ser trocados por um modelo novo.

diversidade, mas, para o novo modelo, eles deveriam ser encaixados como homogêneos para que o plano desse certo.

O CI tem que ser transformado pela assistência técnica, fazer o máximo, lógico que tem gente que não tem jeito, pegar um cara de sequeiro, um cara que sempre foi agregado, analfabeto, do ciclo do carvão, do ciclo do algodão transformar eles não é fácil [...] mas o Banco Mundial, foi feito um empréstimo condicionado ao social [...] esse social existe essa complexidade de uma irrigação tecnificada que é diferente, talvez a expectativa de tudo lubrificada e certo não funciona [...] há uma idealização como plano que deveria funcionar assim [...]. (DIJ 2)

Chegamos ao ponto onde efetivamente eu começo a enxergar que tinha uma ação planejada que foi o Jaíba [...] Houve estudos contratados ao birô americano que fez os estudos de viabilidade nos anos 60 [...] Na edição do Projeto Jaíba dali para frente começou a trabalhar com um projeto, era uma ação que fazia parte de um programa que era a agricultura irrigada mais que já tomou contorno de um projeto, onde se delimitava etapas: início, meio e fim. O início participou dos estudos realizados por agências internacionais, que depois implantou um projeto-piloto de área de cinco mil hectares que hoje é denominado gleba "D" [...] e na sequência optou-se fazer um projeto-piloto, onde era uma área representativa, esta era maior do que o maior projeto existente na região que era o Gorutuba [...] depois assentaria os beneficiados por meio de um Edital [...] finalmente o projeto seria emancipado, os próprios beneficiados se responsabilizariam pela gestão das estruturas físicas e demais situações dentro do PJ [...] (Mi-CD 2)

Da mesma forma que a gente tinha pessoas com nível cultural bastante limitado, agente tinha pessoas técnicos agrícolas. Então existia uma diversidade muito grande da questão, da formação dessas pessoas. e nisso, também representava essa questão do modo de ver as coisas. (MI-CD 1)

A incorporação da noção de categoria homogênea facilitava a explicação da intervenção planejada linear da seguinte forma: **política-execução-resultado**. Nesse modelo, não são visibilizadas as possibilidades de agir de forma diferente dos envolvidos na constituição social da intervenção, e o desenvolvimento é entendido como exógeno ao local. Também, não se colocava no cálculo a possibilidade de construção ou aquisição de agência humana dos CIs e MIs, esses eram considerados meros executores do engendrado. Muito menos foi aventada a geração de consequências não premeditadas, por conta de não serem acolhidas as possibilidades de ações realizadas pelos envolvidos na tessitura dos acontecimentos do processo de intervenção planejada.

Quanto à condição de categoria homogênea, serviria para definir as ações de transformação destes. O entendimento era o seguinte: o que era possível para uma pessoa pertencente a essa categoria, num dado conjunto de circunstâncias, era,

então, necessário e simultaneamente possível para toda e qualquer outra pessoa nessas circunstâncias e pertencente a essa categoria. Se esta relação não pudesse se realizar, os que não se encaixassem deveriam ser expurgados do processo, conforme afirma o MI DJ 2: “O CI tem que ser transformado pela assistência técnica, fazer o máximo, lógico que tem gente que não tem jeito [...]”. Ocorre, todavia, que não se trata de um conjunto, e sim de individualidades atuantes em um espaço comum que constituíam projetos em contexto de inter-relação que somente se efetivaria ao compor ou ser acolhido por outros projetos de iniciativas dos outros envolvidos na rede de relacionamentos. Essas estratégias propiciavam a constituição de grupos de interesses heterogêneos com estabelecimento de diversidades de práticas de sustento.

Então hoje ele está no lote. Ele não consegue mais crédito. Não conseguiu produzir pra crescer com a produção exatamente porque deu também uma interpretação equivocada ao crédito, e ele acabou em uma condição tal que hoje ele tá no lote, com água cortada, com a energia cortada. Ele não tem os insumos da produção, mas de alguma forma ele gera alguma renda prestando serviço, com mão de obra, mas ele tem o lote hoje quase que como moradia. E isso vai de encontro ao que a lei determina, de que o lote é para produção, e nesse caso, cabe a CODEVASF aplicar o que a lei determina. Essas pessoas estão em processo de notificação e retomada de lotes. (MI-ET 2)

Contrariamente, o sentido linear apontava apenas para estabelecer como possíveis os resultados estruturais em torno das ações de desenvolvimento. Implícita nesse encaminhamento está a noção de linearidade, ou seja, para o PJ havia uma direção uma meta: ser constituído em espaço de produção capitalista. Desta maneira, não se reconhecem haver dois universos, dois mundos, duas culturas, dois sistemas, onde imperam significações, sentido e configurações de representações diferentes. Os MIs deveriam encaminhar-se na direção de confirmar a pretensão contida no plano.

Ao não vislumbrarem, os idealizadores, estarem a constituição da produção, comercialização e viver e as transformações inseridas em processo social envolto por diferenças e diversidades dos envolvidos, caíam na armadilha do caminho único. E acentuavam esse processo ingênuo ao adotar a noção de transformação a partir de dinheiro e orientação. Em suma, a fórmula seria: recursos e normas similares expressas no dinheiro e orientação técnica conduziriam à homogeneização das práticas produtivas no interior do PJ. É como se, naquele espaço, o “recebido” não

seria ressignificado, reinterpretado e transformado quando da ação dentro da trama dos acontecimentos pelos atores, mediadores e organizações locais.

Desse modo, não se acolhia a capacidade de construção e aquisição de agência humana pelos envolvidos, no sentido de poder os CIs fazerem diferente quando em inter-relação com outros. Essa concepção eliminava, na idealização, serem os CIs capazes de levar adiante seus projetos individuais, as suas experiências e de constituir o novo. Também, não emergia do plano a possibilidade de lembrar a presença de diferentes campos sociais em interface. No modelo, na intervenção planejada esses fatos sociais ocorreriam de forma esperada, os conflitos e as competições das diversas visões seriam avaliados como adaptações ao planejado (LONG, 2007).

Na área do pequeno produtor era entregue toda a estrutura para ele. Além disso, era dado a condição de em um determinado período, ele receber um auxílio governamental através de uma cesta básica. Ele tinha uma carência para pagamento da água e energia elétrica no primeiro ano. Então ele tinha uma condição diferenciada de implantação, mas o propósito, o interesse da CODEVASF, que era interesse público presente naquela época: desenvolver essa região do norte do estado de Minas Gerais, aonde se identificou um grande potencial para o desenvolvimento agrícola, já encima de uma agricultura irrigada.

Manifesta na intenção dos planejadores, apresenta-se a noção unidirecional. Essa noção implica que o Projeto Jaíba se encontrava já constituído e determinado no momento da sua concepção/execução das estruturas físicas, estando preparado para a emancipação qualquer que fosse o público que viesse a ocupá-lo. Confronta-se essa noção com o fato de que, em essência, os projetos somente passam a existir ao acolher os atores, uma vez que são estes os responsáveis pela construção social. Quando tomado no sentido unidirecional, desconhece-se que a própria existência do PJ somente se confirmaria ao alinhar um conjunto de interesses dos CIs com a dos demais envolvidos, assim, estabelecendo uma rede, seja para produzir, comercializar ou viver. Em outras palavras, os projetos individuais somente se realizam quando vão se encaixando em outros projetos individuais ou coletivos.

A CODEVASF atropelou a RURALMINAS [...] a RURALMINAS queria comercializar queria fazer tudo, a CODEVASF queria transferir a gestão [...] mesmo dentro da CODEVASF havia visões diferente [...] havia uns que queria emancipar logo no início [...] emancipar só no papel mas tem que

consolidar [...] essas posições era muito dividida dentro da CODEVASF [...] (MI-DJ 2)

Poder-se-á confirmar essa relação de possibilidade de estabelecer projetos somente com e na constituição dos diversos projetos, quando se estiver discutindo as concepções e constituições da produção e comercialização dos fruticultores monocultores, da constituição de projetos integrados de produção de semente e nas ações de comercializar por meio da CENTRALJAI e de outras estratégias, temas tratados na seção 5.2.

Mas o modelo inserido na figura 2 retrata o PJ como um espaço fabricado e composto por objetos físicos, normas, organização (DIJ) e orientações técnicas na direção de promover o desenvolvimento regional. Os CIs, no bojo deste modelo, eram vistos como categoria incorpórea, homogênea e de receptor passivo sujeito à colonização dos seus meios de vida (LONG, 2007).

Nesse modelo idealizado, a gestão da água a ser fornecida em quantidade, modo e tempo, bem como a gestão das práticas cotidianas do PJ, seria atribuída ao DIJ. Não como derivado de um conjunto de arranjos sociais entre as partes interessadas, mas como um plano deliberado pela CODEVASF. Como um plano técnico ou um organograma à semelhança da própria construção do PJ.

Mais ainda o próprio Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984, indicava um rol de instrumentos e ações que levariam os CIs à condição de empresários integrados ao mercado de base capitalista. Indicava o decreto que seriam instituídas políticas e ações para dar maior segurança às atividades agropecuárias desenvolvidas em espaços sujeitos à adversidade climática. Entre essas: i) a política creditícia específica (investimento, custeio e comercialização da produção); ii) formação, difusão e desenvolvimento de associações de pessoas envolvidas no projeto de irrigação; e, III) aprendizado de técnicas agropecuárias compatíveis com a prática da agricultura irrigada. Esse conjunto de ações públicas – juntamente com os programas de irrigação e drenagem e de assentamento estabelecidas em decreto – contrapunha a noção que os modos de se produzir, comercializar e viver são social e culturalmente constituídos (LONG, 2007).

Assim, ao não reconhecer que os meios de sustento são derivados de constituição coletiva, a lógica da intervenção planejada dirigida ao PJ, orientou-se no sentido de enfatizar apenas as forças homogeneizadoras da produção rural,

especificamente, a modernização tecnológica e do mercado. Nessa visão, os CIs seriam encaixados em estruturas sociais para execução de uma funcionalidade econômica, dessa maneira, gerando resultados individuais, e o seu agregado levaria ao desenvolvimento econômico da região. Não levando em conta a diversidade de técnicas, experiências prévias, expectativas e de possibilidades de criação de espaços e manobras que se poderiam instalar ou ser carreadas pelos CIs para o PJ. Também não havia a preocupação em incluir na proposta de desenvolvimento as suas múltiplas dimensões: social, cultural e ambiental.

Não se está negando que a ação social realizada dentro dessas redes de relação são calhadas em rotinas e práticas organizativas, como também não deixa de acolher que a ação social também é limitada por regra, norma, convenção, valor e relação de poder. Ao contrário, afirma-se serem essas relações tanto limitadoras quanto propiciadoras de oportunidades. Além do mais, esses constrangimentos sociais e institucionais não se restringem apenas à noção de classe, gênero, estado, etnicidades (LONG, 2007). Por conta dessa observação, Long indica a necessidade de estudarem-se as singularidades e particularidades das arenas e campos da efetivação da ação social.

Não se pode esquecer, também, haver no interior do PJ atuações diversas, seja de organismo internacional – Banco Mundial e *Japan International Cooperation Agency* (JICA)³⁰ – seja de instituições nacionais – CODEVASF e RURALMINAS, atividades da EMATER e do próprio DIJ. Esses atores, por meio dos discursos e de seus mediadores institucionais, intentam, a partir do conhecimento, poder, interesses, ideologias e paradigmas culturais de diversas interconexões, orientar a realidade onde se insere o PJ. Diante deste contexto, os CIs realizam as suas interpretações e fazem as suas escolhas dentro da tessitura dos acontecimentos.

Esse entrechoque dos atores traduz-se em disputa onde as partes envolvidas procuraram ver estabelecidas as rotas ou concretizados os objetivos defendidos pela visão de cada um dos disputantes. Em outras palavras, a disputa dá-se por recursos e significados. Assim, somente com o vasculhar e o descortinar dessas visões, desses interesses na direção do desenvolvimento sustentável, da modernização da

³⁰ A JICA é a agência responsável pela execução da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (do Inglês ODA) do Governo Japonês, que apoia o esforço do desenvolvimento socioeconômico dos países em desenvolvimento com o objetivo de contribuir para a paz e o desenvolvimento da sociedade internacional.

agricultura, do desenvolvimento regional, de investimentos das instituições de fomento e também nas experiências dos CIs vivenciadas no próprio PJ ou trazidas na memória de outras intervenções vividas, que se pode compreender o propósito da indicação do desenvolvimento.

Quanto à memória, esses CIs recorrem às experiências vividas, estratégias colocadas em prática individualmente ou por grupos próximos, como as dos Irrigantes do Perímetro Irrigado do Gortuba³¹, fazendo-as a integrar ao seu repertório de experiências. De modo semelhante, os idealizadores de políticas públicas e os mediadores replicam suas experiências de produção de planos baseados em outros projetos de suas elaborações, considerando os agricultores como categoria homogênea e replicadora também de execução. O significado impregnado nessas replicações é a noção de reprodução em série: se deu certa a ação de intervenção em um espaço-tempo, certamente, dará em outro.

Como a intervenção planejada sobre o PJ se estende por aproximadamente 38 anos, caso se considere a experiência do projeto-piloto de Mocambinho, os CIs incorporaram diversas experiências prévias das diversas ações de intervenção a eles dirigidas, e estas tinham cunho preponderantemente paternalistas. Nesse período, puderam os CIs vivenciar e realizar encontros e criar espaços de manobras diversas no sentido de acessar recursos e impor uma heterogeneidade de seu uso quando da constituição dos seus meios de sustento, bem como compreender os significados para os porquês de acontecer à intervenção.

Essa diversidade de possíveis soluções, na POA, vincula-se ou estriba-se na noção de construção de variações ou de formas novas de enfrentar os problemas impostos na convivência com os mercados, estados e demais agências de desenvolvimento. A partir da intervenção externa, no caso do PJ, ocorre uma transformação e propriamente é constituído o projeto em si. Nesse sentido, tanto a intervenção externa, provocada por uma intenção de mudança planejada, quanto a atuação ativa dos atores se criam as arenas de defesa de interesses específicos dos envolvidos.

³¹ O perímetro irrigado do Gortuba localiza-se em Janaúba, MG, distrito limítrofe ao PJ, construído em 1980, possui uma área total de 7.800ha, sendo ocupado por 53 produtores empresários e 392 agricultores familiares (CODEVASF). Disponível: <<http://www.codevasf.gov.br>>. Acesso em: 09 de março de 2013.

Para execução do *script* inicial traçado pelos idealizadores, conforme a figura 2, o PJ foi posto em andamento em três fases prescritivas. As fases que deveriam se desenrolar e ser encenadas pelos CIs são as seguintes: a) o acolhimento dos CIs, impondo-lhes uma aprendizagem para saber fazer as atividades pertinentes à agricultura irrigada, fase rápida até a constituição do DIJ e executada inicialmente pela RURALMINAS; b) o encaminhamento para a constituição de uma associação privada dos CIs – DIJ, para condução dos assuntos ligados ao fornecimento de água, sendo reabilitada no sentido de também prover orientações de produção, comercialização e vida, tendo por estratégia a cogestão da CODEVASF; c) a preparação para a saída da CODEVASF, onde ficaria manifestado o interesse de tornar o DIJ especialista em conduzir as estruturas de captação e fornecimento de água e os CIs especialistas na produção de frutas, produzindo, sob a ótica dos idealizadores, as condições para a emancipação do Projeto Jaíba.

As três fases anteriormente citadas, na idealização, possibilitariam produzir a mudança dos meios de sustento dos CIs de forma a transformar os CIs admitidos em empresários rurais. Neste trabalho, as fases são assim denominadas: I. lógica da aprendizagem assistida; II. lógica da cogestão; III. lógica orientada para saída com emancipação (transferência de gestão).

A CODEVASF atropelou a RURALMINAS [...] queria RURALMINAS comercializar queria fazer tudo (MI-DJ 2) a CODEVASF queria transferir a gestão [...] mesmo dentro da CODEVASF havia visões diferente [...] havia uns que queria emancipar logo no início [...] emancipar só no papel mas tem que consolidar [...] essas posições era muito dividida dentro da CODEVASF [...] o modelo tudo bem no sentido de desgarrar do dinheiro público, o governo fazia tudo e nesse novo modelo não [...] o custeio o governo não pode mandar não, pode ser investimento e melhoramento [...] para emancipar tem que passar pelas fases [...] primeiro a criação do modelo e depois a Cogestão [...] a palavra emancipada foi colocada no início mais não foi bem-aceita [...] tinha frentes que agora a CODEVASF não tem nada a ver com o perímetro [...] mas no decorrer foi definido as etapas [...] viram que tinha que passar por etapas. (MI – DJ 2)

A criação do DIJ foi uma determinação do Banco Mundial, e o modelo vinha da inspiração dos Estados Unidos. (MI-DJ 3)

Na preparação para a saída da CODEVASF da situação de cogestora, seriam tomadas ações no sentido de especializar as atribuições do DIJ na condução das estruturas físicas de captação e fornecimento de água e realizar gestão para a

independência financeira do DIJ, obtida por meio do recebimento das tarifas denominadas K1 e K2. A emancipação é o resultado esperado.

[...] porque lá a gente trabalhava no que é da gente, primeiro começa por aí [...] aqui já não é da gente [...] Nós temos uma despesa aqui da terra, nós temos aí o k1, ele é baratinho, mas é um baratinho que sai caro. K1 hoje é [...] por mês, ele é quase [...] R\$27,68 [...] Fica mais ou menos isso aí. Esse é um custo fixo. Agora nós já estamos tendo o k2. O k2 hoje é uma taxa dessa água, se eu não irrigar nada, não ligar minha bomba, eu pago aqui R\$46,15. (CI-MR)

A elevação à condição de projeto emancipado era encarada como uma etapa cujo prazo poder-se-ia estabelecer. Esta fase é elucidativa no entendimento de acolher a intervenção planejada como um plano, pois aprazar em tempo fixo determinando a autossuficiência financeira e a autonomia social, política, cultural em um projeto, somente poderia ser estabelecida se desconsiderassem a capacidade de agência humana dos envolvidos. Mais ainda, se fosse incorporada a convicção que os CIs exerceriam apenas papéis e funções predeterminadas, eliminando a possibilidade de agirem de forma diferente e, por relação, não se reconhecia a possibilidade do surgimento de consequências não premeditadas das ações postas em prática pelos CIs.

Essas etapas serão, a seguir, descritas no intuito de demonstrar a efetiva concepção dos idealizadores.

5.1.2.1 *A aprendizagem gnosiológica: aprender a plantar sob irrigação*

Na fase I – lógica da aprendizagem assistida, figura 3, o Estado, por meio da CODEVASF e RURALMINAS, encarregar-se-ia de conduzir todo o processo de transformação dos modos de produzir dos CIs, ou seja, levando-os à adoção de teorias e práticas agrônômicas para esse novo estilo de fazer agricultura em um lote de cinco hectares irrigados. Na prática, o pretendido era levar os CIs a uma transformação gnosiológica. A intenção era, a partir de um conjunto variado de pressões sociais e econômicas indicados pelos MIs, produzir mudanças nas características originais dos CIs admitidos. E o sentido maior era integrar por completo esses CIs às práticas mercantilizadas.

[...] os processos de produção do PJ estão amplamente dominada pelo produtor, raro encontrar um produtor que não tem o conhecimento das boas práticas da agricultura [...] (MI-CD 2)

À época, ainda era uma assistência muito mais voltada as questões tecnologia exclusivamente você têm que produzir feijão o pacote tecnológico para o feijão é esse para cumpra o pacote que você vai produzir feijão em quantidade e qualidade [...] (MI-CD 1)

A gente procurava criar: plantio de tomate para indústria procurava fazer um negócio em conjunto, reunião os produtores e explicava a técnica e no acompanhamento do plantio a gente procura fazer tudo junto [...] tinha os dias de campo, tinha a reunião com os produtores [...] a gente reunia para passar a tecnologia para os irrigantes [...] o projeto Jaíba foi pioneiro em produção em areia quartzosa inclusive a gente desenvolvia pacote tecnológico, para melancia, para o tomate, para todos os produtos, inclusive a gente desenvolvia o projeto pequeno dentro da área do produtor, o DIJ bancava isso [...] tinha um técnico específico para cada produtor [...] facilitava o repasse de tecnologia. (MI-DIJ 4)

Assim, na lógica da aprendizagem assistida, o trabalho da CODEVASF e RURALMINAS seria ofertar recursos similares e produzir resultados semelhantes por meio dessa nova categoria de agricultores sob o *status* de irrigante.

[...] cesta básica. Ele tinha uma carência para pagamento da água e energia elétrica no primeiro ano. Então ele tinha uma condição diferenciada de implantação, mas o propósito, o interesse da CODEVASF, que era interesse público presente naquela época: desenvolver essa região do norte do estado de Minas Gerais, aonde se identificou um grande potencial para o desenvolvimento agrícola, já encima de uma agricultura irrigada. (MI-CD 1)

Na parte agrícola, existia a pretensão, até por uma questão de retorno econômico, de que o projeto tivesse uma área expressiva voltada para a fruticultura, apenas por uma visão de viabilidade do negócio. Agora qual fruta, isso veio dentro de um contexto regional, algumas frutas foram sendo mais aceitas, com o cultivo mais conhecido, mas a decisão sempre foi do produtor. (MI-CD 1)

Nesta fase, a aprendizagem remete-se exclusivamente para ensinar os CIs a plantarem no estilo irrigado.

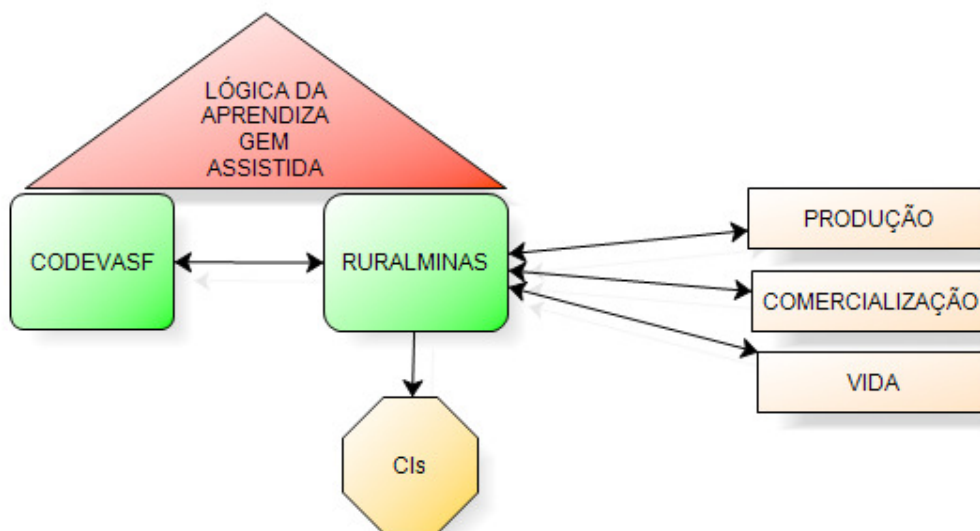
[...] as equipes de ATER à época eram compostas basicamente por agrônomos e técnicos agrícolas, era visão que se produzindo tudo estava resolvido [...] a lógica é: essas pessoas que estavam lá, elas de alguma forma foram inicialmente preparadas para a questão exclusivamente da produção, produz que suas vidas esta resolvida, não fez uma visão mais pluralista ou mais holística do indivíduo como meio de produção, não considerava aspectos de famílias, do indivíduo inserido no meio, da própria concorrência entre indivíduos de quem produz e não produz, isso fez com que essa maturação viessem ser que demorasse, exclusivamente por essa adoção original, de que se corrigiria tudo com essa visão linear: faça o

que a gente recomenda que você vai ter sucesso com a produção. (MI-CD 2)

O grupo dos pequenos, obrigatoriamente, demandava uma ação pública completa, inclusive dentro da unidade parcelar dele [...] No pequeno era entregue toda a estrutura para ele. Além disso, era dado a condição de em um determinado período ele receber um auxílio governamental através de uma

[...] a RURALMINAS fazia todo o trabalho para dar certo, para que os assentados se transformassem em produtores, em fruticultores, e para isso teria que ajudar. Ensinar eles a plantarem na forma de irrigação [...] (MI-RM)

Figura 3 - I Fase – Aprendizagem Assistida proposta para Projeto Jaíba



Fonte: Dados da pesquisa

Da análise das falas anteriores, é possível desvelar que o encaixe dos CIs ao modo de produção sob essa nova base se daria por meio da tutela completa dos MIs, com orientação da CODEVASF, RURALMINAS. Para isso acontecer, várias atividades seriam executadas: i) admissão dos CIs e, por meio do financiamento, foram entregues lotes de 5,5 hectares (tamanho referente a um módulo rural), tendo como componentes toda uma infraestrutura de irrigação de uso comum – canais, drenos, estradas e o lote com água no ponto de irrigar, rede elétrica, as estações de bombeamento e as adutoras; ii) fornecimento de insumos para o início da primeira safra e o respectivo acompanhamento técnico e cestas básica de alimentação por seis meses; iii) apresentou e fez pelos CIs os financiamentos rurais. Além de um acompanhamento assistencial realizado pela RURALMINAS.

Caberia a RURALMINAS assistir esses colonos irrigantes inicialmente, por conta de ter experiência na condução da transformação de práticas de sequeiro para

irrigação, quando da sua atuação na experiência de implantação do projeto-piloto de Mocambinho. Em todo o período de construção das estruturas físicas do PJ, concomitantemente a essas atividades, a RURALMINAS exercia a tarefa de capacitar um grupo de agricultores assentados, conhecidos como os pioneiros assentados no projeto-piloto de Mocambinho, às novas práticas de produção irrigada. As suas tarefas entendiam-se em um vasto rol de funções, desde o ensinamento das ações para se produzir na forma de irrigação até as práticas de assistência cotidiana. Percebe-se aqui ser o acesso aos recursos afetados por fatores mediadores (as instituições, regras e as relações sociais) presentes no contexto. Um pioneiro, quando da sua entrevista, fez a seguinte narrativa sobre a sua atuação sob a orientação da RURALMINAS:

[...] o negócio era muito benfeito, a irrigação muito bem organizada, porque lá a gente plantava o arroz e você irrigava ele por inundação, sabe, tinha a comporta, aí aquela terra era bem niveladinha, e aí tinha um trator, um Valmet sessenta e cinco, tinha uma máquina de levantar a terra, né, os diques em volta, né, e fazia aqueles diques e fazia os tabuleiros, e aí agora você pegava, soltava a água na comporta, enchia aquele tabuleiro, naquele tabuleiro você colocava outro tubo lá, o enchia, então você fazia da roça uma lagoa, com a irrigação muito benfeita, e nós começamos a trabalhar. [...] Quando foi em oitenta e oito, foi que veio o distrito (DIJ), certo, aí pegou a fundação do distrito, aí começou a irrigação por micro e a suspensão, né. (CI-GT)

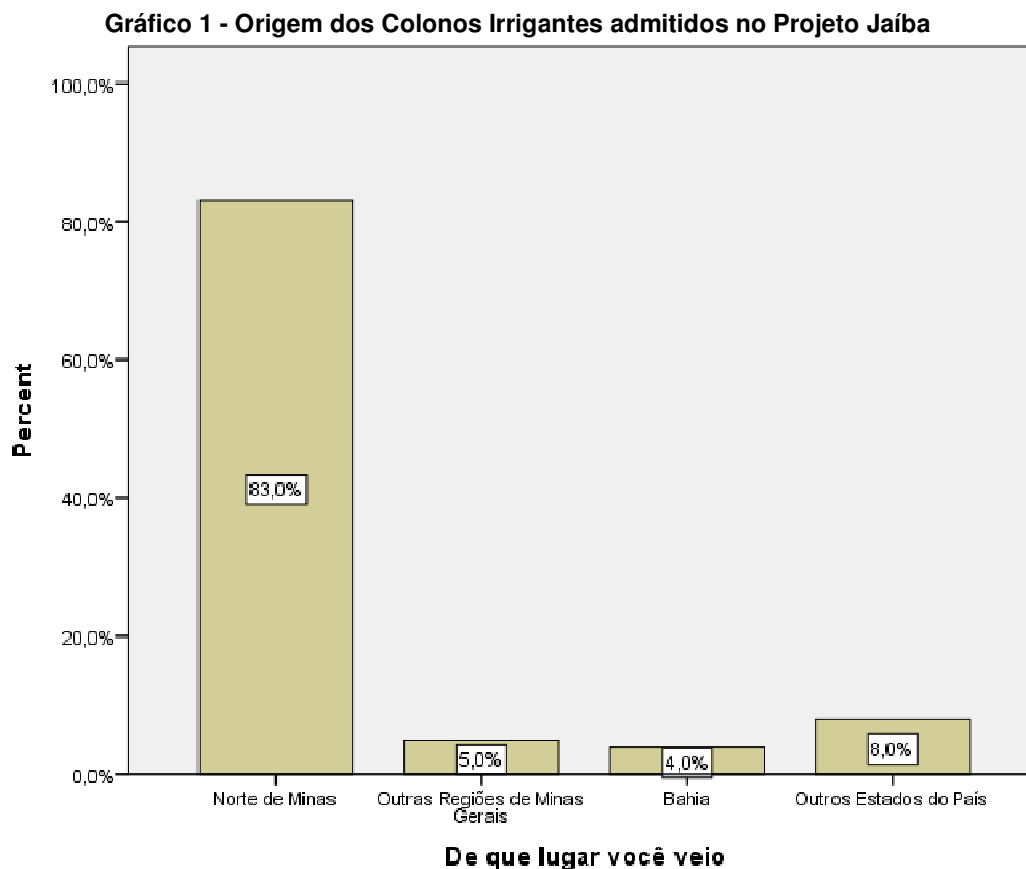
Essa experiência elevou a RURALMINAS à condição de replicadora desses conhecimentos dirigidos a CIs desenraizados de suas práticas cotidianas de produção de subsistência, porém a experiência do projeto-piloto de Mocambinho foi conduzida, assim, reforçando as experiências da população local de receber do governo apoio sob a forma de assistencialismo. Mesmo sendo reconhecido por todos os *modus operandi* da RURALMINAS, nos seis primeiros meses, essa agência foi indicada como responsável por conduzir a aprendizagem gnosiológica dos assentados no PJ.

Quando a gente entrou, como tinha carência de assistência técnica e comercialização, o Distrito acabou fazendo todo esse papel, a gente fazia desde assistência técnica, elaboração de projeto, administração de crédito rural e comercialização. O produtor ele nem conhecia o banco, nós fomos até homenageado e depois o Banco do Nordeste criou outras parcerias semelhantes a nossa [...] (MI-DJ 4)

A população selecionada, como se ilustra na figura 4, era majoritariamente originária do norte de Minas Gerais, e os primeiros assentados, mais do que os outros, detinham experiências acumuladas de intervenções anteriores, que remetiam às ações de assistencialismo; e o PJ, na avaliação desses CIs, também seria público, no sentido de não necessitar fazer pagamentos em troca do recebimento do benefício. Esse entendimento gerará consequências não premeditadas na admissão de financiamentos bancários, como pode-se perceber na dinâmica da execução da intervenção planejada.

Eles não entendiam um termo mais exato, eles não entendiam se aquilo ali era uma coisa do governo, que eles tinham que pagar alguma coisa. Não, isso é nosso, se foi o governo que fez isso é nosso. Então tinha muito essa confusão de entender o que que é o bem público e o que que é o bem privado. Como era uma área típica da agricultura familiar, a visão que ficou mais forte na mente dessas pessoas é de que aquilo ali era tudo público, então na visão deles o governo que deu, então não tinha que pagar nada [...] (MI-CD 1)

Como pode ser visto no gráfico 1 a maioria dos admitidos como CIs no Projeto Jaíba tinha como origem o próprio Norte de Minas Gerais, ou outras regiões deste Estado.



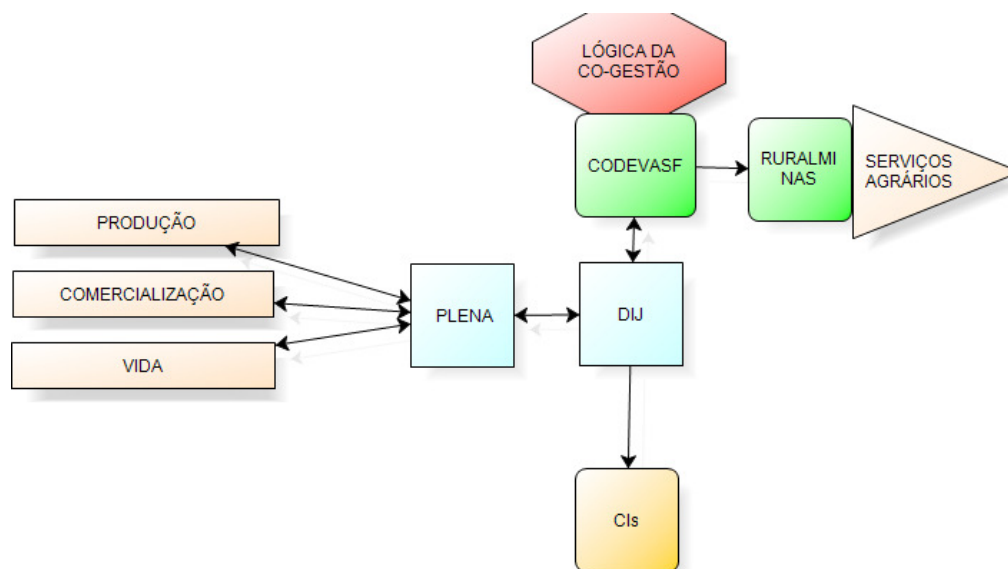
Fonte: Dados da pesquisa

Vencida a fase de preparação dos CIs por meio das ações de aprendizagem assistida, a fase seguinte no plano está vinculada à execução da anterior, conduziu a segunda fase onde se estabelecia como meta a institucionalização do projeto. A CODEVASF passa a agir no PJ por meio do DIJ.

5.1.2.2 *O DIJ como meio o encurtamento da execução do plano*

A segunda Etapa (Figura 4) foi programada com o objetivo de repassar as atividades de administração, a operação e a manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum e as outras atividades de assistência técnica, de promoção da comercialização e orientação de modo de vida para o DIJ, sob a vigilância, cogestão e apoio financeiro da CODEVASF.

Figura 4 - Fase II - A lógica da cogestão proposta para o Projeto Jaíba



Fonte: Dados da pesquisa

Essa lógica de cogestão realizar-se-ia com a instituição prévia do DIJ, e, posteriormente, com a assinatura do convênio do DIJ com a CODEVASF. A instituição do DIJ, a definição de suas atribuições, o estabelecimento dos seus objetivos e até mesmo a sua forma de organização e atuação foram determinadas pela CODEVASF. Esse modelo fora desenhado antes, quando foi proposto o Programa de Emancipação – PROEMA³² – e acolhido no Estatuto do DIJ.

Discursivamente e de forma dramática e propagandista, com o propósito de atrair aderentes a compartilhar a visão dos instituidores do plano, a mensagem da constituição do DIJ é disseminada como a busca da participação dos Cis na condução dos seus interesses. Na sequência, é possível apreender como a informação da constituição do DIJ está inserida na Cartilha do Irrigante elaborada pela CODEVASF e repassada aos irrigantes:

Para isso é que os pequenos produtores e os empresários, juntos, criaram o Distrito de Irrigação que é uma organização de usuários” (CARTILHA DO IRRIGANTE - CODEVASF).

³² Trata-se de tentativa de melhorar o desempenho dos projetos públicos de irrigação e de diminuir o aporte de recursos governamentais na fase produtiva; optou-se pela transferência de responsabilidade da água, basicamente o fornecimento de água e manutenção das estruturas aos usuários, denominada de “emancipação” (BRASIL, 2008),

[...] fizemos várias reuniões para discutir a criação do Distrito, depois participamos da assembleia geral e votamos a favor da sua constituição. (CARTILHA DO IRRIGANTE – CODEVASF).

Não se tratava de a participação dos pequenos produtores e dos empresários ser indesejada. Mas a criação do DIJ não se encaminhou via discussão. O grau de participação dos CIs limitou-se a ser informado e estimulado a ir ao local da reunião, no dia especificado da assembleia geral, e confirmar a criação da associação. Da mesma forma foi a nomeação do Gerente Executivo. A atuação dos CIs foi meramente confirmatória de uma decisão tomada pela CODEVASF.

Eu participei da criação do DIJ, eu fui chamado para participar da votação, quando cheguei lá estava tudo definido, inclusive quem seria o gerente. Estava tudo começando e eu achei importante participar inclusive aprovando o estatuto que já veio pronto. (CI - GT)

Tinha a CODEVASF os seguintes motivos como interesses para a criação do DIJ: reduzir os custos e dar agilidade decisória aos processos; e, principalmente, infundir a mentalidade de que as atribuições de operacionalização do projeto público de irrigação do Jaíba, mesmo tendo sido este de inspiração e idealização externa, passariam à comunidade de irrigantes. Também, nessa fase, o plano indicava os CIs apenas com participantes ouvintes e executores de um *script*. Nesse momento, os CIs seriam tutelados pelo Gerente Executivo em cogestão com a CODEVASF.

Os objetivos a serem realizados pelo DIJ são indicados em seu Estatuto e também, como mencionado anteriormente, é um modelo de inspiração externa e de idealização dos planejadores da CODEVASF:

I – administrar, operar e manter as obras de infraestrutura de irrigação de uso comum, compreendendo as estruturas básicas e equipamentos de adução, condução e distribuição de água, as estações de captação e bombeamento da água e a rede de drenagem do DISTRITO;

II – administrar, operar e manter os prédios de uso da administração e de apoio às atividades do DISTRITO;

III – definir os critérios, a forma, o volume e os horários de distribuição da água entre os irrigantes, observando o plano de irrigação previamente aprovado;

IV – estimular e apoiar o associativismo, incentivando a criação de entidades cooperativas ou representativas, que congreguem os irrigantes instalados nas glebas do DISTRITO;

V – preservar a função social, a racionalidade econômica e a utilidade pública do uso da água e dos solos irrigáveis;

VI – orientar os Associados no que se refere à exploração agropecuária, com vistas a compatibilizá-la ao uso comum da água.

Uma análise rápida dos objetivos inseridos no Estatuto do DIJ permite constatar qual a maior motivação para a sua constituição: descentralizar atribuições específicas e de responsabilidade da CODEVASF. Apenas dois objetivos, o IV e o VI, vinculam-se a contemplar interesses diretos e as ações produtivas, comerciais e vida dos CIs, onde os CIs são percebidos como assentados dentro de uma política de colonização. Mesmo assim utilizam de verbos em que demonstram secundarização de interesse para cumprimento deste objetivo. Os outros traduzem-se em atribuição de uma entidade fornecedora de água para a constituição de uma produção capitalista de produção. A visão e forma de atuação do DIJ, como proposto pelos idealizadores, transformaram-se em disputa como se poderá observar no próximo capítulo.

A função prioritária do distrito e administrar a água [...] (CI – DJ 3) Essa é a função estatutária pelo qual o Distrito foi criado pela CODEVASF. (MI-DJ 3)

Não havia o interesse dos idealizadores que o DIJ se envolvesse diretamente com assuntos de produção, comercialização e modos de vida dos CIs. Deveria substituir a RURALMINAS que estava exercendo atividades amparadas em formas assistencialistas e envolvida em todas as questões no interior do PJ (comercialização, produção e modos de vida). Quando o DIJ assume, administrado por um Gerente Executivo, a pretensão dos idealizadores era retomar a lógica inicial do plano no sentido do DIJ assumir como responsabilidade direta apenas a gestão da água.

A solução encontrada para atender a interesses difusos – a CODEVASF buscando reduzir a sua participação financeira direta e pretendendo confirmar o DIJ apenas como gestora dos serviços de água; e, os CIs exigindo a continuidade dos serviços prestados pela RURALMINAS e sua ampliação – foi a contratação de empresa especializada de assistência técnica, a Plena Consultoria e Projetos (PLENA). Esta empresa encarregar-se-ia de todas as atividades de assistência técnica e social dentro do PJ. Quanto às atividades de operacionalização do sistema

de irrigação e gestão do distrito, foram constituídas pelo corpo técnico e organizacional do DIJ.

A gente terceirizou a assistência técnica, o distrito não dava assistência técnica que ficava mais cara, a gente tinha os técnicos agrícolas que eram funcionários do Distrito com motos e contratamos uma empresa de assistência técnica por licitação que era a PLENA ela tinha os agrônomos, tudo sob a coordenação do DIJ, escritório separado, mais tudo sobre coordenação do Distrito [...]. (MI- DJ 3)

A RURALMINAS que, na fase anterior absorvia todas as atribuições, agora, é posicionada nas atribuições de serviços agrários. A PLENA, subordinada ao DIJ, acabou por reproduzir as relações assistenciais postas em ação pela RURALMINAS. Essa vinculação DIJ-PLENA acabou sendo vista, pelos CIs, como um só ente, o que dificultava, no entendimento da CODEVASF, o avanço rumo ao alcance da meta de emancipação do PJ. Dessa maneira, a responsabilidade de condução das práticas de produção, comercialização e modos de vida retornou à CODEVASF, mesmo que esse não fosse o seu interesse, a pretensão era consolidar o processo de emancipação. Para isso, O DIJ agora deveria desempenhar estritamente o papel de uma empresa fornecedora de água, como o estabelecido primariamente no seu estatuto.

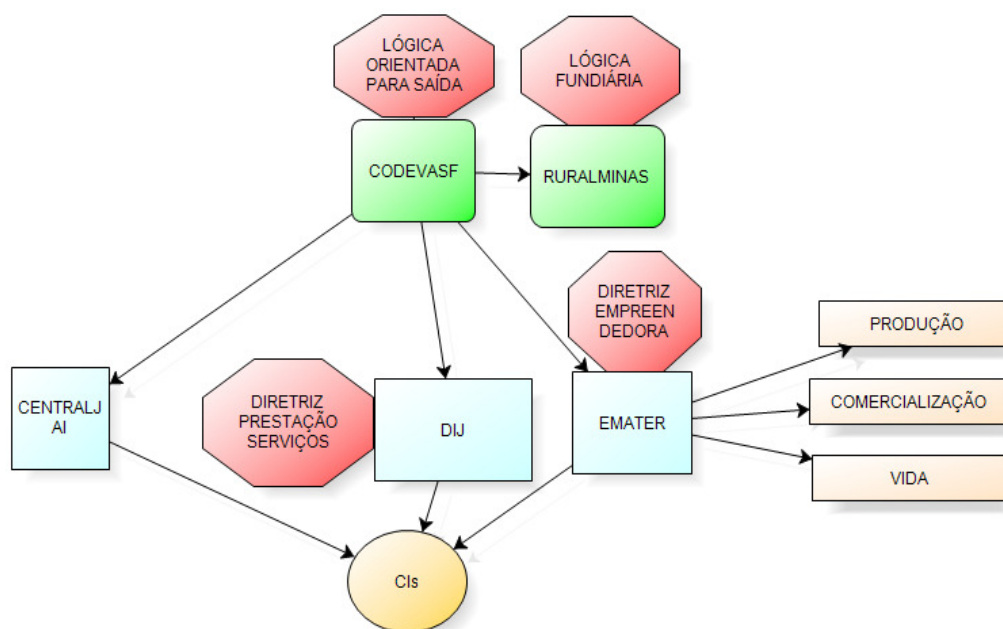
O DIJ fez até mais que a RURALMINAS fazia anteriormente, pois agora fazíamos até o serviço de crédito bancário para os mesmos. Nossa função principal era vender água, mas não dava para não envolver com as outras questões. (MI-DJ 3)

5.1.2.3 *O esvaziamento do DIJ à procura da emancipação*

A terceira fase – preparação para a saída e emancipação, como demonstrada na figura 5, espelha o momento atual vivenciado pelos envolvidos na intervenção. A pretensão indicada no *script* é formatar as funções do DIJ apenas na operacionalização de todas as fases do sistema de fornecimento de água.

Eu fui falar com o Gerente do DIJ, ele falou assim pra mim: Não, mas nós (DIJ) num estamos aqui para resolver problema do agricultor... nós estamos aqui pra vender água. Num estamos aqui pra olhar situação do outro não. estamos aqui pra vender água. (CI-MR)

Figura 5 - III Fase - preparação para a saída e emancipação dos Colonos Irrigantes do Projeto Jaíba



Fonte: Dados da pesquisa

Para tanto, a CODEVASF retira da supervisão do DIJ a coordenação dos serviços de assistência técnica e de extensão. Antes, o Distrito orientava essas atividades por meio da contratação de empresa privada. Nesta fase, a CODEVASF utiliza-se da pressão exercida por lideranças locais e aproveita para consolidar as ações do DIJ conforme idealização, ou seja, como organização voltada exclusivamente para a venda de água. Assim, com o intuito de direcionar para a sua saída, a CODEVASF celebra convênio com o governo do estado de Minas Gerais, e os serviços de Assistência Técnica Rural – ATER – passam a ser executados pela EMATER. Percebe-se que mesmo não reconhecendo a agência dos CIs com condição para a intervenção planejada, as reabilitações do planejado foram impulsionadas por disputas provocadas pelas ações dos CIs e MIs.

Houve uma movimentação das lideranças locais, uma revolta destas contra a PLENA, falavam que a assistência técnica teria que ser do governo. Chegaram até o Banco Mundial, solicitando a mudança do modelo. Reclamavam quanto à parte social, que a moradia era de lona, que não havia água tratada, escola [...] (MI-DJ 2)

O convênio CODEVASF/EMATER se realizou em um período em que a EMATER se encontrava em uma situação de esvaziamento das suas funções [...] foi um negócio bom para os dois [...] (MI-DJ 3)

Ademais, atribui à contratada a preparação dos CIs para organizarem-se em associação, tanto as ligadas à produção quanto à comercialização e sua preparação ontológica para investirem-se no papel de empresários rurais. Se na etapa anterior havia uma expectativa que os CIs “aprendessem” a produzir, agora, com a participação da EMATER, o pretendido pela CODEVASF era acelerar a mudança de visão dos CIs para acolher estilo de produção, comercialização e vida orientada à produção mercantilizada. A estratégia engendrada e posta em prática pela EMATER, para atender os interesses da CODEVASF, foi a introdução gradual e constante da fruticultura diversificada, o fortalecimento das associações, a melhoria da qualidade dos produtos, a ampliação dos canais de comercialização e a promoção de ações para obtenção de linhas de financiamento mais vantajosas.

A EMATER incorpora a solicitação da CODEVASF e determina como objetivo institucional direto a ser atingido no PJ como sendo:

Apoiar o assentamento de produtores rurais no projeto, reestruturando e revitalizando seus processos produtivos. promover o desenvolvimento sustentável da agricultura na área do projeto, visando consolidar o polo agroindustrial e aumentar a participação da região nos mercados interno e externo, principalmente de frutas. Finalidade: construir junto aos pequenos irrigantes alternativas que consolidem o desenvolvimento de forma sustentável através de disponibilização de informações baseadas em tecnologias e procedimentos na área de Assistência Técnica e Extensão Rural (RELATÓRIO DE ATIVIDADE DA EMATER, 2011).

A pretensão da EMATER é romper com as formas assistencialistas anteriormente empregadas, tanto pela RURALMINAS quanto pela PLENA. O direcionamento é para dotar os CIs de conhecimento e habilidades para tornarem-se empreendedores. Segundo a EMATER, para se atingir essa guinada ontológica,

[...] se baseiam em uma metodologia participativa que valoriza o conhecimento dos 'sujeitos' da ação, fortalecendo a prática da cidadania nos Perímetros de Irrigação da CODEVASF. Essa metodologia, denominada 'Modelo Pedagógico de Educação para a Participação', enfoca a 'participação', análise crítica da realidade, por meio do 'diálogo de saberes', que permite a apropriação e construção do conhecimento visando o desenvolvimento integral do indivíduo (RELATÓRIO DE ATIVIDADE – EMATER, 2010).

Essa mudança ou guinada também se fundamentaria na mudança do estilo de produção. Como ação direta para concretizar essa mudança, viria o esforço

dirigido para introduzir o plantio de culturas permanentes, desestimulando o plantio de culturas anuais. Na avaliação da EMATER, as culturas permanentes permitem a sustentação econômica dos CIs e essa mudança vai ao encontro dos interesses da CODEVASF na direção de possibilitar o alcance da meta perseguida à emancipação do PJ. O plantio de alto valor agregado possibilita a geração de viabilidade econômica e, por consequência, produz as condições para que os CIs assumam as responsabilidades financeiras com o projeto.

Essa tendência para a fruticultura pode ser observada nas falas dos envolvidos, na intervenção planejada, como o caminho a ser reforçado, sendo a tendência natural do projeto. No discurso que segue, o MI-RURALMINAS reforça a noção de *script* ao indicar a programação dos CIs para exercer um papel específico.

Se tiver é um e outro, mas o pessoal é mais fruticultor, ele foi **programado** pra isso mesmo né, tanto é que às vezes têm pessoas que querem criar gado e tudo, mas, o projeto foi programado pra isso mesmo O objetivo do projeto é fruticultura. (MI-RM)

Outras manifestações também reforçam a estratégia na direção de confirmar a fruticultura como a alternativa produtiva que possibilitaria a melhoria nas condições econômicas dos CIs. Todavia a questão relevante que sobressai da discussão é o sentido de estar presente a heterogeneidade como característica da estrutura rural, mesmo diante de orientação constante de se mudar as formas de constituição dos meios de sustento do CI.

“Na parte agrícola, existia a pretensão, até por uma questão de retorno econômico, de que o projeto tivesse uma área expressiva voltada para a fruticultura, apenas por uma visão de viabilidade do negócio”. (MI-CD)

“[...] mais voltando para perenizar, nas culturas perenes, a fruticultura, a gente entende que é mais potencial, que o Jaíba se perenize, que o produtor evolui, que ele está dentro de um processo produtivo com fruticultura irrigada, ao invés com as culturas anuais”. (MI- ET I)

“Então a gente de maneira nenhuma a gente vai impedir a produção das anuais, das culturas anuais, mas que a gente pretende, reconhece que os produtores que envolveram com a fruticultura, eles estão em um grau de satisfação bem maior, de agregação de valor, de renda”. (MI-ET II)

É sob essa discussão de escolha do que se produzir, como produzir e por que produzir que fica manifesto o poder de agência dos envolvidos no processo de intervenção planejada. Os relatórios de monitoramento dos Programas Públicos de

Irrigação e Drenagem são enfáticos e constituem-se em exemplos emblemáticos indicando a alternativa “fruticultura” como a possibilidade de êxito para os distritos de irrigação e, conseqüentemente, para levá-los à emancipação. Porém várias questões suscitam-se em relação a esse entendimento: a) essa visão foi compartilhada e incorporada pelos envolvidos no projeto de intervenção?; ii) como os CIs fazem suas escolhas ao utilizar seus recursos?; e, iii) como os CIs elaboram outras estratégias de forma a garantir a sua reprodução socioeconômica? Essas indagações conflitam com a orientação de haver apenas uma possibilidade de encaminhar os projetos de desenvolvimento rural, entendendo que os projetos são constituídos nas inter-relações travadas entre os envolvidos no processo da intervenção, sendo ressignificados, reinterpretados e transformados quando da sua execução, como poderá ser visto na discussão da dinâmica da constituição do PJ.

[...] amplie o esforço no sentido de orientar os irrigantes a direcionar a produção para culturas de alta rentabilidade, como a fruticultura e a produção de sementes, desestimulando o plantio de culturas pouco rentáveis (Doc. 4 TC 011.895/2001-04 - CGU).

[...] estabeleça prazos de emancipação dos perímetros de irrigação e os trate como metas, avaliando, também, a possibilidade de extinção de perímetros economicamente inviáveis, sugerindo a adoção de medidas compensatórias mais baratas para os irrigantes prejudicados (Doc. 4 - TC 011.895/2001-4 - CGU).

O Programa Transferência da Gestão dos Perímetros Irrigados tem por objetivo transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão, abrangendo ações relacionadas à licitação dos lotes dos projetos, seleção dos produtores, organização ou reorganização dos produtores (distrito de irrigação, associações e cooperativas), conscientização e capacitação dos produtores, reabilitação e modernização dos sistemas, assistência técnica, cogestão e transferência de gestão. **As ações visam principalmente dotar os irrigantes de condições para assumir os encargos financeiros decorrentes da emancipação** (Doc. 5 TC nº 000.946/2005-0 - CGU) (sem grifos no original).

Também como movimentação para promover a emancipação do PJ entra em cena outra instituição, a CENTRALJAI, cuja idealização faz-se sobre o patrocínio da CODEVASF aos moldes do DIJ, com a diferença desta não receber transferência de recursos. Mas o *modus operandi* de gestão da entidade com a contratação de gerente operacional para execução das atividades da CENTRALJAI é a mesma praticada pelo DIJ. Essa central não sofreria interferência direta do DIJ, ficando mais afetada as orientações da EMATER. Buscava-se integrar os CIs em uma unidade associativa com finalidades para as ações de compra e venda sob a orientação de

um gerente técnico que passaria a coordenar todas essas ações no PJ. O objetivo da CODEVASF era cumprir mais um passo rumo à emancipação, enquanto, para os CIs, viria a compor mais uma possibilidade de escoar a sua produção, bem como em espaço de disputa entre os vários grupos de interesse presentes no PJ.

[...] a gente criou algumas estruturas que podem favorecer essas associações para trabalhar o processo da comercialização no caso do Jaíba existe a CENTRALJAI, que é um projeto que teve início no ano dois mil, onde a CODEVASF investiu na estrutura de um "Parking House". (MI-CD 1)

É perceptível, em toda a idealização e nas indicações de reabilitação (criação da CENTRALJAI e contratação da EMATER), a busca pela meta à emancipação. De forma deliberada ou não, a oferta de recursos e normas similares estabeleciam as condições para atingir a meta. A dificuldade em todo caminhar foi a de incorporar como traço estrutural a heterogeneidade. Ao afastar-se dessa condição, acabavam por criar estruturas sempre instrumentalizadas para o direcionamento linear: planejamento-execução-resultado. A criação das instituições, a preparação ou capacitação dos CIs também se moldavam nessa lógica. Esta expressão discursiva acabou enviesando a percepção de que os CIs não se englobam em uma categoria homogênea, e, sim, em individualidades heterogêneas que realizam projetos pessoais que atraem outros ou decidem por integrarem a outros projetos locais ou distantes. Destarte, o discurso e as orientações de intervenção planejada enclausurados em um plano e dando conta da mudança do mundo da vida não são possíveis.

A impossibilidade vincula-se justamente por serem os discursos e as orientações ressignificados e só assim colocados em ação, bem como por produzirem essas ações consequências não premeditadas. Nesse sentido, os discursos e as orientações com o propósito de transformarem os CIs fincados em prática de subsistência em empresários rurais, principalmente em fruticultores, mercantilizados, não cabem dentro de um plano. Ademais, os CIs, MIs e as organizações presentes no interior da Etapa I do PJ constroem "espaços de manobras" a partir de interesses e/ou necessidades diferentes, mas com objetivos congruentes e garantem impingir modificações no modelo linear e instrumental de intervenção e, ao final, podem fazer diferente e fazer a diferença.

Porém, em todo o fluxo da idealização, o PJ foi reconhecido como espaço técnico-científico voltado à produção capitalista. Mesmo tendo havido imposição de critérios sociais para admissão dos “beneficiados” esses teriam, por lógica do próprio projeto, de ser transformados em empresários rurais.

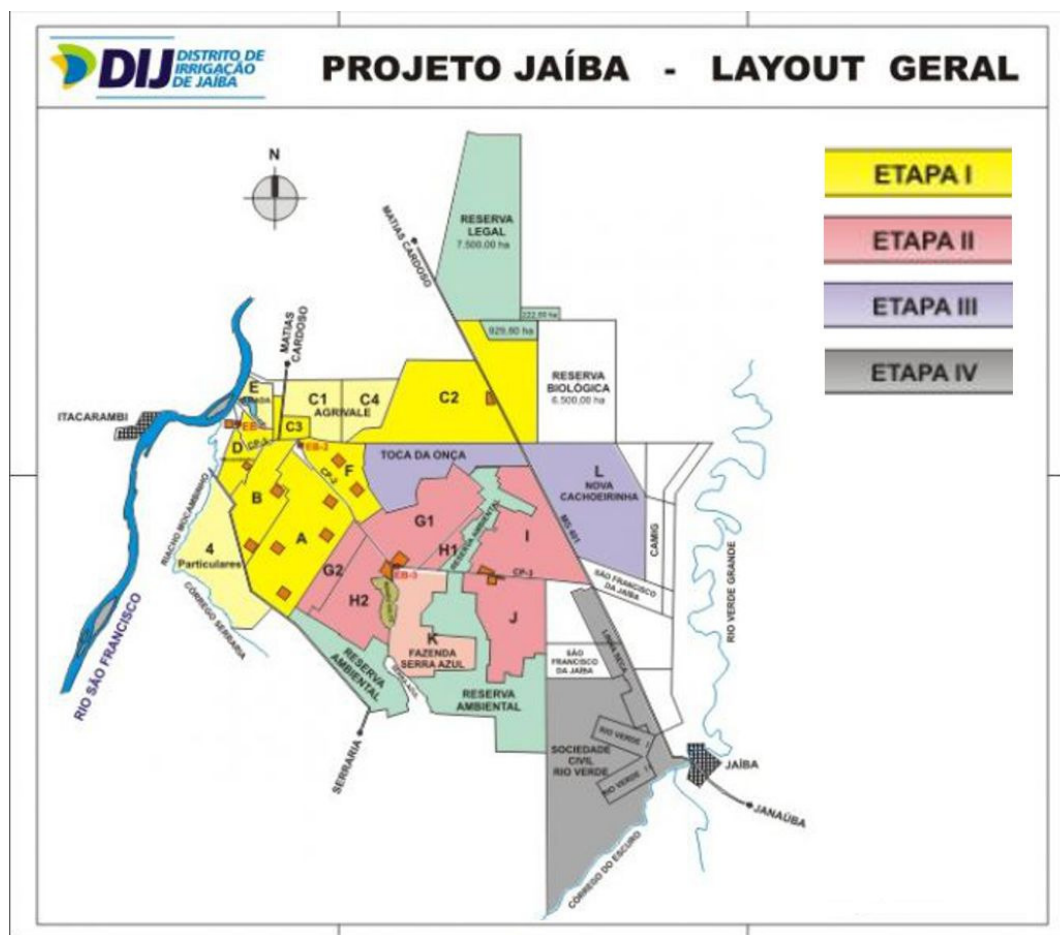
Além disso, havia diversidade de entes e mediadores atuantes no PJ, face a face ou a distância, e essas inter-relações sociais entre CIs, MIs, associações e organizações levaram ao estabelecimento de arenas e à criação de espaços de manobras pelas partes envolvidas, assim, constituindo-se em uma complexa rede de relações de valores, conflitos, de poder, de visões e disputas.

Para encenar os discursos e as orientações, foram convocados, por edital, os futuros colonos irrigantes. Mas quais as vivências e experiências que esses futuros CIs carregaram para o interior do PJ?

5.1.3 O processo de admissão e as experiências carregadas para o PJ

A RURALMINAS iniciou experiências em assentar colonos no espaço da Mata da Jaiba, com a intenção de verificar aspectos de viabilidade produtiva desse espaço. A iniciativa fora batizada de Projeto-Piloto do Mocambinho. Essa comunidade de pioneiros foi o primeiro grupo a ser admitido e assentado no PJ, ocupando a gleba “D”, conforme ilustra a figura 6.

Figura 6 - Localização da Etapa I e as suas glebas



Fonte: Distrito de Irrigação do Jaíba

[...] já no final dos anos sessenta, e que mapeava aquela região da mata do Jaíba, com uma região potencial para a implantação de uma área pública de irrigação. Isso acabou acontecendo com a implantação do primeiro núcleo que foi o Mocaminho, que foi chamado inicialmente de projeto-piloto, para que se testassem essas possibilidades da existência de um conjunto de condições locais, clima, solo, possibilidade de assentamento de pessoas, com foco na irrigação. Bom, esse projeto acabou sendo ampliado e se tornou efetivamente o que a gente chama hoje de projeto Jaíba [...] (MI-CD 1)

Na ação de admissão de outro e novos colonos, todavia, a orientação balizou-se em critérios de cunho eminentemente social com o beneficiamento da população local. O número de componentes familiares, renda, estado civil, se o candidato era arrimo de família e se tinha experiência em agricultura foram critérios, entre outros de cunho social, a balizar o processo de seleção. Já o encaminhamento das admissões reportava-se a atender ao pré-requisito determinado pelo Banco Mundial,

não havia uma preocupação direta com os CIs, em relação aos seus desejos, potencialidades e limitações. A ideia central era: está no *script*, cumpra-se. E, no *script*, estava estabelecido o critério social.

[...] o que fazer para que esse público atingisse o resultado [...] já que coloquei aquele público para atender o pré-requisito social o que fazer agora para produzir os resultados [...] não se preocupou muito com o público, preocupou com o pré-requisito social [...] (MI-CD 2)

A justificativa para o investimento na construção do PJ era social: assentar agricultores em estado de vulnerabilidade social. Esse critério, determinado pelo Banco Mundial e fixado em decisão, foi tomado de forma fiel pela RURALMINAS e CODEVASF. Atenderam os critérios e acreditavam em ação direta sobre os acolhidos no sentido de que dinheiro e assistência técnica transformariam esses CIs, tempestivamente, em empresários “modernos” e incorporados ao mercado. Além do mais, se ocorresse alguma falha na consecução dos objetivos, de antemão, já se teria o culpado e a motivação: admissão de agricultores despreparados para a produção moderna. Em outras palavras, o responsável pelo fracasso era aquele que não era avaliado como capaz de fazer diferente e fazer a diferença.

Os critérios dessa seleção, à época, prioritariamente, pretendiam atender a uma população mais carente, então, famílias mais numerosas, de tradição agrícola, de poder aquisitivo menor, então era esse basicamente o público-alvo à época. (MI-CD 1)

A falha eu não sei te falar se é da CODEVASF, ou das pessoas que fizeram. Às vezes, algumas seleções, por exemplo, vou colocar aqui, tem os duzentos e doze, que foi os colonos que ganharam na justiça o direito de entrar ali. Se você pegar dentro dos duzentos e doze, a maioria dos lotes ou abandonado ou agora que tão vendendo, trocando, assim, poucas pessoas ali desenvolveu, assim, eu não sei de que forma eles poderiam ter resolvido esse problema, mas teve uma falha nessa questão da seleção dos produtores. (CI-LD)

A lógica do assentamento e acolhimento dos futuros beneficiados é social: acolher famílias em condição de vulnerabilidade. A pretensão da execução e a expectativa dos resultados são econômicas. Esse confronto de intenções se estabeleceu no plano da intervenção planejada, tendo como sustentação as seguintes argumentações: a Lei da Irrigação exigia pagamento pelas terras onde os CIs seriam assentados, também, deveriam reembolsar pelo investimento realizado

na construção das estruturas físicas; pagar as despesas de manutenção das estruturas físicas. Para suportar todas essas obrigações, deveriam gerar viabilidade econômica dentro de um lote de 5 ha e o indicado seria os CIs ser conduzidos a plantios de alto valor agregado.

A outra forma de admissão foi o acolhimento de 424 famílias por determinação judicial, devido ao Termo de Ajustamento de Conduta assinado entre o Ministério Público e a Codevasf. Essas famílias foram assentadas nas Glebas A3 e a A4. Nesta forma, foram abolidos quaisquer critérios de seleção. Acatou-se a determinação judicial.

São 424, 212 da associação do Juarez, 212 da associação do Avelino Jovino [...] teve uns que foi em 1995 ou 1996 e os outros agora em dois mil e cinco, mais dessas duas associações se fizer um pente fino são poucos que continuam lá, é a área que mais tem abandono. (CI-AR)

O certo é que, em nenhuma das formas de admissão (pioneiros, admitidos via edital ou judicial), estavam previstos critérios de escolaridade, experiência em produção sob o modelo de irrigação e habilidades empreendedoras. No âmbito dessa conduta, assumiam as agências de desenvolvimento, de forma deliberada ou não, o compromisso e o risco de tocar o empreendimento com os acolhidos. Porém persistiu o *modus operandi* de não reconhecer a Etapa I do PJ como uma política de colonização sob o estilo de produção irrigada.

Mesmo com essa limitação ou restrição, a seleção significava a primeira etapa para colocar-se em andamento um plano estabelecido em lei e constituído por regras de como proceder e produzir. O entendimento é que, ao entrar no PJ, os admitidos desapossar-se-iam de todas as suas experiências e tornar-se-iam novos indivíduos homogêneos – Colonos Irrigantes – e acolheriam de forma passiva o regramento previsto e a partir deste formatariam as suas condutas. Não se discute que a consciência de regras sociais, se expressa sobretudo na consciência prática, se constituindo no próprio âmago da "cognoscitividade", porém essa é constituída nas inter-relações realizadas.

[...] aquilo ali era um projeto que eles se inscreveram para participar daquele projeto, sujeito às regras que já existiam antes da chegada deles, porque elas foram criadas antes. Então quando ele se inscreveu, existia um edital que estabelecia as condições. A lei de irrigações já existia. A norma de

assentamento, a norma de inserção dessas pessoas no meio produtivo, também já existia. (CI-CD 1)

Por delegação da CODEVASF, a RURALMINAS realizou a seleção dos irrigantes não por suas liberalidades, uma vez que o Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984, garantia a essas instituições a definição dos critérios de seleção.

Houve um edital público de convocação, as pessoas se inscreveram, houve uma seleção e essas famílias foram assentadas. Os critérios dessa seleção, à época, prioritariamente, pretendiam atender a uma população mais carente, então, famílias mais numerosas, de tradição agrícola, de poder aquisitivo menor, então era esse basicamente o público-alvo à época. (MI-CD 1)

E aí fizemos a seleção lá. Fez a seleção de um pessoal aqui de Manga, e colocaram esse pessoal lá, sabe, e aí por diante foi fazendo a seleção, mas praticamente uma seleção muito esquisita porque pessoas que você sentia que não tinha como assumir um lote desse, né. Eu via pelo seguinte. Porque pessoas que não tem assim, aquela, aquele entusiasmo de trabalhar, sabe. Pessoa que só gosta de pescar. Outros é praticamente comerciante. Veio aquele entusiasmo porque estava saindo dinheiro, e tal. (CI -GT)

A prioridade ao atendimento do critério social imposto pelo Banco Mundial e pela própria lei foi amplamente atendido. A tabela 2 reforça a concepção de não se ter como critério o nível de escolaridade dos CIs admitidos. Mesmo após mais de duas décadas do assentamento, o nível de escolaridade concentra-se no elementar.

Tabela 2 - Escolaridade dos Colonos Irrigantes admitidos no Projeto Jaíba

Escolaridade	Frequência	Percentual	Percentual Cumulativo
Analfabeto	13	13,0	13,0
Ensino fundamental	72	72,0	85,0
Ensino médio	11	11,0	96,0
Ensino superior e técnico	04	4,0	100,0
Total	100	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

Com tal intuito, as instituições CODEVASF e RURALMINAS assumiram como de suas responsabilidades e risco as ações de conduzir o agora colono irrigante à mudança de suas formas de produzir, comercializar e viver para o estilo de agricultura irrigada. Este desafio é entendido pelos MIs como um misto de

possibilidades e dificuldades. As possibilidades remetiam-se, por um lado, para o atendimento de uma dívida social com os agricultores; por outro lado, as dificuldades caracterizaram-se no tocante à necessidade ou imposição de transformá-los em empresários rurais. Essa noção de ser possível conduzir os colonos irrigantes a uma forma estandardizada de constituir seus meios de sustento é pensada como desafio e não havia a certeza de serem os admitidos dotados de capacidade para assumir essa nova identidade. Além disso, não se desprendiam os MIs do fator tempo, o processo de transformação dos assentados deveria ser rápido.

Olha, eu vejo que irrigação é uma atividade bem tecnicada e aqui você não consegue, na região, talvez, perfil de agricultor desse modo [...] com experiência de irrigação. Então é um projeto social, assentamento de fato, de que o perfil da própria região nossa aqui do norte, eu vejo que é do ciclo do algodão, de quem veio pra cá, do algodão, do carvão, do agregado, então assim, mil e oitocentas famílias com perfil tecnicado não é fácil, e é **uma missão bem audaciosa, transformar essas pessoas através da irrigação para que eles melhorem de vida.** (MI-DJ 1)

O assentamento tinha a intenção política, importava-se à época, resgatar uma dívida social de um governo que não era voltado às políticas da agricultura familiar [...] Assim o Banco Mundial investiu em um projeto de interesse social, se fosse investir em outro público empresarial havia outros mecanismos de financiamento [...] por isso tinha como intenção investir em pessoas com menor condição [...] atendeu o pré-requisito que suportou o investimento [...] então não se preocupava muito se este público alcançaria o resultado. (MI-CD 2)

Acho que o equívoco foi entender ou aceitar que corrigiriam qualquer falha ou problemas depois do processo de seleção. Se tivesse feito uma seleção mista um pouco mais rigorosa avaliando a capacidade do indivíduo teria um público que deslançaria mais rápido; com critérios mais centrados na capacidade do indivíduo [...]. (MI CD 2)

Assim, ao se investirem na figura de irrigante, na visão do legislador e planejador, os pretendentes selecionados, por força de dever e pelas ações institucionais seriam levados a: i) adotar práticas de uso da água, utilização e conservação de solo; ii) obedecer a normas, regras, regulamentos e decisões derivadas da administração; iii) interessarem-se em participar de associações e atender aos contratos celebrados por essas; e, iv) a explorar direta e integralmente o lote de cinco hectares.³³

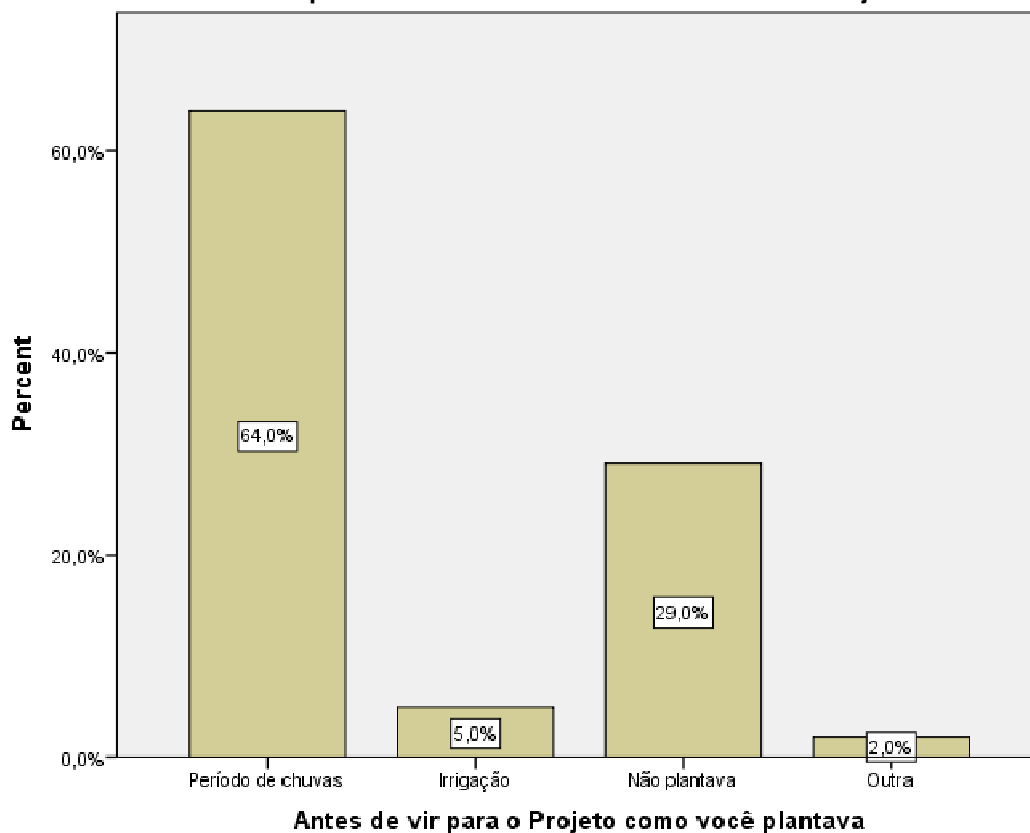
³³ O lote familiar, cuja dimensão deverá corresponder à área mínima de produção capaz de assegurar a promoção econômica e social do irrigante e sua família, constitui propriedade resolúvel e indivisível de acordo com as disposições da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979 e deste Regulamento.

Percebe-se que o legislador e as instituições posicionaram-se na direção de ser capazes de, por meio de normas, recursos e orientações, conduzirem uma mudança gnosiológica e ontológica dos agricultores, e não a partir dos agricultores. É sob esse pensamento externo que os CIs foram selecionados e assentados.

Por sua vez, a maioria dos CIs exerciam atividades relativas ao mundo rural e principalmente produziam em sequeiro e criavam animais à solta, como coloca-se no gráfico 2. Mas também havia aqueles que exerciam atividades urbanas e foram atraídos para o projeto, avaliando-o como uma oportunidade por ter como patrocinador o Governo Federal e, principalmente, de forma recorrente nas falas dos CIs, por identificar a água como principal fator impulsionador para as suas transferências para um espaço estranho às suas origens.

Falei: A gente vive para esse projeto, o maior projeto da América Latina, água aqui na minha porta, uma bomba aqui que eu molho essa terra toda, se eu não sonhar eu vou ter que ir embora [...]. (CI-MR)

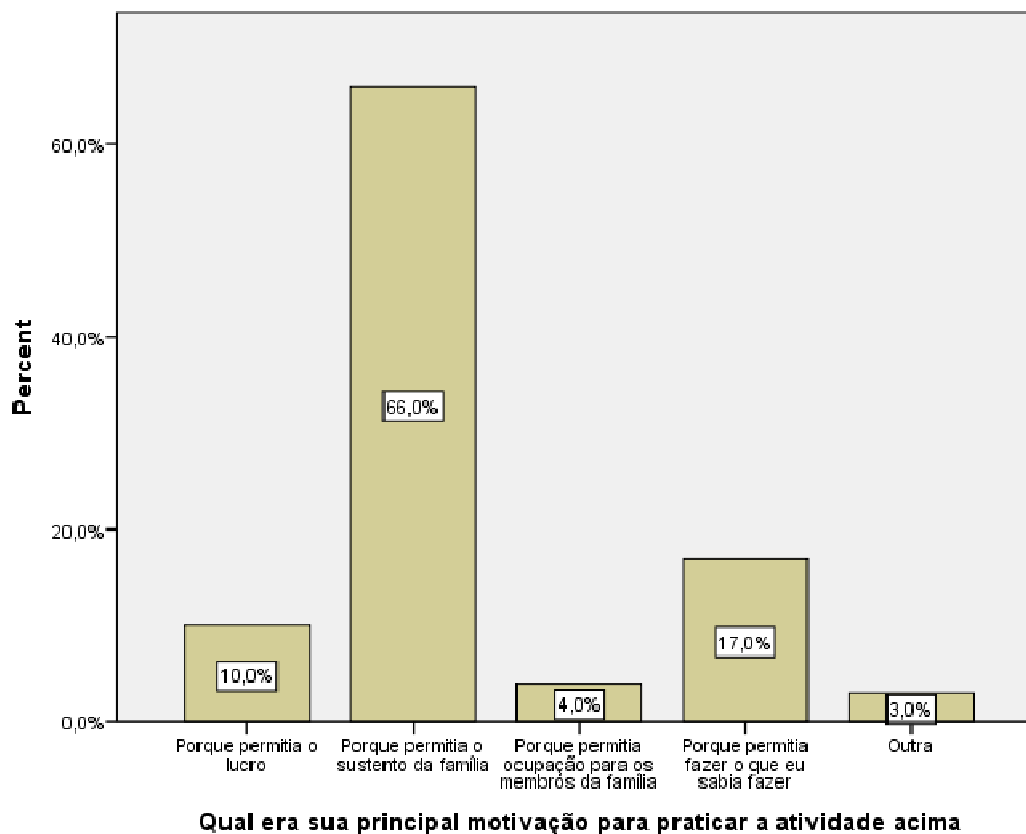
Eu, assim, eu até me emociono quando fala dessa questão porque a gente vive comparando, eu lembro que na época minha mãe pra fazer uma horta ela tinha que ir perto da onde que o rio tinha passado, em alguma lagoa, algum lugar, abrir uma cacimba pra tirar água pra poder irrigar uma pequena horta, pra poder melhorar a qualidade da alimentação da gente. (CI-LD)

Gráfico 2 - Forma de plantio dos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba

Fonte: Dados da pesquisa

A motivação para o exercício das atividades no local de origem dos agricultores assentados tinha como tendência a subsistência e o exercício da atividade agrícola, era realizada com a utilização da força de trabalho dos selecionados e de suas famílias. Outra informação que reforça a orientação para produção de subsistência foram as respostas dadas à questão: se vendiam sua produção, a maioria indicava que não vendia a produção. Mas também compunha esse grupo de admitidos, em menor número, aqueles que exerciam a atividade com o intuito de obter o lucro, esses representaram 10% dos interlocutores (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Motivação para a prática da atividade dos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba



Fonte: Dados da pesquisa

A origem da maioria dos assentados era o norte de Minas, sendo identificado na amostra que em torno de 20% dos admitidos tinham origens em outras regiões do estado e do país. A sua experiência produtiva ancorava-se no estilo de agricultura de sequeiro, na produção do carvão vegetal, na produção de monoculturas do algodão e de atividades ligadas ao modo de vida de agregado rural. A produção no sistema de irrigação era novidade e desafio a serem incorporados. Quanto à heterogeneidade de estilos e formas de atuação dos CIs, a fala a seguir é bem esclarecedora no que concerne à variedade de formas de fazer e pensar dos admitidos, demonstrando uma heterogeneidade estrutural das práticas dos agricultores na direção de garantir os seus meios de sustento.

Eu vim de Varzelândia, natural da cidade de Varzelândia lá não tem esse projeto de irrigação, lá a gente só mexia com sequeiro. [CI-JV)

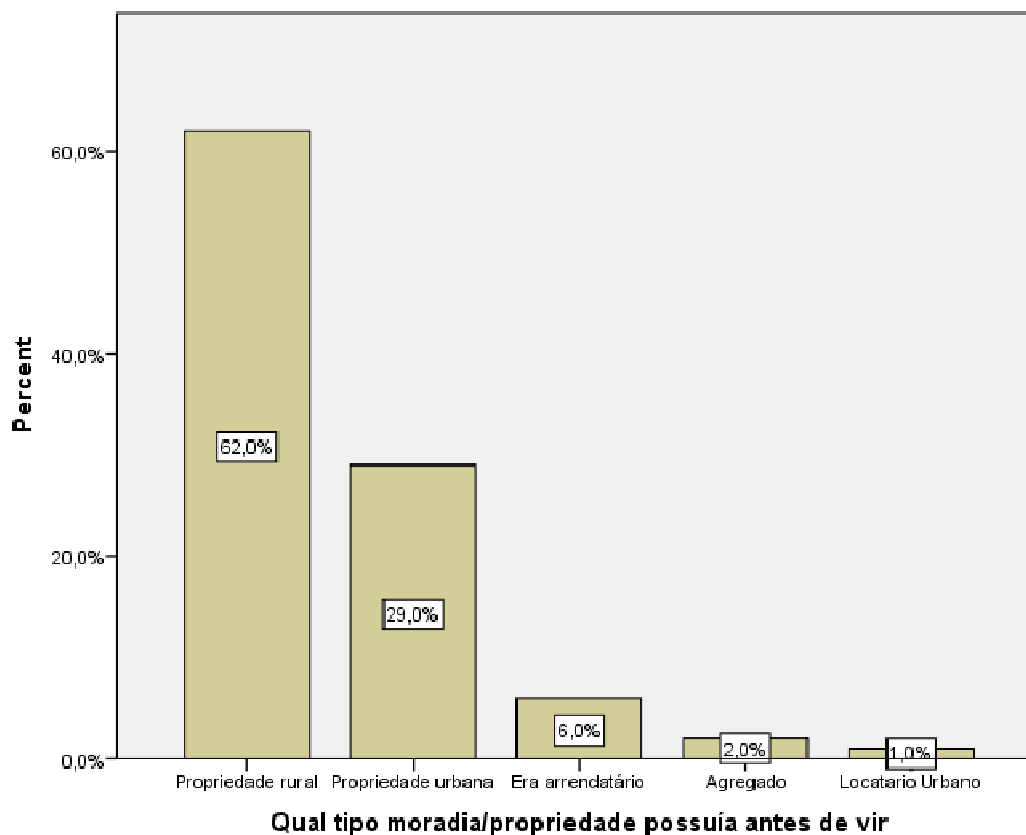
Para nossa condição aquilo era uma novidade, porque vinha de uma área, oriundo de uma área que não tinha esse privilégio de plantar no período da seca [...] (CI-LD)

[...] tem gente aqui de tudo quanto é região, então cada um tem uma cabeça, cada um tem uma convivência [...] (CI-LB)

Lá de onde viemos, plantávamos de tudo e além de plantar lidamos com gado, produzia tijolo, fazia uns bicos vendendo um animal, vendíamos na feira, para atravessadores. (MI-MR)

Os ocupantes, conforme gráfico 4, tinham como propriedades/residências unidades próprias ou ocupavam unidades cedidas, como é o caso dos agregados ou locatários urbanos. Se comparados à quantidade de propriedades/residências e atividades exercidas, pode-se perceber ocupantes com experiência no trabalho rural que residiam nas cidades.

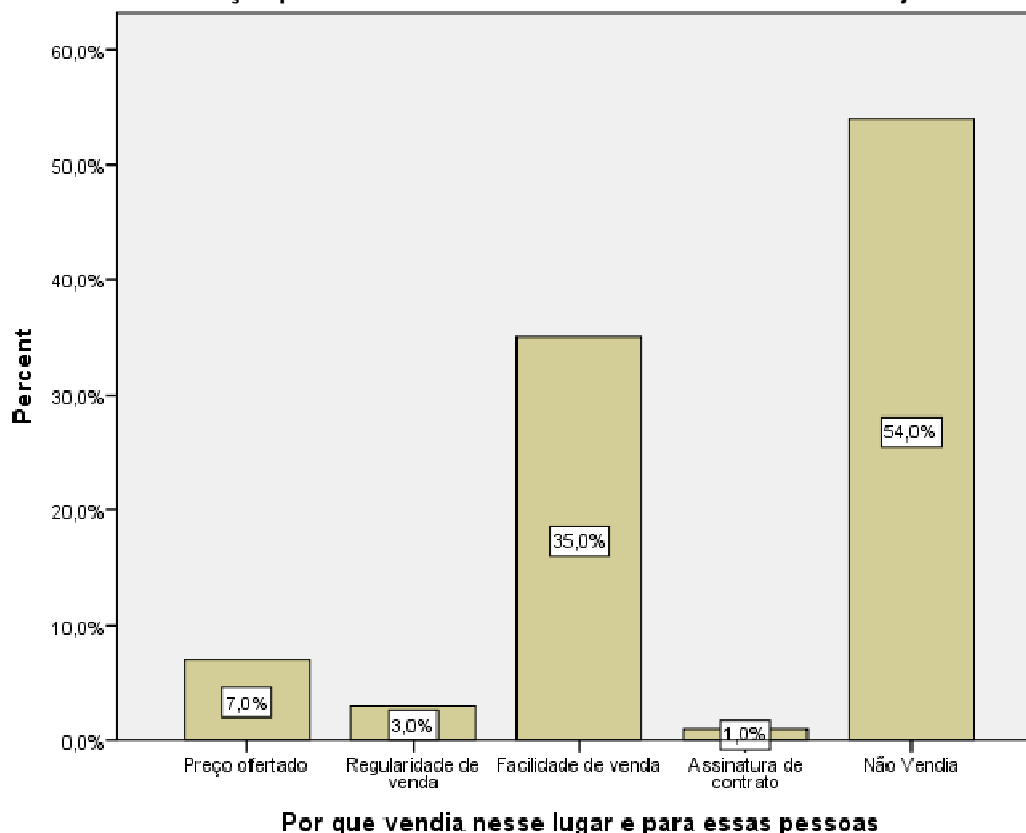
Gráfico 4 - Tipo de moradia/propriedade ocupada pelos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba



Fonte: Dados da pesquisa

Reforçando essa discussão se pode observar (Gráfico 5) que a maioria dos CIs selecionados não tinha sequer experiência em comercializar o plantio, limitando-se a atender as necessidades de sustento.

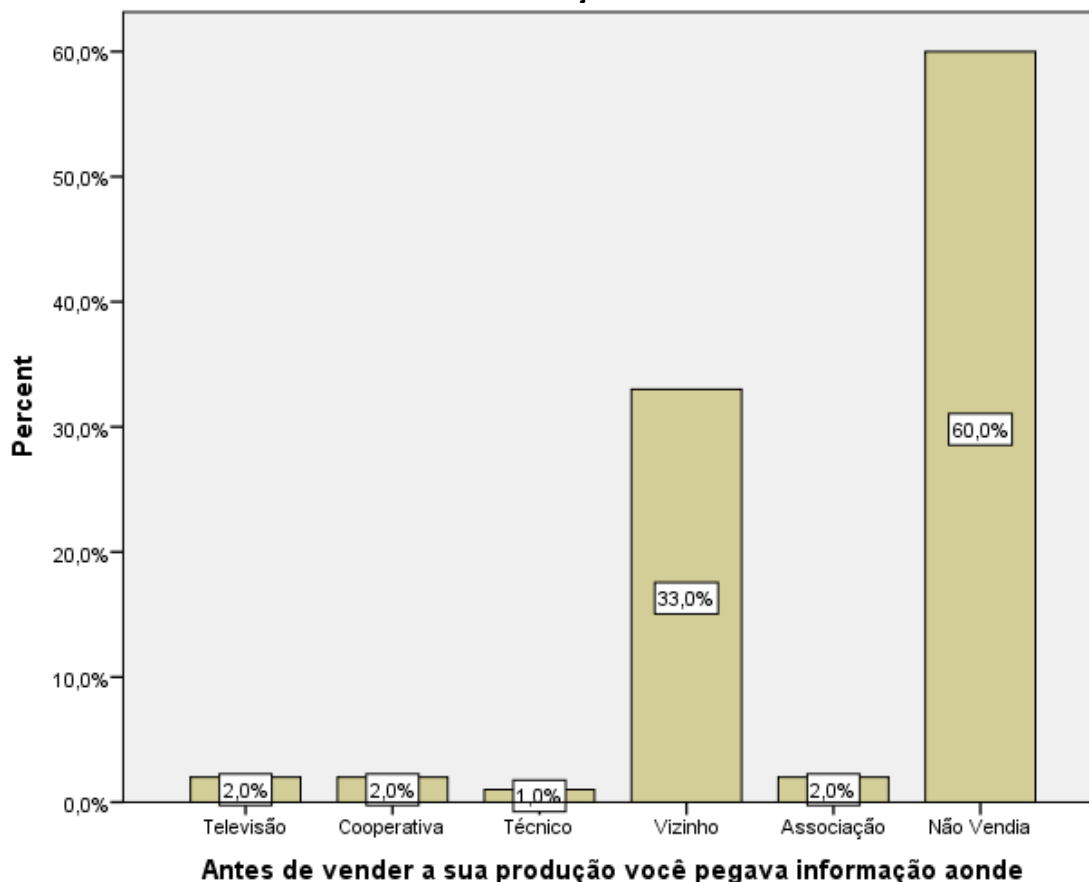
Gráfico 5 - Motivação para a venda dos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba



Fonte: Dados da pesquisa

No tocante às atividades de comercialização, a venda do excedente era efetuada principalmente em mercados próximos, “a venda era feita na feira da cidade” (CI-MR), e as informações de preço eram obtidas, principalmente com a vizinhança (Gráfico 6). Quanto à motivação para vender em locais específicos ou para pessoas em particular, esse fato é explicado pela facilidade de se vender.

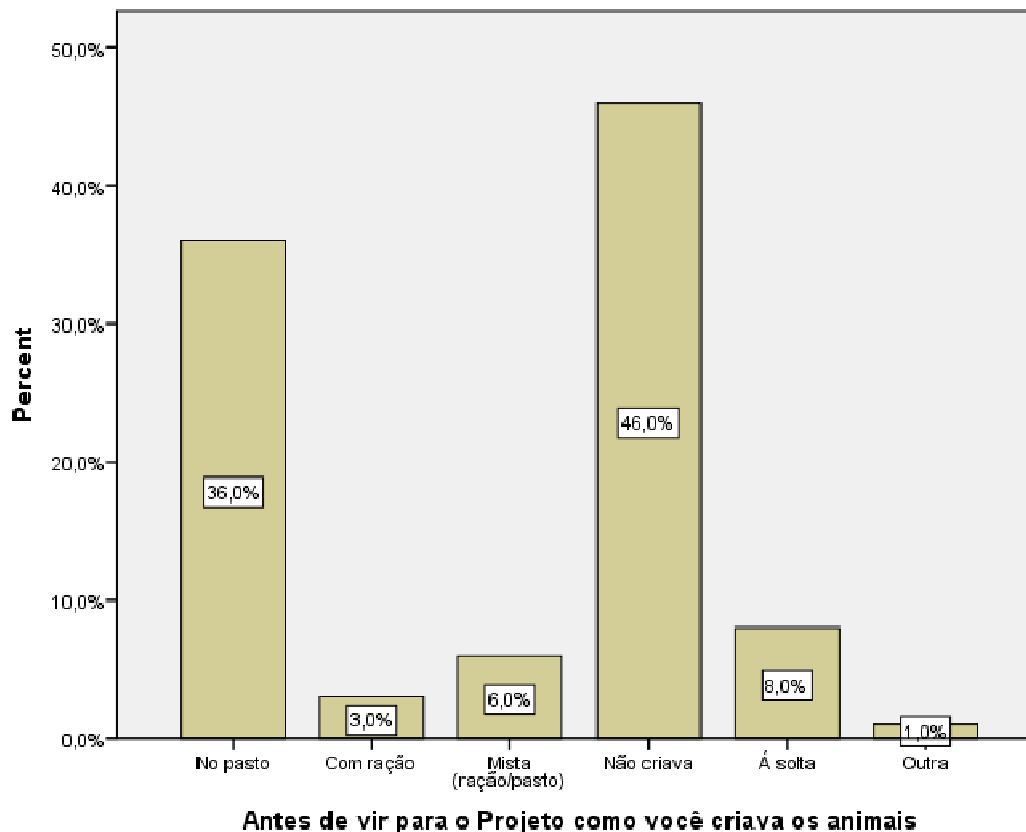
Gráfico 6 - Obtenção de informação antes da comercialização pelos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba



Fonte: Dados da pesquisa

Também, trouxeram experiência na produção de animais, como se ilustra no gráfico 7; a região, desde sua ocupação, tinha na atividade de criação de animais, principalmente de gado, seu principal meio produtivo. Essa experiência confrontar-se-ia de forma marcante com a fase 1 – lógica da produção assistida –, cujo interesse privilegiava a produção agrícola e desestimulava e até proibia a criação de gado, mesmo contrariando a legislação vigente, cuja previsão estabelecia o acolhimento de projetos agropastoris.

Gráfico 7 - Forma de criação de animais dos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba

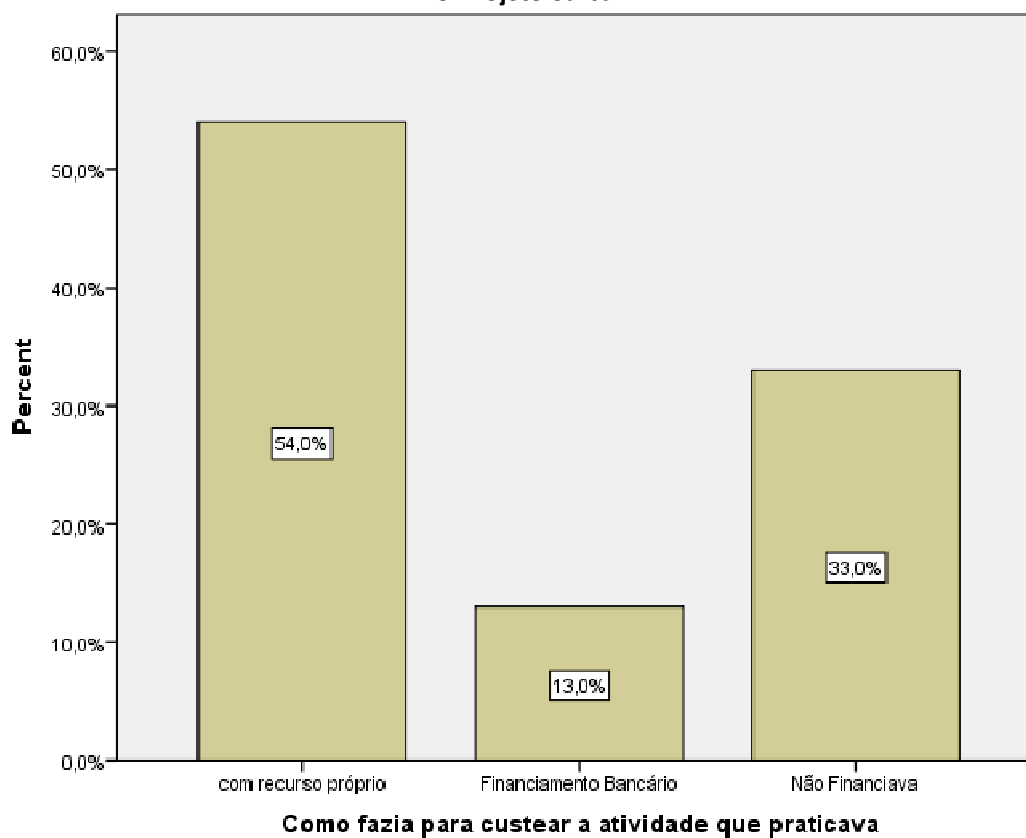


Fonte: Dados da pesquisa

Assim como exerciam a venda da produção de forma secundária, não acessavam ou até desconheciam o crédito bancário como instrumento fomentador de produção de plantios agrícolas. O gráfico 8 e a fala que segue corroboram esse afastamento dos agricultores da política de crédito agrícola quando atuavam em suas origens.

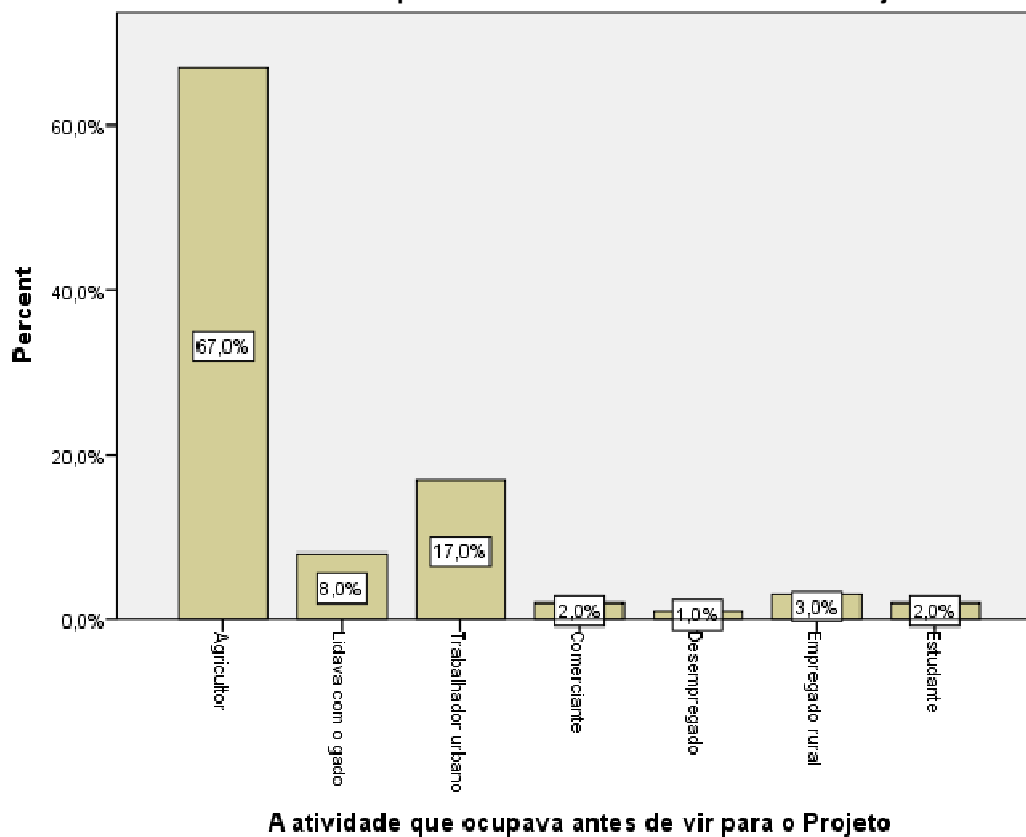
Quando eu vim pra qui eu nem sabia que o governo emprestava dinheiro pra gente, eu nem sabia disso. Depois que chegou aqui é que apareceu esse empréstimo, que nos entramos nisso aí [...] (CI-MR)

Gráfico 8 - Formas de financiamento da produção adotadas pelos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba



Fonte: Dados da pesquisa

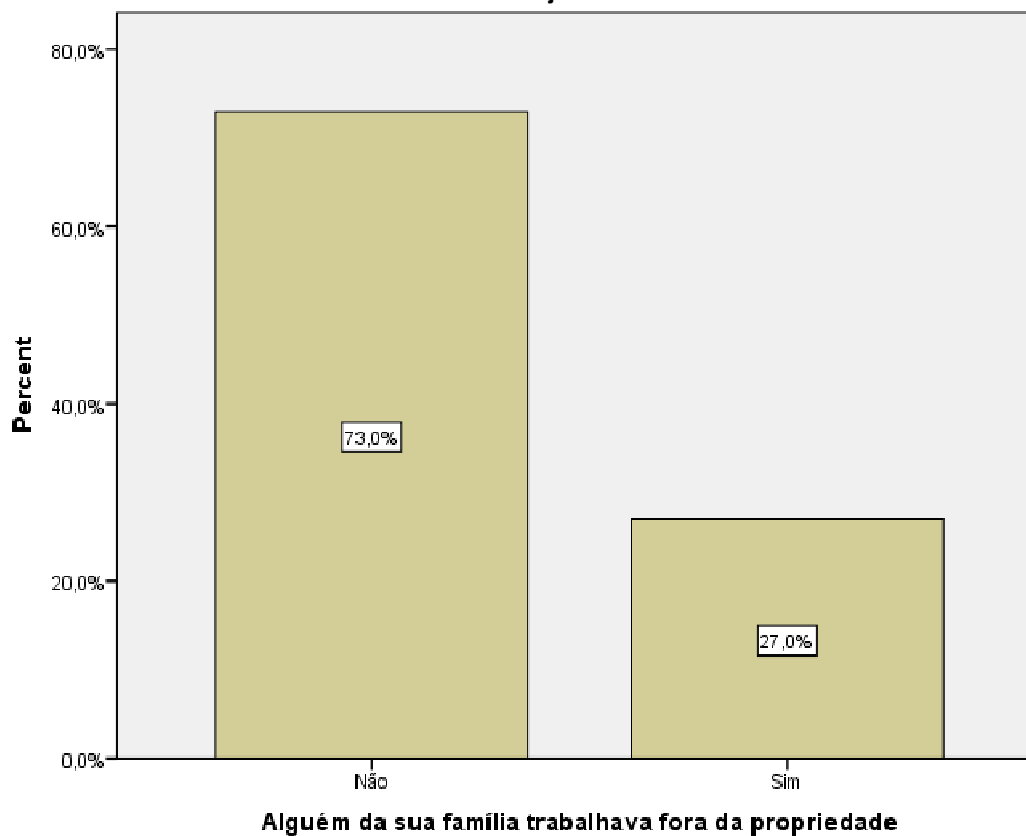
A maioria dos CIs selecionados e as suas famílias mantinham-se por meio de atividades exclusivamente desenvolvidas no interior das suas unidades familiares rurais, conforme demonstra-se no gráfico 9. Essas atividades eram realizadas, segundo 80% dos interlocutores, por eles ou por membros da sua família. Somente 19% recorriam à contratação de trabalhadores para execução das tarefas nas suas unidades produtivas familiares. Sendo que deste total, 9% atuavam somente no período da colheita.

Gráfico 9 - Atividade exercida pelos admitidos antes da entrada no Projeto Jaíba

Fonte: Dados da Pesquisa

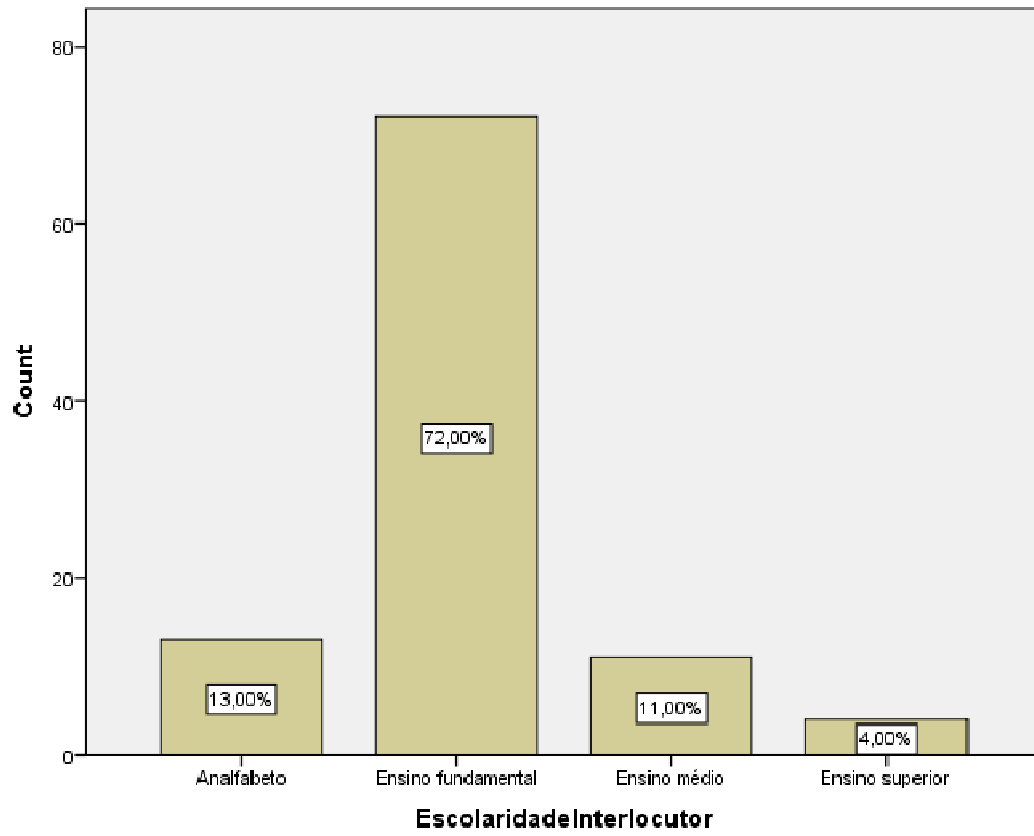
É relevante ressaltar, como exposto no gráfico 10, não haver participação significativa e rendas derivadas de atividades não vinculadas ao rural.

Gráfico 10 - Locais onde os admitidos realizavam as suas atividades produtivas antes da entrada no Projeto Jaíba

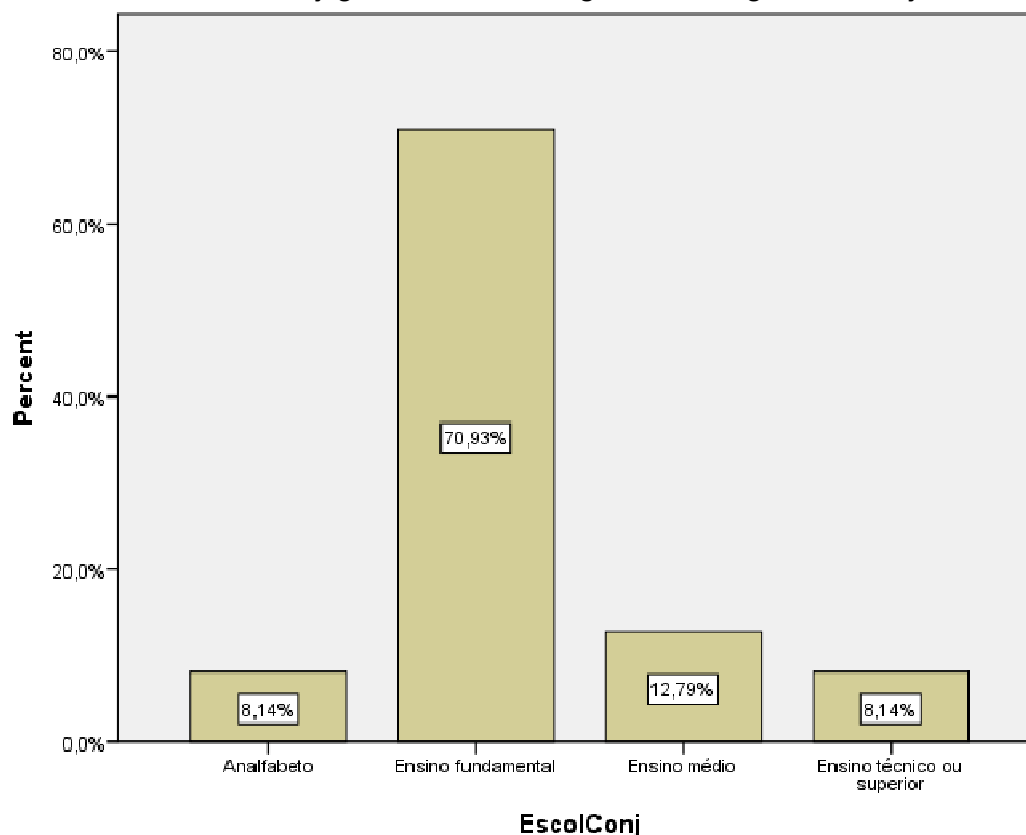


Fonte: Dados da pesquisa

Duas outras características revelaram-se bastante expressivas na amostra da comunidade de irrigantes da Etapa I do PJ. A primeira demonstrou a baixa participação dos selecionados em todas as formas de associações, dos interlocutores, apenas 39% participavam. A segunda é o baixo nível de escolaridade dos assentados e cônjuges, como se pode visualizar nos gráficos 11 e 12.

Gráfico 11 - Escolaridade dos Colonos Irrigantes ao chegarem ao Projeto Jaíba

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 12 - Escolaridade dos Cônjuges dos Colonos Irrigantes ao chegarem no Projeto Jaíba

Fonte: Dados da Pesquisa

A esses futuros CIs, caracterizados anteriormente, foram apresentados, pelas agências de desenvolvimento e MIs, o plano da intervenção planejada linear com resultados previamente estabelecidos e ancorados em recursos e regras externas. Essas regras e recursos, por conta das identidades, práticas e redes estabelecidas, serão ressignificados pelo poder de agência humana dos envolvidos na trama da intervenção planejada, como se descreverá na continuidade.

5.2 AS ARENAS CONSTITUÍDAS NO PROCESSO DE INTERVENÇÃO PLANEJADA NO PJ

Esta seção divide-se em três subseções. Na primeira, o foco é discutir a questão da constituição do modo de produzir dos CIs em inter-relação com os MIs, cuja orientação recebida das agências de desenvolvimento era para realizar a

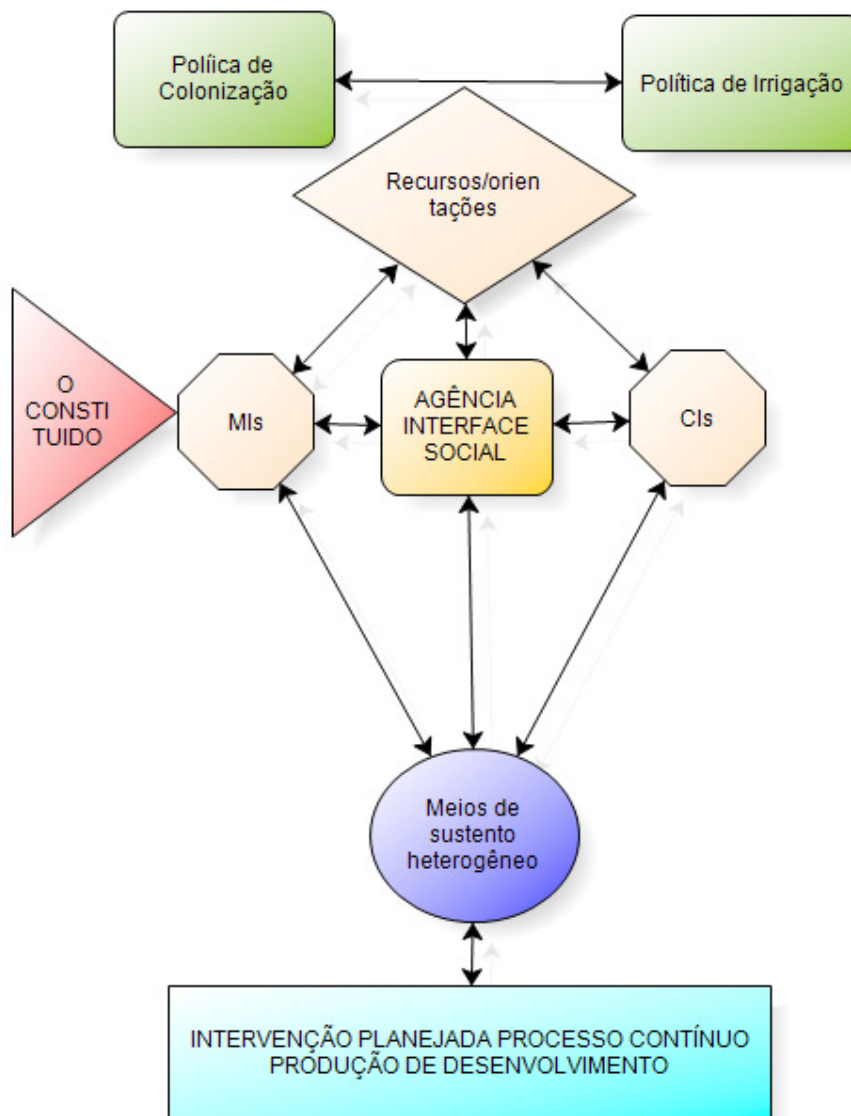
transformação dos CIs admitidos em empresários rurais. Esta seção, por sua vez, é composta por três subseções: o confronto de visões: o plano e a dinâmica da produção em interface; aprendizagem gnosiológica: da produção de sequeiro ao estilo irrigado; e, a aprendizagem ontológica: produzir para além da subsistência. A segunda seção remete-se para discutir as estratégias de comercialização e de reprodução social e econômica estampadas pelos CIs em inter-relação com MIs. Para tanto, buscou-se descrever, caracterizar e discutir tal aspecto por meio de constituição de grupos estratégicos por especificidade de estratégias. A terceira seção tem o propósito de identificar, caracterizar e discutir como se constituíram as formas de viver dos CIs neste novo contexto, enfatizando os processos associativos, as aproximações e resistências à mudança da constituição dos meios de sustento e entendimento de emancipação. Desta forma, discute-se a constituição dos meios de sustento considerando: a) os modos de produção; as estratégias de comercialização e ou reprodução social e econômica; e, c) os modos de viver, privilegiando os modos de atuação em associação.

5.2.1 O confronto de visões: o plano e a dinâmica da produção em interface

No *script* da intervenção planejada, fora previsto a transferência de saber-fazer aos CIs admitidos para condução desses à economia de base capitalista e, mais especificamente, para que esses produzissem plantios de alto valor agregado com adoção de tecnologia e se transformassem em empresários rurais. “Nós tínhamos pacotes para tomate, para pimentão, tínhamos para quase tudo, fazíamos experimentos pequenos nas áreas dos assentados para eles aprenderem” (MI-DJ 3), “[...] mas o pessoal é mais fruticultor, ele foi programado pra isso mesmo [...] (MI-RR).

Essa linearidade seria ressignificada, reconstruída e transformada pelos envolvidos na dinâmica da constituição da intervenção planejada em situação de interface, conforme se pode ver na figura 7.

Figura 7 - A dinâmica da constituição dos meios de sustento pelos Colonos Irrigantes do Projeto Jaíba



Fonte: Dados da pesquisa

A dinâmica se estabeleceu pela interconectividade de diversas visões, cognições e modos de agir dos CIs e MIs, resultando no estabelecimento de novos modos de constituição dos meios de sustento pelos CIs. Desta forma, a hipótese e os desdobramentos que conduzem este capítulo ancoram-se na suposição de que os meios de sustento são constituídos em processos dinâmicos e imersos em relações sociais estabelecidas na tessitura da intervenção planejada, traduzindo-se em ampliação da heterogeneidade e não na sua homogeneização.

Neste sentido, a heterogeneidade é um traço estrutural e não casual do desenvolvimento rural. Como a heterogeneidade não é fortuita ver-se-á o surgimento de: a) diversos grupos de “agricultores-trabalhadores rurais heterogêneos”; b) o estabelecimento de práticas rotinizadas e descontinuadas a partir dos entrecuchos de visões e inclusive consequências oriundas de ação não premeditadas; c) a constituição de “espaços de manobras” a partir de interesses, valores e visões diferentes, mas cujos objetivos congruentes levam a ações de modificação do plano da intervenção; d) o estabelecimento de formas heterogêneas de reação e inovação dos meios de sustento realizados pelos CIs; e, e) a disputa pelo reconhecimento da visão de versar o PJ de um programa de assentamento e colonização e não somente de um projeto de irrigação voltado para a modernização da agricultura.

Essas ações foram estabelecidas pelos entrecuchos em contexto de arena, onde valores, recursos e poder diferenciados são carregados, apresentados e disputados pelos envolvidos na intervenção planejada do PJ. Especificamente, duas visões iriam se posicionar de forma mais clara quando da aprendizagem assistida: a) a capitaneada pelos MIs na direção de determinar um estilo específico de produzir de base capitalista, defendendo a posição das agências de desenvolvimento. Para a consecução da meta, a mudança ocorreria com a oferta de recursos e uma forte orientação técnica direcionada para uma determinação agrônômica no sentido de vincular a produção dos CIs à produção de base econômica capitalista; b) por outro lado, traziam os CIs a experiência de estilo de produção para a subsistência realizada sob condições limitadas de acesso a recursos e esperavam encontrar guarida dentro do projeto para garantir a produção de seus meios de vida. Os CIs esperavam trocar um contexto hostil, de privação e adversidade por outro – o PJ, onde as estratégias de adaptação por meio de acesso a capitais físico, humano, natural, social e financeiro estariam garantidos pelas agências de desenvolvimento, gerando esses ativos facilidades para produção dos seus meios de vida.

[...] era a visão de que se produzindo tudo estava resolvido, [...] a lógica é essas pessoas que estavam lá elas de alguma forma, foram inicialmente preparadas para as questões exclusivamente para produção [...] produz que a sua vida esta resolvida, não fez uma visão mais pluralística mais holística do indivíduo como meio de produção, então não considerava aspectos da família, do indivíduo inserido no meio, da própria concorrência entre os indivíduos, de quem produz de quem não produz [...] exclusivamente por essa adoção original que se corrigiria tudo com essa visão linear, de que

faça o que a gente recomenda que você terá sucesso com a produção. (MI MD 2)

Então, a ação dos CIs, vindos de experiências de atuação em um contexto adverso, caracterizado por plantio apenas no período de chuvas e por relações de dependência e marginalização, para um ambiente bem mais favorável que o anterior, assim, levando-os a refletir sobre o discurso dos MIs.

Os CIs avaliam a possibilidade de gerar a sua autonomia e melhoria das condições de reprodução social e econômica em uma base de recursos sociais e naturais (conhecimento, redes de relacionamento, terra, canais de irrigação, cultivos, máquinas e equipamentos) que lhes foi prometida pelas agências de desenvolvimento por meios dos MIs. É sob a promessa de recebimento de um conjunto de recursos e orientações que se estabelecerá o processo de aprendizagem gnosiológica.

Na verdade, esta situação demonstra como os CIs, atuando como atores sociais, usam da sua capacidade não só para levar a cabo seus próprios experimentos, mas, também, como detentores de habilidades de absorver, experimentar e, se for o caso, reformular ideias e tecnologias que lhe são indicadas ou entregues, e não como se estes não fossem dotados da capacidade de agência, sendo apenas vítimas passivas de uma proposta externa de dominação econômica, política e cultural.

O certo é que, neste contexto de idealização, não haveria espaço para a produção de subsistência dentro do PJ, a intenção era justamente substituí-la e, segundo a diretriz dos planejadores com “dinheiro e orientação os irrigantes seriam transformados em empresários rurais” (CI-DJ 2). Como essa visão entrou na dinâmica, como ela foi ressignificada e transformada?

Este item do estudo tem a finalidade de evidenciar como os envolvidos na trama da intervenção planejada, quando em posição de interface e por meio das suas agências humanas, desenrolaram e constituíram as suas ações e, por consequência, estabelecerem os seus projetos de constituição de meios de sustento.

5.2.2 Aprendizagem gnosiológica: da produção de sequeiro ao estilo irrigado

Se, na idealização, o marco para iniciar o processo de admissão dos possíveis assentados foi determinado em edital que indicava as regras do jogo, o que poderia e o que não poderia fazer; para os pretendentes (CIs), tratava-se do início do processo de desenraizamento dos vínculos e das regras constituídos no espaço de origem e a experimentação do novo para estabelecer maneiras mais propícias de conviver naquele lugar.

As mensagens emitidas pelos MIs eram expedidas com o sentido de consagrar uma nova forma de produção que deveria ser levada avante pelos CIs. Havia a promessa de transformação dos meios de sustentos trazidos pelos CIs para a produção em base técnica e irrigada, sendo que tal processo os conduziria ao progresso, ao crescimento e à melhoria das condições de vida. Para tanto, havia a exigência dos CIs adotarem e conduzirem os seus projetos de vida de acordo com as orientações emitidas. Embutida nessa mensagem, encontrava-se a pretensão de substituição do saber-fazer trazido pelos CIs de sua origem, esse era negado por outro e novo, validado por MIs, em um saber-fazer técnico-científico.

Estas novas relações remetem para o posicionamento destes CIs dentro do espaço-tempo do PJ, identificando as categorias e instituindo vínculos simbólicos derivados desses encontros de copresença. Buscavam com isso constituir os sistemas sociais e articulavam esses contatos por meio da sua consciência prática e discursiva, em outras palavras, buscavam os CIs compreenderem as regras e táticas que constituíam aquela nova vida social que lhe era apresentada naquele espaço-tempo.

[...] fiquei meio perdido quando cheguei por aqui, era tudo novo, vizinhos diferentes, técnicos falando como fazer as coisas. Maneira de fazer a roça um bocado de palavras diferentes e lugares aonde a gente ia buscar informações que a gente nem sabia que lugar ficava [...] lá em Varzelândia não, eu já sabia mais onde ficava as coisas [...] (CI-AR)

Desse modo, pode-se referir que os CIs adotaram um conhecimento prático, mesmo tendo esses um conhecimento de mundo com uma ordem completamente diferente ao orientado pelos MIs. Essa adoção justificava-se porque os recursos, nos seis primeiros meses, eram entregues e não se exigia uma contrapartida. Essa relação, amplamente já reconhecida pelos CIs em outras relações anteriores de intervenção (formas assistencialistas), levou-os a posicionarem-se estrategicamente

em aceitar as orientações. Essa relação reforça a noção de que os indivíduos são possuidores de conhecimentos e usam-nos na constituição e reconstituição dos seus encontros de modo a dar sentido à sua ação, e amiúde, esse conhecimento é prático e manifesta-se na resolutividade das questões postas no dia a dia.

[...] o que que era feito, eles eram assentados, eles tinham seis meses [...] plantava metade dos lotes pra eles, durante seis meses eles tinham a cesta básica, até que desse o prazo deles produzirem pra poder se manter; então era feito desse jeito. A RURALMINAS ajudava a plantarem na nova forma, ensinava-os e ajudava-os com cestas básicas, até eles terem condição de tocar o negócio. (MI-RR)

Além disso, era dada a condição de em um determinado período ele receber um auxílio governamental através de uma cesta básica. Ele tinha uma carência para pagamento da água e energia elétrica no primeiro ano. (MI-CD 1)

À primeira vista, por não agir de forma diferente à indicada pelos MIs, podia-se entender como não construção/aquisição de agência humana pelos CIs. Ao contrário, entende-se a conduta dos CIs como uma manifestação do poder de agência desses. A limitação de experiência e até por encarar uma situação nova, a ação mais adequada era o não agir em contraposição, ainda mais que, naquele momento, a lógica era a transferência de recursos de forma direta e sem contrapartida. Além de precisarem habituar-se ao local, e, a partir daí, realizar condutas dentro daquele espaço, partindo do seu conhecimento prático ao encontro de outro conhecimento – o técnico-científico. Por conta disso, tinham tanto a consciência prática como a discursiva para a conduta de agir de forma mais próxima à indicada. Ademais, o discurso do MI nessa circunstância é interpretado, pelos CIs, e avaliado como contribuinte da constituição dos seus meios de sustento.

Quando cheguei aqui, somente tinha a certeza de que podia produzir até três colheitas, pois tínhamos água, mas não sabíamos como plantar e os problemas que teríamos [...] confiei na palavra dos técnicos e entrei de cabeça e vi que dava para produzir da forma em que eles falavam. (CI - AR)
Eu não sabia muito, como plantar e como fazer ali quando cheguei, eu ia olhando como os técnicos faziam e mandava fazer, e foi assim que aprendi a produzir aqui na área irrigada. (CI-IV)

Os discursos dos MIs alinhavam-se a uma situação de urgência, pois havia a necessidade dos CIs, além de absorverem as novas técnicas, produzirem resultados para prover o sustento da família em um prazo de seis meses. Mesmo sob essa

pressão, em vários momentos, os CIs acolhiam aquilo avaliado como importante para desenvolver as suas novas atividades naquele espaço também novo. Essa relação se estabelecia em idas e vindas e encontros e desencontros se realizando nas interfaces e dentro do contexto de arena. Essas posições muitas vezes conflitantes entre CIs e MIs, ao final, buscam-se fincar posição no sentido de atrair o outro para fazerem parte dos seus projetos individuais.

Tem hora que eu peço. Agora tem muita coisa que não, eu já vou com minha cabeça bem pronta, né? E busco atrair mais colegas para fazer daquele modo que eu penso. Muitas vezes não dar certo, em outras dá. (CI-AB)

Essas aproximações e afastamentos estavam atreladas a ressignificados dados pelos CIs às mensagens dos MIs com o sentido de propiciar a garantia de constituição dos seus meios de sustento. Ao identificar consonância com seus projetos, acolhiam-nos, mesmo que com significados diferentes. Havia também seletividade e categorização das mensagens de modo a acolher os aspectos avaliados como mais importante na direção de garantir o acesso a recursos naquele espaço estranho e que iam ao encontro dos seus projetos.

Era muita coisa nova que eles apresentavam tudo novo, e a gente pegava aquilo que mais interessava, não dava tempo de fazer tudo como eles queriam, pegava o que dava e depois completava com o que a gente já sabia. (CI-IV)

Eu fui atrás de recurso para plantar cebola, eu já tinha lidado com esse plantio antes, agora aqui na área irrigada, daria para aumentar bastante, isso eu falei com o técnico. (CI-LD)

Interessante é que, mesmo havendo significados diferentes entre o discurso dos MIs e CIs, acabou-se por constituir junção de interesses naquele momento. Por exemplo, na percepção dos CIs, a vinda para o PJ significava ter acesso à água, acolhida como bem natural e tinha a representação de provedora de vida plena: vida dos CIs e vida dos outros seres que buscam viver. Se havia uma limitação anterior para produzir nos locais de origem, segundo as percepções dos CIs, esse limite era a água. Assim, com a chegada do PJ, todas as privações ligadas à impossibilidade de produzir em quantidade suficiente para autoconsumo ou produção de excedente estariam vencidas.

“Aqui ninguém passa fome não, se quiser é só plantar, tem água, pode plantar e criar tudo [...] (CI-SP)

[...] a água, que a gente tem à vontade né, pra tudo você vai, você tem vida, você tem água né, não tem água não tem vida né, e aqui tem a água, se você quiser fazer uma hortinha tem a água, se quiser criar um bichinho tem a água, você quer plantar alguma coisa tem a água né, então, essa água pra nós não tem preço. (CI-LR)

[...] e a gente tinha um sonho, porque nascemos na zona rural e quem nasce na zona rural, quem não tem uma estrutura e condições de sair para a cidade pra pegar uma formação melhor tem que viver da roça, então quando vim pra Jaíba que teve essa oportunidade de receber essa área pra mim foi muito grato, era o que eu queria, era meu sonho porque a gente vivia numa área de sequeiro, a gente vivia da roça e das atividades, criávamos alguma coisa,[...] (CI-JV)

Ademais, o avaliado como mais importante pelos CIs era que o PJ propiciava condições para sair de uma situação cujo processo de produção se estabelecia sob a égide da loteria: “[...] era mais fácil perder do que ganhar!” (CI-AR). Contudo, simultaneamente a essa situação vantajosa, afastar-se-iam dos laços de amizade, parentesco e da sua roça, deixando-os para trás. O deixar para trás, o desenraizamento da sua segurança ontológica era determinado pela certeza de acesso à água, e, água, para os CIs, é vida e garantia de reprodução socioeconômica. Dá para perceber que o discurso dos MIs fazia sentido nos projetos individuais dos CIs, pois a pregação do MIs era justamente a produção em grande escala e abundância produtiva era o sonho acalentado pelos CIs originários do semiárido.

Terra natal nunca a gente esquece. Não esquece. Não sai. Não sai. -É. Não sai da mente. (CI-MR)

É, o que a gente sente falta mais de lá? É como diz, é, o, o lugar que a gente foi criado. Nascido e criado no pó, a gente tem saudade da amizade, por causa do convívio da gente,[...] (CI-AL)

Apostamos na solução do nosso plantio em irrigação, não sabia que ia ter esse problema, nos viemos de uma região difícil em que plantar é uma loteria, que todo ano é mais provável perder do que ganhar, lá a gente plantava pouco só para subsistência, quando a gente viu que no Jaíba a gente podia plantar duas vezes ou três vezes, plantar milho, feijão e tudo, a gente não via os problemas futuros, se soubesse tinha saído no início, agora nós já não temos mais idade e nem capital para iniciar em outro lugar. (CI-ARI)

Esse ponto é importante para entender como os CIs resignificariam o discurso dos MIs dentro dos limites de sua cognoscibilidade, estando esses

atrelados à forma de vida levada em espaço de produção de sequeiro e em condições físicas de semiárido.

Primeiro de tudo, pra mim, é minha família né e todos os produtores que estão na mesma situação minha, segundo é a água que dá o sustento pra nós todos né, primeiro seria a água, mas se você [...] (CI-JV)
Para a nossa condição aquilo era uma novidade, porque vinha de uma área, oriundo de uma área que não tinha esses privilégios de plantar no período da seca [...] (CI-LD)

Na outra ponta e por meio das falas dos MIs, a água era um recurso e, pela implementação de uma política pública de “exploração” deste recurso, seria possível provocar mudança da realidade local e, por consequência, gerar o desenvolvimento regional. Assim, constata-se haver uma diferença entre o estabelecido pelos CIs anteriormente e, agora, pelos MIs. Na visão dos CIs, eles usufruíam de um bem propiciador de vida, no entendimento dos MIs, água é um recurso alavancador do desenvolvimento. Porém é estabelecido um consenso provisório entre os interesses dos CIs e MIs, mesmo com interesses difusos e entendimento da água de forma completamente diferente.

A visão principal, e que especificamente fazia parte da visão da CODEVASF naquela época, era o aproveitamento de recursos hídricos com vistas ao desenvolvimento regional [...]” (MI-CD 1)

Em função dessa perspectiva, de se aproveitar recursos hídricos disponíveis numa determinada região, com o foco no desenvolvimento daquela região, uma das ferramentas principais que a CODEVASF encontrou foi à implantação desses perímetros públicos. Áreas públicas de irrigação. (MI-CD 1)

A proposta inicial era de explorar os recursos naturais e a partir dessa exploração propiciar o desenvolvimento da região. (MI-CD 2)

Inicialmente, duas visões se apresentariam, de forma mais prevalentes, na arena da realização da aprendizagem gnosiológica de se produzir, nos primeiros momentos da entrada dos CIs no PJ. A visão dos CIs é que o bem natural, a água, permitiria a constituição de um projeto individual de meios de sustento, mantida em práticas produtivas menos arriscadas ou tradicionais como garantia de se vencer a limitação de acesso aos alimentos, além de existir segurança alimentar. Essa estratégia fundamentou uma variedade de arranjos técnicos, sociais e morais dos CIs. A segunda visão encaminhava-se em utilizar um recurso natural para produzir bens de alto valor agregado, os quais gerariam resultados econômicos e sociais. E

essa sinergia impulsionaria o desenvolvimento regional e, por consequência, permitiria aos CIs de assumirem suas responsabilidades como irrigantes. A lógica aqui é direcionada à do mercado capitalista, cujo interesse se estabelecia na maximização do uso dos fatores de produção enquanto ativos produtivos monetarizados e qualificados na busca do lucro do capital investido.

O certo é que não havia proposta ou encaminhamento pelos MIs para produção ou outras atividades que não levassem em conta a transformação dos irrigantes em empresários no estilo de produção irrigada, não significando que as experiências passadas, mesmo em plantio de sequeiro, a ressignificação dos discursos e os acontecimentos gerados no ato da aprendizagem não tenham afetado o encontro de conhecimentos distintos e a experimentação dentro do PJ de atividades diferentes ao plantio irrigado. (GIDDENS, 2003).

Contribuiu muito para esse desenvolvimento. Hoje nós temos produtores aí de alto nível, né, então tudo isso agradece a esse conteúdo todo, a esse conjunto de participação, dá aculturação, aqui nós recebemos muita gente de fora, né, cada um trouxe uma experiência diferente, né, e juntando com a vontade dessas pessoas que aqui tentam crescer é que está construindo o Projeto Jaíba. (CI-LD)

[...] a mudança no modo de produzir de certa forma aconteceu de uma forma natural, mas também influenciada por equipes técnicas. A gente tinha aqui, os vizinhos da gente [...] (CI-LD)

Eu vim para o PJ para empregar o conhecimento que adquiri em São Paulo, eu vi aqui uma oportunidade de fazer serviço com o trator, tenho minha área, mas onde mais ganho é com o serviço de aluguel do trator. (CI-SP)

O produzido foi a constituição de conhecimento específico. Os CIs aprenderam, de forma cognitiva, organizativa e emocional, a viver no contexto do PJ. Fizeram isso, sobre a base de suas próprias experiências e entendimentos, assim como a dos outros CIs e MIs, gerando novas bases para a compreensão e construção do conhecimento (LONG, 2007). Assim, do encontro de conhecimentos diferentes, como pode ser visto no relato a seguir, derivado da ação de produzir em área irrigada, constituiu-se em algo novo, mas, ao mesmo tempo, não se desprende do passado. Foi justamente o passado o fornecedor de escolhas do que se produzir no primeiro momento de permanência dos CIs no PJ. O conhecimento visto assim é complexo e envolve fatores situacionais, culturais e institucionais,

tratando-se de um ativo que em que parte é dado e parte é construído (ARCE; LONG, 1992)

Nós temos migrantes do nordeste, do sul, do próprio estado de Minas. Do centro-oeste, então a gente tem um público que ocupa esse projeto que é muito heterogêneo, e eles trazem nas suas origens determinadas culturas que são típicas da sua região de origem. Eles continuam por uma questão cultural produzido em pequena escala no estilo irrigado. (MI-CD 1)

Todos estavam envolvidos no processo da produção, o DIJ, a EMATER, os vizinhos, o meu próprio conhecimento que eu tinha de como plantava lá em Varzelândia, todos tiveram envolvimento no modo como se produz aqui dentro do PJ. (CI-JV)

Toda a ação existiu na continuidade com o passado, que forneceu a motivação para que aquela se iniciasse. Mas também a transformou ao ser afetada por um conhecimento novo advindo tanto das esferas locais quanto das mais amplas. Ocorreu uma mistura heterogênea entre diversos tipos de conhecimento. Para Long (2007), o conhecimento é socialmente construído e indica que o processo de desenvolvimento ocorre através da ação dos atores na estrutura, sendo influenciada por fatores locais e globais. Por isso, o autor sugere que a intervenção de desenvolvimento seja vista “como una realidad múltiple, compuesta por percepciones culturales e intereses sociales que diferencian, así como por los contínuos forcejos sociales y políticos que tienen lugar entre los vários actores sociales involucrados” (LONG, 2007, p. 73).

[...] a gente não tem um público homogêneo lá. O público é heterogêneo. Então essa diversidade, ela também está muito atrelada à diversidade de estilos de produção estabelecido no projeto. (MI-CD 1)

Nessa condição, afasta-se o entendimento de serem os CIs uma categoria homogênea, vazia e, portanto, poder-se-ia imprimir um roteiro garantido de aprendizagem e encaixe perfeito e com resultados plenamente previstos. As atuações dos CIs ocorrem por meio de processos sucessivos de negociação, adequação, decodificação e transformação de significados que envolvem a interação entre os envolvidos no processo de intervenção planejada, os quais passam a ser vistos como agentes do desenvolvimento, e não mais como meros receptores da ação de agentes externos. Mesmo não havendo, naquele momento, a escolha de

não ser irrigante, os CIs misturaram e vivenciaram ideias e tecnologias e, ao fazerem-no, impingiram, os seus toques de criatividade.

Aqui, eu produzo mais aqui de maquinário, né? De trator. Um pouquinho você vê, com um conhecimento mais um pouquinho de roça, por exemplo, você vai puxando um trator, planta, né? Aí quando é pouco você vai lá de enxada também planta na enxada. Dou uma “plantadinha” manual, né? Então a diferença daqui hoje é que dá para misturar um trator e uma enxada, (CI-AB)

Os desencontros/encontros dar-se-iam mais efetivamente no decorrer do tempo de presença dos CIs no PJ, onde iriam estabelecer um leque de estratégias amplamente diversificadas, conforme poderá ser visto mais à frente. Especificamente quanto ao processo de produção na UFR, os CIs, de forma criativa, nesse segundo momento, foram capazes de absorver e de transformar ideias e tecnológicas tanto com o propósito de resistirem como de reproduzirem-se socialmente dentro do modelo de produção irrigada moderna da agricultura (PLOGG *et al.*, 2000).

Ademais, as diversidades social, cultural e de conflitos manifestaram-se de forma mais intensa em razão do próprio reconhecimento do espaço, dos outros assentados e demais organizações envolvidas no processo de intervenção planejada devido à segurança ontológica dos CIs, por conta de reconhecer as novas tecnologias indicadas pelos MIs e por já reconhecer as regras e as formas de acesso a outros recursos.

Esse reconhecimento possibilitou os CIs a ampliarem a monitoração das práticas de sustento realizadas pelos outros atores. Já, nesse momento, ocorre entrada de novas maneiras, jeitos e possibilidades de saber-fazer, derivadas da presença de diversos atores, inclusive, a entrada efetiva do DIJ como organização responsável pela condução da consolidação do saber-fazer. É desse conjunto, dessa mistura de regras e recursos e das diversas contribuições que ocorreu a mudança no modo de produzir dentro do PJ.

Eu acredito que a mudança no modo de produzir de certa forma aconteceu de uma forma natural, mas também influenciada por **equipes técnicas**. A gente tinha aqui, **os vizinhos da gente** também tinha as **empresas**. A gente lembra na época tinha a Agrivale, né, que plantava muita melancia, você entendeu, tinha a própria Brasnica que era do Yuji, então o pequeno

produtor aqui foi buscando plantar a partir do que tinha com o visto no modo dos outros fazerem. (CI-LD)

Desta forma, as ações externas contribuintes para a mudança gnosiológica dos CIs, nos primeiros seis meses, coube de forma prevalente aos mediadores institucionais (equipes técnicas) da RURALMINAS, passando, depois, a serem exercidas por mediadores vinculados ao DIJ, sendo a tarefa levada a cabo por duas empresas terceirizadas, primeiro, pela FAMA e, posteriormente, pela PLENA. A RURALMINAS de certo modo é desconstituída da atribuição da aprendizagem dos CIs, uma vez que, originalmente, no plano, já vislumbrava essa atribuição ao DIJ.

Com o pleno funcionamento do PJ, com o assentamento dos assentados na área F, logo foi constituído o DIJ e esse passou a fazer a capacitação dos assentados. O DIJ contratou primeiramente a FAMA e depois a PLENA, por licitação. Os assentados vieram com a garantia de ser capacitados para trabalhar com a irrigação. (CI-DJ 2)

Incrementos para a prática produtiva dos CIs foram reforçados agora com a presença de uma equipe especializada para consolidar a aprendizagem gnosiológica de produzir no estilo irrigado. O desafio imposto naquele processo de aprendizagem era: produzir não importando que coisa.

Oferecíamos pacote para tomate industrial, para pimentão, para o que quiséssemos [...] tínhamos o modelo de produção também [...] (MI-DJ 2)

O certo é que, na prática da aprendizagem gnosiológica, os custos de produção e demais situações restritivas e ações complementares do processo de produção, como a ação de comercializar, estavam escondidos sob a forma de carência, isenções, subsídios, aplanamentos pela venda realizada pelo DIJ. A dificuldade em produzir e escoar a produção era facilitada pela participação direta da RURALMINAS e, posteriormente, pelo DIJ. Dessa maneira, a aprendizagem gnosiológica realizou-se em um ambiente de direcionamento quase que exclusivamente para o domínio da produção sob irrigação em um contexto “fictício” ou irreal. Esta questão é essencial, pois os CIs viram-se no manto da produção assistencialista, onde as suas atribuições seriam efetivamente a de produzir.

Sim, a RURALMINAS e, depois, o DIJ fazia todo o trabalho para dá certo, para que os assentados se transformassem em produtores, em fruticultores teria de ajudar. Ensinar a eles (CIs) a plantarem na forma de irrigação e depois os ajudam a vender. (MI-RR)

E essa aprendizagem com a participação de todos os envolvidos foi alcançada. Tanto que o domínio de produzir no estilo irrigado foi reconhecido como vencido, como dominado. Não requerendo, portanto, nenhuma ação continuada nessa direção. Produzir sob irrigação tornou-se rotina, e essa segurança ontológica levou os CIs a realizarem experiências diversas, com a indicação dos MIs, tanto na direção de experimentar novos plantios fruticultura e principalmente a admissão de crédito bancário.

[...] os processos de produção do Jaíba estão amplamente dominados pelo produtor, é raro você encontrar um produtor que não tenha conhecimento das boas práticas da agricultura. Mas são agricultores que uma tem deficiência gravíssima em gestão, em compreensão de mercado, em políticas de acesso aos mercados, parte da comercialização, aspectos de pós-colheita, de processamento de produção que é entendimento de mercado [...] (MI-CD 2)

[...] eu já vou com minha cabeça bem pronta, né? E nunca dá errado não, sempre dá certo. Lembro não, que quase tudo aqui que eu plantei no “migué” tudo deu certo, né? Feijão, milho, mandioca, é, quiabo, verdura, essas coisas tudo que eu planto sempre dá certo [...] muito certo eu já sei plantar com irrigação não dá errado. (CI-AB)

Nessa direção, a primeira experiência de plantio em grande quantidade e assumida pela ampla maioria, com a intenção de atender o mercado, com financiamento bancário e orientação técnica, uso de tecnologias e no estilo irrigado, foi o plantio de bananas. Nesta seara, há uma discussão ainda não vencida e comum, pelos envolvidos no processo da intervenção planejada, se a introdução e plantio desta monocultura ocorreu devido ao direcionamento técnico, bancário, das empresas rurais locais ou se essa ação foi decidida pelos próprios CIs.

A primeira cultura de orientação local seja das firmas ao entorno, seja do sistema bancário, seja por influência do outro perímetro o Projeto do Gorutuba, e que teve todo um processo de sustentação para o plantio foi à banana. (CI-JV)

Aqui também teve outros fatos, vários produtores que queriam plantar outra cultura e na época, ninguém sabe assim com certeza, não dá pra afirmar se foi o banco ou se era a assistência técnica que determinava o que deveria ser plantado [...] só tem recurso pra tal cultura [...] alguns teimaram e plantaram limão em vez de banana. (MI-ET 1)

Como se trata de um processo contínuo, distante de estar “pronto e dado”, os CIs viram como oportunidade, de momento, o aproximar de outras comunidades, do mercado, das instituições locais como o intuito de garantir os seus meios de sustento. No processo de aprendizagem gnosiológica, os recursos eram ofertados pelas agências de desenvolvimento. Essa prática de receber sem a obrigação de restituí-la era a forma mais usual na região, isso, de certa forma, também, contribuiu para o acolhimento da mensagem do MI, contudo não era o bastante para os envolvidos na intervenção planejada. Primeiro, porque esse modo não atendia o interesse da CODEVASF, que buscava a emancipação; segundo, os CIs, por meio de monitoração, viam que o crescimento prometido somente estava ocorrendo em outro projeto de irrigação: o Gortuba. Essa situação remete-se para a concepção de tratar-se a intervenção de processo contínuo e construído socialmente onde interesses, disputas, oposições e discordâncias entre visões, novas práticas e novas mensagens surgem a todo o momento e com possibilidades de institucionalizarem-se ou não. Esse conjunto de entrelaces de interesses seriam os condicionadores da experimentação do plantio de banana no PJ.

5.2.3 PJ a preço de bananas: a experimentação produtiva conduzida pelos CIs

A maioria dos interlocutores MIs assevera não haver qualquer participação direta deles na indicação, orientação ou determinação do tipo de cultivo a ser plantado pelos CIs. Prestavam informações sobre os plantios cujo resultado poderia propiciar viabilidade econômica em área de 5 ha, e normalmente o plantio elevado à condição de gerar a viabilidade era a fruticultura. Contudo assinalam que a escolha, em última instância, sempre foi dos CIs. Diante dessa situação, afirmam os MIs que:

A decisão de plantar, é, sempre foi dele (CI). O distrito ele colocava o que estava no mercado, por exemplo, teve o ciclo da banana que foi o grande, muita gente plantou banana e teve problemas, né, mas a questão de que o insucesso de algumas pessoas pode ser que ele alega que foi induzido a plantar, mas até o que eu sei, o produtor tinha a liberdade de querer ou não querer. (MI-DJ 1)

Existia o suporte, através da assistência técnica, de forma a orientar e apoiar o produtor no processo decisório, mas isso é uma marca específica dos projetos da CODEVASF. A decisão sempre cabe ao indivíduo. Nós apoiamos aquilo que é possível, mas a decisão da instância produtiva, é sempre do indivíduo. A CODEVASF não entra no mérito de dizer ao produtor, faça isso ou faça aquilo. (MI-CD 1)

Implícito na intervenção planejada, contudo, estava presente a diretriz de viabilidade econômica do PJ, essa levaria à emancipação, e, segundo o entendimento das agências de desenvolvimento e MIs envolvidos, a condição para o seu alcance seria o direcionamento dos meios de sustento para a fruticultura, desse modo, houve um silêncio participativo ou uma condescendência ativa pertinente à corrida dos CIs na direção do plantio da monocultura da banana.

Outro fato relevante a reforçar e demonstrar essa diretriz são os relatórios de atividades elaborados pela EMATER. Quando trata da conversão dos CIs de plantio de culturas tradicionais para fruticultura, vê estar sendo cumprindo com uma das suas principais atribuições ou meta. E avalia ser esta reconversão a estratégia adequada para a constituição dos meios de sustento dos CIs de forma a estabelecer um ambiente de prosperidade dentro do PJ. A reconversão significa: reduzir a área de exploração destinada à produção tradicional para o plantio de fruticultura. Na Tabela 3, destaca-se a atenção dada pelos MIs da Emater à questão da evolução do plantio de fruticultura no PJ.

O agronegócio é o desafio para a prosperidade do produtor rural. É incontestável a importância da Inteligência de Mercado para a sustentabilidade dos processos produtivos e mercadológicos. Este fator contribui para o processo evolutivo no aumento da área plantada, principalmente do setor frutícola (RELATÓRIO ATIVIDADES – EMATER 2011)

Tabela 3 - Evolução dos principais plantios no Projeto Jaíba

Histórico Evolutivo de Produção dos Lotes Irrigados da Agricultura Familiar			
Atividade Agrícola	2004 Área explorada (ha)	2011 Área explorada (ha)	Varição 2004 / 2011 (%)
Fruticultura	1063	2658	250
Olericultura	1067	1798	168
Tradicionais	2063	2894	140
Forragens	640	1100	171
Florestal	-	194	-
Total	4833	8644	178

Fonte: Emater-MG

Ao contrário dos MIs, a maioria dos CIs assume a decisão pela monocultura de banana como derivada da sua plena escolha, exercendo, nesse sentido, as suas agências humanas em relação aos outros envolvidos no processo do plantio e comercialização, ao indicar como sendo de suas responsabilidades o plantio desta fruta.

Eu mesmo plantei, quando veio banana pelo menos, banana quando veio [...] a ideia foi ideia minha de plantar banana. (CI-GT)

Aí eu falei, você sabe de uma coisa, eu vou trazer é banana para esse trem aqui [...] tão mexendo é com banana lá, e eu vou ver se eu trago. Aí cheguei em Yuji lá e falei com Yuji lá, aí Yuji falou, eu arrumo as mudas pra você. É o seguinte, você leva as mudas. Você passa pro produtor. Ele me entregava dez mudas de banana pra ele receber uma caixa de banana na produção, né, quando tiver colhendo. (CI-GT)

Existe, no meu ponto de pista, existe um mito em relação a isso, assim, eu acredito pode ter acontecido alguns casos de algumas pessoas com projetos que a gente não sabe se era viável ou não, mas eu não conhecia ninguém, nenhum produtor que não quisesses ter banana, você entendeu? (CI-LD)

[...] a banana era o que estava dando dinheiro, então todo mundo queria plantar banana, você entendeu, então assim, essa questão do banco ter condicionado, eu não falo com precisão[...] (MI-LD)

[...] todo mundo queria plantar banana. Todo mundo trabalhava, arrumava emprego, arrumava um jeitinho, ia lá, plantava um pedaço por conta própria. Eu mesmo plantei o lote do meu pai. Foi eu e meu irmão. Eu trabalhando fora e ele trabalhando, plantando. (CI-LD)

Inicialmente, os CIs tinham plantios tradicionais – cebola, feijão, milho, verduras, legumes, algodão, entre outros, uns trazidos de suas experiências passadas e outros indicados pelo MIs e adequados ao plantio irrigado. Incorporado

nessa visão inicial estava o interesse em produzir resultados rápidos. Em momento posterior, há um envolvimento direto entre os CIs e MIs em um processo de aprendizagem assistida com a experimentação de uma diversidade de cultivos. Os CIs, já habituados e dominando o plantio irrigado e com maior segurança nas relações com os outros CIs e MIs, percebem haver um conjunto de projetos ao entorno e dentro do próprio PJ, seja conduzidos por empresas particulares ou por outros irrigantes do Projeto Público do Gorutuba, em que o direcionamento produtivo era para a fruticultura, especificamente a monocultura da banana. Havia também indivíduos próximos atuando em todas as fases da cadeia da banana: produção, beneficiamento e embalagem e distribuição. A percepção dos CIs era que os envolvidos na produção da banana estavam tendo respostas superiores aos plantios produzidos por eles, e esse entendimento era também compartilhado pelos MIs e outras organizações presentes no local. A decisão foi formalizada dentro deste contexto de relações.

[...] aqueles pequenos produtores dos sulcos foi o primeiro que começou a trabalhar também com a banana, e com isso deu uma melhorada, mas aí todo mundo cismou de plantar banana. (CI-LD)

[...] a banana era o que estava dando dinheiro, então todo mundo queria plantar banana, você entendeu, então assim, essa questão do banco ter condicionado, eu não falo com precisão [...] (MI-LD)

[...] mas eu não conhecia ninguém, nenhum produtor que não quisesse ter banana, você entendeu? (CI-LD)

A decisão ali estabelecida não foi entendida como a melhor alternativa racional para solução de um dado problema, engendrado por um indivíduo. O entendimento de decisão construído em situação de interface é outro. Nesse contexto, os envolvidos constroem a sua decisão em um tempo-espaço, sendo afetado por interesses diversos dos participantes do processo, e não apenas se trata de uma escolha solitária de um indivíduo perante um rol de alternativas. Por conta disso, a articulação entre os CIs e o ambiente político-econômico não se deu dentro de uma estruturação metodológico-individualista, ou seja, o CI não tomou decisão independente, e sim em um contexto de interação.

Assim a escolha de plantar banana foi uma decisão dos CIs cuja lógica foi gestada na interface com os outros envolvidos, estabelecidos em um espaço-tempo específico, sendo afetados por: i) apresentar possibilidades de melhores resultados

da utilização dos seus recursos; ii) devido ao estabelecimento de inter-relações com os outros envolvidos que passam a fazer parte do projeto daquele, ou aquele passa a compor o projeto do outro; iii) construções de conhecimento novo originadas a partir da carga de trocas de experiência.

[...] produzindo você tem que relacionar com outro que tenha o interesse de compra essa fruta, esse para quem você vendeu tem que consumir ou vender para outro, e esse tem que ter o interesse de comprar, então não é apenas a minha condição de saber produzir, ela é dependente de outros [...] (CI-LS)

Essas condições ampliam as possibilidades de êxito, mas não a certeza dos resultados. Assim, se a ação estivesse vinculada apenas à decisão e racionalidade individual, poder-se-ia ter um grau maior de certeza do resultado, considerando as variáveis a serem controladas, mas não é assim que se ocorre devido à capacidade de agência dos envolvidos, acentuada pela possibilidade do surgimento das consequências não premeditadas. A restrição ou oportunidade de decidir vincula-se a um conjunto de estruturas e inter-relações em processo contínuo, posta em andamento pelos MIs/CIs, dentro de estruturas constituídas por recursos e normas. Dessa maneira, as racionalidades prática e discursiva não são propriedades individuais, é estabelecida na ação individual derivada de um acervo de prática e discurso.

Nas inter-relações travadas, a decisão de plantar bananas constituía-se, naquele momento, como uma oportunidade se transformando em um projeto coletivo. Se os resultados traduziram-se em uma crise, como poderá ser visto mais adiante, novas relações derivaram desse novo contexto apresentado. Assim, o que, antes, era uma oportunidade, em momento quase contínuo, dependendo das novas inter-relações, deixa de ser uma oportunidade e transforma-se em restrição. Esse jogo ocorre devido à capacidade de agência do ator. Entendendo agência como a capacidade de interferir na tessitura dos acontecimentos, seja para manter uma ação em curso, seja para desconstituí-la (LONG, 2007).

Essa discussão atinente à escolha de produzir bananas é importante e clarifica uma asseveração realizada por Long e Van Der Ploeg (1994) quanto a não serem os projetos levados a cabo pelos afetados apenas por processo de intervenção externa, ou não se resume a reação a estas ações. Afirmam aqueles

autores que os atores (CIs) propõem e realizam ações com o intuito de modificar, transformar, acolher ou contrapor a proposta realizada por atores externos, e, desse envolvimento, geram-se novas situações.

Por isso, os projetos de constituição dos meios de sustento não são constituídos apenas por derivação de reações às ações de intervenções externas, ao contrário, os atores afetados propõem estratégias diferenciadas no sentido de modificar, transformar, acolher ou rechaçar a proposta. A escolha de plantar banana, pelo indicado nas discussões anteriores, foi construída tendo colaboração de praticamente todos os envolvidos no processo de intervenção.

Os resultados do plantio em grande quantidade de banana e por adesão coletiva dos CIs trouxeram várias consequências. Primeira, a crise econômica imposta pela não concretização da comercialização da produção levou à reflexão de uma situação ainda não vivenciada pelos CIs. Antes, a dificuldade era produzir, agora, a situação-problema era comercializar. Nessa nova condição, o desafio apresentado era vender, na anterior, em suas origens, era garantir a sobrevivência.

[...] depois de que produziu descobriu que tinha que vender, que tinha um mercado, e o mercado já era um mercado que exigia aspectos da questão do uso da mão de obra, que tipo de mão de obra era usada, que tipo de controle sanitário é feito. (MI MD 2)

[...] nós cortamo essa banana, parece que numa segunda-feira, quando foi na terça-feira eu falei: - Vamos irrigar a banana? Vamos lá dá uma adubada? Jeferson falou: - Pai, eu nunca mais, eu nem entrar naquele bananal nunca mais eu entro. (CI-MR)

O pequeno não, os caras entram na plantação dele faz uma seleção e não dar nada [...] os compradores preferem ir naqueles que tem muita produção, prefere ir onde tem muita produção, é menos despesa, a qualidade é melhor. (CI-AR)

[...] nós tinha confiança que funcionava tudo seria produzido, no lugar que nós viemos era difícil todo ano era mais fácil perder que ganhar é por isso que a gente lá plantava pouquinho aqui não pensava que era só tirar uma cultura e plantar outra, se nós soubéssemos do problema da comercialização e outros como a falta de política pública do governo para a agricultura a gente teria saído antes [...] (CI-AR)

A outra questão relacionada a consequências não premeditadas da ação, tem-se que a intenção dos envolvidos no plantio da banana, mesmo esses tendo interesses diversos, eram congruentes, pois todos esperavam desencadear, a partir do plantio de banana, as condições tanto individuais quanto coletivas para gerar o

crescimento virtuoso. A consequência não esperada que se instalou e marcaria as ações seguintes dos atores foi a crise do crédito. A não comercialização levou à maioria dos CIs a inadimplência financeira e, como consequência, a imposição de estabelecer novas estratégias de meios de sustento, porém, desta vez, tendo por coerção a limitação do acesso ao crédito. Uma vez que o inadimplemento levou à constituição da figura do CIs com “nome sujo”.

Especificamente quanto à operação com os bancos é importante esclarecer a questão cultural do recebimento sem a necessidade de realizar a contrapartida.

Os MIs, em muitos momentos, lançaram olhar de desconfiança sobre os CIs e rotularam-nos de não saberem operar com crédito, ou de não possuírem iniciativa e pró-atividade em estabelecer de forma independente relacionamento bancário. Mas a conduta de recebimento seja do crédito ou de outros benefícios pode ser entendida dentro dos costumes locais. A região norte de Minas, por muito tempo, esteve submetida a uma política de clientelismo. A leitura dessa prática realizada pela população local ou os “beneficiados” por essas relações com o governo avaliaram-nas como transferências não reembolsáveis e não dependentes de contrapartida.

Essa leitura pode ser avaliada como uma forma de justificar a conduta de não pagadores ao sistema bancário, porém a forma como foi conduzida a admissão de crédito, mediada principalmente pelo DIJ, evidencia a participação sempre indireta dos CIs nas operações de crédito firmadas. Em suma, quem realizava a operação em nome dos CIs era o mediador institucional como informa o MI-DJ 3: “o produtor não conhecia sequer o banco, o banco liberava o dinheiro diretamente na conta do DISTRITO e esse repassava para o produtor”. Quando os CIs se tornaram inadimplentes, tinham absoluta dificuldade em conversar com os empregados do banco por não saber como acessá-los.

Quando a gente entrou como tinha carência de assistência técnica e comercialização, o Distrito acabou fazendo todo esse papel, a gente fazia desde assistência técnica, elaboração de projeto, administração de crédito rural e comercialização. O produtor ele nem conhecia o banco, nos fomos até homenageado e depois o Banco do Nordeste criou outras parcerias semelhantes a nossa [...] (MI-DJ 4)

Quando eu vim para o projeto eu nem sabia que o banco emprestava dinheiro para plantar [...] (CI-MR)

A maioria dos técnicos ignorou esse traço cultural e elaborou os acessos dos CIs ao crédito sem proceder os esclarecimentos e compromissos que estavam sendo assumidos pelos CIs. Mais, ainda, as práticas realizadas dentro do PJ, até aquele momento, seja pela RURALMINAS e DIJ (FAMA e PLENA), estiveram permeadas por conduta assistencialista.

Quando eu vim para aqui, eu tinha trinta e poucos anos, estava na força de trabalho, meu CPF era limpo [...] (CI-AR).

Por conta disso, muitos CIs justificam terem sido conduzidos pelos MIs a produzirem determinados plantios e a admitirem crédito bancário, e isso os colocou na condição de inadimplentes. Em muitas falas, diziam que, antes, quem determinava o que produzir e se tinham de admitir crédito bancário ou não eram os MIs.

Planta isso, que aquilo dá certo, né? E aí a gente plantou e ficou aí com a dívida, que deu o que fazer pra terminar de pagar essa dívida, né? E a planta tá aí, nunca tirou nada em cima de resultado pra pagar, às vezes tinha que plantar e pagar daquilo, né? (CI-AB)

[...] existe um mito em relação a isso, assim, eu acredito, pode ter acontecido alguns casos de algumas pessoas com projetos que a gente não sabe se era viável ou não, mas eu não conhecia ninguém, nenhum produtor que não quisesse ter banana, você entendeu?! Então quem tinha sua terra que tinha condição de plantar banana, uma terra boa, ele queria plantar banana. Pode até usar esses argumentos, mas eu não acredito que no fundo, no fundo ele não queria, porque acaba sendo uma cultura viável [...] (CI-LD)

A situação de produzir sem acesso ao crédito, porém, na visão dos CIs, não se estabeleceu como a principal dificuldade. As experiências passadas habilitavam-nos a ter suas próprias estratégias de meios de sustento, sem depender diretamente do crédito bancário. Contudo essa restrição, no tocante ao interesse dos MIs em transformar a região em uma área de produção capitalista, a questão do crédito era crucial.

Se você rondar por aí, vai ver que a maioria dos produtores, não sei como, dá um jeito de plantar com recursos próprios. (CI-LD)

Muito além desta restrição de crédito, os CIs viram-se diante de um jogo bem mais complexo, com vários participantes e interesses diversos. Perceberam que deveriam desenvolver e apropriar-se de conhecimentos especiais para acessar e se estabelecer nesse jogo do mercado, onde diversas disputas eram travadas pelos interessados. Serem habilidosos no sentido de tanto absorver a capacidade de produzir, como também produzir em quantidade, qualidade e de distribuir e vender os seus produtos, ou elaborar arranjos com outros no sentido desses fazerem parte do seu projeto.

[...] mas quando ele fala pra nós, ele está falando de você ir na frente e eu ficar aqui do lado, e também não cede cada centavo, né. não cede. Tipo assim, a pessoa que vai se disponibilizar pra ir vender, a roça dele vai ficar.- É, alguém tem que ficar no lugar dele. Então, tipo assim, encima do produto mesmo, aquela pessoa que está indo, vindo, ela vai ter gasto. Ela precisa ganhar. Ela precisa viver. Ela tem a família dela. E essa é a percepção. Vai aumentar o valor da venda, porque vocês vão vender, mas tem esse valor, ela tem que cobrir o custo da pessoa que vai ausentar. E eu tenho que cuidar para que a minha qualidade da produção não caia. Não adianta eu sair vendendo meu produto que hoje está bom e quando eu chegar lá, a roça ficou pra trás e o produto começa a ficar ruim, eu vou vender o que daí? (CI-FL)

As consequências da crise da experimentação do plantio da banana e a não comercialização da maior parte da produção vão se configurando em coerções e oportunidades diversas, indicando caminhos para a constituição dos meios de vida dos CIs, gerando estratégias diversas, tanto de aproximação da economia de base capitalista quanto da constituição de meios para se conviver com este tipo de relação. Em outras palavras, uma situação nova, tanto para os CIs quanto para os MIs, apresentou-se. Até esse momento, os CIs não haviam passado por nenhuma situação que os pressionasse o suficiente para compreenderem as exigências técnico-econômicas da estrutura produtiva do projeto.

Quando eu vim para o projeto, eu não sabia das dificuldades, só tinha a certeza que não teria dificuldade de plantar, não sabia dos problemas de comercialização, da ausência de políticas agrícolas do governo, de que o PJ não era um projeto voltado para o assentamento e o crescimento de que viria para cá, se soubesse não teria vindo [...] (CI-AR)

Essas restrições/oportunidades geradas no decorrer desse tempo e no espaço do PJ foram enfrentadas pelos envolvidos, e, a partir daí, geraram estratégias de convivência diversas, ligadas ao mundo rural ou não, no sentido de

garantirem as suas reproduções sociais, agora, mais ainda penalizados pela situação de crise da banana e do crédito bancário. As definições dos projetos pessoais dos CIs iriam, sob esse contexto, estabelecerem-se sob a égide da aprendizagem ontológica.

O que mais contribuiu foi a experiência que o conhecimento que vem chegando aos poucos, que a gente veio aqui, nós queríamos produzir; achava que era só plantar, você num pensava em outra coisa, como que era produzir de qualidade, ter de relacionar com um bando de pessoas, no caminho tanto de produzir como vender. Hoje eu preocupo; eu só invisto se eu puder produzir com qualidade e de primeira eu quero plantar, plantava aí se era adubo não cuidava, achava que a coisa era; então a experiência faz muito a gente aprender né, isso que a gente só aprende errando né; é assim, não é erro, erro no trabalho, no serviço; então eu acho que hoje me ajudou muito essa experiência [...] (CI-JV)

Essas evidências confirmam as posições de Long e Van Der Ploeg (1994) quando defendem que os diferentes agricultores (ou categorias de agricultores) decidem suas práticas de constituição de meios de sustento estribados em uma base diversa de critérios, interesses, experiências e perspectivas. Isso contraria a noção de que as práticas de condução dos meios de sustento são determinadas apenas pelas estruturas de mercados, Estado e instituições. As respostas dadas pelos agricultores inseridas nas redes de relação traduzem-se em formas heterogêneas de soluções.

Certo é que essa experimentação do plantio da banana marcaria definitivamente as estratégias futuras dos CIs rumo aos estilos de produção, à construção da diversidade produtiva, de relacionamentos e de vida dos CIs. Mais ainda, essas condições restritivas ao desenvolvimento das atividades produtivas dos CIs seriam enfrentadas pela criação de espaços de manobras constituídos pelos diversos grupos estratégicos que iriam se posicionar na arena de disputa do PJ.

Ademais, afetados pelo contexto da crise da banana e do crédito, os CIs experimentariam uma nova lógica: migram da querência de apenas produzir sem o estabelecimento de vínculos com os outros; para a instauração de se produzir dentro do seu projeto com vínculos com outros projetos, ou de se agregar aos projetos dos outros. O interesse, agora, era incluir-se em inter-relações para distribuir o plantio. Migra-se da lógica gnosiológica de aprender fazer para a lógica ontológica “de saber fazer para vender”.

Os CIs desenvolveriam um conjunto de maneiras diversas e criativas para encarar as situações problemáticas, inclusive de crédito, elaborando manobras na direção de acessar recursos materiais ou não, recorrendo principalmente às estratégias já anteriormente vivenciadas quando das suas atuações em áreas de sequeiro, que impunham resistência e criatividade na resolutividade de problemas aparentemente insuperáveis.

Todo mundo trabalhava, arrumava emprego, arrumava um jeitinho, ia lá, plantava um pedaço por conta própria. Eu mesmo plantei o lote do meu pai. Foi eu e meu irmão. Eu trabalhando fora e ele trabalhando, plantando. (CILD)

A crise da banana pode ser avaliada como uma situação explicativa de que a heterogeneidade dos meios de sustento se amplia devido à necessidade de realização de manobras, pelos CIs, para acessarem os mercados, tendo por dinâmica a economia capitalista da concorrência. Os CIs reagiram, adaptaram ou transformaram suas relações na direção de fazer parte desse jogo e obter resultados positivos na direção de garantir o seu sustento e o familiar. Da mesma forma, as estruturas externas, como o mercado e as agências de desenvolvimento e bancárias envolvidas, também, afetaram as relações práticas, estratégias e valores dos CIs e, por consequência, a constituição dos seus meios de sustento.

Assim, ao reagirem ou indicarem nova estratégia a essa situação, os envolvidos no processo da intervenção realizariam manobras, principalmente voltadas para inserção no mercado, de forma mais acentuadas e travadas sob experiências e relações mais consistentes do que aquelas travadas anteriormente em ambientes de aprendizagem assistida, cuja margem de manobra era menor por terem como objetivo central o domínio do processo de produção no ambiente irrigado.

5.2.4 A aprendizagem ontológica: produzir para além da subsistência

As duas glebas participantes da atividade do plantio do monocultivo de bananas foram a gleba “D” – ocupada pelos pioneiros, e a gleba “F” – ocupada pelos primeiros admitidos. Também, em paralelo à experiência do plantio da banana, vários CIs iniciaram experiências com plantios diferentes, não se podendo generalizar o entendimento de todos terem convergido para aquele plantio. Contudo, de forma geral, todos foram afetados pela crise da banana e suas consequências não premeditadas.

Banana é uma atividade mais viável. O limão não era interessante no período. Alguns se posicionaram e plantaram limão. Esses que plantaram limão hoje estão sem dívida sobrevivendo aí na atividade tranquilo. Eu conheço uma lavoura ali, de uma pessoa que é pai de um amigo nosso. Ela tá com uns quinze anos, mais ou menos, o limão dele. Dezesseis anos. E essa lavoura tem dado resposta pra ele de criar os filhos dele. Um hectare sozinho de limão, né. criou a família dele. (MI-ET 1)

Muitos dos CIs recém-admitidos tomaram a decisão de sair do PJ e, conseqüentemente, abandonaram as suas unidades familiares rurais e voltaram aos seus locais de origem, conforme ilustra-se no gráfico 13. Porém foram poucos os pioneiros que saíram das suas áreas. Os CIs que restaram enfrentaram o contexto de crise com estratégias diversas na direção de garantir o sustento das suas famílias. Contaram com a interferência constante, no primeiro momento, dos MIs do DIJ e, posteriormente, daqueles da EMATER.

A gente observa que principalmente os pioneiros, pouquíssimos produtores foram embora. Aqui eles criaram sua família, alguns filhos saíram, formaram. Eu fiquei fora sete anos, mas nunca tirei da cabeça que aqui que era o meu lugar. Os que ficaram após a crise da banana, começaram a virar de todas as formas para sustentar as suas famílias, foi tempo difícil, mas muitos começaram a plantar de tudo, muitos sem crédito, planta uma safra para pagar a outra. (CI-LD)

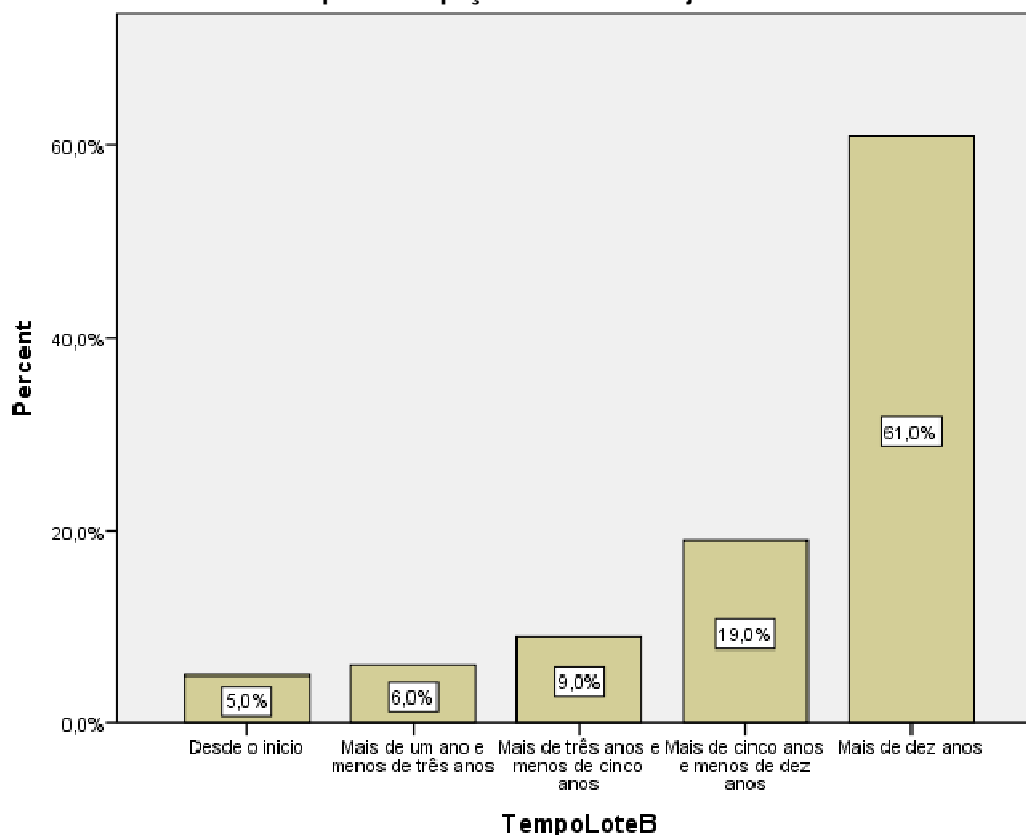
[...] outros que chegavam já mais capitalizados iniciaram o plantio de fruticulturas diversas [...] (CI-AR)

Agora aquele mesmo que talvez aquele que não deu conta mesmo, ele conseguiu enquanto não pagava água, e, realmente não consegue fazer aquelas conta do dia a dia, como um cidadão comum mesmo, esse abandonou sua área. (MI-ET 2)

[...] a inadimplência bancária, e tornar a base de ter condições de tocar aquele empreendimento, e às vezes como alternativa desiste da atividade,

acaba vendendo o lote para algum que tem mais condição, que chega com uma visão empreendedora [...] (MI-ET)

Gráfico 13 - Tempo de ocupação de lote no Projeto Jaiba em 2012



Fonte: Dados da pesquisa

O DIJ, mesmo tendo sido instituído com objetivos centrais de administrar, operar e manter as obras de infraestrutura de irrigação de uso comum, em outras palavras, a gestão da água; os seus gestores (CIs e MIs) ressignificaram esses objetivos e atuaram de forma direta, então, criando, em muitos momentos, de forma assistencialista, as condições para alavancar as práticas de produção dentro do PJ.

Essa situação clarifica o que Long e Van Der Ploeg (2011) tratam como a ocorrência de uma ação social. Sob tal paradigma, o DIJ, mesmo se tratando de uma criação externa e idealizada pela agência de desenvolvimento, somente se confirmou pela ação social dos envolvidos. Tinha a agência de desenvolvimento como intenção estratégica na criação do DIJ – a emancipação do PJ. Para consecução deste interesse, utilizava o DIJ como mediador de seu interesse junto aos CIs, especificamente recorriam ao Gerente Executivo como porta-voz.

Mas, ao depararem os MIs com uma realidade onde emancipação não era a centralidade, viram-se tragados por projetos revelados como urgentes, ou seja, a disputa pela própria reprodução social e econômica dos CIs. Recorreram, inclusive, a práticas amplamente opostas a desejadas pela CODEVASF: as práticas assistencialistas. Essa conduta demonstrou a capacidade de criação de espaço de manobra e agência dos CIs, no sentido de, mesmo contrariando o interesse da agência de desenvolvimento, propor novas estratégias de encaminhamento para as suas práticas. Trata-se também de um reconhecimento do distanciamento entre o plano proposto e a realidade do PJ.

A função prioridade do DIJ era administrar a água, só que quando a gente entrou como tinha carência de assistência técnica, de comercialização, o Distrito acabou fazendo todo esse papel que a gente fazia, desde de assistência técnica, elaboração de projeto, administração de crédito rural e comercialização, então, o produtor ele nem conhecia o banco, nós fomos até homenageado e depois o Banco do Nordeste criou essas outras essas parcerias em outros projetos de irrigação [...] a gente elaborava, dava assistência técnica, elabora o projeto, rodava a cédula pignoratícia, colhia assinatura do produtor, entrega no banco, o banco depositava o recursos na conta do Distrito e o Distrito fazia o pagamento diretamente ao produtor dentro do Projeto, o produtor nem necessitava sair do banco [...] tinha o dia de campo por produto que a gente reunia para repassar tecnologia (MI DIJ 3)

Lembrando, aqui, que os critérios de admissão pactuados com o Banco Mundial foram sociais. Essa maneira dos mediadores institucionais (DIJ) conduzirem as práticas de mediação com os CIs acabou por ser institucionalizada, sendo inclusive referendada, pela CODEVASF, em virtude dos desdobramentos de ações ou não ações como: a) as contínuas isenções e renegociações de débito de água e luz e taxas de amortização do investimento; b) recebimentos de equipamentos de irrigação sem contrapartida, d) não retomada judicial de área pela ausência de pagamento ou não exploração mínima da área; e, e) transferências de recursos da união para o DIJ.

Por sua vez, essa forma assistencialista amoldava-se mais às características e aos interesses dos CIs, podendo inferir que, nesse aspecto, os discursos afinaram-se. Ademais, os próprios MIs exerciam suas ações no sentido duplo, tanto tendo que levar a cabo o interesse das suas instituições como atuando individualmente dentro das tessituras dos acontecimentos no espaço-tempo, colocando em andamento o seu poder de agência. Enfim, haviam chegado a um consenso tácito: as práticas

assistencialistas, exigentes de recursos mais amplos, deveriam conduzir provisoriamente as práticas produtivas no interior do PJ.

O DIJ ajudava a gente em tudo, tudo mesmo, até na comercialização. Hoje não, ela só trata da água. A Emater hoje está distante, somente fica por lá. A RURALMINAS só trata dos papéis de escritura. Hoje é a gente mesmo que tem que tocar o negócio. (CI – LR)

[...] o DIJ pra ser esse balizador de preço, montou uma estrutura em Belo Horizonte, com financiamento, conseguiu acho que é com fundo perdido, montou, comprou caminhão, montou essa estrutura [...] Na verdade o DIJ é o seguinte, ele fez de tudo um pouco aqui. Ele trabalhou a questão na área social, na área de educação. De tudo um pouco [...] O produtor tem na ideia um DIJ paternalista. Um DIJ que faz um trabalho participava na negociação de banco, ajudava em muita coisa. (CI – LD)

Como, entretanto, enuncia Long (2007), o processo de intervenção é contínuo e essa situação de composição tanto pode ser rotinizada ou institucionalizada, quanto tornar-se palco de confrontação, descontinuidade, ambiguidade e diferença cultural. Nesse sentido, os CIs começaram a questionar a pertinência e vantagens do DIJ continuar com o contrato de prestação de serviço com a PLENA. A questão levantada era a seguinte: se há uma empresa do Estado que presta os mesmos serviços de assistência técnica de forma gratuita, por que continuar pagando (com recursos do DIJ ou dos CIs) a uma empresa privada para que preste esses mesmos serviços? Esse discurso acabou por mobilizar os CIs, passando estes a pressionarem o DIJ, a CODEVASF, chegando até o Banco Mundial.

Houve uma movimentação das lideranças locais, uma revolta destas contra a PLENA, falavam que a assistência técnica teria que ser do governo. Chegaram até o Banco Mundial, solicitando a mudança do modelo. Reclamavam quanto à parte social, que a moradia era de lona, que não havia água tratada, escola” [...] (MI-DJ 2)

O convênio Codevasf/Emater se realizou em um período em que a Emater se encontrava em uma situação de esvaziamento das suas funções [...] foi um negócio bom para os dois [...] (MI-CD 2)

O acatamento da pressão realizada pelos CIs acabou por possibilitar à CODEVASF a assinatura de convênio e, de modo premeditado ou não, direcionou a Emater, substituta do DIJ, para as atividades de orientação da produção/comercialização e modos de vida, a desenvolver as suas atividades fincadas na visão do empreendedorismo, do profissionalismo voltado para o

ambiente competitivo. Intencionavam os MIs constituírem CIs disputantes dentro do mercado, principalmente no mercado de frutas. Essa situação possibilitou a saída estratégica da armadilha em que caíram ao referendar as práticas assistencialistas adotadas pelo DIJ.

Não a Emater tida como a Emater no estado, que pratica uma assistência técnica com o agricultor familiar, de uma natureza até um pouco menos competitiva e agora ela se encontra em um ambiente altamente tecnificado, num ambiente que exige uma competência profissional, técnica, tanto no bem-estar social como agrônômica bastante aplicada para atender as necessidades de competição do Jaíba, né, onde o colono, ele não consegue sobreviver em um ambiente tecnificado, com pouca informação, então a Emater vem se preocupando em tentar construir uma Emater que atende as especificidades do Jaíba. (MI-ET 1)

[...] uma vez que sendo agricultores familiares a gente cuida um pouco que ele não esteja focado em apenas um monocultivo, né, tenha uma diversidade, e no âmbito dos produtores que já estão em um grau de evolução mais interessante, que está em uma, ou duas culturas, ou três culturas, mais voltando para perenizar, nas culturas perenes, a fruticultura, a gente entende que é mais potencial, que o Jaíba se pereniza, que o produtor evolui, que ele está dentro de um processo produtivo com fruticultura irrigada, ao invés com as culturas anuais. (MI-ET 1)

A forma da Emater dar assistência é o seguinte, você precisa você vai, ela não tem técnico suficiente pra tá indo todo dia nos lotes não, e às vezes algum produtor ainda não entenderam isso. Ele quer que a doença tá lá e o técnico ache ela lá, adivinha que ela tá lá. Então ele tem que perceber alguma coisa diferente na roça e chamar. E aquela assistência que existia quando era poucos produtores, hoje não tem a condição. Nós temos o privilégio de ter mais de vinte técnicos aqui, e acho que é o município que tem mais técnicos, com exceção da parte administrativa. (CI – LD)

Essa mistura de visões, qual seja, a antiga — até um pouco antes vivenciada — e as novas pretensões representada pelos MIs da Emater, com os seus significados, desembocaria em consequências diversas de confrontação ou interpretação e experimentação do PJ de forma diferente. Surgem assim as possibilidades/restrições, convivências e atuação em papéis novos, seja: de utilização de novas tecnologias, de crise de crédito, de vivenciar mercado competitivo e de inter-relações com os outros além do vizinho, por meio da participação como associados, de diretores em associações como o DIJ/CENTRALJAI. Essas posições traduziram-se em arenas de disputa e geraram novas formas de condução do DIJ e introdução de interesses divergentes da orientação expedida pela agência de desenvolvimento.

Essas visões externaram-se em lógica diferente da estabelecida na fase da aprendizagem assistida. Naquela, o sentido era receber os recursos ofertados e não havia o compromisso de trazer contrapartida financeira imediata para pagamento de qualquer outro compromisso não atrelado aos meios de sustento dos CIs. Agora não, além de produzir resultados para o sustento da própria família, deveriam os CIs produzir resultados maiores para cobrir as diversas despesas com o banco, amortização dos investimentos com infraestrutura realizados pelo Estado e despesas fixas, entre outras, e gerar rendas extras.

Eles não entendiam um termo mais exato, eles não entendiam se aquilo ali era uma coisa do governo, que eles tinham que pagar alguma coisa. Não, isso é nosso, se foi o governo que fez isso é nosso. Então tinha muito essa confusão de entender o que que é o bem público e o que é o bem privado. Como era uma área típica da agricultura familiar, a visão que ficou mais forte na mente dessas pessoas é de que aquilo ali era tudo público, então na visão deles o governo que deu, então não tinha que pagar nada, e não que aquilo ali era um projeto que eles se inscreveram para participar daquele projeto, sujeito às regras que já existiam antes da chegada deles, porque elas foram criadas antes. (MI CD 1)

[...] hoje apesar dos obstáculos que teve quando a gente chegou é a gente se endividou logo porque a gente não tinha experiência, aquilo que eu falei; não tinha experiência com água irrigada com água, vivia no sequeiro, com a água irrigada tem diferença, além dos custos, a gente achou que era plantar e produzir e acabou, mais tem o problema da comercialização [...] (CI-JV)

As disputas de visões, naquele momento, eram manter a política de assistencialismo e/ou introduzir a concepção da lógica do empreendedorismo. Não havia a pacificação de interesses, tanto que vários grupos estratégicos, explicita ou tacitamente, posicionam-se diferentemente. Uns profissionalizam-se na fruticultura, dessa maneira, incorporando de forma ativa as orientações dos MIs; outros encaminham-se para a diversificação dos seus meios de sustento; e, ainda, outros, em dificuldade de reprodução social e econômica na ausência das práticas assistencialistas, ou como forma de resistência, transformam as suas UFRs em residências.

Porque antigamente roça era isso, né, que vivia de subsistência, era milho, feijão. Então era de nada para um pouco mais de nada. Hoje você não pode brincar, porque você tem uns custos que pesam no final do mês. Ou você é profissional da agricultura, ou você sai do ramo. Espontaneamente, é o mercado que te tira fora. (CI-FL)

Promover a capacitação, o acompanhamento e a assessoria às equipes que trabalham nos Perímetros Irrigados, bem com dos produtores rurais procurando, em conjunto, viabilizar ações voltadas para conscientização de seus papéis para uma **gestão empreendedora** de suas organizações e do Perímetro Irrigado. (MI-ET 2)

Logicamente, mas às vezes teve alguns que vieram alimentando esperança de que chegava aqui era um país das maravilhas, mas não era assim, tem que ter um espírito empreendedor também. Eu vejo que não só a vontade de ser um agricultor, mas tinha que ter um pouco mais de **espírito de empreendedor**, e isso eu acho que o distrito ao longo desses anos alcançou isso, viabilizando esse novo espírito nos encontros, treinamentos, isso aí eu acho que nunca faltou esse empenho. (MI- DIJ 1)

É, eu vejo que a pessoa tem que uma, às vezes nem é questão de estudo cultural, mas ele tem que ter uma certa habilidade de **empreendedorismo** mesmo [...] (MI-ET 1)

O assistencialismo é vinculado, dentro do PJ, principalmente pelos MIs, à ideia de produção de culturas tradicionais, à produção de subsistência, ao não evoluído, ao receber benefícios sem contrapartida e ao não desenvolvimento, enquanto o empreendedorismo fundamenta-se no plantio da fruticultura, na adoção de tecnologia e na produção do desenvolvimento.

[...] às vezes chega com uma mentalidade bem mais evoluída pelo sentido tecnológico, porque já é empreendedor e já vem para uma função, e já sabe o que vem fazer [...] Participar de um processo que já tem certa organização para o negocio. (MI-ET 1)

É, em minha opinião eu acredito que está mais em função do processo seletivo, da condição básica da pessoa que chegou com um caráter mais empreendedor, né, uma característica mais evoluída no sentido de empreendimento, (MI-ET 2)

Os CIs cuja visão aproximava-se mais das formas assistencialistas eram marcados, seja por seus pares ou MIs, como não evoluídos, baderneiros, não proativos, atrasados e agricultores de subsistência; enquanto os outros, como empresários e propiciadores do desenvolvimento. Essas duas visões predominantes atrairiam e constituir-se-iam em redes de produção-comercialização-modos de vida diferentes, onde estavam presentes, por meios discursivos³⁴, defesas a quanto ser uma ou outra a maneira correta ou certa de estar presente no PJ. A defesa do empreendedorismo conformava-se com a concepção de PJ como um

³⁴ "[...] a tomada de decisões implica o uso implícito ou explícito de 'meios discursivos' na formulação de objetivos e na apresentação dos argumentos para a decisão tomada" (LONG; PLOEG, 2011, p. 26).

empreendimento voltado à modernização da agricultura, enquanto que a noção de assistencialismo se aproximava ao entendimento de se tratar o PJ como uma política de colonização e assentamento.

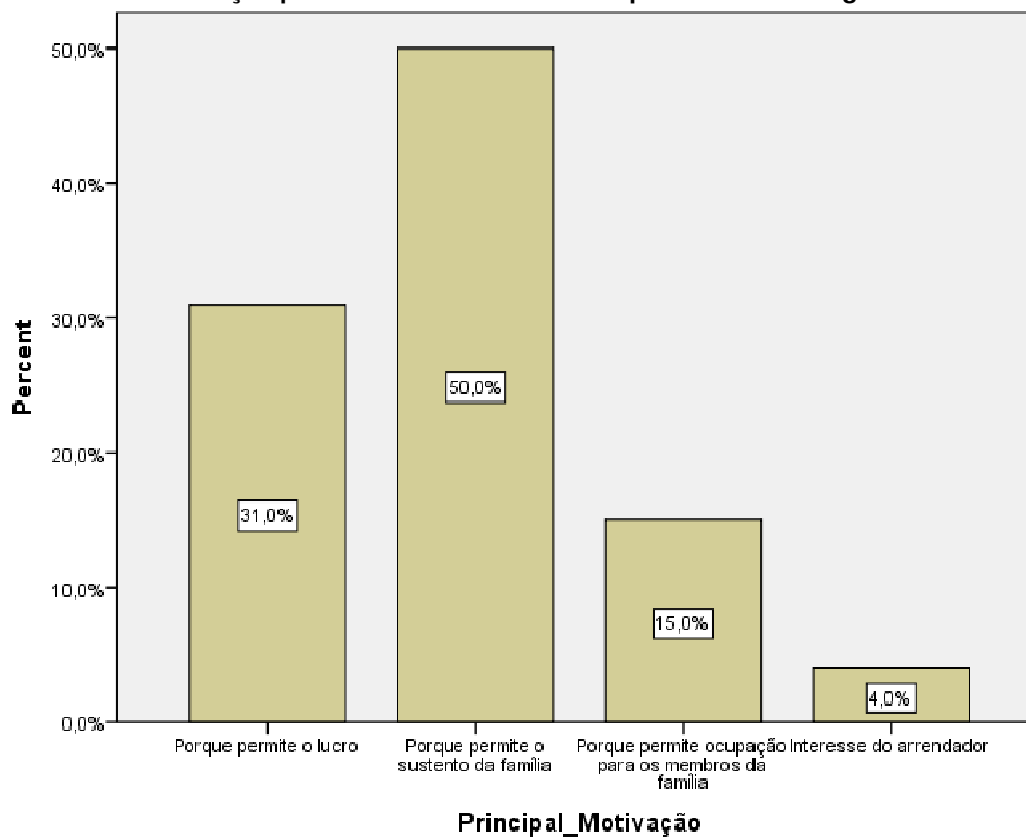
O Perímetro Público de Irrigação do Jaíba cresce e se desenvolve, mas sua soberania será alcançada com a integração dos agro empreendedores nos mercados e nas tecnologias de produção. (MI-ET 2)

É, mas está mudando, então meu sonho é que a agricultura chega, eu sempre quis né, que eu falo e a mesma coisa você projeta, eu quero sair. Não **vocês moram nos pequenos, aqueles baderneiros, os caras fala né. Caras vagabundos que não tem vontade de trabalhar.** (CI-LS)

Antes, porém de se discutir como se estabeleceu a constituição dos meios de sustento pelos CIs dentro da arena de disputa dessas duas visões, torna-se necessário clarificar uma questão. Em muitos momentos, os MIs tentam enquadrar os CIs não direcionados ao plantio de frutas como CIs voltados à produção para o autoconsumo. Também, de forma regular, os próprios CIs autocaracterizam-se vinculando-se como o seu maior interesse para praticar as suas atividades de sustento da família. Contudo os significados são diferentes e mais complexos do que se apresentam.

Não, nós não planta é por lucro não, é por causa de precisão mesmo. É, sustentar a família, senão só trabalhando assim pra cá e pra lá não dá certo. (CI-DN)

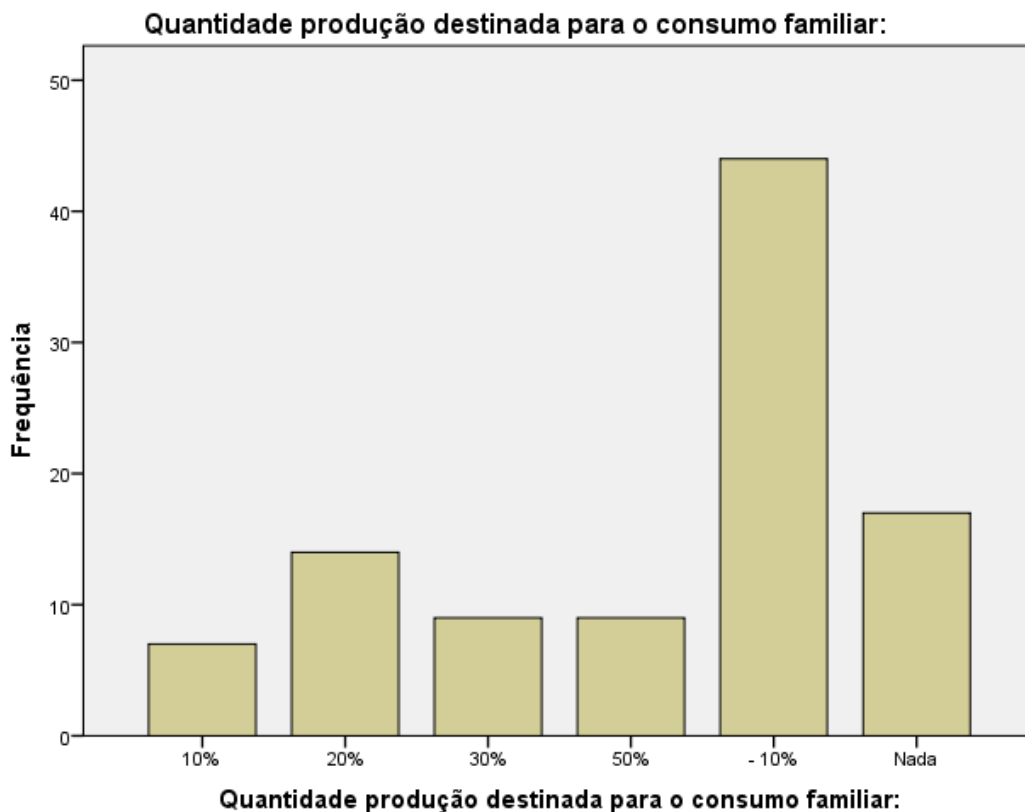
Ao analisar o agregado das respostas dadas ao questionário semiestruturado (Gráfico 14), observa-se que os CIs respondem ter como principal motivação para cultivar seu lote o interesse em produzir o “sustento da família”, e outras respostas mais próximas destas e distantes do interesse de obter o lucro.

Gráfico 14 - Motivação para o exercício da atividade pelos Colonos Irrigantes em 2012

Fonte: Dados da pesquisa

A produção excedente, contudo, é sempre maior do que a dirigida para o consumo das famílias, como se pode ver no gráfico 15. Ademais, a quantidade utilizada para o consumo familiar é reduzida, significando está a escolha dos MIs em produzir para as práticas de mercado, mesmo que os resultados da comercialização sejam amplamente voltados para realizar as necessidades de sustento da família.

Gráfico 15 - Quantidade da produção destinada ao consumo familiar pelos Colonos Irrigantes do Projeto Jaíba em 2012



Fonte: Dados da pesquisa

Desta forma, os CIs incorporaram estratégias de inserção no mercado e recorrem a diversos canais para escoar a sua produção e reverter o resultado em benefícios para as suas famílias, além das necessidades de subsistência. Por isso não é possível desconsiderar ser o PJ uma comunidade voltada para as relações de mercado, não havendo o esquecimento de práticas relativas à subsistência como são as reservas constituídas pelos quintais. Essa questão será aprofundada na seção 6.5.2, quando se discutem as estratégias de vida levadas a cabo pelos CIs.

Vencida a discussão e acatando-se a ideia de que todas as estratégias visavam relacionarem-se com as práticas de mercado, esses CIs e MIs no convívio com as duas visões iniciaram a reabilitação do Projeto Jaíba adotando estratégias diversificadas e agindo de acordo com as relações estabelecidas dentro de suas redes e nos limites dos seus recursos.

5.2.4.1 *A constituição da diversidade produtiva após a crise da banana e do crédito*

Um grupo de CIs já assentados por titulação da RURALMINAS e principalmente novos CIs ocupantes das áreas por negociação a partir de aquisições diretas dos ocupantes por titulação encaixaram-se perfeitamente nas orientações e recomendações dos MIs da EMATER, na direção de implantar e consolidar o polo de fruticultura na área do PJ, tomando a decisão de tornarem-se monocultores de frutas, sendo apoiado por vários instrumentos de crédito e assistência dirigida. Mas a simples oferta desses ativos não foram suficientes para conformar a decisão da maioria dos CIs. Outros componentes presentes no contexto, com diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas dos envolvidos e interessados, formaram a base decisória para a constituição dos meios de sustento.

A gente tem produtores, principalmente esses, na área de pequenos produtores, que já atingiram um sucesso econômico maior, que eles são bem mais organizados. Então é um grupo de produtor que tem um sucesso econômico maior e um nível de organização maior. Também têm grupos informais. Mas a gente já tem produtores que trabalham plantios coordenados: tem grupo do limão, grupo do mamão, grupo da manga. (MI-CD 1)

O relato a seguir do CI-LS expressa e corrobora como esse agricultor que, a partir de certos critérios, interesses e experiências, forjou a sua decisão de plantar apenas um tipo de fruta em sua área. Como também poderiam rumar para a monocultura de um tipo de semente ou legume, como é visto no interior do PJ. De outra forma, o encaminhamento para a produção deste tipo de plantio realizou-se no tempo-espço das relações travadas e das experiências carreadas para o seu interior.

[...] outra coisa muito importante que me chamou a atenção, que aqui a gente consegue induzir a planta a produzir a qualquer época do ano [...] daí você consegue preço fora de época onde de que outros lugares não produz, né? O maior trunfo desse projeto é isso aí [...] É que a gente tinha tradição na fazenda que nos trabalhava, já tinha atemoia e pinha-ã- então nos lá ia muito bem e nos já tinha se especializado e apareceu essa oportunidade de adquirir aqui, então nos vimos pra cá. (CI-LS)

Outro grupo de CIs não agiu da forma suprainformada, seja em razão das coerções de contexto ou por outras condições impostas pelas limitações de recursos, ou por causa de inter-relações mais condizentes aos seus projetos e limites de seus recursos. Na tabela 4, elencam-se as principais estratégias produtivas estabelecidas no interior do PJ: a) atividades diversificadas; b) atividades não indicadas e até proibidas como a criação de gado; c) a decisão de não plantar, seja como forma de resistência ou por interesse. Não se trata de aversão dos CIs ao mercado, e, sim, traduz-se na capacidade de constituir estratégias novas e diferentes com o propósito de resistir/neutralizar, assim como de transformar/acelerar os resultados da mercantilização, condicionada às suas condições socioeconômicas.

Tabela 4 - Estratégias produtivas construídas pelos CIs no PJ

COMPOSIÇÃO POR ESTRATÉGIA

Grupo Estratégico	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Fruticultor	16,0	16,0	16,0	16,0
Criador	9,0	9,0	9,0	25,0
Pluriativos	66,0	66,0	66,0	91,0
Arrendador	6,0	6,0	6,0	97,0
Residente	3,0	3,0	3,0	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

[...] mas, no Jaíba, especificamente, nós temos mais de oitenta variedades de culturas, ou espécies que são cultivadas dentro do Jaíba. Desde aquelas culturas que são voltadas especificamente para a alimentação da família, que é a produção de grãos e congêneres: feijão, milho, mandioca. A pequena criação de animais, bovinos, caprinos, quanto a área destinada a prover a receita econômica da unidade de produção, que hoje tem sido bastante voltada para a fruticultura. Mas não se perdeu a característica, o Jiba produz sementes, produz frutas, produz pequenos animais. Produz grãos, cereais. Então é um perímetro que tem um perfil de produção dos mais amplos dentro da CODEVASF. (MI-CD 1)

Assim, em paralelo à intenção planejada de constituição do polo de fruticultura dentro do PJ, capitaneada pela EMATER, há uma contrarreação dos CIs em não apostarem todas as suas ações na direção da fruticultura. O entendimento desses CIs era buscar a diversificação da produção, e essa decisão não conflitava ao todo

com a ideia de polo de fruticultura, uma vez que, em grande parte, a fruticultura faz parte da diversidade de plantio na área.

Quando indagados os CIs sobre a motivação para a diversificação de plantios, estes tinham as seguintes explicações:

a) a experiência vivenciada de não êxito quando da decisão de plantarem apenas bananas;

b) a não possibilidade de acessar o crédito;

c) por avaliarem como mais importante para os seus meios de sustento a liberação de parte da mão de obra familiar para o trabalho em outras firmas instaladas no PJ; e

d) a impossibilidade de correrem risco de plantio único; tanto poderiam ganhar como perder, e, nas condições limitadas de recursos, isso poderia comprometer os seus meios de sustento.

Neste contexto de transformação da base social, econômica e cultural, com as possibilidades e coerções apresentadas, a ação de experimentar situações novas manifestou-se na diversidade de formas dentro do PJ. Essa diversidade derivou-se:

a) de relacionamento com as organizações locais ou novos programas do Estado;

b) adoção de tecnologias e modelos de gestão;

c) a convivência com o sistema de crédito rural;

d) o vislumbrar da competição/parceria com empresas agrícolas. Também uma diversidade de atores posicionaram-se na rede de relações, na figura de pessoas individuais, grupos informais e redes interpessoais, organizações, agrupamentos coletivos e até mesmo os "macroatores" (como Estado, bancos, etc.) (LONG, 2007).

Muitas coisas novas já fora experimentada aqui, seja de cooperativa, de associação de programas governamentais, de aprendizagem, tudo teve ou tem aqui dentro. A única coisa que falta é a política agrícola específica para o PJ como um programa de assentamento, esta ainda não teve. (CI-AR)
Pela primeira vez nós formamos um grupo para disputar o Conselho do DIJ. (CI-JV)

Essas diversas situações são trabalhadas e ressignificadas por meio da interação entre os CIs, MIs e as diversas organizações locais. Esses, ao

estabelecerem interface, põem em disputa os seus interesses e necessidade envoltos nas formas produtivas, comerciais e de vida. Neste contexto se podem ampliar ou restringir as estratégias. Ampliam, ao incorporar outros a integram os seus projetos; restringem, ao não conseguirem adesão nem incorporação a outros projetos. Nesta arena os grupos estratégicos de produção, comercialização e modos de vida se estabelecem.

Ao contrário da noção encimada, para vários envolvidos na trama da intervenção, há uma naturalização para o acontecimento das coisas, ou seja, os CIs, naturalmente, passariam de um plantio de culturas mais tradicionais para cultura de alto valor agregado; ocorreria naturalmente a reconcentração de lotes, pois os CIs exitosos avançariam sobre as áreas não produtivas; por fim, aqueles CIs assentados não enquadrados à produção naturalmente tenderiam a sair das terras.

Essa situação de naturalidade na visão de vários MIs é provocada por estruturas externas que moldam as decisões dos CIs de forma determinante e linear. E, neste contexto, ficam impossibilitados de agirem de forma diferente, bem como não se vislumbra o surgimento de consequências não premeditadas das ações levadas a cabo pelos envolvidos. De outra forma, aqueles que não conseguissem adequar-se às exigências do mercado naturalmente sairiam do PJ.

Silenciosamente, há uma “torcida” direcionada à saída ou desaparecimento “natural” dos CIs avaliados como não aptos ou não portadores do perfil adequado para o ambiente competitivo. E, mais do que torcida, há ações que estimulam a saída daqueles que não produzem dentro das expectativas e dos indicadores legais (produzir em 60% da área), como a ameaça velada de processos de reintegração de áreas e o incentivo à reconcentração de áreas. Esse processo de reconcentração assistida dentro do PJ evidencia a dificuldade dos idealizadores em compreender a importância das unidades de produção familiar como diretriz de garantir o desenvolvimento rural sustentado.

É bem natural. Até hoje o abandono é um processo natural de seleção, onde a gente percebe que as pessoas vão experimentando atividade, experimenta outra atividade, observa aquele ambiente, tenta sobreviver naquele ambiente, e às vezes não se encaixa, não tem o perfil adequado para num ambiente dessa natureza. Ambiente que tem que ser competitivo, tem que se tornar competitivo, tem que ser agressivo no sentido de exploração, tem que ser sábio na tomada de decisão, tem que buscar os aportes necessários, no sentido da informação, e naturalmente a gente vai percebendo que às vezes o próprio colono [...] (MI-ET 1)

Aí vem seleção natural e a aptidão. Hoje você tem que ser bom. Antigamente, a roça você podia brincar. Você podia não ter nada que alguma coisinha fazia. Fazia um pouquinho a mais do que nada. (CI-FL)

[...] se adequando dentro dessas atividades, e quase que natural, vem acontecendo que, querendo ou não, as culturas perenes tem dado mais essa resposta, mesmo o agricultor pequeno, que a gente tinha outra ideia que a agricultura familiar, ela se posicionava com a cultura anual, quase que de subsistência, mas dentro desse ambiente a gente pôde entender que realmente ela só conseguia quase que subsistência com os cultivos anuais, e as que se posicionavam com a fruticultura, elas conseguiram agregar valor, renda, e tem outra situação de vida hoje. (MI-ET 2)

Então existe uma regra de reconcentração, que permite no máximo reconcentrar quatro unidades, que gira em torno de vinte hectares, mas ela está presente, está correndo e a gente entende isso como um processo natural dentro do processo da produção. (MI-CD 1)

Mesmo com esse processo de reconcentração, em virtude da construção/aquisição de poder de agência humana dos CIs, os envolvidos no processo de intervenção planejada fizeram emergir uma maneira específica de desenvolvimento do PJ, em que a fruticultura era uma das possibilidades e não o todo. Se vingar o projeto de instituição do polo de fruticultura no PJ, essa derivará de ações agregativas na direção dessa visão e das próprias condições estruturais absorvidas como possibilidades dentro das relações face a face ou a distância.

O observado até o momento é o estabelecimento de uma diversidade de plantio como regra. Os CIs avaliam o plantio do monocultivo de fruta como de alto risco e dependente de fortes investimentos e da alocação de mão de obra externa além da familiar, além de emprego de tecnologias novas e mais caras e demais custos de transação.

Porque o progresso Jaíba é um discurso, mas a gente está acreditando nisso. Ele é projeto de desenvolvimento não só pro Jaíba, mas pra região, e vai ajudar muito até o país, porque aqui nós temos a condição, já mostramos que temos potencial de produzir em torno de setenta produtos diferentes, né, isso não é qualquer lugar [...] (CI – LD)

Nas avaliações dos CIs, os altos custos e a incerteza de realizar a otimização dos ganhos, levaram-nos a elaborar estratégias criativas de junção da fruticultura com plantios tradicionais. A decisão de plantar culturas tradicionais forjadas dentro do contexto se configurava nas falas dos CIs no sentido de que: a) os plantios rápidos produzem o capital de giro, por meio do encaixe de dinheiro, reduzem os

riscos e custeiam o dia a dia da Unidade de Produção Familiar. Essa prática é bastante usual, pois permite aos CIs custearem o plantio com recursos próprios, principalmente depois da crise do crédito, pela necessidade de ter retorno rápido, uma vez que “uma roça paga a outra” (CI-PM) e devido à necessidade de efetuarem o pagamento das dívidas com os comerciantes locais, estes normalmente “aguentam nossas dívidas por três meses” (CI-PM); b) por reduzir a necessidade de mão de obra familiar, sendo essa liberada principalmente para o trabalho em empresas agrícolas ou realização de outras atividades no mundo rural ou não. Essa combinação de plantio rápido e ingresso de receitas provindas do trabalho externo constituem o capital mínimo para investimento em plantio de fruticultura, em uma parte do lote.

Tenho de tudo um pouquinho aqui, quiabo, maxixe, mandioca e tenho um hectare de limão [...] umas culturas sustentam o meu dia a dia, enquanto outras, como o limão, esse eu tenho o momento certo de molhar, me dar um resultado como uma poupança [...] uma roça paga a outra [...] (CI-PM)

[...] você está vendo aí o mercado como é que está, né; porque se tem uma cultura perene, uma cultura que ela resiste mais, ela sempre tá produzindo e têm aquelas culturas que produz rápido, nós opinamos pelas duas. Pela cultura que nem tendo o limão que ela dá uma sustentabilidade, e pelas culturas rápida que garante os custos do dia a dia [...] (CI-JV)

Eu produzo e vendo doce nas cidades aqui próximas [...] também faço uns negocinhos por aqui mesmo, compro e vendo animais [...] (CI-MR)

Assim, a estratégia de meio de produção da maioria dos CIs tanto se ancora na produção de plantios tradicionais como o plantio de um tipo de fruta, ou conjuntamente, frutas e tradicionais, sendo este o mais corrente dentro do PJ. Também são construídas outras formas de garantir os meios de sustento, como o arrendamento da área (o CI atuando como trabalhador na área arrendada ou não), empregando-se, em empresas agrícolas locais, as aposentadorias, a criação de gado e as transferências compensatórias de renda realizadas pelo Estado.

[...] a gente é agricultor familiar, né, trabalha especificamente com fruticultura, porque é um ramo que a gente se dedica e tem conhecimento técnico, né, e que visa sempre produzir e atender com produto de qualidade exigido por um mercado um pouco superior do que talvez outras pessoas trabalham, né. (CI-FL)

[...] além da fruticultura, culturas tradicionais, seja pra semente, seja mandioca. Seja a produção de semente, seja a mandioca, milho. Cereais,

no caso, né, mas que já está bem tecnificado nessas culturas, e que tem um bom resultado através de um bom investimento, devido claro, ao conhecimento que ele tem sobre essas culturas, né. (CI-LD)

[...] há agricultor que já não utiliza de muita técnica, mas que tem vontade, tem coragem, tem amor a aquilo que faz, porém tem medo e pouco conhecimento para fazer investimento, então acaba gerando um resultado um pouco insatisfatório em termos de renda familiar no final das contas. (CI-MR)

[...] tá chegando bastante gente e arrendando terras, ou seja, pra fruticultura, ou seja, pra plantio de sementes de milho, onde a pessoa além de arrendar o solo, por talvez não ter opção de algumas culturas pra esta plantando, acaba arrendando e fica trabalhando como assalariado do próprio arrendatário. (CI-LS)

Algumas pessoas já estavam com a idade que ele não queria começar de novo outra atividade, então a maioria venderam os lotes. Pegaram, usaram o período de carência e venderam. Outros nem usaram o período de carência, só esperou passar um ano, que é o período de quando é assentado, para transferir. (CI-LD)

Mudou bem, porque praticamente, eu já estou bem mais velho, criei minha família toda, né, então se eu não ganhei nada aqui no projeto, mas ganhei ao mesmo tempo, porque criei a minha família todinha, né, e graças a deus, estou aí, né. Está meus filhos tudo aí. Cada qual é dono de si, e eu vejo a coisa crescer, que o meu sonho é de ver as coisas desenvolver direitinho, não é, apesar que eu já estou meio velho, já não aguento mais trabalhar, já encostei outro lote. Meu lote lá quem tá lá é, tá lá, praticamente só fechado. (CI-GT)

Especificamente quanto aos modos de sustento dos CIs, três elementos diferem os CIs identificados como Fruticultores Monocultores dos demais CIs pluriativos. O primeiro elemento vincula-se à relação de tempo de ocupação da área no PJ em relação ao direcionamento produtivo. A segunda se remete para a relação entre a área utilizada para o plantio e o tipo de atividade. Já a terceira advém da relação entre a motivação para o plantio.

Quanto à primeira, conforme expõe-se na tabela 5, apenas sete, entre 66 CIs com mais de dez anos de ocupação do lote, adotaram a estratégia de plantar um tipo de fruta dentro da sua área; enquanto que nove dentre 34, com menos de dez anos, adotaram a fruticultura. A questão suscitada é: por que, dentro das condições favoráveis de orientação, recursos e interesse dos MIs em consolidar um polo de fruticultura no interior do PJ, a maioria dos CIs a acolhem de forma parcial ou não adotam?

Tabela 5 - Tempo de ocupação da área em relação ao plantio por grupos estratégicos em 2012
TEMPO OCUPAÇÃO DA ÁREA/TIPO DE PLANTIO

		Tempo lote		Total
		Menos de 10 anos	Mais de 10 anos	
Fruticultor Monocultor	Número de observações	9	7	16
	% de fruticultores	56,3%	43,8%	100,0%
	Resíduo ajustado	2,0	-2,0	
Pluriativos	Número de observações	25	59	84
	% de pluriativos	29,8%	70,2%	100,0%
	Resíduo ajustado	-2,0	2,0	
Total	Número de observações	34	66	100
	%	34,0%	66,0%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Houve diferença significativa nas frequências observadas das categorias: Fruticultor e Pluriativo, dentro das categorias da variável "Tempo no lote", segundo o teste exato de Fisher (estatística do teste = 4,202; p-valor = 0,049).

As respostas à questão anterior observadas nas falas dos CIs e MIs remetem para várias possibilidades:

a) os novos CIs entrantes no PJ já vieram capitalizados e ou possuem outras fontes de renda e, por isso, conseguem investir na fruticultura e também por conta disso podem correr riscos;

b) já vem os novos entrantes imbuídos com o espírito de empresários e por esse motivo escolhem a fruticultura por conta dessa atividade produzir maiores resultados financeiro;

c) porque são técnicos e profissionais nas atividades de se produzir e já vieram para o PJ com estas habilidades;

d) os novos admitidos não foram submetidos a processo de seleção que tinha por critério o social; e) por não serem residentes fixos, somente exploram a área e moram fora, não vivendo completamente da atividade é apenas um capitalista. Todas essas condições afetaram a escolha pelo plantio de fruticultura, contudo o estabelecimento desta estratégia como promotora de meios de sustento também estão atado às inter-relações.

[...] trabalha especificamente com fruticultura, porque é um ramo que a gente se dedica e tem conhecimento técnico, né, e que visa sempre produzir e atender as qualidades de um mercado um pouco superior do que talvez outras pessoas trabalham, né. trabalhar sem tanto intermédio de atravessadores, né, ter um contato mais direto com os mercados, para agregar um pouco mais de valor ao produto. (CI-LS)

É, na minha opinião eu acredito que está mais em função do processo seletivo, da condição básica da pessoa que chegou com um caráter mais empreendedor, né, uma característica mais evoluída no sentido de empreendimento, e outra coisa também que é impactante seria que no processo de assentamento, eles foram, como eu já disse na outra parte, eles foram assentados, deu toda infraestrutura com o lote: hídrica e econômica, né, o aporte financeiro, e no meu ponto de vista, mal assessorado no sentido de gestão dos recursos que foram admitidos, os recursos humanos também, que eram presente, né, a própria família. (MI-ET 2)

Alguns produtores mais chegantes, que estão assumindo hoje, comprando lote hoje, adquirindo, às vezes chega com uma mentalidade bem mais evoluída pelo sentido tecnológico, porque já é empreendedor e já vem para uma função, e já sabe o que vem fazer, ainda demora-se um tempo pra, até que ele é familiarizado, que ele interage com o meio ambiente, para que ele participe de um processo de evolução desse. Participar de um processo que já tem certa organização para negocio. (MI – ET 1)

Os que compram agora estão mais estruturados, vem com mais recurso, venderam uma casa em outro lugar, e já vem com capital, com aposentadoria [...] então plantando, mais a maioria já vem com condição [...]. (CI-AR)

Tanto é que as definições das atividades estão envolvidas na tessitura dos acontecimentos que a própria experimentação do plantio do monocultivo de banana contribuiu para o fortalecimento da escolha pela diversidade de plantio e até pelo não plantio de nenhuma cultura na área definindo-a apenas como moradia. Essas escolhas vinculavam-se às coerções e oportunidades vislumbradas pelos CIs dentro das perspectivas dos seus projetos de vida. A escolha pelo monocultivo de frutas pelos novos entrantes pode ser entendida como ligada à percepção de oportunidade. A maioria desses novos admitidos já vem orientada para esse plantio. A escolha pela diversidade por parte do CIs com mais de dez anos na condição de assentado é devido a uma situação de vislumbrar em suas inter-relações a garantia de seus meios de sustento – geração de capital de giro e investimento. Os plantios de ciclo rápido fornecem o dinheiro do dia a dia, os plantios perenes fornecem a condição de investimento e sustentação para a continuidade da atividade. O relato a seguir esclarece a questão

[...] você estava vendo aí o mercado como é que tá, né; a gente opina porque, por causa de algumas coisas porque se tem uma cultura perene, uma cultura que ela resiste mais, ela sempre tá produzindo e tenha aquelas produza aquelas culturas que produz rápido, nós opinamos mais, você tendo uma cultura que nem tendo o limão que ela dá uma sustentabilidade, nós temos uma cultura rápida dos custos né, as dos custos que é você menos, então a gente opina uma coisa mais rápida e tem a época também que o feijão aqui, nós temos que produzir no máximo até agosto no meio de setembro; se o colheu no mês de setembro aí já é arriscado, então se tem que conforme o tempo não dá pro você planta duas culturas [...] (CI-JV)

Também, não se pode desprezar que estão incorporadas nas memórias dos CIs assentados no PJ, há mais de dez anos, a crise da banana. E esse momento cristalizou-se e é repassado por meio das falas no interior do PJ. Em todas as oportunidades de interlocução com os envolvidos no processo da intervenção planejada no PJ, mesmo não se fazendo a indagação a respeito desta questão, a crise da banana sempre era lembrada. Estabelece-se essa como um marco institucionalizado culturalmente no tempo-espço com bastante força.

A segunda característica é a exploração da área. Os fruticultores monocultores exploram intensamente as suas áreas por avaliar que somente desta forma obtinha-se ganho suficiente para os seus meios de sustento. A certeza é estabelecida previamente por meio de acordo e contratos firmados (formais e informais) com compradores, produzindo uma garantia e confiança na efetivação da atividade. Deste modo, os riscos são minimizados ao estabelecer essa rede de compromissos.

E hoje também é meio difícil você vê um produtor se aventurar numa fruticultura que ele vê que não tem saída. Quando ele for plantar é porque ele já fez um estudo mais ou menos do que, onde ele vai vender. Antes, a gente como produtora, eu mesma já aconteceu isso com a gente, né, amor, no começo, a gente perdia muito com isso. Quando você acabava de formar a lavoura você não tinha pra onde escoar ela. Hoje não. (CI-LD)

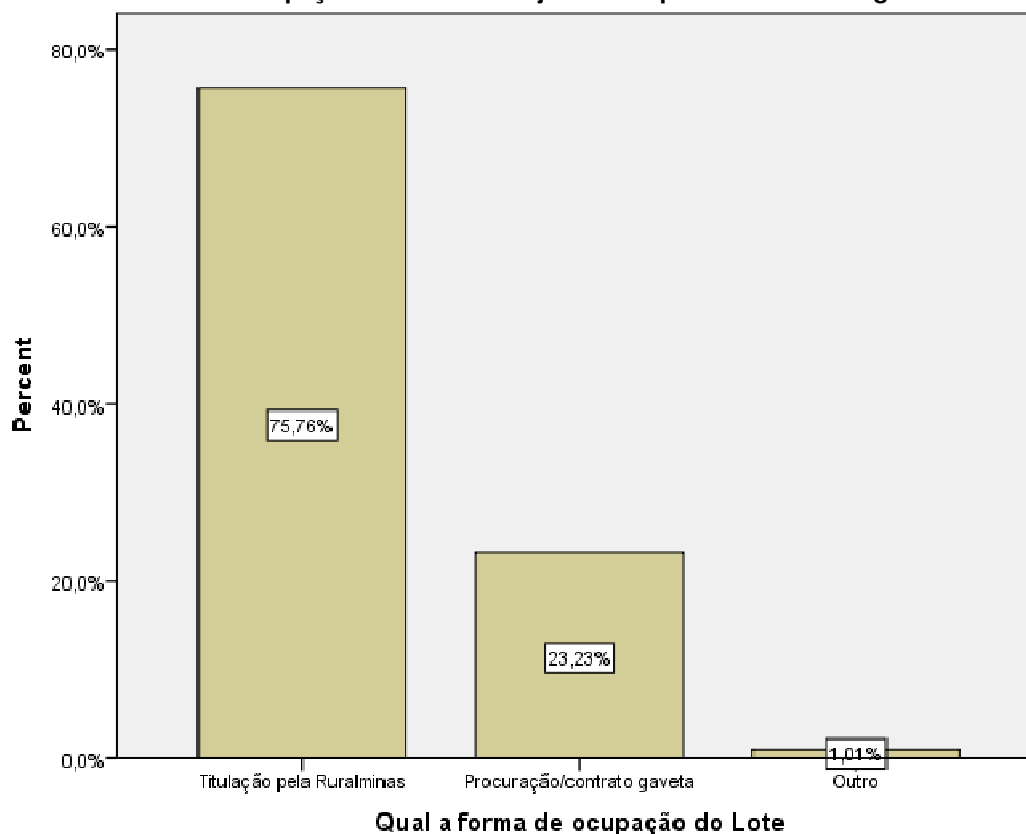
Geralmente, todos os produtores que mexem com a fruticultura, já tem uma noção de onde que ele vai comercializar ela. (CI-FL)

Esse cenário de sucesso no plantio e comercialização estimulou os CIs a avançarem sobre os lotes pouco ativos ao seu entorno. Também, irradiou a notícia, trazendo, como consequência, a atração de vários investidores que adquiriram área no PJ. Essas duas ações traduzem-se em reconcentração de área e vêm ocorrendo de forma aguda dentro do PJ. Essa aceitação do processo de reconcentração reforça mais uma vez a intenção dos planejadores em substituir os CIs por

empresários rurais, desestimulando a política de assentamento e colonização. Neste sentido, o modelo atomizado de ocupação é desestimulado, tendo de forma aberta a condescendência da CODEVASF e RURALMINAS³⁵.

Contribuem bastante e de forma marcante para a reconcentração de área os novos CIs entrantes (Gráfico 16). Esses têm perfis diferentes dos atuais ocupantes. A aquisição da área é realizada diretamente como CI anterior (contrato de gaveta/procuração), vem com o objetivo de explorar a área, por meio da contratação de gerentes, ficando no comando a distância. Buscam a exploração de atividades, principalmente a fruticultura em áreas bastante superiores à de 5 ha e possuem, geralmente, residência fora do PJ.

Gráfico 16 - Forma de ocupação da área no Projeto Jaíba pelos Colonos Irrigantes em 2012



Fonte: Dados da pesquisa

³⁵ A lei de irrigação permite a aquisição até de quatro módulos.

Esses CIs que adotam prática de reconcentração de área dentro da Etapa I do PJ são avaliados de forma diferente pelos demais CIs: a) para uns, essa nova forma de ocupação traz o progresso para o PJ, por criar condições favoráveis à constituição dos seus meios de vida. A lógica para esse entendimento gira em torno de que os novos entrantes têm maior potencial para plantar e atrair compradores para o interior do PJ; b) outros entendem que estão desvirtuando as finalidades do projeto e, assim, acabam por prejudicar o entendimento de tratar a Etapa I do PJ um projeto de colonização e assentamento sob o estilo irrigado; c) quando quem avança, por contrato de compra de área, é o próprio CI assentado por titulação da RURALMINAS-CODEVASF, a situação é avaliada como exitosa, de sucesso e exemplo.

A área observada é constituída de 4 lotes (20ha), na mesma, encontra-se plantio de mamão, é administrada por um gerente e um empregado rural ambos contratados formalmente. O proprietário, segundo informação dos empregados rurais, reside em Janaúba-MG e deixa todas as atividades de plantio com eles, a venda é realizada pelo proprietário. (DIÁRIO DE CAMPO)

[...] oh, hoje o meu filho tem doze lotes, exporta, e vai lá no lote dele pra você ver”, então ele está num nível que eu o conheci menino, e está ali hoje como modelo, e isso é aqui. (CI-GT 1)

[...] e eu não vejo com bons olhos quando se concentra acima de cinco lotes. Existe pequeno produtor que ele foi crescendo e trabalhando e hoje ele tem os lotes, né. dessa forma, eu vejo que é um sucesso. Eu admiro. Agora quando vem um grande empresário e compra dez lotes, isso aí já desfigura a classe de pequeno produtor. (CI-LD)

[...] vamos supor, três pequeno e um grande. Colocasse os grandes no meio. Então hoje tinha mercado certo para o pequeno, né, o que ele produzia, então praticamente o grande ajudava a vender tudo. Tinha o mercado certo. Então ficou só pequeno, não tem como [...] É, porque o que produz fica praticamente quase sem mercado. Fica vendendo para esses feirantes aí, esses atravessadores, né. Se tivesse o grande junto com ele, aí ia tudo junto. Eu achei agora depois que eles viram que não tem como mais, né, aí agora pegou e abriu pra todo mundo que quiser comprar lote. Tem caboclo que tem três quatro lotes aí. (CI-GT)

Já na visão dos MIs, a reconcentração é vista sob a ótica da naturalidade, do desenvolvimento do PJ ou de estratégia de evolução, ou, em outras palavras, condicionada pelo mercado sem o acolhimento da possibilidade dos envolvidos no processo de intervenção planejada agirem de forma diferente.

O que a gente percebe hoje, pelo próprio desenvolvimento do projeto, é a reconcentração. Aqueles indivíduos que prosperaram economicamente, e como lhes são facultado poder deter a posse de até quatro unidades de produção, que seriam vinte hectares, eles estão comprando essas áreas, ou arrendando essas áreas [...] Essa reconcentração já ocorreu no projeto em Pirapora. Ela já ocorreu no projeto em Gurutuba e da mesma forma esta ocorrendo agora no projeto Jaíba. A gente entende como normal. É típico do processo mesmo da produção [...] está ocorrendo e a gente entende isso como um processo natural dentro do processo da produção. (MI-CD 1)

Quem está com cinco hectares de limão, talvez já é muita coisa para explorar, baseando numa unidade familiar. A banana e outras frutas, você precisa de uma escala maior pra se tornar viável, então é quase necessidade da cultura. É, agredir realmente, né, evoluir, comprar mais áreas pra serem plantadas. Sim, enxerga isso, na prática. (MI-ET 1)

Aí falei: rapaz como é que não pode rapaz? Em qualquer loteamento um casal pode ter vinte hectares, pode ver que isso é claro. Já tinha mais ou menos a ideia, que já sabia um pouco. Aí ele entrou lá dentro com o pessoal de Montes Claros e falaram: não, pode fazer, já fez pra outro aí, pode fazer pra ele. (CI-LR)

Meu cunhado mesmo esse que mudou pra cá, ele tinha cinco lotes. (CI-SP)
Agora aquele rapaz lá comprou vinte e seis lotes, é tudo dele agora [...] Eu não sei, parece que é [...] Eu não sei se é de São Paulo, eu não sei [...] É não, eu acho que é da Bahia. (CI-LR)

Ao contrário da reconcentração, outra estratégia é a de não ocupar toda a área, utilizando menos de dois terços da área com as atividades de plantio. Extrai-se, das falas dos CIs, que a motivação para tal procedimento tem poucos recursos para investir. Os CIs adotantes desta prática organizam os seus recursos de forma a garantir os seus meios de sustento. O risco implica em possibilidade de precisar enveredar-se por outras relações, avaliadas como não pretendidas ou desejadas como ter de trabalhar para outras pessoas, perdendo sua autonomia de agricultor proprietário.

A estratégia do produtor para não perder, ele produz pouco [...] (CI-AR)
Tive que trabalhar para “os outros” coisa que eu nunca tinha feito. (QUEST. 20)

A questão da área plantada (Tabela 6) é apenas parte da questão. Por lei é obrigatório ocupar com plantio, no mínimo, 60% da área do lote em projetos de irrigação, o tipo de plantio não é determinado, porém essa regra do quantitativo de ocupação não é tomada a efeito, ou, de outra forma, não se constituiu um domínio reconhecido pelos envolvidos na intervenção planejada. Leva-se em conta, na avaliação dos CIs, a questão do tipo de plantio introduzido na área no sentido deste

prover o pagamento das tarifas. De certa forma, há uma visão compartilhada pelos MIs da necessidade de viabilizar o PJ por meio de plantios de alto valor agregado e não de atingir o patamar estabelecido em lei.

Então, se considerarmos que esses lotes que caracterizariam com a maior clareza, o insucesso desses indivíduos, eles não chegam a vinte por cento, aí você tem uma fatia intermediária, que é aqueles que exploram o lote, não atingem, às vezes o mínimo estabelecido na lei, mas alternadamente eles conseguem atingir esse mínimo. Determinado ano eles plantam mais. Determinado ano eles plantam menos, mas normalmente costumam ter culturas de valor agregado bastante alto no lote, então quando a gente compara a questão da exploração, a gente também avalia a questão da capacidade econômica que aquela exploração dá. Às vezes eu tenho sessenta por cento do lote explorado, mas com uma cultura de baixo valor econômico, e outro tem às vezes menos de sessenta por cento, mas tem uma cultura de alto valor econômico dentro do lote, então esse grupo, e já existe o grupo, que eu calculo que deve ser hoje mais de cinquenta por cento do projeto, de que já explora acima de sessenta por cento do lote, com culturas de valor agregado já importante. Culturas tradicionais. Então acho que a coisa está mais ou menos assim: vinte por cento tão dentro desse grupo do insucesso. Outros trinta por cento seria um grupo intermediário, que progrediu, mas não atingiu ainda um ápice econômico, mas progrediu, mas eu acredito que em torno de uns cinquenta por cento do projeto hoje, já é representando por um grupo que já tem um sucesso econômico importante. A exploração aí é produtiva mesmo? Quantidade? Quantidade! Se eu to pagando água, luz, isso não significa eu tenho que produzir? Produzir. Produzir. (MI-CD 1)

Tabela 6 - Relação entre área plantada por grupos estratégicos em 2012

Porcentagem da Área Plantada/tipo de cultivo				
		AreaPlant2		Total
		Mais de dois terços	Menos de dois terços	
Fruticultor Monocultor	Número de observações	15	1	16
	% de fruticultores	93,8%	6,3%	100,0%
	Resíduo ajustado	3,4	-3,4	
Pluriativos	Número de observações	40	44	84
	% de pluriativos	47,6%	52,4%	100,0%
	Resíduo ajustado	-3,4	3,4	
Total	Número de observações	55	45	100
	%	55,0%	45,0%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Houve diferença significativa nas frequências observadas das categorias: Fruticultor e Pluriativo dentro das categorias da variável "Área utilizada para plantio", segundo o teste exato de Fisher (estatística do teste = 11,556 - p-valor = 0,01). A categoria Diversificada está significativamente associada à categoria Menos de dois terços, já a categoria Fruticultor está significativamente associada à categoria Mais de dois terços.

A respeito da área plantada, o Relatório da Emater 2011 classifica os CIs do PJ em três grupos, destacando a relação com a característica de ser ou não proprietário e a portabilidade da Declaração de Aptidão de Produtor (DAP). Não aventam a questão da motivação para a prática de constituição dos meios de sustento. Contudo é manifesto, também no relatório de Atividades da Emater 2011, o acolhimento como desempenho produtivo positivo, ou melhor, como meta a ser atingida, por meio do trabalho dos extensionistas, a redução da área plantada com culturas tradicionais em relação ao aumento da área ocupada por fruticultura.

Grupo de Produtores 1: Agricultores explorando mais de 60% da área e/ou com atividades agroindustriais e que fazem parte de organizações sociais. Atualmente, 42% do público tem o perfil do grupo de produtores 1, sendo que, 87% são proprietários e 82% possuem DAP.

Grupo de Produtores 2: Agricultores explorando de 30 a 59% da área e/ou com maior necessidade de orientação em saneamento, educação ambiental e acesso a políticas públicas. Atualmente, 28% do público tem o perfil do grupo de produtores 2, sendo que, 85% são proprietários e 68% possuem DAP.

Grupo de Produtores 3: Agricultores explorando abaixo de 29% da área, com ociosidade produtiva e/ou utilizando apenas para moradia e que recebem benefícios sociais. Atualmente, 26% do público tem o perfil do grupo de produtores 3, sendo que, 78% são proprietários e 63% possuem DAP (RELATÓRIO DE ATIVIDADE EMATER - 2011).

Quando indagados os CIs sobre a motivação para a prática da atividade, apresenta-se o terceiro elemento distintivo entre os grupos. A maioria dos fruticultores coloca como motivação para atividade o lucro, enquanto o outro grupo concentra a motivação em buscar o sustento da família. Tanto num quanto noutro, a ação dirige-se para atuarem dentro da estrutura de mercado de forma a garantir a aplicação dos recursos disponíveis de forma a resultar em ganho para as suas UFRs e garantir seus meios de sustento. Tendo os CIs componentes de ambos os grupos, motivos e argumentações para agirem daquela forma conforme relatos anteriores.

Tabela 7 - Motivação para a realização da atividade por grupos estratégicos em 2012

		Qual sua principal motivação para cultivar seu lote					Total
		Porque permite o lucro	Porque permite o sustento da família	Porque permite ocupação para os membros da família	Porque permite fazer o que sei fazer	Interesse do arrendador	
Fruticultor Monocultor	Número de observações	11	2	1	2	0	16
	% de fruticultores	68,8%	12,5%	6,3%	12,5%	,0%	100,0%
	Resíduo ajustado	3,6	-3,3	,0	,5	-,9	
Pluriativos	Número de observações	20	48	5	7	4	84
	% de pluriativos	23,8%	57,1%	6,0%	8,3%	4,8%	100,0%
	Resíduo ajustado	-3,6	3,3	,0	-,5	,9	
Total	Número de observações	31	50	6	9	4	100
	% de pluriativos	31,0%	50,0%	6,0%	9,0%	4,0%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Houve diferença significativa nas frequências observadas das categorias: Fruticultor e Pluriativo dentro das categorias da variável "Qual sua principal motivação para cultivar seu lote", segundo o teste exato de Fisher (estatística do teste = 15,136; p-valor = 0,003). A categoria Fruticultor está significativamente associada à categoria Porque permite o lucro, já a categoria p está pluriativos associada à categoria Porque permite o sustento da família.

Esses elementos distintivos, contudo, não foram estabelecidos de forma natural, ao contrário, as escolhas da maneira de explorar a área, a definição do tipo de plantio e a explicação por meio da motivação para realização da atividade vinculam-se ao tempo-espço e às redes de relações. Essas manobras são contínuas e variam segundo a tessitura dos acontecimentos.

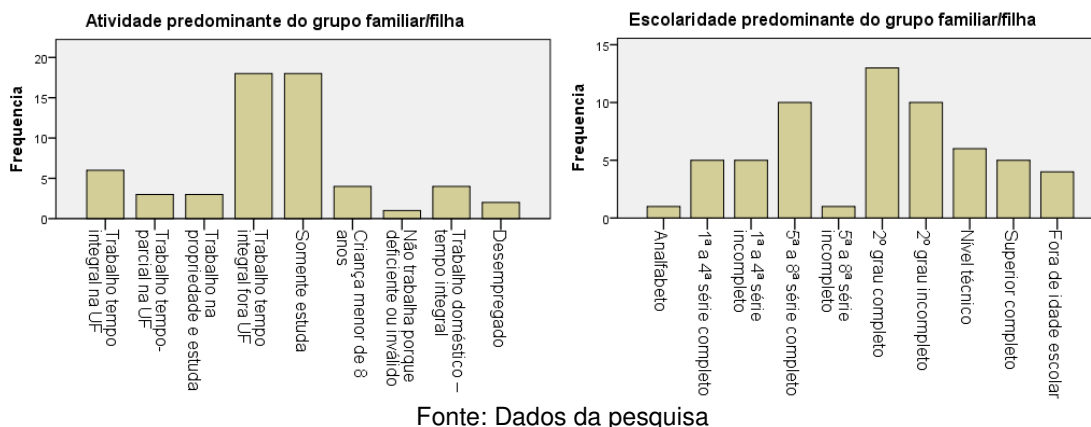
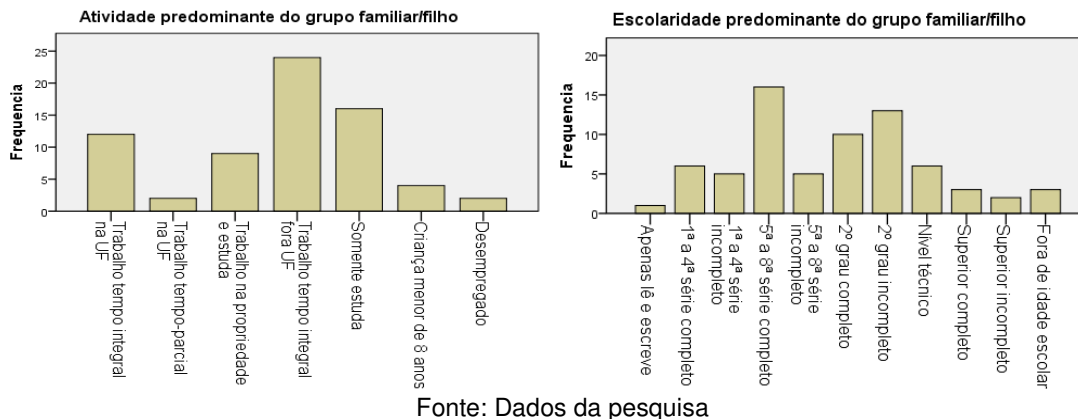
Também, há elementos de aproximação entre os dois grupos, sendo a utilização de mão de obra familiar o principal. Todos têm como base a utilização "quase" em totalidade da mão de obra familiar. Recorrem esporadicamente, principalmente em atividades de colheita e tratos culturais, à contratação provisória

de outros CIs ou de trabalhadores rurais residentes nas agrovilas do PJ. Mesmo assim, o lote de 5 ha não comporta o crescimento vegetativo familiar nem vislumbram, os CIs, serem esses espaços suficientes para acolher os interesses familiar de reprodução social e econômica.

De certa forma, a escolaridade acabou por criar espaço favorável à saída de membros da família na direção de atuarem em atividades diversas nas agroindústrias instaladas no PJ ou em outras empresas agrícolas locais ou não. Essa possibilidade de membros da família atuarem fora da UFR contribuiu, em muitos momentos, para alavancar as atividades realizadas dentro da própria UFR, constituindo-se em fonte de investimento.

Em muitos momentos recorri aos meus filhos para financiar o cultivo, principalmente de cultura perene [...] tenho um filho e uma filha que trabalham na POMAR BRASIL, e acabam de certa forma contribuindo financeiramente com as atividades da área [...] (CI-PM)

Ao realizar uma análise rápida correlacionando a atividade predominante da filha/filho (Gráficos 17 e 18), percebeu-se uma relação positiva entre escolaridade e trabalho integral fora da UFR. Essa percepção de positividade pelos CIs acabou por estabelecer como prioridade e valorização crescente, por parte dos pais, a saída dos filhos da lida no trabalho diário na UFR para frequentarem as escolas. Na observação não participante, pôde-se detectar que o maior troféu, hoje, colocado em lugares visíveis, ao lado das fotos do casamento do pai/mãe, são as fotos dos filhos na colação de grau, seja de curso técnico ou superior. Nesse sentido, ao indagar o CI-PM, o mesmo revelou haver um grande esforço por parte dos CIs em mandar os seus filhos estudarem fora, pois entendem ser essa uma oportunidade tanto para os filhos voltarem e ocuparem os postos de trabalho dentro do próprio PJ, quanto contribuir para os investimentos dentro da UFR.

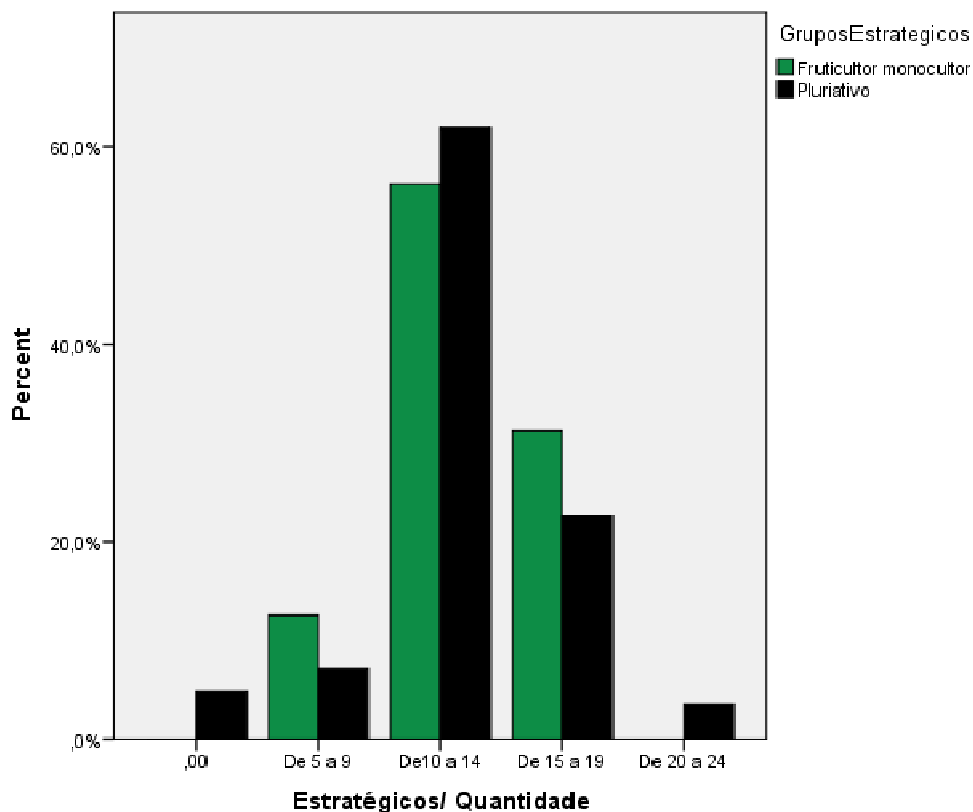
Gráfico 17 - Atividade predominante em relação à escolaridade – filha em 2012**Gráfico 18 - Atividade predominante em relação à escolaridade – filho em 2012**

Esses grupos estratégicos, em certos momentos, conflitam-se, em outros, aproximam-se e agem como um grupo só. Esse efeito, qual seja, aproxima/afasta pode ser visto no processo de gestão da Unidade Familiar Rural (uso de tecnologias), nas ações de comercialização e nas formas associativas e nas próprias disputas no interior das associações coletivas como o DIJ e a CENTRALJAI, como será analisado adiante.

Especificamente quanto à gestão da produção, a maioria dos fruticultores monocultores informou adotar as seguintes práticas:

- a) a anotação em cadernos próprios dos custos incorridos no processo de plantio das frutas;
- b) controla a utilização da água para ser aplicada na quantidade certa;
- c) realiza a indução floral das frutíferas;
- d) a utilização de vários itens tecnológicos sejam químicos, biológicos ou de equipamentos (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Utilização de itens tecnológicos e de gestão pelos Colonos Irrigantes do Projeto Jaiba em 2012

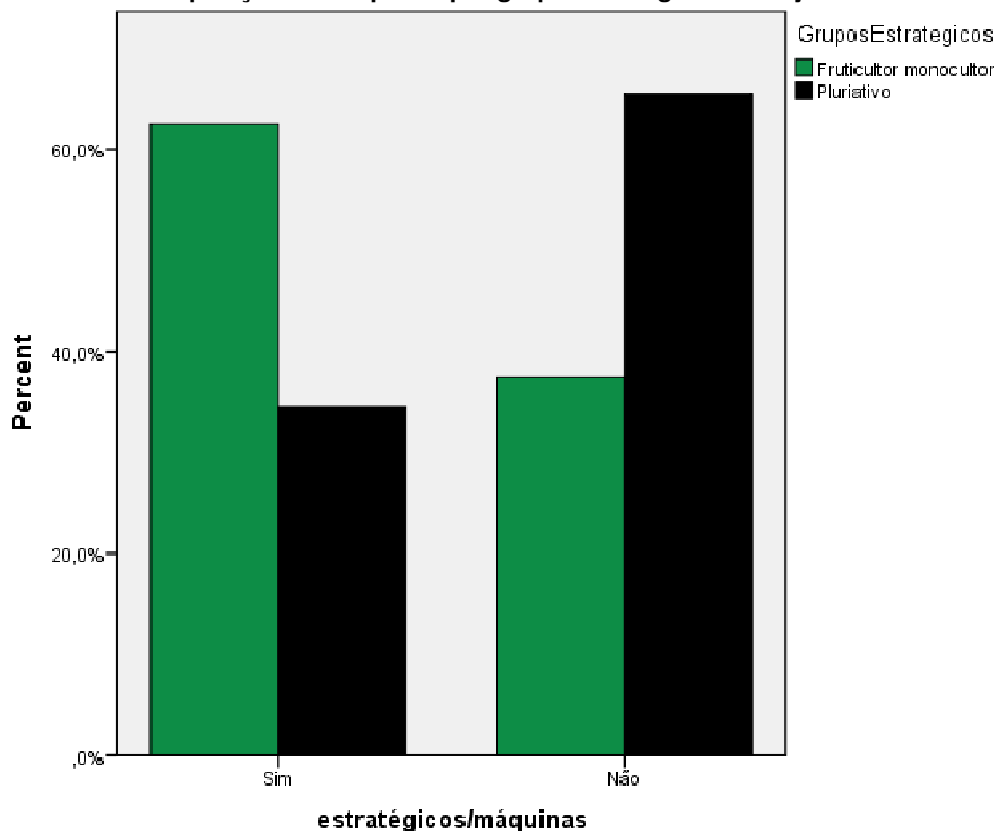


Fonte: Dados da pesquisa

Indagados como estabelecem o preço, uns informaram que quem estabelece o preço é o intermediário; outros informaram que realizam consultas pela internet. Utilizam mais intensamente máquinas, mesmo assim, empregam mais mão de obra externa à família do que os pluriativos, tendo em vista a peculiaridade do plantio.

O grupo dos pluriativos também informa adquirir máquinas, conforme gráfico 20, em menor quantidade, recorrendo com mais frequência ao aluguel. A gestão da UFR é realizada de “cabeça”, em conversa com o CI-PM, esse informou saber o que, quando e como plantar. Também a explicação dada para a não contratação de mão de obra externa é por causa dos custos da diária de trabalho em relação ao ganho na venda. A noção é que, ao contratar mão de obra além da familiar, ocorre uma redução significativa nos ganhos, diferente quando emprega o trabalho familiar na totalidade das tarefas, nessa situação, possibilita-se ganho maior.

Gráfico 20 - Aquisição de máquinas por grupo estratégico no Projeto Jaíba em 2012



Fonte: Dados da pesquisa

Na semana passada foi muito bom deu vinte e sete caixas de quiabo, nós trabalhos demais aqui, normalmente a gente não paga, mas hoje eu estou pagando por trabalho fora. Somente quando rende que tem que pagar. Quando dá muito pouco num dá prá pagar, então o lucro todo vai embora. (CI-CA)

Assim, trabalhando assim direto eu não contrato não, por enquanto não. É só um dia sim, um dia não, quando não damos conta do trabalho. (CI-PM)

Outra coisa importante que a gente levou em conta é que essa tangerina vai menos mão de obra, tem que tentar livrar mais de mão de obra, menos gasto, porque hoje o projeto aqui a mão de obra custa cinquenta por cento do custo de uma produção, a maioria das culturas, e é muito alto, e não se dar para plantar frutas somente com a mão de obra da família, sempre necessita em certo período contratar [...] se não explorar toda a área não compensa plantar tangerina. (CI-FL)

Tabela 8 - Contratação de mão de obra por grupo estratégico em 2012

Contratação de mão de obra externa à UFR				
		Contrata mão de obra fora da UF		Total
		Não	Sim	
Fruticultor Monocultor	Número de observações	5	11	16
	% de fruticultores	31,3%	68,8%	100,0%
	Resíduo ajustado	-1,7	1,7	
Pluriativos	Número de observações	46	38	84
	% de pluriativos	54,8%	45,2%	100,0%
	Resíduo ajustado	1,7	-1,7	
Total	Número de observações	51	49	100
	%	51,0%	49,0%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

As condutas diversas de gestão da UFR, todavia, confirmam a noção de que diferentes agricultores definem e operacionalizam seus objetivos e práticas de gerenciamento de cultivo com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas (LONG, 2007). A própria decisão de não plantar em toda a área do lote trouxe uma consequência não premeditada de liberação de mão de obra, principalmente dos filhos, para atuar nas empresas agrícolas, nas agroindústrias e ou em outras áreas de CIs.

Outra questão instalada dentro do PJ a interferir na constituição dos meios de sustento é o relacionamento dos CIs em relação às empresas agrícolas locais. Esta relação se estabeleceu, sendo avaliada por todos os envolvidos, como de criadora de uma situação sinérgica de ganha-ganha. Há uma avaliação positiva dos colonos irrigantes quanto à presença dos empresários rurais no PJ. De acordo com os CIs, esses produtores conseguem atrair, com a sua atividade, diversos compradores para o PJ. Como as grandes empresas normalmente são especializadas na venda de um tipo de fruta, os compradores acabam por realizar visitas à Etapa I, com o intuito de completar a carga por conta de vender produtos complementares. Nessa ocasião os CIs têm a oportunidade de ofertar um portfólio de produtos diferentes do produzido pela empresa agrícola. Além dessa oportunidade, os produtores rurais são avaliados positivamente por gerarem diversos empregos no PJ.

Esses CIs não somente atuaram no sentido de valorizar o seu relacionamento com os empresários rurais, como têm explicação para atuarem deste modo, conforme pode ser visto nos seus relatos. Somente conflitam com os empresários rurais quando esses atuam nos mercados locais ofertando frutas. Essa situação, segundo os CIs, acaba prejudicando-lhes e cria uma competição injusta, tendo em vista a escala e potencial de recursos detidos pelos empresários agrícolas.

Existe às vezes até organizações pregando que é ruim. O sindicato dos trabalhadores eu percebo batendo muito nessa tecla, de que o grande vai engolir o pequeno, e eu acho que é ao contrário. O grande atrai mais comprador. Atrai mais investidor. Valoriza o produto do pequeno. (CI-LD)

Porque se na época tivesse feito o projeto e colocado, vamos supor, três pequeno e um grande. Colocasse os grandes no meio. Então hoje tinha mercado certo para o pequeno, né, o que ele produzia, então praticamente o grande ajudava a vender tudo. Tinha o mercado certo [...] CI-GT)

[...] é que tinha uma rivalidade dos outros conselheiros com os empresários e eu já falo o contrário, hoje se eu chegar num shopping Center e não tiver as Casas Bahia, não tiver o McDonald, não tiver Lojas Americanas ele não é um shopping né, então é parceiro, tem que ter, os empresários pra nós aqui é parceiro forte porque eles não tem a mão de obra, nós temos a mão de obra, nós temos os nossos filhos, nós temos o pessoal que mora nos núcleos e tem muita gente que moram nos núcleos e trabalham nas fazendas, trabalham nas firmas. (CI-JV)

[...] agora já pensou aqui um projeto nessa expansão, nesse tamanho, só com pequeno produtor nós não íamos aguentar nos manter, tem que ter os empresários mesmo, que é através deles que vêm outras empresas, gera renda, gera emprego né e o pequeno produtor está tendo esse direito de vender de produzir, o pouquinho que ele planta também com segurança [...] (CI-JV)

Assim, como resultado das visões em disputa, a diversidade produtiva estabeleceu-se como resultado de enfrentamento de situações desafiadoras postas para garantirem os meios de sustento dos CIs. Também, poder-se-ia depreender que as diferenças nas práticas agrícolas se vinculavam às estratégias, às racionalidades (definidas em um acervo de prática e discurso), às formas de acesso aos recursos externos e internos, à mercantilização e à institucionalização de rotinas. Todos esses elementos foram determinantes na instauração da organização do trabalho na UFR, nas adoções tecnológicas, na definição do estilo produtivo, nas inserções e interações sociais e econômicas nos mercados agrícola e não agrícola.

[...] perspectivas e têm visões de modo de vida totalmente diferentes, que já é o objeto dessa fusão de toda essa diversidade que a gente tem lá hoje. (MI CD 1)

O resultado visto é que os CIs e MIs, por meio das suas diversas manobras, foram capazes de realizar transformação nos detalhes da paisagem social do PJ. No caso em estudo, não se nega ter havido mudanças estruturais importantes, provocadas por forças externas devido à “invasão” do estado, mercado e organismo internacional (Banco Mundial) e até de empresas especializadas, como as produtoras de sementes, contudo o resultado traduziu-se em novos estilos de meios de sustento dos envolvidos por conta da mediação, bem como da transformação constituída por esses mesmos atores e suas estruturas. Igualmente provocaram mudanças profundas afetando aspectos da cultura e da sociabilidade, dessa maneira, transformando a própria constituição dos meios de sustento. Se antes os admitidos tinham uma concepção de produzir para garantir o seu sustento e o familiar, passam, neste novo contexto produtivo, a adotar uma crescente mercantilização³⁶ da sua vida social e econômica. Inelutavelmente, ocorreu redução de autonomia dos CIs, porém esses foram capazes de deixar suas marcas ao colocar em ação as suas experiências trazidas ao interior do PJ.

Quanto à invasão externa, observa-se essa presença bastante aguda nos processos de arrendamento, onde, praticamente, a exploração do lote fica amplamente vinculada à utilização de meios de produção e mão de obra (em certos casos, até a dos CIs) dominados por agentes externos (ARNALTE ALEGRE, 1989).

Mais marcantes que a experiência das sementeiras arrendatárias de áreas, entretanto, foram as próprias transformações levadas a cabo pelos CIs e MIs em relação ao seu processo de produção. A diversidade foi produzida para o aproveitamento dos recursos de modo a estabelecer as condições de avanço das UFRs e, conseqüentemente, garantir os seus meios de sustento.

Empreendedorismo e assistencialismo converteram-se em um modo de produzir diverso e vinculado a estratégias de entrada no mercado. Nesse sentido não se incorporou parte de um ao outro, não se traduziu em hibridismo, ou junção de

³⁶ A mercantilização é entendida como processo através do qual os objetos de trabalho, os instrumentos e, progressivamente, o trabalho ingressam no processo produtivo na qualidade de mercadorias e passam a adquirir, simultaneamente, valor de uso e valor de troca. (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

práticas sociais vantajosas e inerentes em cada um desses estilos, mas em algo novo, em fusão, cujo modo de agir vincula-se amplamente a posicionar-se dentro das relações mercantis.

Deste modo, a diversidade foi produzida por interconexões macromicros, por conta das experiências trazidas pelos MIs do macro, ao serem levadas a cabo no micro, foram desconstituídas ou transformadas pela participação dos CIs, MIs e organizações locais. O defendido pelos Mis era constituir um polo de fruticultura dentro do PJ, considerada como possibilidade de viabilizar e conceder condição de melhoria de vida aos CIs e projetá-los à condição de emancipados, sendo que esses, ao acolherem e experimentarem, no primeiro momento, o plantio de banana, pois era essa variedade a avaliada e reconhecida com maior possibilidade de êxito, acabaram gerando consequências negativas até então desconhecidas pela maioria dos CIs. Mas essas consequências conduziram à necessidade de enfrentamentos, uma vez que estavam em jogo os próprios meios de sustento dos envolvidos.

As estratégias de enfrentamento geradas no contexto encaminharam-se para a adoção da diversidade de plantios. Não havia uma recusa pelo plantio de fruta, inclusive da própria banana, mas o seu plantio como monocultura condicionava-se às condições deste plantio fazer parte do projeto de outros, como vender para os grandes empreendimentos rurais presentes no PJ. Portanto, pode-se colocar que as interconexões geram situações novas e os seus adotantes têm explicação e motivação para colocá-las em prática.

A leitura para a produção de diversidade produtiva é realizada pelos CIs a partir da monitoração e comparação com as empresas agrícolas locais. Os CIs avaliam as empresas agrícolas como dotadas de capacidade de produção e capilaridade de distribuição de frutas. De acordo com os CIs, as empresas agrícolas, além de produtoras de frutas, possuem frota de caminhões adaptados e uma rede de pontos de venda estabelecidos dentro país. Além destes espaços, onde atendem principalmente os atacadistas, atuam, agora, vendendo em porta a porta a sua produção de frutas. Quase todos os sacolões e supermercados regionais são atendidos no estilo consignado: recebem as frutas, colocam à venda e, se não comercializarem, a empresa agrícola (produtora/distribuidora) recolhe os produtos não comercializados na nova visita de vendas. Ademais, exportam produtos de

acordo com os padrões requeridos por diversos países. Sendo nesse contexto restritivo que os CIs procuram brechas.

Essas empresas grandes têm transporte, têm lojas lá em Brasília em todos os lugares. O pequeno não, os caras entram na plantação dele faz uma seleção e não dar nada [...] os compradores preferem ir naqueles que tem muita produção, prefere ir onde tem muita produção, é menos despesa, a qualidade é melhor. (MI AR)

[...] várias empresas daqui exportam limão e outros frutos. (CI-LD)
Vários porque tem hora que a gente planta uma coisa e não dar certo com uma coisa e planta outro, para os pequenos produtores e mais vantagem plantar vários tipos, pois corre menos risco. (QUEST 10)

Vários produtos, pois assim temos várias alternativas de venda, ou favorecimento de mercado. Se plantar só um fica na mão de uns, enquanto se planta vários tem mais oportunidade de vender para outros. (QUEST. 12)

Vários, porque o mercado está sempre mudando os preços das coisas, e temos que plantar sempre um pouquinho de cada coisa, se não a gente não consegue acompanhar o mercado. (QUEST. 35)

Plantar vários produtos, porque quando um estiver com o preço ruim, os outros estão com o preço bom. (QUEST. 80)

Depende, por exemplo, tem gente aqui que produz mais só um produto tipo eu, pois acho mais vantajoso, pois eu ganho e perco, mas eu trabalho com o limão, então quase sempre estou ganhando. Mas para os outros eles preferem trabalhar com vários. (QUEST. 63)

E lógico que são vários, pois as coisas por aqui variam muito de preço, então fazendo isso temos mais opções de venda. (QUEST. 22)

Planto somente um tipo de fruta, por ser mais fácil de trabalhar com uma só cultura (QUEST. 45)

Planto um só produto porque existem empresas no próprio PJ que adquirem a minha produção. Isso facilita a venda e dar uma tranquilidade para nós. (QUEST. 78)

Também, essas interconexões levaram a consequências não premeditadas. Por exemplo, a redução da área plantada, cuja ação premeditada era reduzir os riscos ao limitar a quantidade plantada, acabou por gerar, de forma não premeditada, a oportunidade de liberação de mão de obra familiar, sendo esta acolhida pelas empresas agrícolas locais. Neste sentido, devido à realização dessas estratégias, que emergem das próprias inter-relações para organizar os recursos e manterem-se no jogo, é que pode ser entendida a heterogeneidade como desafiadora das intervenções planejadas e acolhidas como processo linear com resultados previstos.

O resultado foi o encrustamento de formas heterogêneas nas relações de produção, comerciais e de vida social. E a entrada e fixação dos CIs nas relações de

mercado vão além do entendimento que incorpora apenas a ideia de ser a organização do trabalho na unidade familiar rural uma variável dependente do mercado ou da tecnologia. Se considerada assim, reduziria os CIs e as suas práticas como possíveis de serem circundados em uma categoria homogênea. O afastamento dessa concepção desvela a noção de heterogeneidade porque os CIs, enquanto agentes dotados de conhecimento e capacidade de agir na organização do trabalho conforme seus limites de recursos e ladeados por regras quando do estabelecimento de relações com o ambiente econômico e institucional ao seu entorno ou distante, podem fazer diferente.

Mesmo os fruticultores monocultores, não se tratam de categoria homogênea. Ao plantar uma espécie isto não significa homogeneidade. Ao contrário, a escolha do tipo de plantio pelos CIs deu-se justamente em virtude das manobras para a efetivação de seus recursos, derivadas de relações estabelecidas para posicionamento no interior das relações mercantilizadas e institucionalizadas. A estratégia de plantio único foi tomada por ser percebida no tempo-espaço da interação e exercício pleno da habilidade de conhecer e a habilidade de fazer, esses dois elementos são apontados, por Long (2007), como constituidores da agência humana.

Percebe-se, então, que as habilidades de conhecer e fazer encontram-se presentes tanto nos CIs fruticultores de monocultura quanto nos CIs que desenvolvem outras formas e maneiras de efetivarem os seus meios de sustento. Esses conhecem as suas UFRs, assim, mantendo o controle sobre a organização de suas famílias em utilizar os seus recursos, bem como atuam junto aos outros agricultores, empresários e demais organizações locais no intuito de alavancar recursos e de buscar possíveis relacionamentos geradores de possibilidades de manter os seus arranjos sociais, econômicos e políticos.

[...] no sequeiro você fez a terra, planta e espera que Deus mande a chuva e a gente carpia e agora sustenta a colheita e aqui já é complicado, porque você tem que preparar a terra, tem custo e esse custo é a máquina e vocês sabem que a máquina tem custo e tem que cobrar caro, mas substitui com condições dela si manter também e a gente vem a quatorze anos no projeto

[...] Tem a preparação do solo, depois já é custo, depois vem o adubo, já produz com adubo, uma área que vai plantar e molhar gera custos, então tem que plantar com segurança, primeiramente nas mãos de Deus e o resto Deus deu a gente e nós fazemos. (CI-JV)

Tem que ter adubo, veneno, semente de qualidade para plantarmos, produzirmos e tirar os custos também. (CI-JV)

Basicamente o que tem ocorrido nos projetos públicos é que em função do retorno econômico, eles tem se tornado grandes projetos voltados para a fruticultura, mas no Jaíba, especificamente, nós temos mais de oitenta variedades de culturas, ou espécies que são cultivadas dentro do Jaíba. Desde aquelas culturas que são voltadas especificamente para a alimentação da família, que é a produção de grãos e congêneres: feijão, milho, mandioca. A pequena criação de animais, bovinos, caprinos, quanto a área destinada a prover a receita econômica da unidade de produção, que hoje tem sido bastante voltada para a fruticultura. Mas não se perdeu a característica, o Jaíba produz sementes, produz frutas, produz pequenos animais. Produz grãos, cereais. Então é um perímetro que tem um perfil de produção dos mais amplos dentro da Codevasf. (MI-CD 1)

Um dos principais objetivos dessa associação é estabelecer confiança entre os associados, pra que através dessa confiança, desse convívio familiar comunitário entre esses associados, gere-se a confiança tão necessária pra gente produzir junto, comercializar junto, comprar junto. Quer dizer, diminuir custos e aumentar rendimentos diminuindo todos os atravessadores da cadeia. (CI-FL)

Em suma, é percebida como resultado da experimentação da monocultura da banana e da consequência da crise do acesso ao crédito a ampliação da heterogeneidade social, econômica e técnico-produtiva dentro do PJ. A crise acabou por transformar-se na grande reveladora da impossibilidade de homogeneizarem-se as formas de produção, comercialização e de vida mesmo dentro de um projeto técnico construído para encaixar indivíduos em posições específicas e com um fim premeditado. Os fruticultores monocultores de uma forma geral adotaram as relações características do paradigma da modernização da agricultura, desse modo, aproximando-se bastante da forma empresarial de agricultura, especializando-se na produção de um tipo de fruta e ficando bastante dependentes de recursos externos. Os pluriativos elaboraram uma série de estratégias tangenciando ao modelo mercantilizado, valendo-se da maleabilidade do processo de produção e brechas contidas nos mercados e tecnologia, dessa maneira, organizando o seu processo de produção e venda de acordo com suas próprias possibilidades e necessidades.

Também, tanto os fruticultores monocultores quanto os pluriativos atuaram na direção de constituírem estratégias para colocar os seus plantios no mercado ou até se inserindo nas relações de produção, com isso, posicionando-se como trabalhadores rurais.

5.2.5 As estratégias: entrelace de velhas e novas formas de vida e comercialização na constituição dos meios de sustentos no PJ

Várias formas antigas e novas de comercialização se apresentam dentro do Projeto Jaíba. Nesse sentido, Long (2007) assevera haver uma ampliação quando se analisa a fundo o entrelace de maneiras velhas e novas na direção de implantar modelos heterogêneos de constituição de meios de sustento, ainda mais dentro de um processo de intervenção planejada e negociada socialmente. As relações travadas pelos CIs apresentaram-se bastante diversificadas e orientadas para a constituição social do mercado ou de vida, não como determinação externa, mas como forma negociada. Especificamente na negociação das ações de constituição social do mercado, os CIs foram alimentados pelo processo de aprendizagem ontológica de aprender a produzir para atender às diversas possibilidades comerciais negociadas dentro da rede de relacionamento:

E hoje também é meio difícil você vê um produtor se aventurar numa fruticultura que ele vê que não tem saída. Quando ele for plantar é porque ele já fez um estudo mais ou menos do que, onde ele vai vender. (CI-LD)

5.2.5.1 As estratégias de entrada no mercado de frutas

A partir de contínua monitoração, participação e estabelecimento de possibilidades de agregar outros aos seus projetos ou se agregando a projetos de outros, as estratégias de comercialização foram estabelecidas, rotinizadas e também desconstituídas, desse modo, formando novas redes dentro da Etapa I do PJ.

As redes de comercialização de frutas no interior do PJ são visivelmente heterogêneas e vinculam-se aos grupos de interesse por produto. O PJ tornou-se local de produção e comercialização de destaque nacional de várias frutas como banana, limão, mamão e manga (Tabela 9). Também atuam no plantio de frutas os grandes empresários localizados na Etapa II do PJ.

Tabela 9 - Principais cultivos no Projeto Jaíba em 2012

Cultivos	A N O		
	2010	2011	2012
Banana Nanica	42,80	107,84	245,86
Banana Prata	290,45	425,68	490,53
Limão	1.356,64	1.358,00	2.127,81
Mamão Formosa	17,10	85,10	225,50
Mamão Solo	86,17	104,60	204,45
Manga Palmer	93,80	210,80	242,80
Mandioca	262,36	920,31	242,80
Milho Grão	236,11	319,20	84,20
Pastagem	1.363,19	1.104,00	1.028,32

Fonte: CODEVASF

A presença dos empresários rurais na Etapa II do PJ e na área C2 da Etapa I, conforme anteriormente relatado, é vista como interessante pelos CIs, principalmente, por três motivos: a) os empresários transformar-se-iam em parceiros na aquisição da produção de frutas coincidentes aos de seu plantio e realizariam a comercialização por meio de seus canais de distribuição; b) a presença deles atrairia compradores para o interior do PJ, criando condições para a ampliação das vendas no interior do PJ; e, c) criariam postos de trabalho no interior do PJ.

Hoje existe uma quantidade significativa de banana, uma quantidade enorme de limão. Existem empresas. Atraiu empresas de fora pra vir pra cá, esta comercializando para a gente. Hoje o Brasil inteiro busca produto aqui. (CI-LD)

Além da avaliação discursiva positiva, entretanto, as decisões e estratégias de comercializações dos CIs aderentes ao plantio de monocultura de fruta ultrapassam o entendimento de serem as suas relações com os empresários apenas amistosas. Indicam que está nas mãos das empresas produtoras de frutas no interior do PJ o domínio das vendas de diversas frutas, como a banana, limão, mamão e manga.

Sendo assim, o plantio-comercialização de frutas coincidentes a destas empresas, sob a forma de monocultura, poderia ocorrer quando:

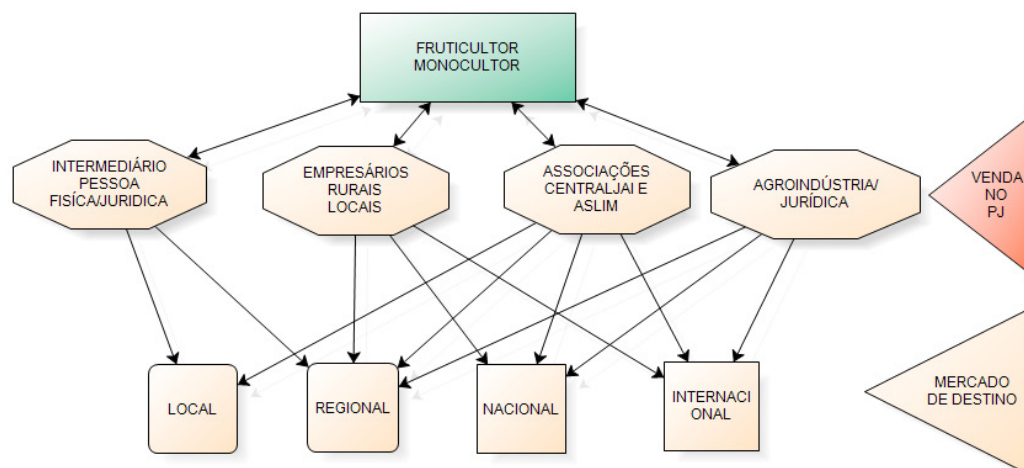
- a) fosse possível estabelecer previamente um acordo de fornecimento com os empresários locais;
- b) quando capazes de articularem as suas próprias estratégias de comercialização em feiras regionais;
- c) firmarem relacionamentos informais com outros pares, assumindo uma das partes a atividade de intermediário pessoa física; e,
- d) estabelecerem redes de relacionamento prévio com intermediários pessoas jurídicas (IJ) ou intermediários pessoas físicas (IF) para escoamento da sua produção (Figura 8).

[...] ainda mais hoje a Brasnica está distribuindo em tudo quanto é buraco [...] eles entregam e se o cara não vender eles recebem de volta nós não podemos fazer isso [...] o que eu entrego quero receber [...] além do mais, eles (Brasnica) tem uma frota de caminhões e já vão a tudo quanto é lugar. (CI-JV)

[...] a ideia de vender na feira foi a seguinte, eu tinha um caminhão e já trabalhava fazendo fretes, além de produzir no meu lote, um dia fui contratado para levar melancia na feira de Januária e chegando lá vi que a feira era grande, corria dinheiro. Na semana seguinte fiz o mesmo, só que agora por conta própria, levando bananas, vendi tudo e a partir daí voltei toda semana, não só levando bananas mais tudo que encontrava no PJ. (MI-ZJ)

Toda semana a Aroeira pega aqui banana [...] não é de todo mundo que ela compra, mas aqui nos temos um acordo. (Question. 25)

Figura 8 - As relações do fruticultor monocultor no Projeto Jaíba



Fonte: Dados da pesquisa

Sabiam os CIs fruticultores monocultores que se não agissem estabelecendo redes de relacionamento prévias, sujeitar-se-iam a não realizar relações comerciais a tempo e modo, o que poderia colocar as suas reproduções social e econômica e de suas famílias em risco. Mesmo assim, vários CIs produzem-comercializam apostando na crença de que já se encontra confirmada a “fama” do PJ em ofertar um portfólio de produção diversificada, entre eles, uma variedade de frutas e, por conta disso, constituiu-se em espaço comercial de atração de compradores, aplainando os riscos de plantar-se monocultura de fruta.

De forma mais prevalente, a comercialização por esses monocultores de frutas é realizada no interior do PJ, seja para as empresas ali instaladas ou para intermediários (físicos ou jurídicos) frequentadores do projeto. São raras as iniciativas em que os fruticultores monocultores, além de produzirem, assumem a tarefa de vender em feiras livres ou conduzir as cargas fechadas às centrais estaduais de abastecimentos (CEASAS). Também, de forma ainda bastante incipiente, têm-se iniciativas de associações formais e informais conduzindo ações de comercialização.

[...] empresas privadas, empresas particulares que compra as frutas e leva para o Ceasa, para as lojas e até para exportação. (CI-LD)

Também são grupos informais. Mas a gente já tem produtores que trabalham plantios coordenados: tem grupo do limão, grupo do mamão, grupo da manga. São produtores que produzem manga, então se agrupam para poder fazer a comercialização da manga. Então eu acho que existem grupos informais organizados de produção e comercialização. (MI-CD 1)

É recém-fundada que nós estamos fazendo uma associação diferente. Não visando com nada de dinheiro do governo. Essa associação que nos estamos fazendo é para nos reunir, pra nos justamente vender diretamente, crescer junto, em tudo, né, socialmente. (CI-LS)

Especificamente, a formalização das vendas por meio de associação é o anseio e, ao mesmo tempo, é revelada como o grande desafio a ser vencido. Não há, segundo os CIs, restrição institucional e ou organizacional, tudo está preparado para a realização das vendas coletivas. A dificuldade está na movimentação dos CIs dentro da rede de negociação. Na percepção dos CIs, falta apenas eleger, entre os envolvidos, aquele que assuma a tarefa de comercializar e receba o apoio do grupo e o compromisso de auxiliá-lo em seus momentos de ausência na sua UFR. Essa é

a situação central a ser definida e que está desestimulando a consolidação da associação para comercialização conjunta.

Todo mundo quando reuni dois produtores fala assim: nós precisamos comercializar, mas eu espero por você e você está na mesma expectativa esperando por mim. Ninguém quer fazer uma frente. Ninguém quer perder dinheiro. É, mas tipo assim, lá nós estava na condição de pião. Aqui nós tamo na condição de produtor. Então, mas o pai mesmo já chegou no Diomedes e falou: Diomedes, nós precisamos se reunir pra vender. Precisamos mesmo, seu Luiz?! - Mas não valeria a pena uma iniciativa de comprar do outro e fechar uma carga? É porque a gente, o que tá, eu falei com a mãe. Nós estamos muito focado só em produzir, e pouco em vender. Alguém tem que sair vender [...] (CI-FL)

Igualmente, os CIs monocultores de limão vendem a sua produção para a CENTRALJAI. Organizaram-se esses CIs vendedores de limão de forma mais efetiva e agiram, constituindo na CENTRALJAI, um domínio indicando-o como área organizada e regrada, onde se reconhecia a prevalência do beneficiamento desse fruto sobre qualquer outro produto. A prevalência de uso das estruturas para o beneficiamento do limão não ocorreu de forma gratuita, ao contrário, tomou forma nas interações, negociações e pressões dos diversos grupos estratégicos presentes no PJ, nesse caso, os CIs com produção de limão estabeleceram-se como grupo dirigente das ações da CENTRALJAI. Essa manobra deu sinais de positividade parcial devido à estratégia de atrair e aderir os plantadores de limão, e, de modo geral, a maioria dos CIs presentes no PJ, mesmos os pluriativos, planta limão associado às outras culturas.

Essa associação especializou-se na comercialização de limão e constituiu-se na forma mais efetiva de romper com a estática onde os CIs se fixavam no PJ e aguardavam a vinda de compradores em suas cercanias, situação em que, na produção dos resultados da negociação, sempre se tornavam mais favoráveis aos compradores por serem poucos diante de muitos vendedores.

Assim, mais amiúde, os CIs monocultores de limão vêm utilizando a CENTRALJAI para atingir o mercado por ação direta. É a única iniciativa real de levar o produto a mercado mais distante (Regional, Nacional e Internacional), capitaneada por ação direta dos próprios CIs. Todas as outras estratégias remetem-se para a comercialização no mercado local. Mesmo essa estratégia vigorosa vem criando disputas internas pelo motivo de não contemplar CIs com ausência de

plantio de limão em suas UFRs. Essa questão traduziu-se em arena de disputa de grupos internos do PJ e será apreciada mais à frente.

Então nesses dois anos que a central foi criada; ela focou só no limão porque o foco aqui é maior parte na época plantou foi limão, mesmo assim quem não tinha apoiou [...] Plantou limão, quem plantou limão teve esse apoio da CENTRALJAI, comercializou e exportou muito limão aqui, mais nem todo mundo tinha limão. (CI-JV)

Além de CIs com plantio de frutíferas coincidentes aos dos empresários rurais da Etapa II, há, no interior do PJ Etapa I, outros projetos individuais cuja decisão encaminhou-se para o plantio de frutas de alto valor agregado. Mesmo na venda dessas frutas, os intermediários pessoas jurídicas (IJ) movem-se dos grandes centros consumidores e estabelecem a negociação no interior do PJ. Essa negociação diferencia-se por realizar-se em um contexto de dupla injeção. Por um lado, apresentam-se, no interior do PJ, poucos compradores e isso os favorece na negociação; por outro lado, os CIs ofertam esses frutos justamente no período onde os centros consumidores não são atendidos pela dificuldade climática de produção local. Assim, em concomitância, há a restrição que emerge a oportunidade derivada da possibilidade da indução floral e do estílo irrigado. Dessa forma, a situação de desvantagem por não poder barganhar com outros compradores é compensada por oferecer naquele momento fruta escassa nos centros compradores.

Aqui a gente não vende direto, fica muito distante dos mercados consumidores, não temos também uma cooperativa que comercializa para a gente. Essa distância dificulta a gente vender direto. Aqui a gente fica sujeito ao intermediário e não ao mercado, da lei da oferta e procura. Mesmo assim faço uma pesquisa pela Internet, pela CEAGESP, através da gente tem três quatro compradores, né, a gente vê mais ou menos, compara o preço que um está pagando, o outro tá pagando e briga nessa [...] Nós ganhamos caixa, a caixa pronta, o cara vem buscar, traz o dinheiro e a gente fica acomodado, ganha menos, mas o transtorno é menos. Nossa estratégia é pela facilidade, porque aqui é muito difícil unir o povo, apesar de ter a Jaíba, que tá começando né. Mas tipo assim, a gente não, uma andorinha sozinha né, então um produtor não adianta porque não fecha uma carga, e daí você vai chamar quem se as pessoas não tem qualidade nos produtos não dá. Falta qualidade e espírito de cooperativismo, não tem aqui. Nem associativismo. (CI-LS)

[...] outra coisa muito importante que me chamou a atenção, que aqui a gente consegue induzir a planta a produzir a qualquer época do ano, né, e lá no sul é tudo restrito, por exemplo, feijão é de novembro a fevereiro, depois não produz mais. Ameixa é de novembro a abril a março, e aqui não, qualquer fruta, qualquer cultura, você pode produzir o ano todo, induzir né, e

daí você consegue preço fora de época onde de que outros lugares não produz, né? O maior trunfo desse projeto é isso aí. (MI-FL)

Detectou-se, apesar dos esforços na constituição dos espaços de manobras diante das dificuldades impostas, que os fruticultores monocultores em relação aos demais CIs com produção e comercialização diversificadas colocam-se em condição de maior risco. E esse risco é aumentado de acordo com o valor agregado ao fruto. Por conseguinte, os monocultores de frutos de alto valor agregado posicionam-se como os mais vulneráveis pelos seguintes fatores: a) os outros atores participantes da complementariedade do seu projeto de constituição dos seus meios de sustento encontram-se distanciados do PJ, tanto os compradores quanto os consumidores estão localizados amplamente nos grandes centros; b) por disputar um mercado constituído por um grupo elitizado e especializado, seja pelo motivo de estar vinculados a consumidores de alto poder aquisitivo ou por ser atendido por vendedores especializados em frutas especiais.

Porque pobre, vamos dizer, classe c, d, num tem acesso a essas frutas. É pra classe a e b. (CI-LS)

A gente tenta ficar posicionado no mercado, da lei da oferta e procura. Mas fazemos uma pesquisa para ver o comportamento do preço, pela Internet, pela CEAGESP, através da gente tem três quatro compradores, né, a gente vê mais ou menos, compara o preço que um está pagando, o outro está pagando e briga nessa. O problema maior é a distância isso acaba afetando o nosso preço, pois o comprador desconta tudo. Antes o preço da atemoia estava muito bom, mas há vários anos vem caindo, os compradores estão descarregando tudo sobre nós. (CI-LS)

Assim, os CIs monocultores (individualmente ou em grupos estratégicos) operacionalizam seus objetivos de comercializar, para tanto, lastreando-se em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas, reforçando a asseveração de Long (2007), de que os agricultores decidem tendo como parâmetros preferências de valores, conhecimentos disponíveis, recursos e relacionamentos.

5.2.5.2 *A estratégia de plantio e comercialização de sementes*

Diante de um contexto de restrição creditícia e principalmente em razão do domínio da comercialização de frutas concentrar-se nas mãos dos empresários

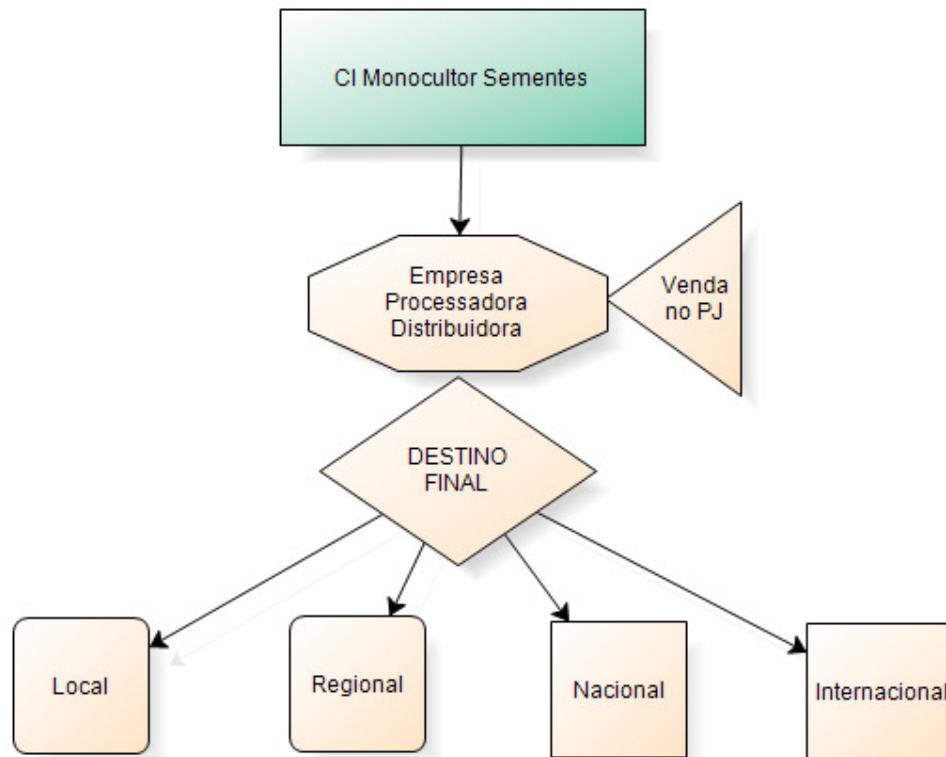
agrícolas locais, bem como devido ao plantio de culturas tradicionais não resultar, para muitos CIs, em renda suficiente para garantir as suas reproduções sociais e econômicas, os CIs estabeleceram outras relações sociais. Uma forma bastante presente no PJ é o plantio de sementes (Figura 9). Os CIs firmam contrato com as sementeiras e essas se encarregam de: entregar as sementes selecionadas aos CIs para o plantio, receber a quantidade de semente produzida, transportá-las e proceder a análise da qualidade da produção. Aos CIs, cabe arcar com todos os demais custos e o risco do negócio. No momento da assinatura do contrato é pactuado também o tamanho da área a ser plantada e o valor por quilo a ser pago pelas sementeiras.

[...] nesse momento nós estamos plantando uma abóbora para semente e para os outros, nós plantamos de forma contratada. O sementeiro combina com a gente e nós plantamos para ele. No tempo de colher, nós separamos a semente e a abóbora fica com a gente. Eles só querem a semente. A abóbora a gente usa para comer e dar para os animais [...] É, a semente é da firma, ela fornece e produz um resultado bom no final e eles depois de analisar pagam um preço bom. (CI-DN)

É, que lá já tem uma firma, tipo um contrato, e eles dá a semente aí você planta e tira as sementes das abóboras que você plantou, da abóbora, né, aí você lava e manda, aí vem o dinheiro para a pessoa. (CI-CA)

[...] por exemplo, a cultura de semente. O cultivo a cadeia de semente já se torna bastante organizada. Compõem-se aqui no projeto as principais empresas que trabalha essa atividade aqui no país. (MI-ET 1)

Figura 9 - As relações do monocultor de sementes no Projeto Jaíba



Fonte: Dados da pesquisa

Quando os CIs pactuam uma exploração total da área, isso se traduz invasão completa das sementeiras nas atividades realizadas pelos CIs. Essa situação causa a perda de autonomia dos CIs, pois os vincula em contrato com regras formais que conduzirão as relações. Conforme o relato do CI-AR, quase todos os direitos remetem-se na proteção das sementeiras em detrimento dos interesses dos CIs. O único direito garantido ao CI é receber um valor específico por quilo de semente, desde que o plantio fique dentro dos parâmetros e de atendimento aos controles de qualidade da indicada pela sementeira.

[...] é garantido no contrato, mais o contrato só favorece ela, porque no contrato ela coloca se o caminhão tombar até o Rio Grande do Sul é você o responsável, a gente assina contrato mais só favorece a ela, a semente não der 100% de germinação é você que perde, se não der 100% de pureza ela não te paga o preço pois quando vai beneficiar sempre é indicado perda [...] ela somente dar a semente [...] (CI-AR)

Essas empresas, normalmente multinacionais, localizam geograficamente a sua processadora de sementes distantes do PJ. O pagamento realiza-se vinculado aos resultados da qualidade de germinação da semente produzida. Nessa situação de plantio de semente, o CI monocultor desconhece o processo avaliativo da qualidade da sua produção, essa relação tem gerado desconfiança por tratar-se de empresas situadas fora do contexto de monitoração dos CIs e do seu inter-relacionamento direto.

A semente aqui é o seguinte, veja bem, se a Feltrim que é uma multinacional e exporta, se o mercado dela estiver cheio e você plantar você vai levar pau, vai depender do estoque dela lá, se o estoque dela estiver baixo aí você vai ganhar, vai acertar, vai depender do estoque dela, ela vai beneficiar lá no Rio Grande do Sul [...] você fica esperando [...] nesse caso o risco é todo seu. (CI – AR)

Mesmo sob essa forte limitação/restrrição, ampliou-se bastante esse estilo produtivo. O incremento significativo realizou-se entre CIs com maior capacidade de investimento, oportunizando acesso ao mercado nacional e internacional por meio da intermediação dessas empresas. A questão maior é a invisibilidade da origem dos produtores do Jaíba, ou seja, todo esforço produtivo esconder-se-á, quando das comercializações, sob a marca da empresa negociadora das sementes.

São poucos que têm bala na agulha para investir e bancar todos os custos [...] interno (CI-AR)

As mais reconhecidas (sementeiras) são dentro do Jaíba, e um grupo de produtores aqui no Jaíba são seletivos. Já estão bem-adaptados, já trabalham nessa cultura há décadas aí. Eles gostam da atividade vivem dessa atividade e profissionalizam cada vez mais. Ampliam suas áreas e investem mais nesse ramo. (CI-ET 1).

Há também CIs produtores de semente nas mesmas condições relatadas anteriormente, não como monocultores, mas como CI com plantio diversificado em que uma das fontes de renda é o plantio de sementes em uma parte de seu lote. A lógica para não adotar o plantio em toda a sua área é a impossibilidade de ariscar seus meios de sustento confiando apenas em um tipo de plantio. Mas avaliam que a produção de semente se constitui em um complemento importante de renda em sua propriedade.

5.2.5.3 *O negócio da área com ou e sem a força de trabalho*

Outro grupo bastante específico são os dos arrendantes (Figura 10). A forma mais comum de arrendamento é o arrendatário concomitantemente ao do ato do arrendamento, contratar a mão de obra do arrendante para que esse exerça as atividades específicas de interesse do arrendamento. Os arrendatários tanto são os próprios CIs, que adotam essa estratégia para aumento da produção, como indivíduos externos, cujo interesse é a exploração da área por um determinado tempo. Há também o arrendamento com a saída temporária do CI, esses migram provisoriamente da área para prestarem serviços em outras regiões.

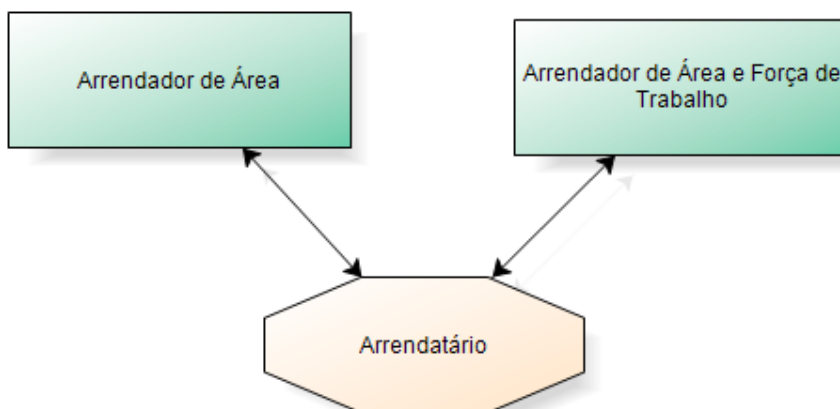
[...] e trabalharem no lote com o empregado ou outra coisa, vários casos desses, por exemplo, o cara planta semente de abóbora, aí arrenda a área e contrata o serviço desse próprio colono imigrante. (MI-RR)

[...] está chegando bastante gente e arrendando terras, ou seja, pra fruticultura, ou seja, pra plantio de sementes de milho, onde a pessoa além de arrendar o solo, por talvez não ter opção de algumas culturas pra esta plantando, acaba arrendando e fica trabalhando como assalariado do próprio arrendatário. (CI-FL)

[...] porque eles falam que às vezes estavam endividados, então que arrendam, isso já tá voltando, então a pessoa já tá voltando a pegar sua área, regularizar, ela, porque às vezes tinha dívida de água de luz e tal, e não tinha condição de manter o lote, então ele arrendava por um ano, dois anos, às vezes ele conseguia aquele dinheiro, pagava aquilo ali e depois começava a plantar de novo. Era uma estratégia mesmo pra [...] Pra depois ele retomar o lote. (MI-RR)

[...] acho que eles ultimamente quando eles arrendavam, eles iam pra essas grandes fazendas, trabalhar nessas grandes fazendas, na usina ou na agroindústria de fruta [...] (MI-RR)

Figura 10 - As relações do CI arrendatário no Projeto Jaiba



Fonte: Dados da pesquisa

Assumem também os CIs arrendantes parte dos encargos com o pagamento da água e da luz incidentes sobre a área. Tem-se como valor normalmente combinado com o arrendatário o valor de R\$ 800,00 o hectare. Essa prática também é adotada parcialmente. Muitos CIs arrendam parte das suas áreas para o plantio específico requerido pelos arrendatários e, na outra parte, plantam os seus cultivos.

A gente faz o seguinte, a “Dow”, por exemplo, que eu plantei muito tempo, eles pra livrar de imposto, eles joga tudo em cima do agricultor, esses gatos, esses contrato aí que chama de gato... eles contrata uma firma lá pra vim, um ônibus cheio de gente, chega na roça limpa tudo. Contrata os outros pra bater veneno. Isso tudo é o agricultor que tá contratando, só que é “Dow” que paga lá. Agora, a gente recebe um salário e mais uma ajuda de R\$100,00 pra água. (CI-MR)

Hoje eu, eu pra te falar não tem nada plantado na minha terra hoje. (CI-MR)
A terra é arrendada. “A empresa” chega aí e planta aí, paga um arrendamentozinho, na verdade eles não arrendam a terra. Eles pagam o salário a gente, pra cuidar pra eles [...] o que fizemos, como a gente estava fazendo doce e vendendo, resolvemos arrendar a área. (CI-MR)

DOW Agroceres ela deu muita condição aqui [...] Não, ela planta milho nas áreas, por exemplo, ela arrenda um hectare na minha roça de milho pra plantar, ela planta e eu cuido, e ela arrenda a terra, caro, é um arrendamento bom parece que ela está pagando parece que é setecentos, oitocentos reais o hectare, por hectare, ela planta e você só irriga. (CI-SP 1)

Os CIs arrendatários justificam a escolha de arrendar a área por motivos diversos. Indicam as dificuldades financeiras para tocar a área, a disposição para a realização de outras tarefas, a liberação de mão de obra familiar para o exercício de

trabalho em outras propriedades, a idade incompatível com as atividades rurais e as aposentadorias.

Decidi arrendar por necessidade. Necessidade, que eu num podia plantar, queria plantar uma verdura, uma coisa, mas não podia comprar o adubo. Imaginava que a água você num ia pagar, eles iam cortar a água do mesmo jeito. Aí foi quando a gente partiu... apareceu essas sementes, aí a gente começou a trabalhar, eu trabalhei muito com "Dow". (CI-MR)
 [...] porque eles falam que às vezes estavam endividados, então arrendam [...] às vezes tinha dívida de água de luz e tal, e não tinha condição de manter o lote, então, ele arrendava por um ano, dois anos, às vezes ele conseguia aquele dinheiro, pagava aquilo ali e depois começava a plantar de novo [...] (MI-RR)

Para os arrendatários, observa-se uma grande oportunidade ao se desonerarem dos encargos trabalhistas. O CI proprietário da área acaba por ficar à disposição dos arrendatários praticamente todas as horas do tempo do arrendamento e o pagamento é realizado por conta do contrato de arrendamento, e não pelas relações de trabalho estabelecidas. Como resultado, ampliam-se significativamente as margens de ganho do arrendatário. Trata-se de uma nova forma de expropriação do trabalho dos CIs, onde se aprimora a exploração semelhante ao trabalho tradicional da "meia" ou da "terça" (formas tradicionais de relações de trabalho, onde o pagamento se dá com o resultado da produção e não em dinheiro) existente na região. Porém, agora, adotando os arrendatários estratégias para se protegerem das coerções advindas das imposições trabalhistas.

Essas relações são estabelecidas sob bases assimétricas de benefícios e de entrelaçamento de projetos. A indagação pertinente a fazer é por que, mesmo reconhecendo correr todo o risco do empreendimento, os CIs enveredam-se nessa aventura? Na percepção dos CIs, o arrendamento traduz-se em oportunidade e possibilidade de capitalizar diante das dificuldades de acesso ao crédito, bem como possibilitaria a liberação da força de trabalho de membros da família para atuarem em outras atividades e aumentar a renda familiar e na possibilidade de regressar ou retomar as atividades por conta própria. Além daqueles que veem, nesse tipo de relação, a possibilidade de garantir a propriedade e conformar-se às regras de manter a UFR produtiva.

A gente faz o seguinte, o "Dow" por exemplo, que eu plantei muito tempo, eles pra livrar de imposto, eles joga tudo em cima do agricultor, esses gatos,

esses contrato aí que chama de gato [...] eles contratam uma firma lá pra vim, um ônibus cheio de gente, chega na roça limpa tudo. Contrata os outros pra bater veneno. Isso tudo é o agricultor que tá contratando, só que é “Dow” que paga lá. Agora, a gente recebe um salário e mais uma ajuda de R\$100,00 pra água. (CI-MR)

Em sentido real é travada uma luta insana dos CIs para manterem-se na terra, mesmo sendo lhes negado uma política agrícola onde o subsídio à agricultura familiar seja reconhecido como estratégia de Estado, e não como política assistencialista. Por conta da ausência dessa lógica na política agrícola destinada ao PJ quando da intervenção planejada, o realizado foi ofertar crédito sob a lógica capitalista aos CIs assentados.

Nessa ótica, reforça a noção de ser o PJ acolhido apenas como um empreendimento capitalista com suas regras próprias e, implicitamente ou não, se ocorresse qualquer problema de êxito, já ter-se-ia na ponta um possível culpado – o CI. Também, a razão para o problema atrela-se ao CI “por não saber relacionar com a facilidade manusear habilmente do crédito lhe concedido” (MI-CD 1). Foi sob essa noção que a política creditícia foi posta em prática dentro do PJ.

A perversidade de todo o processo é que, à custa da ausência de uma política adequada de subsídios, a agricultura familiar e a valorização da UFR, como fatores estratégicos para o desenvolvimento rural, não foram tomadas como prioridade, assim, os CIs viram-se diante de severa coerção estrutural. Reagiram a essa situação dispondo de seus ativos a fim de safar da situação vulnerável em que se encontravam. Deste modo, arrendar a área e concomitantemente vender a sua força de trabalho em outros lugares ou se empregando como força de trabalho na própria área arrendada mostravam-se alternativas mais favoráveis no espaço-tempo e diante das possíveis possibilidades de garantir os seus meios de sustento.

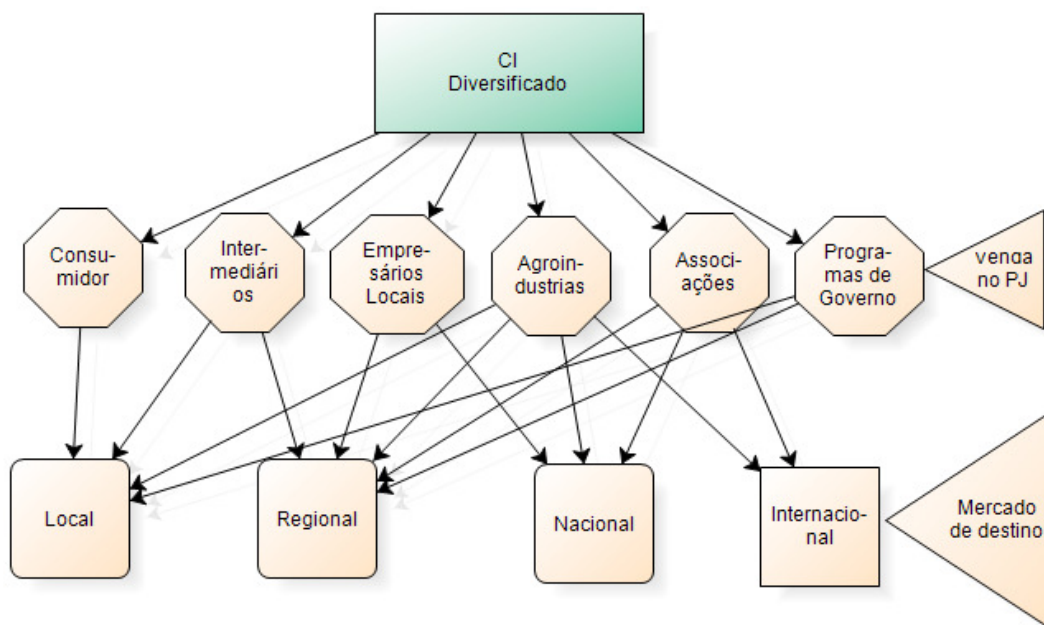
Essa situação revela que a intencionalidade de transformar os CIs em empresário vinculava-se mais a ações propagandistas. As agências de desenvolvimento, ao naturalizar essa movimentação dos CIs em externar completamente o processo produtivo no interior da sua área, tornando-se empregado rural e perdendo a sua autonomia decisória, demonstra que a intervenção planejada errou e erra ainda ao tentar homogeneizar as práticas produtivas no projeto. Também, demonstra a decadência do modelo operado no projeto. Porém outro questionamento poderia ser levado à luz: a reconcentração e

transformação dos CIs em trabalhadores rurais não estariam no centro das intenções da intervenção planejada uma vez ter sido essa a pretensão antes da imposição do Banco Mundial? Sendo a resposta positiva ou não, o certo é que os CIs agem diante das coerções com estratégias como a pluriatividade.

5.2.5.4 *Pluriatividade: ampliação das redes de relações*

Os CIs com produção diversificada são ampla maioria no interior da Etapa I do PJ. Realizaram relações sociais mais amplas (Figura 11) e, a partir das visualizações das possibilidades de inserção da produção no mercado, estabelecem formas variadas de plantios.

Figura 11 - As relações do CI pluriativo no Projeto Jaiba



Fonte: Dados da pesquisa

As produções diversificadas são estabelecidas quando os CIs percebem os possíveis mercados locais não atendidos ou atendidos de forma insatisfatória, bem como a integração a projetos de iniciativa de outros CIs. Especificamente, os

policultores consubstanciaram relações de proximidade e em cadeias curtas³⁷, assim, comercializando diretamente para os consumidores locais e regionais ou realizando suas vendas diretamente para os intermediários. De igual modo, a decisão de convergir para a diversificação derivou-se de consequências não premeditadas, como as crises da banana e do crédito (inadimplência geral).

Moço, eu passei também a plantar mandioca porque um colono aqui fez um contrato com o supermercado de Montes Claros para entregar toda semana muita mandioca, e ele combinou comigo que compraria de mim se eu plantasse, acabei fazendo essa parceria com ele [...] está sendo bom prá mim. (CI-PM)

Esses CIs agem com o intuito de encontrar meios para posicionarem-se no mercado e, portanto, ampliam suas relações e vão ao encontro de quase todas as possibilidades de alcançar qualquer espaço possível para inserir os seus plantios. Essa situação diversificada de acessar mercado assegura autonomia e possibilidade de enfrentamento de crises. A forma mais usual é a utilização de intermediários.

Nessa relação, se não houvesse a complementaridade de projetos entre CIs e intermediários, mesmo estes últimos sendo considerados como não desejáveis, pela maioria dos CIs, seria muito difícil alcançarem a rede de distribuição do plantio nas feiras do norte de Minas e demais mercados regionais e nacional. Há pelo menos três tipos de intermediários presentes no PJ: a) os intermediários-CIs, ao mesmo tempo que plantam em suas áreas, exercem também o papel de intermediário; b) o intermediário externos ao PJ, não residindo ou produzindo ali; c) o terceiro se estabelece em condição esporádica por estabelecer com supermercados ou sacolões, contratos de fornecimento superior a sua capacidade produtiva e, por conta disso, passa a arregimentar dentro do PJ outros CIs para encaixarem no seu projeto de venda.

Exemplifica-se o terceiro caso ao pactuar com um supermercado um volume de venda superior à sua capacidade produtiva, o CI passa a construir uma rede em que visa atrair uma gama de CIs plantadores de mandioca suficiente para o atendimento do acordo realizado. Percebe-se aqui uma ação direta de uma

³⁷ Não se relaciona apenas ao tempo e a distância percorrida pelo produto, mas também incorpora a noção de conexão entre o consumidor e o produtor no sentido de reconhecer como foi realizada a produção, os indivíduos envolvidos, o espaço onde foi produzido (MARDEN, 2003).

organização externa afetando diretamente a produção no interior do PJ por meio de pactuação de relações de fornecimento.

Tive a oportunidade de fazer vendas sucessivas de mandioca para uma rede de supermercado em Montes Claros, em contato com o seu gerente esse me indagou se eu não toparia vender toda a semana para eles, fiquei com medo mais acabei por assinar um contrato. Foi a partir daí que eu comecei a pedir a outros que plantava mandioca no projeto que me desse a preferência para compra da sua produção. Penso assim, para eles também é importante, pois toda semana já tem garantido a venda. (CI-IV)

O acolhimento do intermediário como parte dos projetos pessoais dos CIs, contudo, está em suportar um inconveniente menor, com o intuito de prevenir um de maior monta. É preferível diminuir a margem de ganho, mesmo sendo este significativo, do que não ter a oportunidade de distribuir a produção. Mas essa ação não é descolada das negociações. O exercício da agência faz-se no ato, no acontecimento da tessitura das relações sociais de constituição dos mercados, tanto podendo ocorrer a rotinização da ação — se avaliada como oportuna pelas partes — ou os CIs partirem para projetos próprios como o fretamento de veículos para o transporte e, conseqüentemente, a venda direta nas feiras ou diretamente para os varejistas.

Na feira, tenho muita vontade. Tenho muito, ué. Mas só que a gente num teve ainda, assim o sonho da gente ter um, um transporte da gente ou então pagar aí o frete pra gente levar pra lá e vender. (MI-AB)

Em tal lugar tá vendo, então e tanto, nós estamos vendo a informação hoje, todo dia a gente assistindo a televisão hoje, a gente não é burro, o 100% que tá lá em Belo Horizonte e em Montes Claro, você tem que ter pelo menos 70% né, pro atravessador ganhar 30 né e de primeiro não; ele chegava aqui e pegava 70% a menos do preço, então hoje é o contrário, já temo esse conhecimento das informação [...] (CI-JV)

Eu estava com um feijão aqui, o intermediário chegou e disse que me dava tanto, valor muito abaixo, peguei, fretei um caminhão e vendi o feijão para vários comerciantes em Varzelândia. (CI-JV)

Uê, primeiro nós liga para os compradores. Aí nós ligamos e falamos assim: esta tanto o preço. Aí ele pergunta para nós como está o limão. Ele vem aí na casa nossa e vê se estão grande ou pequeno. Aí na hora que eles falam assim: o limão está bom. Aí eles falam bem assim: Eu quero tantas caixas.

Aí eles vão e mandam as caixas. Aí nós vamos e tiramos pra eles. (CI-CA)
Aqui não, o caminhão, o cara vem todo fim de semana, pega às vezes pela metade do preço, vai lá e vende e volta pra pagar a gente, né? (CI-AB)

Há CIs que, após avaliarem as suas práticas duplas de agricultor e intermediário, acabam por realizar trajetória de saída da atividade agrícola, investindo todo o seu tempo na atividade de intermediário.

Plantei uma cebola e com o dinheiro que ganhei eu investi em um caminhãozinho e comecei ir pra feira, e dessa feira estou até hoje ganhando a vida mexendo com feira. (QUEST ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 75)

Se tivesse uma cooperativa seria com a cooperativa, mas aqui é praticamente a gente mesmo que tem que se virar com os atravessadores ou indo para feira fretando carro [...] (QUEST. SEMIESTRUTURADO 32)

A possibilidade de um equilíbrio de ganho “justo” entre os envolvidos está exatamente na possibilidade de ampliar a adesão de participantes na consolidação da rede. Quanto maior for o número de participantes na rede, reforçando o projeto de outrem, mais há a possibilidade da geração de ganho justo.

E aí você começa a alimentar uma cadeia de intermediários, os atravessadores, que o produtor reclama demais por conta dela, mas é basicamente ele mesmo que alimenta essa cadeia, porque eles, por uma série de motivos, e alguns deles até por comodismo, prefere o cara que vai lá na fazenda dele comprar, prefere o cara que vai lá no lote dele comprar. (MI CD 1)

Dinheiro que eu vou dar pros outro, pros atravessador eu quero que fique de lucro pra mim. Então nos é mesmo um grupo que todo mundo pensa assim. (CI-FL)

Outras estratégias de comercialização dos CIs pluriativos, além de vender diretamente para as empresas agrícolas e distribuidoras instaladas no PJ e negociar com os intermediários, é, por meio da venda em feiras locais e porta a porta, instituindo as cadeias curtas para escoamento da sua produção. Essa prática, sob a avaliação desses CIs, é extremamente valiosa, pois permite: a) o recebimento é à vista; b) a penetração no mercado local; c) fixar preço que suporta arcar com os custos da própria comercialização; e, d) gerar um ganho para cobrir várias despesas na unidade familiar rural. É interessante perceber que os CIs se engajam na construção de redes que lhes proporcionem melhores preços e maior segurança na distribuição. Essa situação pode ser entendida como uma das estratégias de resistência que ampliam formas heterogêneas interligadas à convivência com o mercado. Também, pode ser considerada como estratégia para suprir formas de

expropriação do trabalho que poderia ser evitada caso o Estado completasse o seu compromisso, assumido perante o Banco Mundial, de promover oportunidades para que os CIs se posicionem no mercado.

Acabei por criar um modo onde pude ter um ganho maior, foi participando da feira de Montes Claros no bairro Major Prates, lá eu levava manga e maracujá (CI-IV)

Por exemplo, agora a gente esta até fazendo umas feirinhas né, a gente faz uma feirinha em Jaíba, e aqui em Itacarambi no sábado, domingo e segunda-feira, a gente pega o que tem, e vai vender um pouquinho pra lá né [...] É, Itacarambi, Jaíba e Januária, e Manga, mas manga, está um pouquinho distante, até por problema de combustível, alguma coisinha assim, Januária ainda não fui pra lá. (CI-LR)

Só de feirante, porque os feirantes vem procurar a mercadoria aqui também, aliás, eles é que dão o preço, por exemplo, essa semana o feijão catador esta tanto; eu até já plantei ali feijão catador e milho agora né. (CI-LR)

Ué, vale, moço. Dependendo do, do que o senhor tem pra levar para feira, do que a gente tem pra vender, vale a pena ir à feira. Vale a pena [...] (CI-AB)

Também, os CIs agem, de forma esporádica, fretando veículos para transporte de seus plantios com a intenção de vender por conta e risco nos centros atacadistas ou em cidades regionais. Essa situação não é a prevalente, entretanto, ocorre com frequência. Outra situação peculiar foi detectada em resposta dada ao questionário em que um CI também se estabeleceu como proprietário de uma mercearia e seus produtos são colocados para atendimento direto aos consumidores.

Se ele não tivesse levado o seu feijão para Varzelândia, não conseguiria vender pelo preço que desse para ele tirar os custos [...] (CI-AR)

Várias vezes enchi o caminhão com cebola e fui para o Ceasa de Belo Horizonte, demorei vender, mas acabei vendendo [...] (CI-AR)

Mas o CI pluriativo não se limita apenas a estabelecer relações com os intermediários. Realizam outras manobras engajando-se em programas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentos Escolares (PNAE) para consolidar seus meios de sustento. Duas questões destacam-se aqui: a) a iniciativa de introdução do programa no contexto do PJ foi dos MIs da EMATER, esses agiram no sentido de indicar a possibilidade de abertura de um novo canal de comercialização não usual, onde, primeiro, entrega-se e, depois, é que se recebe. Utilizou-se desta maneira recurso

de autoridade (representa uma empresa do Estado) para dar um sentimento de garantia ou aval quanto ao recebimento. A racionalidade que se destaca entre os CIs é a confiança de obter ganho ao ingressar no programa garantido pelo governo. A garantia faz com que eles se organizem no sentido de atender às demais condições ou restrições do programa por meio de associações comunitárias. Além disso, esses programas pagam pelos produtos valores superiores aos praticados pelos intermediários.

Deste modo, pode-se extrair dessa nova relação social estabelecida no PJ o conceito de agência, onde ações particulares (MIs da Emater) produziram uma diferença nas condições estabelecidas anteriormente. Porém, não ocorreu solitariamente, foi dependente do estabelecimento de uma cadeia de atores (CIs, associações, etc.) cuja tradução da mensagem do MIs da Emater adequava-se aos interesses dos seus projetos particulares.

[...] nós temos hoje um projeto da Conab, que ela dá apoio pra nós aqui muito bem, projeto do governo federal; é você planta aí, mesmo que você planta por conta, colhe e entrega depois é que você recebe; mas mesmo assim, ajuda porque o produtor tem o preço garantido, ele tendo a produção garantida ele tem o preço garantido e é o que estou vendo de uns tempos pra cá o que está ajudando hoje principalmente a agricultura familiar, o agricultor familiar; que é pequeno produtor [...] e esse R\$ 4.500,00 que o governo paga, nós queríamos que saísse mais era agora porque nós temos condições de produzir mais [...] (CI-JV)

[...] se não aderir nós estamos fazendo um grupo com 10, nós estamos fazendo acontecer é isso, é que hora deste reproduzindo aí agora é mais fácil, que esse que eu falei pra o senhor o negócio da Conab, nós temos o projeto do Pnae também [...] (CI-GT)

Ao ter pouco para investir, os CIs organizam os seus recursos de forma a garantir os meios de sustento da família. As questões postas foram: se seria vantajoso vender para a CONAB - PAA e esperar um tempo longo para receber, mesmo considerando que o preço pago pelo programa é superior ao ofertado pelos intermediários? Essa situação poderia colocar em risco os meios de sustento deles? O discurso da maioria absoluta dos CIs indica ser esse novo mercado uma garantia, uma poupança, assim, depositam confiança absoluta tanto nas suas associações quanto no programa do governo, fazendo apenas uma ressalva quanto ao pequeno valor destinado às compras.

Ademais, nessa nova relação, a prática confirmada é a venda antecipada de uma produção futura. Aqui estabelece uma condição em que o futuro determina o presente. E esse futuro acaba por afetar de forma positiva a diversidade produtiva no interior do PJ (PLOEG, 2003).

Ah melhorou demais a vida da gente, pois funciona como uma poupança. Pois a gente entrega os produtos e a gente sabe que eles pagam melhor que os atravessadores, e a gente não recebe ali na hora não, mas a gente sabe que é um tipo de garantia que a gente tem. É bom mais é pouco. Se o homem faz o projeto da Conab a mulher num pode fazer. Se os dois fizessem era bom, né, porque mercadoria a gente tem para entregar. Tem o PNAE que é outro programa do governo. A menina da Emater veio na associação ali e explicou para nós como é que funciona, mas nós não demos o nome não porque achou que não compensava participar não. Esse é mais complicado pra gente, muita burocracia. (CI-CA)

Eu já entreguei a cota. Entreguei manga, entreguei é, mandioca, é, quiabo, é, mel, coco, é, milho verde. É tudo que a gente tem, a gente vai entregando. Na cota, na associação foi quantos pra entregar pra CONAB? - R\$4.500,00. Essa cota é pra todo mundo., Só que ela é, é, isso aí a gente faz como agora ela tá fechando o, o projeto, acabando de completar todo mundo, uns já fechou, outros ainda tá acabando de entregar. Aí, quando fecha isso, presta conta, prestar conta. Aí cê vai trabalhando mais sossegado. (CI-AB)

O dinheiro da CONAB demora, não pode contar com ele para pagar as contas, ele é uma reserva é uma poupança [...] com toda a burocracia a CONAB é um grande negócio [...] tempo um preço bom mais é a grande prazo para pagar (CI-JV)

Olha, essa CONAB, se o senhor voltar aqui, a CONAB, a CONAB é um projeto muito bom pra nós. A CONAB em 2009, não [...] é [...] 2010 nós entregamos o Projeto da CONAB e fizemos pra 2011, de 2011 nós tamo entregando agora 2012. (CI-GT)

Aos poucos eles foram percebendo que acaba dando certa sustentabilidade, ou seja, o projeto CONAB, que é hoje quatro mil e quinhentos por família. Quando o produtor vende para esse mercado institucional ele consegue ali pelo menos a sustentabilidade das contas básicas do lote, a água, a luz, assessorar, ajudar na feira ali da casa, então isso basicamente, a gente percebe que a mulher ela tem mais as sensibilidades. (MI- ET 1)

[...] trabalham largamente com as ações da CONAB que é o produto da venda direta, que tem como pressuposto básico o associativismo, trabalha com associações, cada produtor tem a sua cota parte individual mais o contrato é coletivo, porque entendem em conjunto eles podem organizar o processo produtivo, produzir a variedade necessária para atender o projeto de governo [...] (MI-CD2)

A questão é que a Conab ela tem metas e tem recursos já predeterminados e ela (CONAB) não consegue abrir isso de uma forma tal [...] que é a compra direta o contrato de venda direta porque ele cumpri dois papéis, fomentar a produção e atender as necessidades dos parceiros [...] ofertando o produto com qualidade e regularidade do combate a pobreza e a fome [...] mas ele é insuficiente para atender uma demanda de um projeto daquele tamanho, ele é para atender aquele conjunto da produção que não alcança

a escala e nem alcança aqueles produtos mais rentáveis, pois é voltado para base alimentar então e a produção de produtos da cesta básica [...] (MI-CD 2)

Essa relação com o mercado de recebimento futuro mediado pela EMATER contribuiu de forma dupla. Primeiro, enfraqueceu a lógica de clientelismo muito praticada na região. Constituiu situação nova entre MIs e CIs na direção de ser possível avançar na constituição de novos mercados e realizados de forma que se combine previamente o que plantar, o que dá certeza, e não a dependência sem retribuição. De acordo com essa situação, fortaleceram-se circuitos amplos de produção e consumo, ao serem estabelecidas conexões relacionais não apenas locais, ao contrário, expandindo-se em relações micro e macro; locais e mais amplas, como as executadas com programas como o PAA-CONAB de cunho nacional.

Essa situação remete para o poder de agência dos envolvidos. Nesse mesmo sentido, Long (2007) indica haver inter-relações ativas entre os envolvidos na tessitura da intervenção planejada, onde se disputa o acesso a recursos e normas. Em outras palavras, a proposta de desenvolvimento será sempre marcada por manobras e intenções das partes envolvidas, disputada em uma arena onde as experiências, interesses e valores dos envolvidos são confrontados. Essa arena não estabelece conexões relacionais apenas locais, ao contrário, expande-se em relações micro e macro; locais e mais amplas, como as estabelecidas com programas como o referido acima (PAA-CONAB).

Certo é que esse programa apresenta sentido inovador de tratar com a agricultura familiar. Especificamente, reconhece a necessidade de promover espaços específicos onde se reconheça a necessidade da agricultura familiar ser acolhida como atividade estratégica para o Estado e ter garantido espaço para o escoamento da produção. Concomitantemente, aqueles que atuam em atividade estratégica para o país, também, deverão receber a contrapartida necessária para realizar as suas práticas com a garantia plena de direitos como cidadãos.

Isso não significa não haver espaços para atuações oportunistas. Observa-se nessas relações a presença de vários CIs que atuam de forma oportunista, ampliando seus ganhos com o programa da CONAB. A maneira encontrada é a compra de contas de associados que pactuaram projeto de fornecimento com as

suas associações, porém a entrega é transferida para outro: o comprador de cotas. A operação ocorre antecipadamente, o comprador negocia com o CI a sua cota, indeniza-o previamente e encarrega-se de no tempo e modo entregar as mercadorias pactuadas. O produto da entrega vem do próprio plantio do CI-comprador, ou de outros plantios de CIs.

Ele tem um capital ou tem o trator ele planta o milho, a melancia, feijão, abóbora e vai lá e Compra o projeto do outro que fez o projeto e não tem nada para entregar, paga R\$ 500,00 por cada projeto, compra oito ou dez projeto e aí ele entrega, nesse caso compensa muito, pois na época que receber ele está ganhando. (CI-AR)

Tinha um cara aqui que só vivia de comprar projeto da Conab na mão dos outros, não plantava nada no seu lote, apenas comprava projetos e entregava na Conab, por exemplo compra a caixa de abobrinha a R\$ 2,00 e vendia a R\$ 10,00 por exemplo, vivia só disso [...] (CI-JV)

As assinaturas de contrato com empresas locais, por exemplo, com Pomar Brasil, também, compõem o portfólio de estratégias dos CIs policultores. Além desse contrato, especificamente, os policultores com plantio de limão vendem também para a ASLIM³⁸ esse produto.

Vendo mais é para atravessador mesmo. A mandioca mesmo só vendo para atravessador. O limão eu vendo é para a ASLIM. Também vendo aqui na vila um pouquinho de verdura, maxixe, quiabo e vou levando. (CI-PM)

Então a questão do associativismo, eu acho um dos pontos bastante importantes dentro do projeto. Associações tipicamente para comercializar, a gente tem muito poucas. A única que eu conheço efetivamente é a ASLIM, que é a associação de um grupo de produtores de limão, que tem a visão de dar suporte ao produtor. (MI-CD 1)

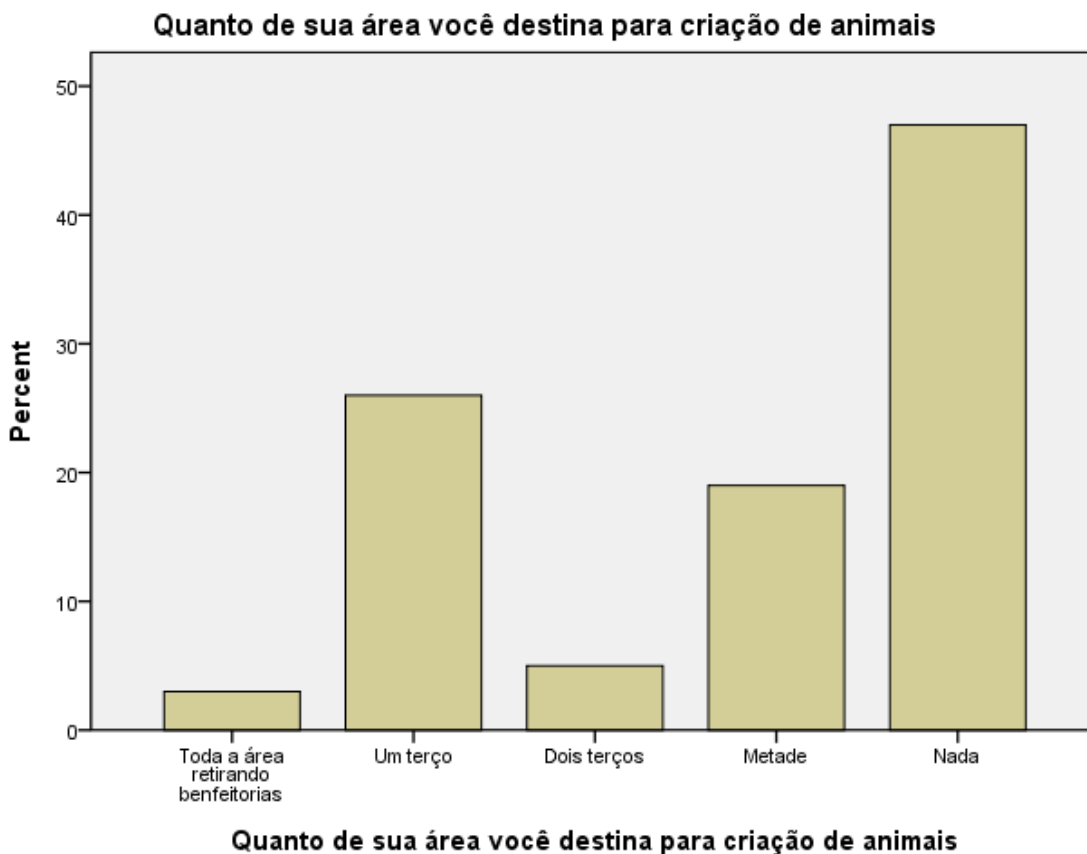
Eu tenho contrato com a Pomar Brasil [...] (QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO 80)

5.2.5.5 *Criação de gado: o passado afetando as práticas de sustento presentes*

Compondo esse grupo de pluriativos há os criadores de gado (leite e corte), conforme mostra o gráfico 21.

³⁸ A Associação dos Produtores de Limão do Jaíba (ASLIM), com sede na Rodovia MG, 633 KM 23, Projeto Jaíba/MG, iniciou suas atividades comerciais em agosto de 2004, constituída como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e duração de tempo indeterminado. A ASLIM reúne hoje 15 associados e 86 cooperantes (colaboradores no volume da fruta) utilizando-se de 300 mil pés numa área de aproximadamente 400 hectares já em produção com perspectiva de um aumento significativo da área plantada nos próximos anos. Gera atualmente, no Packing – House e nas propriedades associadas, cerca de 150 empregos diretos além da melhoria na perspectiva de renda na agricultura familiar dentro do Projeto Jaíba.

Gráfico 21 - Área utilizada para criação de animais pelos Colonos Irrigantes em 2012



Fonte: Dados da pesquisa

No início do assentamento, havia proibição quanto à criação de gado. Essa proibição gerou resistência constante dos CIs, tendo em vista a necessidade inicial do consumo de leite e da própria alimentação da família. Havia um entendimento dos MIs de serem as áreas irrigadas destinadas apenas ao plantio, mesmo não estando essa proibição estabelecida em lei, pelo contrário, essa indicava os projetos de irrigação destinados às atividades agrossilvopastoris.

Quando eu cheguei aqui, não podia criar gado. Pois é, não podia! Podia ter duas vaquinhas ou uma, e nem podia comprar dois lotes, o casal só podia comprar um lote. Aí surgiu aquele negócio de eu criar gado, aí eu falei: eu quero criar só gado, não quero nada só o gado. Aí tá todo mundo tá só criando gado agora; a maioria tá criando gado, duas, três, quatro, cinco. Mas com eu queria gado, comprei logo umas vinte vacas. (CI-SP)

E aí vai daqui, vai dacolá, mexendo, aí um funcionário da CODEVASF deu de fechar uma parte ali, sabe, e prendendo uns gados lá. Mas que

engraçado, né, funcionário da CODEVASF criando gado e nós não pode.
(CI – GT)

Se a lógica inicial para defesa da introdução do gado era a garantia da segurança alimentar da família, ou recuperar uma cultura regional de criação de gado, essa prática, aos poucos, foi ganhando espaço e transformando-se em atividade consolidada como forma de garantir ou ampliar as possibilidades de meios de sustento das famílias do PJ.

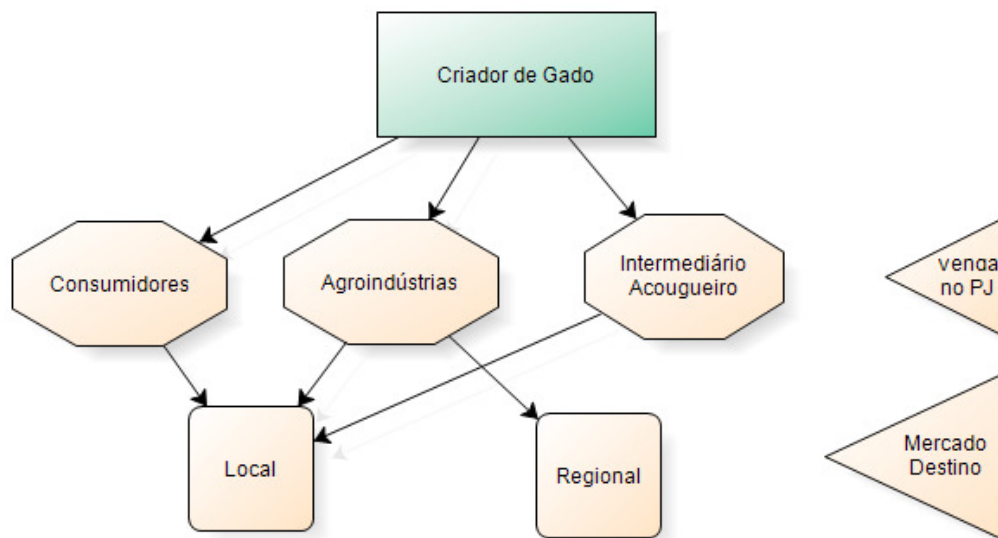
Aqui no começo quiseram implantar regra pra não criar, que não podia criar gado, aquele negócio todo, mas aos poucos foi acontecendo. Como que não cria, porque alguém precisa tomar um leite, precisa comer uma carne, e tinha que vim tudo de fora. E aí começou a necessidade falando mais alto.
(CI-LD)

O gado sempre é o desejo dele. A gente vê muito isso mesmo. Tem que ter a sua vaquinha [...] (MI DJ 1)

Aí agora, moço, fechamos os lotes todo, e demos de criar umas vaquinhas, umas coisas assim, sabe, foi ajudando a nós, porque o trem aqui foi feio. Então aqui, pra você tomar um copo de leite, você tinha que comprar em Itacarambi, ou nesses fazendeiros aí, em volta do projeto, de Matias Cardoso pra lá. Você não tinha um sequer leite aqui dentro do projeto. (CI-GT)

Outros até pensando em ampliar, profissionalizar suas cadeias, por exemplo, a cadeia do leite está se organizando para preencher toda a cadeia, né, produzindo o queijo, a mussarela, tentando ampliar, pra explorar essa cadeia desse jeito, desde a matéria prima, desde a admissão dos insumos, até o que o mercado exige dessa cadeia, então, como exemplo, foi citado essa, mas tem realmente essas organizações. (MI-ET 1)

Figura 12 - As relações do Colono Irrigante criador de gado no Projeto Jaíba



Fonte: Dados da pesquisa

A forma de criação realiza-se por meio do piquetear a área e fazer rotação nesses espaços, ou separar uma área para criação e outra para plantio principalmente de milho ou sorgo. Também, observa-se como prática consorciar a criação de gado com diversos plantios. Separa-se uma área para o gado e as demais são destinadas ao cultivo de um conjunto de plantios. O plantio do pasto é irrigado e esse faz parte da alimentação do gado complementada com ração. A dificuldade de entrada na atividade concretiza-se em razão da atividade exigir capital inicial alto. Certos CIs realizaram financiamento indicando como projeto plantio de frutas e ou outra cultura e investiram na criação de gado. Essa prática de criação de gado está bastante consolidada dentro do PJ e já se percebe certa organização da cadeia produtiva do leite. Ocorre, nesta prática, uma junção entre a experiência cultural passada de criação extensiva com as novas condições de exploração.

Eu tenho poucas agora, acho que tenho doze só, é porque o resto tem que deixar pra plantar alguma coisa né, então a gente vai fazendo rotação né, os coloca pra comer aqui nesse piquete quando esta irrigando o outro, quando está com uns quinze dias mais ou menos nesse, o outro já está bom de mudar né. (CI-SP)

Muitos aqui fizeram projeto para fruticultura, quando o banco descobriu que ele não estava atendendo o projeto, deu uma bronca danada no cara. Ele falou para o cara do banco: eu fiz o financiamento foi para outra coisa, mais o meu interesse era para comprar gado, agora se você quiser eu te pago o financiamento [...] (CI-JV)

É que aqui é zona mesmo de plantio né, de pessoas que gosta da roça, que entende da roça e quer viver da roça né, porque hoje em dia a gente vive da roça né tem que plantar um pouquinho de tudo e além disso criar um gado. Pra quem não tinha saída, com isso aí tem a saída né. (MI-LR)
Crio lá só gado e limão, dois hectares de limão. (MI-SP 1)

É a criação do gado de corte e produção de leite prática inerentemente constituída em toda a sua cadeia no interior do PJ e entorno. Há uma rede formada entre CI-açougueiros-consumidores, e o destino do gado se faz exclusivamente para o PJ e cidades ao entorno do PJ.

Sabe o que acontece, o gado é assim, é um meio de, é como se você tivesse uma poupança, melhor né, porque qual é a poupança que em dois, três meses uma vaca parindo dá quinhentos, seiscentos reais, não tem nem comparação né. Tem não. Então, a melhor opção é o gado. (CI-SP 1)
Todo dia vem um açougueiro aqui a procura de gado, se eu quiser, todo dia vendo um ou mais [...]

Agora tenho um açougue na frente 3 e compro o gado por aqui mesmo [...] em cada agrovila tem vários açougues (CI-AR)

Eleva-se, porém, a questão de discussão se essa atividade de criar gado em área irrigada contribuiria para a consolidação do PJ e da sua comunidade, uma vez que o passivo ambiental gerado é significativo. O percebido é que se trata de atividade em estado de consolidação.

5.2.5.6 *Residência e força de trabalho: forma de garantir os meios de sustento ou fracasso da intervenção?*

Quanto aos CIs residentes, esses também diferem entre si. Na observação não participante, pôde-se individuar aqueles direcionados amplamente para a venda da força de trabalho em outras UFRs, aposentados e CIs recebedores de transferências compensatórias do Estado. Os aposentados têm peso significativo dentro do quantitativo de lotes utilizados apenas como residência, sendo mais significativos entre os CIs da Gleba F (área destinada aos pioneiros), esse grupo está presente no PJ desde de 1976.

Mocambinho tem mais de 30 anos, os produtores a maioria deles tem mais de 60 anos, a taxa de ocupação é baixíssimo se o filho dele não pegar, eles não vai tocar [...] (MI - DJ 2)

Agricultores explorando abaixo de 29% da área, com ociosidade produtiva e/ou utilizando apenas para moradia e que recebem benefícios sociais Atualmente, 26% do público tem o perfil do grupo de produtores 3, sendo que, 78% são proprietários e 63% possuem DAP (RELATÓRIO DE ATIVIDADES EMATER – 2011)

Noventa e nove por cento residem no próprio lote. Vivem aqui, tem a residência aqui nos pequenos, né! Tem uns até que nem trabalha e moram na residência, no lote como eu falei. (MI-LS)

Eu já não faço mais nada no lote, estou aposentado (CI-GT)

A explicação ouvida para o abandono da atividade agrícola e o direcionamento para outras formas de obter os meios de sustento também se vincula à noção de inabilidade e baixa escolaridade. Os MIs fazem um relacionamento entre inabilidade em gerir os recursos propiciados pelas agências de desenvolvimento com o baixo nível de escolaridade dos CIs. Essa explicação de certa forma relaciona-se mais uma vez em jogar sobre os CIs, nesse caso, no que concerne ao baixo nível de escolarização, a causa para o não êxito do processo de intervenção planejada. Caso houvesse interesse real das agências em resgatar a dívida com os agricultores familiares teria investido de forma persistente e inicial na escolarização dos mesmos. Em mais de vinte anos, o quadro pouco se alterou, portanto, faltou uma política de educação consistente. O argumento de que os irrigantes não querem estudar não passa de forma comunicativa distorcida.

Então são dois grupos, agora existe aquele grupo que infelizmente não progrediu e hoje, basicamente, usa o lote como moradia. A explicação para esses que não progrediram, na maioria, são esses colonos que chegaram lá no início do projeto e que tinha em sua grande maioria um nível de escolaridade muito baixo, então ao longo do tempo eles mesmos se atrapalharam com as facilidades que o projeto criou. E a principal foi o crédito. Então eles viram no crédito não uma alternativa de progredir, mas de satisfazer necessidades pessoais. Pegava um empréstimo e em vez de aplicar corretamente aquele empréstimo na produção, acabava comprando uma moto, fazia alguma coisa, melhorava a casa, e isso, cumulativamente, levou a uma situação de inadimplência junto ao sistema financeiro. Então hoje ele está no lote. Ele não consegue mais crédito. Não conseguiu produzir pra crescer com a produção exatamente porque deu também uma interpretação equivocada ao crédito, e ele acabou em uma condição tal que hoje ele está no lote, com água cortada, com a energia cortada. (MI-CD 1)

A escolha de somente residir no lote pode também ser considerada como uma forma de agir transgressora ou de resistência dos CIs não ativo (não exploração da área com irrigação). Transgressora por haver sobre todos os CIs a pressão, expectativa e certeza da atuação em atividades de plantio dentro dos seus lotes. E, de forma inesperada, para os planejadores, um grupo envereda-se pelo caminho do “não produzir” como forma mais segura de garantir e prover o sustento das suas famílias. Não se trata de um ato isolado, uma parte significativa dos 1.828 colonos irrigantes assentados, mais de 300 posicionam-se como residentes. Essa situação vem impondo às agências de desenvolvimento uma reflexão sobre essa situação, porém o entendimento é de reagir no sentido de retirá-los por meio de ações judiciais – “Nesse caso é um processo de retomada por inexploração do lote. Então, ele está usando o lote como moradia, única e exclusivamente”. Por sua vez, esse grupo tem-se manifestado em ações políticas no sentido de interferir nas ações do DIJ como forma de exigir processos negociados de permanência, conforme poderá ser visto mais adiante, na seção 5.2.6.1.

Têm aproximadamente 300 lotes em que as pessoas somente residem, a maioria trabalha nas outras propriedades [...] (CI-AR)
Entre 300 a 400 lotes encontram-se servindo apenas como moradia. (MI-DJ 2)

Certo é que a escolha em somente residir é explicada pelos CIs como forma de enfrentamento das coerções impostas pelo contexto. Ao depararem-se sem as mínimas condições para iniciar um ciclo de plantio, seja por impossibilidade de arcar com as taxas ou condições para aquisição de insumos ou de possibilidade de admissão de crédito rural, segundo os CIs, restou-lhes a venda da mão de obra. Os lotes como residência propiciavam-lhes segurança mínima além de estarem próximos de oportunidades de trabalho. Reforça-se aqui mais uma vez a noção de serem as escolhas e as ações estabelecidas nas tessituras dos acontecimentos em posição de interfaces diferentes. O trabalhar para outro CI não é uma posição honrosa, diferentemente é essa situação avaliada quando o trabalho é realizado para os empresários rurais.

Tive que trabalhar para “os outros” coisa que eu nunca tinha feito. (QUEST. 20)

[...] já tinha tentado de tudo não deu certo, o que está dando certo é trabalhar nas firmas. (CI-IV)

Ainda, os residentes colocam-se na condição de não perder nada ao não plantar em sua área, e esse perder não se remete somente a dinheiro, liga-se a tempo dedicado a outras atividades, família e coisas que gostam. Mais ainda, o não plantar nos lotes significa liberação total da mão de obra para atuarem em outras atividades rurais ou não.

Assim, as razões que se evidenciam das declarações dos CIs residentes revelam os motivos da escolha em trocar o plantio pela venda da força de trabalho. É justamente por saber e avaliar a possibilidade de geração de resultados do seu plantio dentro da rede de suas relações que é feita a sua escolha em plantar, o que plantar, quanto plantar e até o não plantar.

Agora é o meu melhor momento aqui no Jaíba. Trabalho para os outros mais tenho salário, décimo terceiro, benefícios, conto o tempo para aposentar e isso eu não tirava quando trabalhava no lote [...] já tinha tentado de tudo não deu certo, o que está dando certo é trabalhar nas firmas [...] minha família toda trabalha fora [...] nosso ganho é muito maior se todos trabalhassem aqui no plantio [...] (CI-IV)

Hoje as empresas aqui pegou o pessoal todo, os filhos dos produtores todos tão empregados nas empresas, lá tem salário-família, tem décimo terceiro, tem férias, tem Fundo de garantia, pega o pessoal aqui e traz de volta, hoje dá um trabalho danada para você contratar alguém para arrancar um hectare de feijão [...] (CI-JV)

Eu ganho muito mais trabalhando nas firmas que trabalhando na minha área, trabalho muito menos, tenho mais tempo, tenho mais benefícios. (CI – IV)

[...] já plantei de tudo que você possa imaginar na minha área, até estruturei ela para criar gado, também participei de todos os programas do governo, mas hoje trabalho para os outros e penso que agora estou mais tranquilo, tenho mais tempo, trabalho muito menos que trabalhava quando tocava minha área [...] (CI-AR)

Ademais, sobre esse grupo dos residentes, paira o estigma do insucesso real, seja por não cumprir o papel social da terra, ou cumprir a determinação legal, ao confrontar a lei que exige a produção de no mínimo 60% da área. E o insucesso em um projeto realizado como o propósito de transformar agricultores de sequeiro em irrigantes afeta os interesses de muitos. Primeiro dos MIs – que têm por função realizar a transformação; segundo, a agência de desenvolvimento – que vê a sua meta de emancipação mais distante; terceiro aos próprios CIs intitulados como

ativos/produtivos – os quais percebem esses como empecilho ao desenvolvimento do PJ.

Quem não trabalha é beneficiado pelo DIJ e quem trabalha paga por aqueles que não trabalham. Pra resumir, né?! Então os baderneiros, na verdade, manda no distrito e desmanda agora. (CI-LS)

[...] o pessoal (CODEVASF) dizia que a gente que entrou um bocado de doído, um bocado de bagunceiro, baderneiro no conselho (Conselho de Administração do DIJ) e que ía fazer; foi tanto que eles contratarão uma equipe de segurança armada aí, mais quebraram a cara [...] (CI-JV)

Os processos de retomada que estão em curso são por inexploração, porque aí o indivíduo persiste na unidade de produção, mas sem explorá-la confrontando a lei. Nesse caso é um processo de retomada por inexploração do lote. Então ele está usando o lote como moradia, única e exclusivamente. Mas ele está presente lá, você sabe quem é a pessoa, você consegue notificá-lo pessoalmente, então, nesse caso a gente chegaria hoje, no máximo, a uns trezentos lotes, que se juntarmos entre abandonados e inexplorados, não passam muito de trezentos lotes, ou seja, não chega nem a vinte por cento do total. Então se considerarmos que esses lotes que caracterizariam com a maior clareza, o insucesso desses indivíduos, eles não chegam a vinte por cento [...] (MI-CD)

As avaliações negativas sobre os residentes são aprofundadas uma vez que, na percepção de muitos dos CIs exitosos, os residentes e não produtivos são considerados como “arruaceiros”; já os MIs avaliam-nos como não portadores das habilidades empreendedoras ou como expectador habitual dos repasses de benefício do governo e incapazes de acolher as oportunidades oferecidas no interior do PJ e transformá-la em capital para reprodução dos seus meios de sustento.

É, o pessoal, então, tem alguns que eles falam, os baderneiros, eles venceram tudo. Aqui quem não trabalha no projeto é que manda –no DIJ. Sim quem não trabalha manda no DIJ. Sim, eles trabalharam direitinho na campanha, fizeram campanha, limpinha, direitinho, e os outros só assim ó. Quem não trabalha é beneficiado pelo DIJ e quem trabalha paga por aqueles que não trabalha. Então os baderneiros, na verdade, manda no distrito e desmanda agora. Por falta de organização. Falta de organização dos produtores. (CI-LS)

Aquelas pessoas que às vezes mais precisava, não ganha, bolsa família, bolsa escola, essas coisas aí, e, o povo ganha semente, o povo ganha muda, o povo ganha num sei o que, mas não planta, não faz, não adianta. Quem não quer trabalhar, quem não quer plantar, não faz mesmo. (CI-LS)

Nesse contexto de desaprovação e avaliação negativa, os CIs ativos ou produtivos e MIs exercem pressão e defendem a saída do projeto daqueles

avaliados como residentes. Não se defende ação de reabilitação ou de promoção destes CIs ou de seus sucessores para a continuidade das práticas rurais. Há, sim, um discurso validado de forma tácita pelos MIs e CIs (ativos/produtivos) com o intuito de desestimular a permanência dos CIs avaliados como residentes exercendo inclusive cobrança sobre a CODEVASF e DIJ no tocante à sua não atuação para o afastamento destes.

[...] nunca vi falar de retomada, você entendeu, e aquelas pessoas que vendem, eu particularmente assim, eu prefiro às vezes a pessoa que não tem vocação e vendeu aí vem outro que tem e põe o processo pra andar [...] (CI-LD)

E isso vai de encontro ao que a lei determina, de que o lote é para produção, e nesse caso, cabe a CODEVASF aplicar o que a lei determina. Essas pessoas estão em processo de notificação e retomada de lotes. (MI CD 1)

Então ele está usando o lote como moradia, única e exclusivamente. Mas ele está presente lá, você sabe quem é a pessoa, você consegue notificá-lo pessoalmente, então, nesse caso a gente chegaria hoje, no máximo, a uns trezentos lotes, que se juntarmos entre abandonados e inexplorados, não passam muito de trezentos lotes, ou seja, não chega nem a vinte por cento do total. Então se considerarmos que esses lotes que caracterizariam com a maior clareza, o insucesso desses indivíduos, eles não chegam a vinte por cento [...] (MI-CD 1)

O entendimento para a saída dos residentes é que esses acabam comprometendo a sustentação financeira do PJ. Com o advento da lógica do condomínio decidido pelo Conselho de Administração do DIJ, onde todos os CIs, utilizando ou não as estruturas físicas de uso comum, deveriam arcar com o pagamento da taxa mínima, ao entrar em inadimplência, os residentes acabam sobrecarregando a obtenção dos meios de sustento de todos. A noção de condomínio dentro do PJ encontra-se em fase de busca de legitimidade para se tornar espaço com regras legitimadas e organizadas dentro da vida social do PJ.

Ela influencia muito, mas o pior que não tem apoio né, influenciar influência, inclusive você tem custo, você tem um condomínio aqui, nós temos um condomínio que tem que pagar esse condomínio [...] (CI-JV)

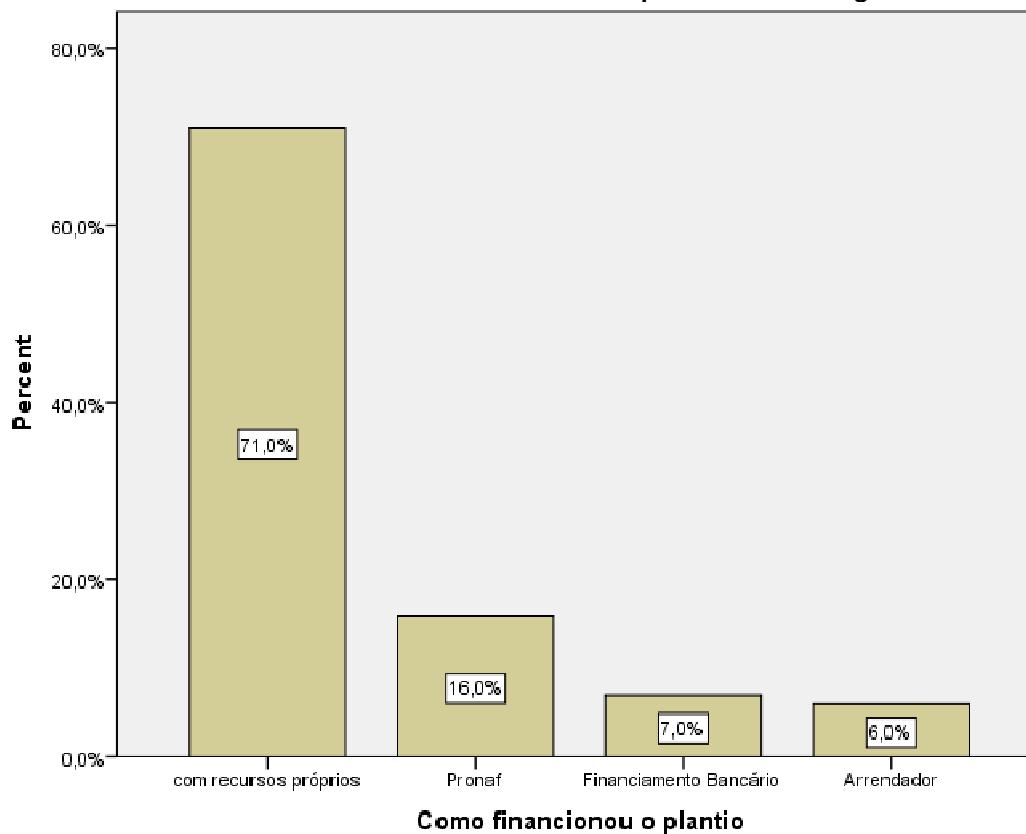
[...] esse modelo de distrito, ele funciona como um condomínio, então os usuários, a estrutura do governo, que o distrito opera e mantém, e os apartamentos são os lotes, então a partir do momento que eles estão usufruindo das estruturas, ele tem que participar. Então a questão conceitual é, as despesas do condomínio, alguém tem que pagar. As despesas são bem claras: as da administração, as da manutenção. E tem as da energia elétrica. Então a tarifa de água, ela é cobrada nesses moldes. O K2 fixo,

que é a administração, manutenção, as despesas da infraestrutura. E o K2 variável é energia elétrica. É o que, o bombeamento de chegar essa água na porta dele. E o entendimento do condomínio é quem está no lote, ele pode não está tendo consumo, mas ele tem que ter uma participação fixa. (MI-DJ 1)

[...] mas em momento nenhum, da mesma forma que no processo de produção, houve interesse de se criar um modo de vida para essas pessoas. Apenas as questões do ordenamento jurídico e social, porque tem regras, é um condomínio [...] (MI – CD 1)

Outra consequência não premeditada (Gráfico 22), além da transformação dos lotes em residência, que contribuiu para a modificação do processo de produção dentro das UFRs foi a questão do crédito. As ações de prover a acessibilidade dos CIs ao crédito traduziram-se, no primeiro momento, como a possibilidade de alavancar e garantir a produção, posteriormente, principalmente pela situação gerada pela crise da banana, acabou transformando-se em uma coerção na direção de dificultar os meios de sustento dos CIs e de seus familiares.

Gráfico 22 - Formas de custeio da atividade utilizadas pelos Colonos Irrigantes em 2012



Fonte: Dados da pesquisa

IX - estímulo, em caráter prioritário, aos programas nos quais a assistência técnica e a extensão rural estejam associados ao crédito, à provisão de insumos, à comercialização agropecuária e à organização de produtores [...] (ESTATUTO DA EMATER)

[...] eles foram assentados, deu toda infraestrutura com o lote: hídrica e econômica, né, o aporte financeiro, e no meu ponto de vista, mal assessorado no sentido de gestão dos recursos que foram admitidos [...] (MI-ET 1)

[...] mas o ambiente que o ambiente ofereceu que é o descrédito de ter se investido dentro do ambiente do Jaíba, e foram propostas que não tiveram satisfação, não tiveram retorno devido a diversas dificuldades, o monocultivo, a pouca capacidade da gestão no momento que eles receberam o crédito. (MI-ET 1)

Mas é justamente neste contexto, de coerção, dificuldade e até de impossibilidade de obter novos créditos, que se formalizou no interior do PJ uma situação inesperada, em que o problema do crédito não se elevou a questão central. Os CIs criaram vários artifícios para produzirem mesmo não tendo acesso ao crédito, principalmente vendendo a sua força de trabalho a outras empresas locais, uma roça pagando a outra, exercício de outras atividades (pedreiro, comerciantes, mecânico entre outras) e arrendando a área ou plantando em coligação com empresas externas (sementeiras).

[...] não podemos dizer que o crédito foi o suficiente para os avanços que o Jaíba teve após o inadimplemento. Não, foi à sobrevivência, digamos assim, na raça, na vontade, no desejo de ir agregando e buscando. Às vezes a pessoa trabalhava em uma instituição privada e depois acertava as contas, tendo lote, vinha e investia na atividade, em outros momentos os próprios filhos trabalhavam nessas instituições e liberava dinheiro para a atividade na área do pai. (MI-ET 1)

Daí a pouco a banana caiu, acabou tudo, e todo mundo ficou inadimplente no Banco, sabe, e foi pra noventa e tanto por cento de inadimplente, então todo mundo ficou devendo. Não teve mais financiamento do banco. Então você tocava sua horta, mas por conta própria. (CI-GT)

Nós, oh, um ano nós plantamos, mas esse ano agora tem assim, né, só três hectares. Os outros estão com capim. Tem utilizado também, né. Tem dois hectares só de limão e um de semente de abóbora. Nós financiamos com nosso dinheiro mesmo e com o dinheiro do dono da abóbora. (CI-CA)

[...] mas a inadimplência, né. Talvez esse crédito tenha trago mais malefícios do que benefício, porque impediu que depois que esse público já tivesse adaptado ao ambiente, ia acessar mais crédito, mais crédito externo pra tocar a atividade. (MI-ET 1)

[...] o produtor hoje quando ele sente que aquele produto está tendo o mínimo de sustentabilidade, ele dá um jeito de plantar ele. Aí o pessoal, o, limão esta indo bem. Quando ele vê que tem mercado, ele planta e produz.

Se você fizer uma pesquisa hoje da quantidade de limão, eu não sei te falar os números, mas você vai pegar os dados, que tem se plantado, é o mínimo que é financiado, porque ele acreditou naquilo ali e deu um jeito e planta. Banana está em alta. Você pode dar um giro e ver a quantidade de banana que tá se plantando. E pode passar no lote e perguntar, é financiado? Você entendeu, ele da um jeitinho. Não sei da onde que tira o dinheiro, eu falo assim, pela gente, nós estamos com uma quantidade significativa com o pequeno produtor, e por enquanto não tem financiamento não. Você entendeu? (CI-LD)

Mesmo os CIs que regularizam a sua situação, quando são indagados se retornaram a admitir crédito, a maioria informa não ter retomado aos financiamentos. Ao contrário, passaram a adotar como estratégia o autofinanciamento. Assim, somente iniciam o plantio de uma roça quando recolhem os resultados do plantio de uma outra, ou, na lógica desses, uma “roça pagando a outra roça”. Essa situação acaba por dificultar a prática agrícola dos CIs por esse ficar preso ao fechamento do ciclo produtivo. Esta situação demonstra as divergências de leituras do contexto realizadas pelos CIs e MIs. Os primeiros sabem que podem produzir no estilo irrigado as quantidades necessárias para suportar os empréstimos, porém buscam na política de crédito garantia que vincule o resultado da sua produção ao pagamento. O risco não é o de produzir, e sim de produzir em quantidades e esse não se traduzir em resposta de preço suficiente para arcar com o empréstimo admitido. Não ocorrendo essa política de garantia, os CIs incorporam a lógica de produzir menos para não colocar a sua reprodução econômica em risco. Por sua vez, a visão dos MIs é que o CIs não incorporam o espírito empresarial e não sabem correr o risco do empreendimento.

Nunca mais. Nunca mais. Que nós ficamos [...] De débito com essas coisas [...] Fiquei endividado. Aí veio que acertei o meu débito. Você pagou sua dívida? Paguei. - Toda? Toda. -Tá sem dívida hoje? Tô. -Se quiser pegar dinheiro num banco, já pode? Posso. Num quero mexer mais não. É, aqui agora é só mexendo com isso mesmo, dessa maneira mesmo. Vendendo e repondo e “vendendo”. (CI-AB)

Porque nós não conseguimos vender junto, fechar uma carga é pelo seguinte: um é as condições financeiras, porque quando você mexe com a associação que ela tem recurso ou faz um grupo de produtor; ele vai falar assim: “eu vou plantar hoje, você também vai ter que plantar hoje”, nós temos condições de plantar, nós temos o adubo, temos o trator, temos o veneno; agora o que acontece, eu planto hoje, o meu vizinho planta hoje, eu não tenho condição de plantar hoje; o meu falta adubo, falta o trator pra preparar a terra, então eu vou plantar amanhã, daqui 30 dias ou daqui 15, então não tem como você fazer um volume [...] (CI-JV)

Todo o contexto discursivo anteriormente exposto elucidada as tentativas dos CIs em buscarem, por conta própria, soluções para enfrentar as armadilhas construídas pela lógica inserida na intervenção planejada ao buscar homogeneizar as práticas produtivas no Projeto e tendo por resultado esperado transformar os agricultores familiares em empresários rurais. Assim, sem a correspondente ação de percebê-los como diversos e de não entender a atividade agrícola familiar como diferenciada e merecedora de estratégias específicas, o processo de intervenção planejada e dirigida ao PJ acabou por reforçar a reconcentração de áreas e a expropriação do trabalho dos CIs.

Nesse sentido, as decisões de não produzir nas áreas e de vender a força de trabalho acabam por evidenciar claramente o fracasso da tentativa de transformar os agricultores em empresários rurais. E o fracasso não pode ser creditado aos CIs, ao contrário, acabaram esses sendo afetados negativamente por uma política equivocada do Estado, onde a pequena produção agrícola no Brasil, de forma geral, não é reconhecida como fundamental para a segurança alimentar do país.

Por conta desse entendimento, tanto não ocorreu e não ocorre a preocupação com a elevação da escolaridade dos CIs por parte do Estado. Na mesma direção, fez “ouvido de mercador” a real necessidade de reconhecer o subsídio como estratégia de garantir-se tanto a permanência dos CIs em projetos de irrigação, como direcionar a produção como forma de garantir a segurança alimentar das populações ao entorno de projetos de irrigação.

Além disso, a decisão dos CIs em vender a força de trabalho às empresas locais, como forma de garantir a reprodução econômica, pode ter duas faces para os irrigantes. Se, por um lado, é mais uma opção de sobrevivência para eles; por outro, é uma desarticulação da proposta original, onde o resultado esperado era transformar os admitidos em empresários rurais. O agravante maior é ter a sociedade investido recursos significativos, hoje, já passam de um bilhão de dólares em investimentos em um projeto na zona rural, no Brasil, para restar aos agricultores apenas a opção de serem trabalhadores assalariados rurais.

Assim, seja como trabalhadores rurais, ou recebedores de transferências compensatórias do Estado ou aposentados, constituem seus meios de sustento de forma diferente ao esperado na intervenção planejada. A centralidade da discussão é que o PJ foi constituído para gerar produtividade agrícola, cumprir o papel social

da terra, mas vários CIs construíram outras opções para constituírem os seus meios de sustento.

Ele não tem os insumos da produção, mas de alguma forma ele gera alguma renda prestando serviço, com mão de obra, mas ele tem o lote hoje quase que como moradia. E isso vai de encontro ao que a lei determina, de que o lote é para produção, e nesse caso, cabe a CODEVASF aplicar o que a lei determina. Essas pessoas estão em processo de notificação e retomada de lotes. (MI-CD 1)

A solução detectada e posta nas falas dos CIs ativos é o incentivo tácito para que esses deixem os seus lotes/residências, seja por comercialização do lote diretamente a terceiros, ou por retomada das áreas via ação judicial. Trata-se de pretensão de solução simplista para uma questão muito mais profunda e que afetaria a própria lógica da diversidade criada dentro do PJ. A retirada dos residentes poderia provocar uma situação comprometedora nas relações de trabalho presentes no interior do PJ. Esses residentes ocupam postos dentro de todas as atividades produtivas do PJ.

Ademais, encontram ocupando lotes por vários motivos, entre eles, a sua própria adesão voluntária ao projeto. E a decisão de não produzir não pode ser desconsiderada. A discussão da retomada dos lotes passa ao largo de uma solução efetiva. Contudo não há nenhum indicativo, seja da RURALMINAS ou CODEVASF, quanto à possibilidade de buscar uma solução negociada como encaminhar esses CIs, agora, trabalhadores rural, ou beneficiários de programas de transferências compensatórias do governo, a ocuparem outras unidades residenciais, com a edificação de residência em novas agrovilas no interior do PJ.

Tem gente que mora tem dez anos e não planta nada e eles não tiram. É né!? Mas pelo menos tem essa regra. Quem não plantar...?! Tem. Não, as regras são bem esclarecidas. Mas nunca executa. Não são executadas, né! (CI-LS)

[...] nunca vi falar de retomada, você entendeu, e aquelas pessoas que vendem, eu particularmente assim, eu prefiro a nunca vi falar de retomada, você entendeu, e aquelas pessoas que vendem, eu particularmente assim, eu prefiro às vezes a pessoa que não tem vocação e vendeu aí vem um outro que tem e põe o processo pra andar às vezes a pessoa que não tem vocação e fica aí só morando, eu prefiro que venha outro que tem condição e põe o processo pra andar [...] (CI-LD)

[...] então se essas pessoas que chegaram lá, e tinham no primeiro momento sequer um lugar para morar, e se hoje elas tem um local de

moradia seguro, com água tratada na porta. Com meio de transporte próprio, seja uma moto, um carro, um pequeno carro, alguma coisa, e conseguem ter seus filhos na escola e fazer as suas alimentações diárias com fartura e com qualidade, ele progrediu. (MI-CD 1)

Todas essas formas demonstram as condutas dos CIs em estreitarem as ligações com o mercado ou, de forma paralela, usufruir de atividades correlatas, fazendo uso de estratégias específicas para acessá-los ou de manobras para permanecer de alguma forma encontrando saídas para o sustento de suas famílias. Assim se pode explicar porque os CIs realizam o arrendamento de áreas e concomitantemente liberam mão de obra para atuação dentro do PJ; celebram contratos formais e informais com as empresas agrícolas locais; incorporam as habilidades de empreendedores, atuando com vigor dentro do processo concorrencial com a tecnificação completa das operações de plantio e comercialização; utilizam-se dos programas de governo seja de incentivo ao plantio ou a comercialização como os ofertados pela PAA-CONAB e o PNAE; partem para a criação de gado; vão as feiras livres e até em porta a porta dos consumidores.

Extraem-se dessas manobras em acessarem o mercado, serem esses atores sociais os protagonistas e promotores do mercado, constituindo-o socialmente, e, não, o contrário, uma vez que se encaixam naturalmente em um processo definido e especificado por forças próprias, imutáveis e invisíveis do mercado. O percebido foi a composição de uma rede heterogênea de atores sociais defendendo seus interesses, valores e recursos com o sentido de garantir os seus meios de sustento e das suas famílias.

Essa estratégia de posicionamento, inserida em um mercado com práticas diversificadas e por meio de criação de canais alternativos para se chegarem aos consumidores, amplia-se com a constituição de novos atores sociais interconectados, além da própria diversidade de estratégias de colocar o produto à disposição dos consumidores. Além do mais, há o empoderamento de novos atores sociais participantes das diversas associações criadas e transformadas dentro do PJ. Além de constituírem-se como intermediários para a venda dos produtos dos seus próprios pares. Percebeu que a ação de diversificar não se vincula apenas a aumento de renda. Engloba a reprodução social, econômica e cultural dos agricultores por meio da combinação, iniciativas e escolhas pelos CIs, intermediada por fatores mediadores.

Ademais, outras ações diretas de disputas de interesses, valores e recursos desenrolaram-se dentro das associações próprias (CENTRALJAI e associações por área), na mista (DIJ) e na atuação dos CIs e MIs em associações externas como a ASLIM e JICA com o propósito de defenderem seus interesses e ampliarem a constituição dos seus meios de sustento.

5.2.6 Modos de vida: formas associativas, identidade e emancipação

Nesta subseção, discute-se como os CIs atuaram nas associações criadas externamente pelas agências de desenvolvimento (DIJ e CENTRALJAI). Também, coloca-se em análise as ações de criação pelos próprios CIs de suas associações; as formas cotidianas de viver dos CIs; as suas visões sobre o PJ e a questão da emancipação.

5.2.6.1 As arenas associativas

As associações como o DIJ e a CENTRALJAI foram criadas com finalidades e objetivos claros e vinculados à idealização do PJ. O DIJ conduziria as questões da administração do perímetro irrigado ligadas às estruturas de uso comum e à gestão da água. A CENTRALJAI, criada posteriormente, tinha como finalidade conduzir as operações de produção e comercialização dos CIs. Ambas vinculam-se ao interesse intrínseco do próprio projeto (produção, comercialização e modo de vida). O DIJ tem uma peculiaridade por ser composta pelos associados CIs e por empresários rurais, porém ambos são ocupantes da Etapa I. Já a CENTRALJAI é composta pelas associações de núcleo e somente por CIs. No PJ, praticamente, toda linha (conjunto de lotes de uma determinada área) tem a sua associação. E a CENTRALJAI surge com o propósito de agregar essas associações de núcleo e atuar em todas as fases do processo produtivo e comercial do PJ. O estudo de interface é o instrumento adequado para compreender os inúmeros conflitos travados no interior dessas associações criadas, entender como foram desconstruídas as rotinas idealizadas para gestar o PJ e como ocorreram as disputas para reduzir as diferenças de visões, assim, regrando-as e rotinizando.

I – Administrar, operar e manter as obras de infraestrutura de irrigação de uso comum, compreendendo as estruturas básicas e equipamentos de adução, condução e distribuição de água, as estações de captação e bombeamento da água e a rede de drenagem do DISTRITO. (ESTATUTO DO DIJ)

Quanto ao DIJ, foi uma idealização da CODEVASF criado sob um contexto de ações compulsórias e discurso propagandista de plena participação. O DIJ foi criado como parte vinculada à própria estrutura do PJ. Nesse sentido, as estruturas de fornecimento de água e de uso comum seriam gestadas pelos CIs e empresários rurais e, para tanto, deveriam organizar-se em associação privada. A escolha dos membros do conselho de administração dar-se-ia por processo eleitoral e a gestão seria exercida por um Gerente Executivo escolhido dentro de rol de nomes indicados pelo Conselho de Administração e referendado pela CODEVASF, a qual detinha o poder de veto.

Trata-se o DIJ de um modelo de associação diferente, pois as operacionalizações das atividades estão concentradas no Gerente Executivo, este, como um gerente de uma empresa privada, executa e encaminha propostas para o *referendum* do Conselho de Administração. Nessa dinâmica pensavam os idealizadores suplantar a limitação cognitiva dos CIs. Mas nessa situação de associação nos moldes empresa, em que o gerente conduz as atividades e não é questionado, o que se confronta e questiona é a visão de tratar-se o DIJ apenas como uma fornecedora de água. Não pode passar despercebido o espaço de poder criado no DIJ com a gerência profissional. O interesse fundante da estrutura burocrática do DIJ remetia-se para mediar as relações entre irrigantes e o Estado, mas o DIJ passa a granjear poder tanto diante dos CIs quanto perante o poder público. Essa situação de concentração de poder apenas recentemente começa a ser questionado, como se vê mais à frente.

[...] o distrito como uma gerência profissional, se criou-se um diferencial. Porque que eu falo um diferencial da associação?! Porque uma associação normal, os próprios associados, eles que trabalham, né, não tem pagamento, e o distrito não, o distrito tem um corpo técnico administrativo profissional que tem as atribuições como um lado profissional. (MI-DJ 1)

Até há poucos anos, as eleições ocorriam sem haver um acirramento visível. As eleições para o Conselho de Administração e, posteriormente, a própria indicação

do Gerente Executivo transcorriam muito próximas a um referendo, em outras palavras, escolhiam-se os representantes do Conselho de Administração e os Gerentes Executivos continuavam.

Ele (Gerente Executivo) tem uma maleta lá trancada, quando nós chegamos (Conselho de Administração) ele disse que era confidencial, ora a partir daquele momento nos decidimos que não queríamos ficar mais com ele [...] (CI-JV)

O último gerente ficou por nove anos na direção do DIJ, mudava o Conselho e ele continuava [...] (CI-JV)

Nos últimos anos, seja pela penetração mais acirrada da política partidária no seio do PJ e ou por entenderem os CIs que os seus representantes no Conselho e principalmente o Gerente Executivo não estavam defendendo os seus interesses, há uma mudança no cenário. Fortalece-se um grupo e esse cria espaço de manobra, passando a defender visões diferentes principalmente quanto à gestão do DIJ. O entendimento era que DIJ estava sendo dirigido de fora para dentro pela CODEVASF, figurando o Gerente Executivo apenas como executor dos interesses dessa entidade. Com essa pauta vão para as campanhas eleitorais. Também, os MIs entram na arena da disputa eleitoral defendendo o grupo da situação. Relembrando, o que estava em disputa era a composição do Conselho, sendo esse composto por quatro representantes da agricultura familiar e três representantes dos empresários rurais, conforme institui o estatuto do DIJ. De outra forma, o novo grupo buscava fazer os quatro representantes da agricultura familiar.

O deputado que ajudou a gente na negociação com a Cemig tinha a intenção de indicar um candidato dele, o Prefeito tinha a intenção de indicar o dele, quando sentimos pressão de um lado e do outro, agimos no sentido de fazer à seletiva e soltamos o edital para recrutamento do Gerente Executivo [...] se a gente tivesse aguentado e deixado o engenheiro como o Gerente Executivo até a CODEVASF retornar o repasse, teríamos vencido a questão [...] quando abrimos o edital, acabamos sendo envolvido no processo (CI-JV)

[...] porque pela primeira vez que eu participo do conselho e o conselho de administração do distrito que é uma associação, então pela primeira nós formamos uma equipe aí, que vem de uns dois três anos prá cá, organizando as equipes pra gente conseguir falar a mesma língua. (CI-JV)
Então assim, o DIJ e a CODEVASF sempre trabalhou junto num período, agora na entrada do “Fulano” pra cá, eles estão tendo divergência, esta tendo algum problema. Nós ainda, vamos dizer assim, não sentimos na pele isso, mas acredito que se continuar, não vai ser bom para o projeto. (CI-LD)

[...] estou vendo a luzinha no fundo túnel porque hoje nós temos um conselho que administra junto com a gerência com os funcionários, os funcionários falam a mesma língua da associação, anda de mão dada com a gente, não é porque tem tratamento diferente não; é porque está vendo que nós somos produtores e nós temos uma visão porque quando o produtor o associado vai bem a associação também anda bem, então hoje nós temos um gerente que fala nossa língua, nós temos os conselheiros, nós temos o apoio da população dos irrigante [...] (CI-JV)

Essa situação escancara o poder de agência humana dos CIs e MIs, demonstrando a capacidade e possibilidade de interferir na tessitura dos acontecimentos das redes sociais, mesmo estando sob monitoração coercitiva e uma rotinização institucional. Desnuda, assim, a possibilidade de gerar habilidades para experimentar situações novas, de aprender, de formar opiniões, de constituir novas ideias, estabelecer novos caminhos, instituir novos pontos de vista e confrontar e transformar relações de poder já estabelecidas, entendendo essas relações no sentido mais amplo que a habilidade de carisma, poder persuasivo e habilidades cognitivas desses CIs disputantes. O relato que segue sobre a participação do CI na direção do Conselho de Administração demonstra esse contexto de atuação dos CIs dentro do DIJ.

Em outra reunião falamos que a mão que põe e a mão que tira se não der certa a gente tira [...] tivemos em Brasília em 2011 [...] eles falaram assim: o gerente está de forma irregular, nós não colocamos recurso lá, pois nós não confiamos na gestão [...] você afasta o atual gerente e coloca novo edital [...] mande os novos currículos e a comissão técnica é que fará a seleção [...] quando chegamos aqui reunimos o grupo [...] até aquele momento ele estava dominando a gente [...] a gente que manda a lista se a gente escolhe aqui três ou quatro a escolha e nossa apenas o referendun é da CODEVASF [...] reuni o grupo e contei todo o encontro em Brasília [...] decidimos por segurar [...] recebi a correspondência sua e o combinado não era isso [...] eu falei com ele assim: se você não aceita então fica como está [...] fomos novamente em Brasília já era outro o Presidente da CODEVASF mandou outra correspondência para a gente comparecer lá [...] quando chegamos lá era a mesma conversa a mesma proposta [...] na sexta-feira o Gerente Executivo me chamou e me pediu para me afastar só até regularizarem a situação, coloque Marquinho e quando a CODEVASF colocar o recurso você me volta [...] eu disse eu não vou fazer muamba não [...] essa conversa eu falei com o grupo de confiança [...] aí por fim reunimos o conselho e tiramos o Gerente Executivo [...] (CI-JV)

As visões em disputas remetiam-se para:

a) definir o grau de participação do Conselho de Administração na gestão do DIJ, se esse deveria continuar apenas como ouvinte passivo das decisões da

CODEVASF e do atuar do Gerente Executivo, ou se posicionar-se-ia no centro das decisões;

b) discutir se o DIJ deveria continuar apenas como gestor de água, administração, controle, operação, manutenção e revitalização da infraestrutura de irrigação de uso comum do Perímetro Irrigado ou uma associação cujas atribuições estender-se-iam ao processo de produção, comercialização e atividades de fortalecimento da representatividade dos CIs;

c) discutir a responsabilização das partes envolvidas pelas contribuições financeiras mesmo ainda não estando em pleno funcionamento as Etapas III e IV. Nessa questão o que se insere é a lógica do condomínio, onde os CIs devem arcar com os custos de todo o empreendimento, mesmo não estando funcionando as Etapas III e IV. Essa situação afeta o ingresso de receitas para o DIJ, pois o perímetro irrigado do PJ foi preparado para servir aproximadamente 65.000 hectares e, hoje, atende apenas a 34.000 hectares;

d) estabelecer a posição do Gerente Executivo, subordinando-o diretamente ao Conselho de Administração e executando as decisões oriundas desse pleno, e não de subordinação a CODEVASF;

e) renegociar com os residentes de forma a criar as condições para o retorno do plantio na área.

A associação que tem que dar o caminho para onde a gente vai, se vai continuar apenas com a gestão da água ou encaminhar para outras atribuições, a definição é do Distrito [...] mais não pode caminhar com uma dívida de quatro milhões, não pode chegar junto sem recuperar a dignidade e essa passa pelo pagamento da dívida [...] tem que resolver a questão da dívida agora. (MI – DJ 2)

Tem uma fonte hídrica prevista para 65.000 hectares e hoje somente atende aproximadamente 34.000 hectares [...] então a divisão da manutenção da estrutura é para 65.000 hectares e deverá ser dividido por todos [...] inclusive o pagamento da Etapa III e IV [...] então a dívida não é dos que estão assentados [...] o encaminhamento é para que a CODEVASF e a RURALMINAS reconheça que a estrutura não está toda implantada [...] há um passivo anterior uma vez que a estrutura foi preparado para um quantitativo e somente está utilizando praticamente metade desta. (MI –DJ 2).

A CODEVASF não indica Gerente para seus Distritos, visto que isto é atribuição da própria entidade, e consta de seu estatuto. Porém, por se tratar de empreendimento de grande porte, e por questão de se tratar de uma cogestão, a CODEVASF aprovava, numa lista tríplice, o Gerente escolhido pelo Distrito. No caso em tela, o Conselho indicou três nomes, um deles por não cumprir as normas do edital convocatório, elaborado pelo

próprio Distrito, foi eliminado da seleção. Foi dado ao Conselho do DIJ a oportunidade de escolher entre outros dois nomes. Por questões alheias ao nosso conhecimento, e, numa atitude de radicalismo, o Candidato indeferido na escolha, ingressou na justiça contra o DIJ e CODEVASF, alegando perseguição, e conseguiu liminar para ser inserido no processo de seleção e acabou por ser contratado pelo Distrito. Essa atitude surpreendente do Conselho, e do novo Gerente, que administrou breve período que esteve à frente do Distrito, por meio de medidas liminares contra a CODEVASF, causou a relação de desgaste. O referido senhor já foi demitido por seus próprios contratantes, e a coisa vem caminhando para a normalidade. Quanto aos convênios, não há nenhuma ação restritiva da CODEVASF, apenas no que se refere às questões de ordem legal para sua celebração. (MI-CD 1)

Agora com esse doutor "Fulano" que entrou aí agora, certo, porque tudo, aqui no conselho, o próprio conselho não tinha praticamente autoridade. A CODEVASF que mandava e desmandava tudo, né, mas hoje, com esse doutor Fulano aí, a coisa melhorou. (CI-JV)

Olha eu vou ser sincero com você, é muita conversa e a gente, por exemplo, a CODEVASF ela tem conversado muito pouco, mas aqui a gente ouviu muita coisa mas nada formal. Até fica difícil da gente falar quem é que tá errado na história, até porque o Fulano entrou na justiça pra poder entrar, e tal, então assim, eu acredito que tá mais havendo uma queda de braço, onde o produtor no final tá perdendo, então tinha que haver uma forma de negociar, de conversar, para que o produtor não perca. Então o DIJ numa certa época voltou a vocação dele. Porque que se falava na vocação do DIJ, o DIJ participou de muita coisa, mas ele tinha que se limitar a vender água, você entendeu, e aí começou a ter dificuldade. O produtor tem na ideia um DIJ paternalista. Um DIJ que faz um trabalho participava na negociação de banco, ajudava em muita coisa. Eu to vendo parece que o Hudson tá tentando resgatar alguma coisa disso. Eu não sei se dá conta também. A arrecadação que ele tem é suficiente pra isso. (CI-LD)

Melhorou pelo seguinte, a situação, tinha a quantidade de água cortada aí de lote de produtor, sabe, sem condições de trabalhar, né, só porque devia as conta de água. Já chegou com o produtor e negociou. Acho que ele já ligou uns duzentos lotes, e estava praticamente isolado lá. Eles tão morando lá, mas sem condição de trabalhar, né, porque não tinha água ligada no lote. Inclusive eu conheço um que tava mexendo com um gadinho lá, sabe, porque não tinha como trabalhar, porque não tinha água. Aí ele pegou, o Fulano já negociou com ele a água, e já pegou, já vendeu o gado todinho. Já voltou a trabalhar com a cultura dele, né, então já é uma coisa que a gente tá sentindo que o trem tá andando. E tudo quando, às vezes o conselho fazia, às vezes ia dar uma ideia, uma ideia à CODEVASF, a CODEVASF vetava, porque ela vota e veta, né, mas agora com esse engenheiro aí, o doutor "Fulano", a coisa melhorou. A coisa tá funcionando direitinho, ele tá correndo atrás e eu acredito que o projeto agora vai ter uma melhorada boa, viu, porque antes, a gente, o próprio conselho não tinha autoridade nesse trem não. (CI-GT)

O relato a seguir mostra um confronto explícito entre a expectativa do CI-MR de atuação do DIJ como associação e o do gestor contratado pelo Conselho de Administração para conduzir a sua administração. Implícita na indagação está a questão: a associação é nossa, ela deve atuar apenas como vendedora de água? Nesse sentido, o DIJ é criação da agência de desenvolvimento com função

específica de administrar as estruturas de uso comuns vinculadas à distribuição de água, não é acolhida pelos CIs, cujo interesse é que atue de forma ampla como uma associação de fato. Observa-se, nessa situação e nos relatos anteriores, a capacidade de pensar e agir dos CIs, mudando as regras ou interpretando-as a partir dos seus interesses e de condutas intencionais ou não intencionais. Essa situação retoma uma questão ainda não resolvida, que é a situação do PJ ser um projeto de colonização e assentamento ou constituir-se como projeto com intenção exclusiva de produção capitalista de produção.

Quando o chefe do Distrito falou pra mim que ele estava aí pra vender água, que o Distrito está aqui pra vender água, esse dia eu saí de lá certo que nós não precisamos do Distrito aqui. Porque são cento e tantos empregados que tem lá dentro que tira o dinheiro em cima do pobre do agricultor que tá já arrasado aqui. (CI-MR)

Assim a questão da disputa no interior do DIJ foi introduzida no bojo do trabalho para aclarar e ilustrar a questão de como a participação dos CIs em associações afeta diretamente o processo de constituição dos meios de sustento dos mesmos. Ao participarem do Conselho de Administração do DIJ, exercem ação social no sentido de vencer atribuições de significados diferentes a determinados acontecimentos, ações e ideias dentro do campo de atuação do DIJ (manipulação/geração de estratégias de uma rede de relações sociais) (LONG, 1994).

E o poder aqui se remete para a possibilidade de acessarem recursos que traduzam-se em garantia de reprodução dos meios de sustento dos mesmos. Aclara também a existência de grupos e interesses diversos em disputa. E essa disputa pode contribuir para aumentar significativamente o grau de organização no interior do PJ, no sentido dos grupos fortalecerem as suas reivindicações em defesa de suas visões e interesses.

[...] depois da liminar concedeu uma sentença e nós tinha o direito de contratar que a Codevasf ela é empreendedora mais da infraestrutura, mas o problema da associação ela não podia interferir né, aí conseguimos essa liminar e ela a empreendedora ela agora não coloca o recurso com o argumento de que o gerente não era o que ela queria, assim não colocou recurso e ficamos com o pé no pescoço [...] (CI-JV)

[...] hoje nós estamos com um ano de administração, por exemplo; venceu o mandato de alguns conselheiros, fizemos a eleição aí, nós demo, batemos

um recorde; quando comparecia lá, duzentos produtores, cem, tinha lá que nós fizemos três chamadas na assembleia geral, três chamada não apareceu cem pessoas [...] (CI-JV)

Aparecendo mais de seiscentos produtores, mais de seiscentos, foi lá e reivindicou seu direito de votar, votou e elegemos nossos candidatos, saiu uma chapa de oposição aí, levou oitenta e poucos voto, o candidato nosso saiu com quatrocentos e lá vai cacetada, quatrocentos e cinquenta e quatro voto né e isso foi muito bom porque o produtor tá vendo que tá andando a coisa, tá vendo que nós estamos fazendo a coisa pra todos porque um não pode pagar por todos não e nem todos por um e nós estava nessa situação [...] (CI-JV)

O Conselho de Administração que é o patrão do gerente são sete membros atualmente falta um representante do grande, essa ala do pequeno mais do grande, nós temos três votos lá direto [...] (MI-AR)

A Centraljai, outra associação interna do PJ, também, está sendo espaço de disputas e afeta as redes de relação para constituição dos meios de sustentos dos CIs. Trata-se de uma central que congrega associações de áreas, constituída pelo DIJ com o investimento da CODEVASF. O intuito da sua criação era propiciar meios para articular o processo produtivo e de comercialização. Na ótica das agências de desenvolvimento, a criação em si desta estrutura burocrática e o repasse aos CIs seriam suficientes para garantir o escoamento da produção. Como poderá ser visto a seguir o Estado apenas lavou as mãos no sentido de operar tal intervenção por meio do DIJ.

[...] a gente cria algumas estruturas que podem favorecer essas associações para trabalhar o processo da comercialização no caso do Jaíba existe a CENTRALJAI, que é um projeto que iniciou no início do ano dois mil, onde a CODEVASF investiu na estrutura de um "*Packing House*", com câmara fria, com estrutura de processamento, e destinou essas instalações às associações de produtores, que as queiram explorar, e isso vem sendo feito desde os anos dois mil. (MI CD 1)

Nessa direção, a CENTRALJAI tinha por finalidade abarcar as atividades envolvidas no processo de produção, comercialização, transporte, armazenagem, beneficiamento e industrialização da produção agropecuária de suas associadas ou de outras, dependendo do seu interesse. Com a implantação dessa estrutura, de modo premeditado ou não, retirava-se do DIJ atribuições institucionalizadas de ser a responsável de traçar caminhos para a comercialização, transferindo-as formalmente para a CENTRALJAI, sob a orientação da CODEVASF. De forma explícita, o DIJ

passaria a concentrar os seus esforços na administração da gestão das estruturas de uso comum e no fornecimento de água.

A PLENA tinha uma pessoa que fazia essa comercialização. O distrito começou a fazer, depois descentralizou para a CENTRALJAI fazer [...] (MI-ET 1)

Sofreu porque, veja bem, o distrito, ele viabilizou uma central das associações, a CENTRALJAI, então eu vejo que isso aí foi uma iniciativa do distrito, pra está mostrando que aquele é o caminho. Então buscou recurso com o governo federal e implantou a CENTRALJAI. (MI-DJ 1)

Efetiva-se a CENTRALJAI quando a CODEVASF, por meio do DIJ, viabiliza a constituição da infraestrutura física da CENTRALJAI instalada em uma área total de 27 hectares, composta por três galpões precedidos por uma guarita e espaços para o processamento de produtos e uma área destinada à administração. O espaço é equipado com máquinas destinadas a seleções de limão, cebola, mamão, cenoura e beterraba. Também, compõem o espaço três câmaras frias com capacidade de armazenamento de 70 toneladas (RELATOS DE CAMPO).

Existe uma central destas associações, que é a CENTRALJAI, que de alguma forma desde do ano 2000 quando foi criada aquela estrutura, vem tentando cumprir um papel, e aí não é a questão ausência do poder público até porque o poder público participou construindo a infraestrutura que é cara, pois tem um "*Packing House*" como nível nós temos dentro do PJ [...] (MI-CD 1)

A definição da estrutura organizacional da Centraljai fez-se tendo como modelo a do DIJ, no que tange haver a previsão para o seu funcionamento, dever-se-ia dar por um Conselho de Representantes, um Conselho de Administração composto de Presidente, Vice-Presidente, Secretários, Tesoureiros, Conselho Consultivo, Conselho Fiscal e por uma Gerência Operacional e um corpo técnico para gerirem todas as atividades previstas em sua criação (CENTRALJAI, 2001). O recurso para colocar em movimento toda a estrutura recebida viria da arrecadação de contribuições das associadas e de possíveis empréstimos junto a agentes financeiros e convênios estabelecidos com outras instituições.

Quanto à contratação de um Gerente Operacional, relaciona-se ao reconhecimento dos CIs de replicar uma experiência já realizada no DIJ. Também, reforça a decisão por esse modelo a não possibilidade de dedicação em tempo

integral às atividades da CENTRALJAI pelos seus conselheiros, esses destinam a maior parte do tempo às produções em suas áreas.

Na perspectiva dos atores, mesmo tendo sido de iniciativa do DIJ a criação da CENTRALJAI, os presidentes das associações de áreas viram nessa a possibilidade de realizar venda compartilhada da sua produção e a aquisição de insumos para produção e, por isso, decidiram de encampar a ideia.

Aí nós fomos no Goiás lá, vimos a central lá, uma organização tão importante, porque lá era o seguinte, então quando era associação, os presidentes de cada associação tinha que correr atrás e tal, né, para resolver as coisas, e quando fundou a central, então o presidente chegava e levava para o presidente da central, ele vendia o produto todinho e resolvia as coisas tudo pra comprar adubo, comprar [...] Não era aquele problema de cada presidente assumir o seu, né, então já deixava tudo pronto, né. Aí doutor Land veio e fizeram o projeto. Então tinha na época parece que era umas trinta e poucas associações, então cada presidente de associação assinou, como se diz, apoiando, né, a construção dessa central. (CI-LD)

Elege-se, então, a primeira diretoria e inicia o funcionamento da estrutura física com o beneficiamento variado de produtos. A operacionalização é dirigida apenas para o beneficiamento e comercialização. As outras finalidades atinentes à aquisição de insumos para a produção, transporte e armazenamento não são acolhidas como possíveis de atuação no início das operações. Mesmo de forma limitada em suas atividades, a CENTRALJAI inicia as suas operações atraindo uma gama significativa de CIs usuários das práticas de beneficiamento e intermediação da venda. Alcança resultados positivos e atrai concorrência na disputa interna na ocupação dos cargos eletivos.

Segundo os CIs e MIs, essa situação de disputa pela direção da CENTRALJAI, em vez de colaborar com o avanço da instituição e ampliação de possibilidade de criar o favorecimento de acesso ao mercado, trouxe consequências negativas para os CIs e efetivou condições para que um grupo de empresários rurais, organizado informalmente, utilizasse oportunamente a infraestrutura da CENTRALJAI.

Às vezes, nem toda, pelo menos a parte gerencial eles tenta mudar, você entendeu, e aí atrapalha, volta do zero, a etapa zero, até aquele pessoal fazer contato com o comércio, você entendeu, pra buscar confiança duma "trade", para ela vim fazer a parceria pra exportar, né, que envolve muita coisa, então aí ela volta à estaca zero, aí esta começando, começa a

engatinhar muda de novo, porque o prazo é muito curto, dois anos é a gestão lá de cada presidente. (CI-LD)

[...] a CENTRALJAI, ela já estava simplesmente cedida para uma das associações que é filiada e tinha mais uma posição empresarial que decidia sobre todo o negócio, e os produtores em si, em geral não tinham a satisfação das vantagens daquela infraestrutura que era pública, e o que a gente entendeu é que hoje, uma estrutura pública devia cumprir o objetivo para qual ela foi criada. (MI-ET 1)

Por meio de manobras dos MIs e CIs, resolvem novamente reassumir a gestão da CENTRALJAI. A reabilitação aconteceu com a ampliação das atividades da CENTRALJAI, essa passa a realizar, além do beneficiamento, a articulação para comercializar, principalmente, o limão no mercado nacional e internacional. Além disso, foi estabelecido o consenso, entre os MIs e os CIs dirigentes da CENTRALJAI, que a gestão da organização deveria ser conduzida efetivamente por meio de Gerente Operacional, profissional escolhido em processo seletivo. Essas duas pretensões realizaram-se naquele momento. Estabeleceu-se, para tanto, um grande pacto, envolvendo principalmente os CIs com plantio de limão em suas áreas e a Gerência da Emater local com a adoção de estratégia específica para a atração de empresas externas especializadas em exportação.

Então colocamos para os agricultores que seria possível eles administrarem os seus próprios negócios, é claro que com equipe treinada, um gerente operacional, uma equipe pronta para fazer aquela questão que era limitação pra eles com conhecimento, mas eles cuidar bem da lavoura, executar um produto com qualidade, colocar ele para ser processado e agregado valor, né, embalado e depois destinado ao mercado, com uma certa competência para ser comercializado. (MI-ET 1)

Começou organizar e tivemos um caso de êxito, que tem hoje condição de puxar as outras culturas: o limão conseguiu a agricultura familiar, promoveu uma organização através da CENTRALJAI, que é a central de associações do Jaíba, que tem como finalidade, como objeto realmente, estruturar a comercialização de Jaíba e conseguiu fazer comércio direto como mercado interno, com o limão, e conseguiu com algumas parcerias, a intermediação com o mercado externo, fazer algumas partidas de exportação e fez aproximadamente, dois anos, três anos de exportação de limão, com bastante vantagem para os agricultores que estavam inseridos no processo. (MI-ET 2)

A criação da CENTRALJAI, eu acho que foi uma iniciativa, então não deixa de ser uma transformação. Agora o desafio é grande. Com ela, o que fazer? Mas se, dela já está tendo que exportação, então eu vejo que teve influência nessa transformação. (MI DJ 1)

Na verdade, esse é o grande conflito da CENTRALJAI, ora, se eu tenho uma associação que se utiliza de um bem público que lhe prover aquilo que a maioria não tem, que a infraestrutura física para fazer o processamento das frutas, eles tinha máquina de manga, cebola e limão [...] não é porque

faltou de infraestrutura que lhes permitisse concluir um mix de produto [...] (MI CD 2)

O resultado foi um período de crescimento da CENTRALJAI como associação atuante na área da comercialização. Esse crescimento gerou várias discussões sobre a questão da prevalência no atendimento dos CIs com plantios de limão. Mais, ainda, aguçou os interesses e remeteu a novas disputas internas e trouxe de volta a prática de troca da gerência e equipe. O extraído das falas dos CIs e MIs é que as disputas giram mais em torno da promoção pessoal do que propriamente da perspectiva de posicionar a CENTRALJAI dentro de uma visão clara sobre a definição do seu negócio e atendimento das demandas dos CIs.

A verdade é o seguinte, nós seres humanos eu acredito que tem uma vaidade pessoal. Eu entrei de presidente ali, e ele não estuda o estatuto, ele não vê que o papel do presidente não é gerenciar. Se tinha uma gestão funcionando, vê quem era o gerente e continua o contrato. Ah, aquele gerente é muito amigo do ex-presidente, não posso deixar ele não, vou colocar alguém ligado a mim, ou eu mesmo vou fazer. O último que saiu ele falou assim, quando ele entrou conversei muito com ele, eu ó, pensa numa gestão onde vai ter um gerente pra você cuidar da sua vida, da sua área, e a central vai funcionar você fazendo o papel político dela. (CI_LD)

Por trás de todo esse contexto de criação e funcionamento de associações, várias situações restritivas à constituição dos meios de sustento dos CIs podem ser extraídas. Primeira, o Estado não completou o seu compromisso assumido perante o Banco Mundial. A dimensão social do projeto não se completará sem a intervenção direta do Estado para posicionar os CIs no mercado. Segunda, as divisões internas também demonstram a falta de uma articulação geral entre os CIs. Não pode passar despercebida que a articulação consistente de mais de mil produtores do PJ teria uma força enorme nas relações de produção, até mesmo em termos de Minas Gerais. No entanto, isso contraria os interesses de muita gente que vive da expropriação do trabalho dos CIs no PJ. Terceira, também, não se pode esquecer das próprias manobras dos CIs realizadas dentro da CENTRALJAI no sentido de garantir relações favoráveis ao grupo que ascende à direção.

Assim, a questão da promoção pessoal dos CIs que ocupam os cargos de direção destas associações afeta a consolidação das estratégias de comercialização. Essa movimentação oportunista acaba por intervir no processo de consolidação das associações por conta dos interesses individuais suplantarem os

coletivos. Contudo essas situações fazem parte do mundo da vida, e as heterogeneidades de interesses, valores e visões estão constantemente em disputa, sendo justamente isso que se apresentou em tal situação. Os avanços e retrocessos possibilitam a construção de novas inter-relações, onde a questão da utilização oportunística da associação são colocadas em discussão, principalmente no interior do processo eleitoral.

Ele está preocupado em assumir o destaque que o outro conseguiu, e às vezes ele não tem capacidade para isso. Ele volta para a estaca zero, e aí se percebe claramente o efeito sanfona [...] porque um grupo entra e faz um bom trabalho e aquela associação progride. O outro grupo envaidece, assume, não tem a mesma capacidade, aí ele volta atrás de novo. Agora nesse aspecto, a CODEVASF não tem como intervir, porque ela criou a facilidade, mas a gestão tem que ser do grupo que tá representando aquele interesse do projeto [...]. (CI - CD 1)

Mesmo diante de disputa oportunista ou não, há o reconhecimento geral dos envolvidos de serem as associações o caminho para a solução dos problemas de organização dos meios de sustento dentro do PJ. Tanto há essa convicção que existe movimentação de diversos grupos de CIs na direção de constituição de novas associações (uma já constituída e outras em constituição), além dessas, já tem constituída e regularmente registrada uma cooperativa dos CIs do PJ.

[...] eu entendo que o programa da comercialização do PJ ou em qualquer lugar [...] ela passa pela questão do associativismo, você quando produz em uma escala comercial de grande porte você vai ao mercado sozinho, você se profissionaliza sozinho [...] o pequeno produtor não tem escala, então ele só vai ao mercado dentro de uma lógica muito simples, ir em conjunto ao mercado, seja para vender seja para comprar, ele não tem escala nem para vender nem para comprar insumos. (MI-CD 2)

Já temos uma cooperativa constituída e regular aqui [...] não está funcionando, assim, mas está toda regularizada, pode começar as atividades quando tiver o interesse [...]. (CI-JV)

Portanto, se o problema não é de infraestrutura nem de interesse em criar instituições, e, por sua vez, se o problema de promoção pessoal já é reconhecido, onde se encontra o problema para a consolidação das associações balizadoras das ações de produção e comercialização no interior do PJ? As falas mais frequentes revelam que as associações acabam não cumprindo a sua tarefa por não haver a definição clara da própria finalidade das associações. E, neste sentido, o

questionamento é: por que não definir com clareza qual é o negócio da CENTRALJAI? O negócio é prover as condições necessárias básicas para a produção? É criar espaços para o armazenamento? É promover as condições necessárias para o transporte e realização da comercialização?

Aparentemente, essas finalidades encaixam-se em uma cadeia perfeita, mas estas possibilidades impõem dificuldades à execução por restar bastante aberta, difícil e de quase impossibilidade organizacional de ser realizada dentro de um contexto tão complexo como o PJ, cujo leque produtivo aproxima-se de mais de oitenta variedades produtivas. Por outro lado, propicia, na maioria das vezes, aos seus dirigentes realizarem práticas de favores ao seu grupo de interesse em qualquer uma destas áreas, sem que se desrespeite o Estatuto. Assim, segundo o relato que segue, torna-se necessário definir qual é a finalidade da CENTRALJAI.

[...] faço a mesma pergunta para os dirigentes qual é o negócio da Centraljai [...] nem eles mesmo tem a clareza do que eles querem fazer [...] o que a Centraljai entende, as administração que já passaram por ela, tem que ter capital de giro, comprar as mercadorias do produtor, revender, subsistir logicamente e garantir um preço acima de qualquer outro preço ao produtor, isso é o conceito essencial do comércio: quem compra assume risco, e para assumir risco tem que ganhar, como é que alguém quer assumir risco sem ganhar e esse foi o grande drama até, porque compraram, assumiram o risco e não ganharam, e aí a situação financeira é sempre precária e sempre deficitária. Se é uma associação que tem o papel de fomentar o papel da própria comercialização, por que ela não assume outros dois papéis que não seja somente o comercial? Ela pode dizer aos agricultores eu vou cumprir para você o papel profissional de "*Packing House*", eu não comercializo, eu benefico a fruta que você quiser [...] vou fazer o melhor beneficiamento mercado pelo menor preço em um padrão próprio pela menor taxa [...] A outra é ele exatamente cumprir o papel exatamente que uma associação pode de cumprir: que é mobilizar, fomentar, organizar o processo. Receber esse produto ir ao mercado, vender pelo melhor preço possível. (CD 2)

Outras vozes apontam o problema da CENTRALJAI quanto à escolha em focar as suas atividades apenas em um produto. A CENTRALJAI concentrou a sua estratégia no beneficiamento e comercialização do limão. Essa situação foi determinante no fortalecimento da produção interna deste cultivo e acabou estimulando empresários rurais que usufruíram da infraestrutura para criar outra estrutura semelhante de beneficiamento de limão no interior do PJ. Desta forma, o associado da ASLIM, que anteriormente beneficiava a sua produção com a CENTRALJAI, deixa de fazê-lo. Segundo depoimentos de alguns interlocutores,

essa situação levou novamente ao enfraquecimento da CENTRALJAI. Outros CIs afirmam não representar a saída dos empresários algum problema para a CENTRALJAI, voltando a indicar como centralidade do problema a busca de promoção pessoal dos dirigentes.

Limão, já tem, por exemplo, hoje, associação de pequenos, de médios produtores - ASLIM, né, eles tão aqui, pra completar as cargas, contêineres deles, eles compram. (CI-LD)

A ASLIM hoje domina todo o processo de comercialização de limão dentro do PJ [...] (CI-IV)

Os outros produtos não foram considerados pela administração desse período com potencial para ser trabalhado. Derivou-se, dessa opção de atuação focada, tanto a possibilidade de ascensão de outros grupos de interesse como estimulou a iniciativa de vários CIs na constituição de suas próprias associações para fecharem as suas cargas com os seus produtos.

[...] já começamos com essa associação, organizamos a associação, temos uma central de associação aqui que é CENTRALJAI, ela foi criada pra dar o apoio a associação; só que no momento teve uns obstáculos aí que ela começou é; dar um impacto porque focaram só no limão, quando focou só no limão deixou as outras culturas sem amparo né porque nós produzimos de tudo, nós produzimos o milho, produzimos o feijão, produzimo a abóbora, a pinha, mamão, banana, plantei limão [...] (CI-JV)

Também, outros CIs levantaram a voz indicando a necessidade da CENTRALJAI exercer a função de associação no sentido pleno, ou seja, atuar com a intenção de articular ações para efetivação da comercialização dos produtos do PJ junto a compradores externos. Percebe-se que, de forma premeditada ou não, as falas, tanto dos CIs quanto dos MIs, silenciam quanto à responsabilidade das agências de desenvolvimento em garantir espaços para que o negócio da CENTRALJAI seja consolidado. A questão que volta à centralidade é, qual é o negócio da CENTRALJAI? É justamente esta a questão atualmente trabalhada por intervenção externa da JICA, seja por interesse em garantir os seus investimentos e junção dos interesses do Estado em minimizar a sua ausência.

O produtor recebe e paga a central uma taxa pelo serviço prestado, que vai manter a central, então ele não vai assumir risco, ele chama o produtor e

diz: vou vender para você, vou procurar o melhor preço, vou dizer para quem que estou vender, onde vai ser entre, vou dizer o preço que ele vai pagar, o prazo que ele demora para pagar, se você concordar, vou juntar outros iguais a você, vou processar, vou lá, ele vai pagar a você, descontado apenas de uma taxa que vai pagar a central que é tanto. Para isso não precisava assumir risco, não precisava ter capital de giro, precisava ter o que: organização e gerenciamento do processo. Então ele tem três alternativas, quer vender? Para vender tem que correr risco, e tem que ganhar, e aí não dar para ser o melhor preço para o produtor, quer ser PEC, vai ser PEC, tem estrutura para ser PEC, faço o melhor serviço de PEC da região, inclusive para outros produtores que não seja só para os pequenos produtores, ou você quer ser uma associação e cumprir o papel social de uma associação deve cumprir, que organizar a produção e a comercialização, se qualificando, se certificando, se aprimorando no processo de forma que você preste o melhor serviço e seja remunerado por esse serviço prestado [...] (MI-CD 1)

A JICA vem intervindo nesses dois últimos anos, de forma contínua, no processo de comercialização realizado pelos CIs. A intenção e interesse são analisar e organizar a cadeia produtiva de frutas do PJ. As etapas propostas são: mobilizar os fruticultores e provê-los de assessoria específica e dotá-los de informações, orientações e capacitação para condução de suas práticas de comercialização.

[...] falta gestão, apesar das várias iniciativas da CODEVASF com oferta de consultoria que foram contratadas, da presença do Sebrae, hoje nós estamos com a presença do Governo Japonês junto com o Governo do Estado. (MI-CD 2)

Agora com essa intervenção da JICA que está ocorrendo lá. Eles deram um passo adicional e criaram um conselho consultivo [...] aonde alguns assuntos tem sido levado mensalmente as reuniões deste conselho de forma a gente analisar junto com eles, porque a decisão continuam sendo deles, que esse conselho possa exercer esse papel consultivo, daquilo que eles não compreendem o conselho possa analisar, opinar e dar a eles alguns subsídios para que eles possam tomar uma decisão de forma mais consistente ou mais embasada [...] (MI-CD 2)

Quando o Japão fez o financiamento para o projeto Jaíba, já tá marcado lá, a partir do primeiro investimento, x anos depois, não lembro quantos, tem que haver a entrada desse grupo, pra esta vendo o que está acontecendo com aquele investimento deles. Eles vieram fazer o levantamento e notaram que o problema maior aqui dentro se chama comercialização. Então mandaram, selecionaram uma equipe, de auditores, de toda a equipe técnica profissional encima de comercialização, pra fazer levantamento, apuração e trabalho direcionado a isso. Então eles destinam recurso pra auxiliar nisso. (CI-FL)

A pretensão da JICA é orientar os CIs para estratégias de comercialização conjuntas. Por serem investidores do PJ, esses fazem uma monitoração contínua sobre os resultados dos seus investimentos. No bojo desses interesses, estende

atenção aos CIs no sentido de que conformem práticas produtivas e comerciais coletivas no intuito de atender os mercados regionais ou nacional.

Nas reuniões (2011 e 2012) realizadas, observou-se o interesse dessa instituição em identificar primeiramente os pontos de estrangulamento na cadeia produtiva de várias frutas, para tanto, analisando o sistema de informação de mercado e opção de culturas para o Projeto Jaíba, e, posteriormente, na segunda reunião, estabeleceu proposições de possíveis encaminhamentos de solução. Detectou-se, nessa relação de interface, encontro com uma organização externa, estabelecendo relações de proximidade não apenas como forma de receber esse novo serviço (consultoria), mas também acolhimento de significados sociais.

Esse conjunto interno e externo de vozes não ressalta como problema das associações a questão da confiança. Porém, faz parte ativa das ressalvas nas falas dos MIs e CIs esse fator como determinante na constituição e execução das atividades associativas e, conseqüentemente, na constituição dos meios de sustento.

Um dos principais objetivos dessa associação é estabelecer confiança entre os associados, pra que através dessa confiança, desse convívio familiar comunitário entre esses associados, gere-se a confiança tão necessária pra gente produzir junto, comercializar junto, comprar junto. (MI-FL)

[...] se ele confiar na assistência técnica, se ele valorizar ela, ele vai seguir. Então, por isso que eu vejo, essa proximidade da assistência técnica, tem que consolidar mesmo. Ele tem que olhar olho no olho do técnico que dá assistência técnica pra ele. Se ele confiar ele vai. Se ele não confiar, nem adianta. Se ele não sentir firmeza na pessoa que dá assistência técnica pra ele, ele não vai. (MI-ET 1)

Aí o que acontece, para que esse trabalho seja feito, de comercialização, depende desse entrosamento que a gente esta falando, dessa confiança que não tem [...] (CI-CA)

Um dos principais objetivos dessa associação é estabelecer confiança entre os associados, pra que através dessa confiança, desse convívio familiar comunitário entre esses associados, gere-se a confiança tão necessária pra gente produzir junto, comercializar junto, comprar junto [...] (CI-FL)

[...] nem os grandes, nem os pequenos. Os pequenos, por essa seleção, estão conseguindo estabelecer mais confiança, porque o tempo foi se passando, e essa confiança vem com o tempo. (CI-LS)

E não tem ninguém de confiança lá pra olhar pra gente. Agora nós temos. É isso que eles vão fazer. Eles vão estreitar os laços. Eles não vão vende. É só consultoria mesmo. Esse trabalho eles querem fazer em três anos, e vai ficar aqui os que vão levar o trabalho pra frente. (CI-FL)

[...] a primeira coisa nossa aqui, difícil, a dificuldade nossa aqui dentro do projeto, chama união. Ninguém acredita em ninguém, ninguém confia em ninguém e cada um quer passar o outro pra trás, cada um quer... cê entendeu? Então essa união não existe, por isso a gente não consegue as coisas. (MI-MR)

Olha, existe uma dificuldade de relacionamento, né, a gente percebe que a questão da confiança é um negócio brutal, né, e isso é uma dificuldade. As pessoas percebem o negócio organizando, e tudo, mas sempre com o pé atrás. É um negócio assim, é cultural isso aqui. (CI-LD)

Se eu tenho que escolher alguém externo que possa ser remunerado para realização das vendas [...] isso se encaminha para uma situação de desconfiança [...] (MI-CD 2)

Quanto às associações criadas pelos CIs, como ilustrado no quadro 3, tanto são formais como informais. Essas últimas estabelecidas com duração fugaz, muitas vezes, de somente uma safra. Porém, nesses espaços, há o reconhecimento de regras, normas e valores onde são fincados os compromissos sociais; não se negando, entretanto, serem esses continuamente disputados.

A gente tem produtores, principalmente esses, na área de pequenos produtores, que já atingiram um sucesso econômico maior, que eles são bem mais organizados. Então é um grupo de produtor que tem um sucesso econômico maior e um nível de organização maior. Também tem os grupos informais. Mas a gente já tem produtores que trabalham plantios coordenados: tem grupo do limão, grupo do mamão, grupo da manga. São produtores que produzem manga, então se agrupam para poder fazer a comercialização da manga. Então eu acho que existem grupos informais organizados de produção e comercialização. Eles se organizaram para produzir, ou se organizaram porque já produziam determinada cultura e se organizaram para isso. (MI-CD 1)

Quadro 3 - Associações no Projeto Jaíba

Associações Presentes no PJ		
ENTIDADES	UNIDADE	QUANTIDADE
Associações	n.º	43
Cooperativas	n.º	02
Central de Associações	n.º	01
Banco de Alimentos	n.º	01
CMDRS	n.º	01
Grupos Informais (jovens e agrovilas)	n.º	06
TOTAL	n.º/ participante	54/1038

Fonte: Emater-MG – Relatório de Atividades Emater 2011

Outras associações são articuladas com a intenção e vinculadas no tempo-espaço ao atendimento dos programas governamentais, enquanto estiver sendo garantido o fluxo de recursos, há a continuidade e vigor da associação, findando os recursos, reduzem/encerram-se as atividades. A exigência de estarem organizados em associação é estabelecida de forma compulsória nos programas governamentais. Para tanto, os CIs articulavam e organizavam-se para verem ali estabelecida uma oportunidade de acessarem recursos para coletividade ou individuais. Esse entendimento simplista é apenas a parte mais visível, o certo é que nenhuma composição de atores se efetiva de forma pacificada, sem descontinuidade, ambiguidade e diferença cultural, como se pode perceber nos relatos seguintes (LONG, 2007).

Depois que eu peguei a diretoria é que ela está desenvolvendo. Estava com os papéis todos atrasados e corri atrás para regularizar. Estava ilegal os documentos. Hoje tá tudo legalzinho. Ainda não tem sede. Eram outros presidentes que não interessam em manter regularizado, pagar os impostos para o estado. Não fazia a declaração de imposto de renda, essas coisas, estava ilegal. É como não existisse. Hoje estou com a associação legalzinha, tem quarenta sócios, está bem-sucedida. Aprovamos o primeiro projeto, já saiu o primeiro projeto pela CONAB. Antes era via Centraljai, hoje não e por nós mesmos. Os sócios estão satisfeitos, pois antes não haviam sido beneficiados com nada, e hoje está sendo. (CI-CA)

As associações que foram montadas com o objetivo não partindo da necessidade do agricultor, mas a necessidade de administrar algumas políticas públicas da época. Eles consideraram que esse modelo, que as associações não tinham mais como não ter credibilidade, né, para esses. Ficou uma imagem queimada na verdade. As associações foram criadas para receber um trator, receber um equipamento, um galpão, e assim por diante, e não deu a resposta que era a proposta inicial, e a gente procurou então na ideia, a Emater entrou no processo no sentido de depois de uma necessidade, expressada ali do conjunto, né, discutir com o grupo, discuti com os produtores, procurar colocar eles para discuti, principalmente cultura, para que eles entendam as dificuldades deles e associe as dificuldades dele nesse grupo, e depois construa as necessidades deles também. (MI-ET 1)

Desta forma, o percebido dentro do PJ são iniciativas indo desde a criação de associações de grupos específicos de interesses, como fruticultores monocultores e dos pluriativos, na direção de efetuarem as suas compras, vendas e convivências; passando por associações organizadas por agências de desenvolvimento por meio de MIs e concomitantemente assumidas pelos CIs, que lhes dão uma roupagem nova, carregada pelos interesses dos vencedores da disputa eleitoral; até as

associações criadas com objetivo específico de atender os programas governamentais.

A título de ilustração, participou-se como observador da fundação de uma associação comunitária por um grupo de fruticultores monocultores. Percebeu-se o interesse desses CIs em agirem no sentido de constituir associações de forma a congregar seus pares para a aquisição de insumos, o “fechamento de carga” e o conviver com os seus semelhantes. Tentando, assim, defender as suas visões com a argumentação de ser essa associação diferente por não buscar benefícios oriundos das políticas do governo. A defesa é de prover todas as necessidades dos seus membros por meio da iniciativa própria dos pares, independente de atuação do Estado ou de qualquer outro tipo de ajuda externa.

[...] primeiro conseguir viver mais em comunidade, porque aqui a gente está ficando mais isolado, por causa dos costumes, e tem gente então que gosta de viver uma vida socialmente, e conviver, ter amizades, amigos e progredir junto em todos os aspectos, né, tanto social como comercial. Mas o objetivo mais forte é a comercialização direta [...] (CI-LS)

A ideia existe desde os primórdios da chegada nossa aqui, e a concretização se efetivou há poucos meses. A gente está em fase final de parte burocrática, esperando vim o CNPJ. Foi cadastrado na semana passada. Foi feito o cadastramento na semana passada. Está aguardando isso pra começar as atividades dentro daquilo que é legal para uma associação. (CI-FL)

Um dos principais objetivos dessa associação é estabelecer confiança entre os associados, pra que através dessa confiança, desse convívio familiar comunitário entre esses associados, gere-se a confiança tão necessária pra gente produzir junto, comercializar junto, comprar junto. Quer dizer, diminuir custos e aumentar rendimentos diminuindo todos os atravessadores da cadeia. (CI-FL)

Quando defendem a ideia de não se buscar benefícios do governo, tendem impingir uma separação entre os diversos grupos existentes no interior do PJ e colocar um sinal de diferenciação e independência nas suas próprias realizações.

Vamos ver se essa aí é diferente, não vai ser melhor nem pior, apenas diferente. Sim, e a estratégia bem clara. Não é pra pegar esmola de governo, nada, é pra nós começar subir mais um degrau na vida. Porque o povo aqui está muito mal-acostumado. Quem não quer trabalhar, quem não quer plantar, não faz mesmo. (CI-LS)

Essa pretensão de constituição de uma associação para produção/comercialização/vida também é defendida pelos CIs policultores, contudo

estes identificam como empecilho para a imediata constituição a falta de sincronia entre os plantios, enquanto um CI está produzindo, o outro está iniciando, não ocorrendo escala para se fechar uma carga entre os possíveis associados³⁹. O motivo desta não sincronia é indicado pela falta de recursos para iniciar o plantio no tempo ideal. Além desta questão operacional, também, manifestam-se os CIs no sentido de haver um fator desagregador, combinam verbalmente, mas, na hora de realizar a venda conjunta, isso não se realiza devido a interesses individuais.

Tem ali um, um, um galpão que é pra fazer isso, né? Que é pra fazer isso, mas num consegue, eu não sei o que é. É, num consegue reunir pra vender pra gente e quando chega, chega parece que tem um lá, um, um, um “piolho” no meio lá que fica ali só querendo só o lado dele e deixa os outros por trás, né? Parece que é assim, né? Nunca conseguiu fazer um grupo assim pra vender, nunca conseguiu ainda, viu? Mas aqui a gente até espera muito de, de conseguir é isso. (CI-AB)

Porque nois não consegue vender junto, fechar uma carga é o seguinte: um é as condições financeiras, porque quando cê mexe com a associação que ela tem recurso ou faz um grupo de produtor; ele vai falar assim: 'eu vou plantar hoje, cê também vai ter que plantar hoje', nós temos condições de plantar, nós temo o adubo, temo o trator, temo o veneno; agora o que acontece, eu planto hoje, o meu vizinho planta hoje, eu não tenho condição de plantar hoje; o meu falta adubo, falta o trator pra preparar a terra, então eu vou plantar amanhã, daqui 30 dias ou daqui 15, então não tem como cê fazer um volume; (CI-JV)

[...] então nós tamo é caminhando pra isso (vender junto) que nós chegamos a associação ela tem condições de fazer isso aí, fazer um grupamento de; nós somos a associação, ela é de 25 sócios que aqui parece que são 42 associações, cada uma tem; umas tem 100, 200 outras tem 20, então nós temos 25 sócios; então o que que acontece, nós fazemos um grupo da associação se os 25 aderirem a ideia, se não aderir nós faremos um grupo com 10, nós estamos fazendo acontecer é isso, é que hora deste reproduzindo aí agora é mais fácil, que esse que eu falei pra o senhor o negócio da Conab, nós temos o projeto do PNAE também [...] (MI-JV)

Esses CIs pluriativos avançam por não se limitarem apenas à estratégia de criação de associação específica para a comercialização. Filiam-se também em associações de áreas com objetivos mais específicos de acessarem recursos oriundos das esferas federal e estadual, para discutir demandas com as autoridades municipais, bem como ter representatividade dentro da CENTRALJAI e influenciar as decisões do DIJ.

³⁹ Os membros da associação aninham-se mais por proximidade, formando associação por área, linha ou gleba.

Participo de uma associação aqui da linha mesmo a Noesp que é uma associação dos produtores rurais. A gente fez o projeto da CONAB aí a gente participa das reuniões todos os meses. (CI-CA)

[...] eles não tinham essa organização, às vezes surgia um dinheiro, do federal ou estadual, ou de alguma coisa e a associação não podia pegar, porque eles não tinham aquela consciência de que tinha que está com a documentação em dia e isso a EMATER ajudou bastante. Têm muitas associações, várias associações. (CI-RR)

Em comum, essas associações buscam defender o interesse da diversidade dos grupos presentes no PJ e consolidar as possibilidades de acessarem recursos e mercados sejam os formalizados de forma compulsória ou por iniciativas próprias.

[...] O Jaíba tem aproximadamente quarenta e três associações distintas. Isso representa que pessoas com o mesmo nível cultural, ou a mesma perspectiva econômica ou social se agruparam, então não existe uma única associação lá que represente todo mundo, e essas associações elas são constituídas em função dos interesses daquele grupo. Então é um número muito grande de associações. (MI-CD 1)

Mas as atuações do CIs nas diversas associações se traduzem em uma das arenas dentro do Projeto Jaíba, as outras remetem-se para as disputas na constituição da identidade e práticas de sustento.

5.2.6.2 *Identidade e práticas de sustento: processo contínuo em constituição*

É diferente o modo de vida no PJ por apresentar uma formação rural singular. São agrovilas misturando-se às residências rurais com áreas de 5 ha, o que propicia uma sensação de proximidade, diferente de áreas rurais brasileiras, onde cada vizinho posiciona-se muito longe um dos outros.

As agrovilas estabelecem-se como bairro rural operário. Todas as manhãs, a agitação, pela presença de ônibus para o transporte de trabalhadores, os ruídos de motos e demais veículos, incluindo as bicicletas, partem desse espaço e indicam que mais um dia de trabalho nas roças ou empresas agrícolas inicia. O percebido é que não há apenas o agricultor que atua em áreas próprias, Há, no interior do PJ, um agricultor-trabalhador rural heterogêneo, buscando, na diversidade de ofertas, meio de conduzir seus meios de sustento. Combinam-se, assim, as famílias do PJ, a atividade de produção rural diversificada e concomitantemente a esta prática o trabalho fixo ou provisório no interior do PJ.

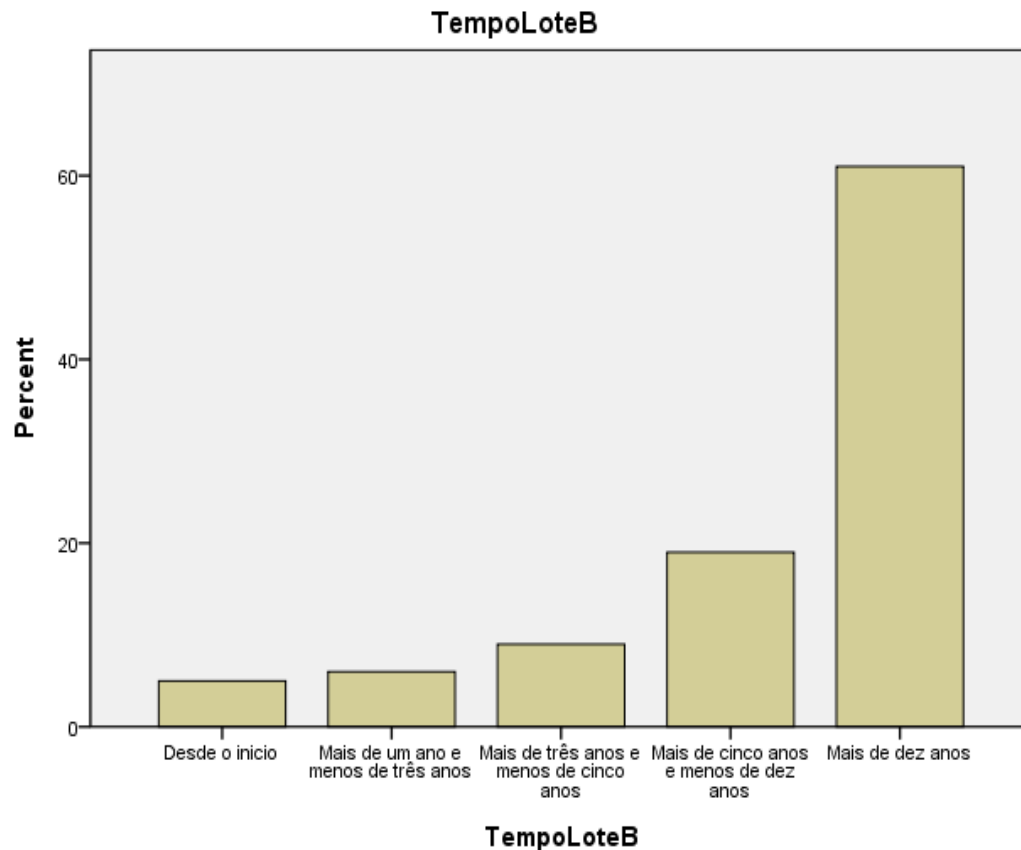
As agrovilas, que foram pensadas inicialmente como dormitório, traduzem-se hoje em espaço indicador de multiplicidade de habitantes, seja daqueles que têm UFR ou apenas de fornecedores de mão de obra para os agricultores comerciais ou os diaristas. (DIÁRIO DE CAMPO)

[...] a vida nessa vila, seus sons e cheiros do acordar, remete para as rotinas do mundo rural, de uma conduta do acordar para o trabalho, há uma movimentação geral. O barulho do preparar para sair para a lida, os cheiros do preparar dos alimentos, a presença de ônibus de empresa agrícolas, os sons de motos, predominam nos sentidos. Em pouco tempo, reina a calma e se estabelecem os ritmos das residências. (DIÁRIO DE CAMPO)

Também, há uma peculiaridade advinda da própria organização espacial dos lotes. De cada uma das áreas, pode-se avistar as outras e o transcorrer das práticas do dia a dia vivenciado pelo vizinho. Esta monitoração de alguma forma implica no participar da vida do outro, gerando inter-relações formais ou não. De uma forma ou outra, acabam essas relações afetando os meios de sustento do outro. Seja por imitação ou comparação de plantios, atração de compradores ou constituindo grupos associativos na direção de estabelecer vias para acessar o mercado. Tanto é assim que a maioria das associações é constituída por proximidade física. Ademais, a maioria é vizinha já há décadas, conforme aponta-se no gráfico 23. Essa situação acaba por estimular os constantes entrecosques de visões acaba por promover a realização de projetos conjuntos. Também possibilita estabelecimento de relação de poder, onde uns CIs conseguem convencer outros com o propósito de os representar nas demandas cotidianas estabelecidas no interior do PJ. Essa situação favorece a formação de grupos locais e constituição dos seus próprios projetos, práticas, estratégias, ações, identidades e motivações.

Aqui mesmo, o compadre Valcir é que resolve meus problemas no DIJ, qualquer um que seja [...] eu votei no Valcir porque ele preocupa com os nossos problemas [...] (CI-AB)

Gráfico 23 - Tempo de ocupação da área pelos Colonos Irrigantes do Projeto Jaíba



Fonte: Dados da pesquisa

Essa relação de proximidade alcançada com o decorrer do tempo até as relações de compadrio, como visto na narrativa anterior, contribui para um relacionamento de confiança e essa condição favorece a troca de saberes, de possibilidades e, principalmente, de informação.

Quanto ao sentimento de pertencimento ao PJ, apontam as falas dos interlocutores haver um enraizamento já bastante forte dos CIs. Já se encontra em franca constituição a terceira geração de CIs e esse fator por si só já é determinante para firmar laços de proximidade. Porém, as entradas de novos CIs e a mudança constante de projetos pessoais levam inelutavelmente à constituição de novas possibilidades, restrições e a constituição de novos interesses. Pode-se, então, inferir que o PJ se encontra em processo contínuo de construção.

Isso dá pra ver, dá pra sentir, aquelas pessoas mais velhas e tudo, que já têm, que os filhos já casaram, os netos e tudo, você vê que, assim, você

fala: de onde você é? – eu sou do projeto Jaíba. Fala de onde que ele veio; então hoje eles já se sentem, é [...] assim [...] tipo assim [...] porque ele é do projeto, é como se ele tivesse nascido aqui, ele enraizou tanto que [...] e vai falar se ele quer ir embora, ele fala: -não! Que aqui é o lugar dele. (MI-DJ 1)

Alguns já têm até netos, porque nós estamos falando de um projeto que começou a produzir no início dos anos noventa, então já tem mais de vinte e dois anos que esse projeto está em produção, mais o período de implantação, então algumas famílias já têm mais de vinte e cinco anos que estão lá no projeto. Então nós já temos lá filhos e alguns casos até netos. Aqueles que chegaram com filhos um pouco maiores, já estão com netos lá no Jaíba, então nós já podemos perceber lá, três gerações. Então a geração que chegou primeiro, ela trouxe toda a bagagem cultural. A geração intermediária e a geração tipicamente Jaíba, elas já tem gostos, perspectivas e tem visões de modo de vida totalmente diferentes, que já é o objeto dessa fusão de toda essa diversidade que a gente tem lá hoje. (MI-CD 1)

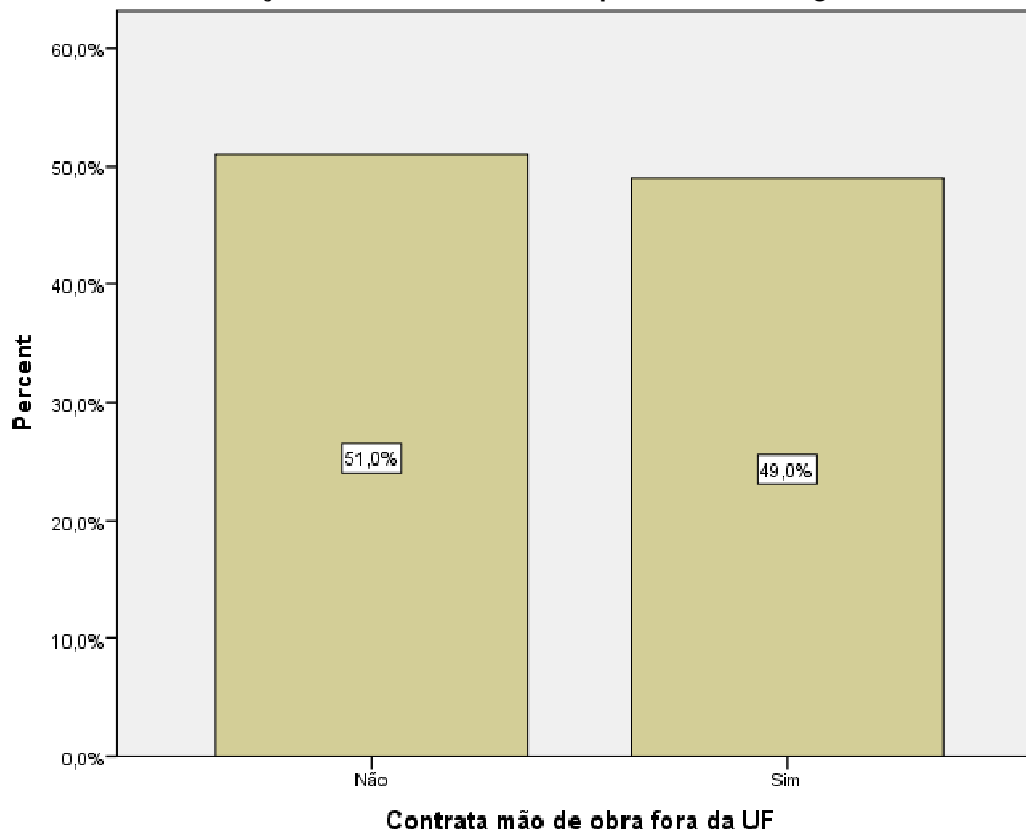
Especificamente, os lotes do PJ, na maioria absoluta dos casos, dividem-se em área de plantio e o quintal. Esses quintais podem ser considerados como uma das resistências à desconstituição dos modos de plantio anterior de subsistência ou da roça. Mesmo os CIs cujo direcionamento é para práticas de plantio tecnificado, com taxa de ocupação quase total, garantem um espaço para a instalação de seus quintais. O relato a seguir, realizado quando da observação não participante, descreve esse espaço:

A riqueza dos quintais ou entorno das casas – a reserva de subsistência. Percebe-se haver, ao entorno da maioria das casas observadas, quintais com uma enorme diversidade de espécies de plantas que fornecem parte das necessidades nutricionais dos CIs. Frutíferas (principalmente manga, mamão, coco, caju, maracujá do mato, umbu), verduras, legumes, plantas medicinais, criação de pequenos animais principalmente o frango. Também esses quintais aparecem como reserva da biodiversidade. A tarefa de cuidar dos quintais, cabe amplamente as mulheres. São elas as responsáveis pela idealização, implantação e manutenção desses quintais. Observei que o acesso a essas plantações e criações fortalece a dieta saudável da família como dar robustez a segurança alimentar dessas famílias. Encontra-se no quintal as ferramentas da família e objetos do campo, como fogões de lenha, pilões e jiraus. O ferramental manual - enxada, rastelos, foices, facão, arado, bombas costal, em poucas propriedades o trator. É empregado no cuidar dos quintais utilização de técnicas simples de manejo. Percebeu-se também a troca entre vizinhos de frutos. O que uns têm abundante, trocam com outros que não os tens. O interesse de se plantar nos quintais é exclusivamente para suprir as famílias. (DIÁRIO DE CAMPO)

A outra resistência advinda de práticas anteriores pode ser percebida na base da utilização da força de trabalho familiar na UFR. Mesmo os CIs considerados exitosos e que tenham ampliado as suas áreas, ainda assim, continuam tendo por base o trabalho familiar (Gráfico 24). A contratação externa de mão de obra é quase

sempre de forma esporádica, principalmente no período de colheita ou poda, bem como para atendimento de uma demanda específica quando o trabalho familiar não dá conta.

Gráfico 24 - Contratação de mão de obra externa pelos Colonos Irrigantes em 2012



Fonte: Dados da pesquisa

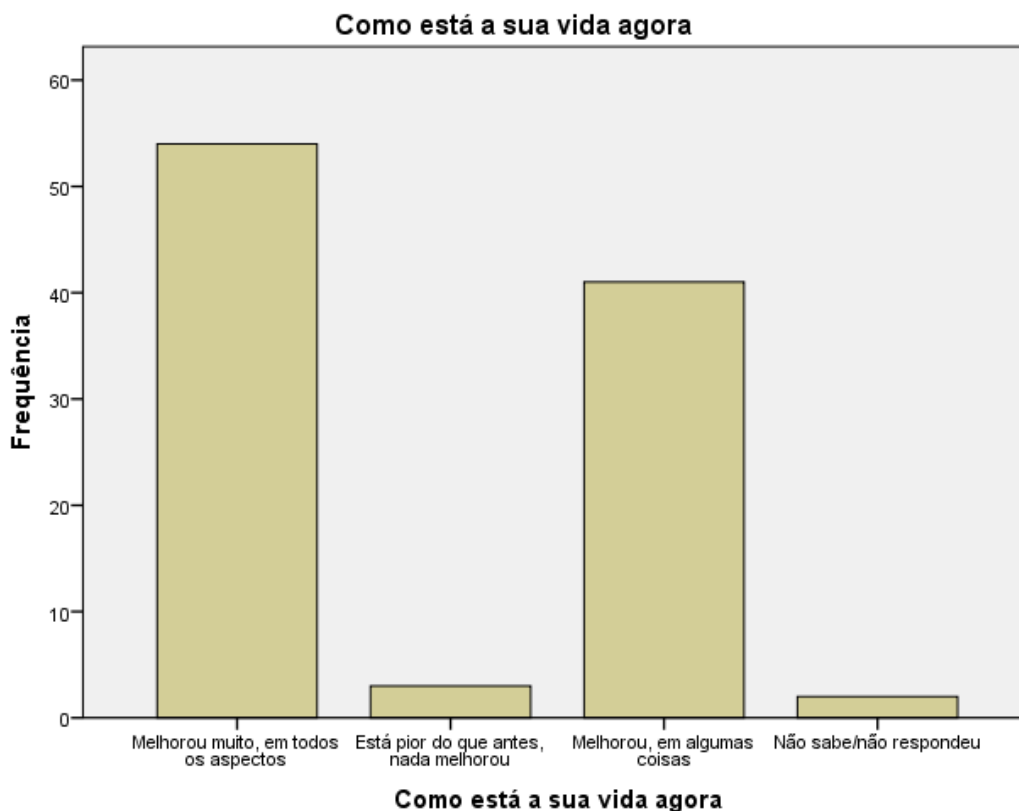
Um entendimento comum entre os CIs é quanto às condições de vida hoje em relação à vida que levavam antes da entrada no PJ. Quase todos percebem uma melhoria de vida, como se elenca no gráfico 25. Quando indagados os motivos, remetem tanto para a questão de aumento da renda como para a possibilidade de terem-se estabelecido como agricultores em suas terras, dessa maneira, possibilitando levar em frente as suas vidas e principalmente de ter conseguido que os filhos formassem e seguissem adiante, seja no projeto ou fora dele.

Hoje, o que garante o sustento da minha família aqui; é minha roça né; minha roça, às vezes eu te, cê tira de outras coisas mais foi te vindo dela né, eu tenho um limãozinho pouco, mas tenho produzindo, sempre eu tenho

é colhi meu milho, o feijão, né; a despesa eu tenho sempre e pago, tiro e sobra o do dia dia, então pra mim é tudo que sai daqui de dentro, às vezes a gente nem leva em consideração e às vezes cê chega hoje na cidade, se quer uma laranja cê tem que comprar, se quiser uma banana cê tem que comprar, se quiser um maxixe cê tem que comprar, se quiser um ovo e tiver R\$ 0,20 centavos no bolso cê compra, se não tiver né e aqui às vezes a gente nem leva em consideração, cê pega lá no ninho da galinha, a mulher vai lá e faz um biscoito,[...] (CI-JV)

Mudou bem, uá, porque praticamente, eu já estou bem mais velho, criei minha família toda, né, então se eu não ganhei nada aqui no projeto, mas ganhei ao mesmo tempo, porque criei a minha família todinha, né, e graças a deus, estou aí, né. Estão meus filhos tudo aí. Cada qual é dono de si, e eu vejo a coisa crescer, que o meu sonho é de ver as coisas desenvolver direitinho [...] (CI-GT)

Gráfico 25 - Percepção das condições de vida pelos Colonos Irrigantes do Projeto Jaíba



Fonte: Dados da pesquisa

Além disso, a constituição de uma identidade ou de pertencimento não remete naturalmente no sentido de haver uma homogeneização de meios de sustento, e sim a um espaço de domínio que indica haver áreas organizadas e regradas, onde se tem a expectativa de condutas esperadas. Também é correto afirmar haver um monitoramento e uma replicação de plantio principalmente de tipo frutífero. Mas, no caso do PJ, ela é cautelosa, é realizada por parte, é experimentada aos poucos e

construída dentro de uma rede de possibilidades em que o projeto individual do CI é uma das possibilidades de agregar outros. Essa é uma diferença interessante. Os CIs imitam uns aos outros e, ao fazê-lo, tentam reduzir os riscos da reprodução dos meios de sustento.

O mediador MI-DJ 1 assevera que, está constituindo-se no interior do PJ, uma identidade própria. Esta é produzida com a conformação dos CIs, as práticas de reconhecimento do contexto e a adaptação às condições de competição, profissionalização e acolhimento de informações gerais, principalmente, de mercado. Na discussão, individuou-se esse como mais um ingrediente da formação da heterogeneidade do PJ. Há sim a disputa, a competição, o ambiente informacional (discursos), porém o estabelecimento de estratégias, conhecimento e o poder de agência humana manifestam-se na tessitura dos acontecimentos e não previamente. As ações (agência humana) são um valor meio, não um valor-fim – são instrumentos para realização de um interesse. A verdade é que os envolvidos na intervenção planejada vão sim estabelecendo novas formas advindas das interfaces realizadas.

Vão se adaptando a essa realidade, vão se profissionalizando, vão conhecendo as formas de atender as necessidades de Jaíba, no sentido de produção, de competição, de informação, então, essas pessoas que entendem o ambiente, que observam o ambiente, e procuram se adequar nele, com certeza é porque já foi criando naturalmente essa identidade. (MI-DJ 1)

A própria decisão de produzir e o que se produzir vincula-se ao contexto, por conta dos meios de sustento tratam-se de uma negociação cotidiana. Na tabela 10 elenca-se a cautela produtiva, ou diversidade de plantios no interior do PJ. Isso pode-se traduzir nessa percepção de competitividade, de profissionalização ou de informação, contudo a defesa maior é a de posicionar-se dentro deste campo de forma a potencializar os recursos e as possibilidades de agir dentro deste ambiente com o intuito de garantir os meios de vida.

Tabela 10 - Produção de plantios tradicionais e fruticultura no PJ em 2012

CULTURA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO(t)
CULTURAS TEMPORÁRIAS			
ABÓBORA DIVERSAS	10,30	3,00	30,00
ABÓBORA MINI PAULISTA	1,00	1,00	10,00
ABÓBORA MOITA	14,80	14,80	5,92
ABÓBORA MORANGA HÍBRIDA	14,00	8,00	96,00
ABÓBORA RAMA HÍBRIDA	3,00	3,00	30,00
ABÓBORA RAMA SEMENTE	12,30	12,30	4,20
ALFACES DIVERSAS	3,00	1,00	4,00
ALFACE SEMENTE	9,00	7,00	4,20
AMENDOIM DIVERSAS	1,00	0,00	0,00
ARROZ	0,20	0,00	0,00
BATATA DOCE DIVERSAS	2,90	1,50	45,00
BETERRABA	0,10	0,00	0,00
CEBOLA DIVERSAS	33,32	27,00	580,00
CEBOLA BR27	2,20	2,00	36,00
COENTRO SEMENTE	2,20	2,20	0,80
ERVILHA SEMENTE	1,00	0,00	0,00
FEIJÃO COR	83,45	83,45	208,00
FEIJÃO VIGNA DIVERSOS	10,22	10,222	15,00
FEIJÃO VARGEM SEMENTE	11,70	6,80	12,40
GIRASSOL DIVERSAS	7,25	5,00	12,00
HORTAS DIVERSAS	7,25	7,25	15,00
MANDIOCA AMARELA	242,80	210,00	6300,00
MAXIXE	1,65	0,00	0,00
MAXIXE SEMENTE	3,50	0,00	0,00
MELANCIA FRUTO	25,65	25,65	1026,00
MELANCIA SEMENTE	4,50	4,50	10,00
MAMONA DIVERSAS	11,00	11,00	25,00
MELÃO FRUTO	2,00	2,00	60,00
MELÃO SEMENTE	3,00	2,50	1,40
MILHO GRÃOS	84,20	84,20	505,20
MILHO SEMENTE	4,50	4,50	8,10
MILHO VERDE	4,13	4,13	82,60
MOSTADA DIVERSAS	0,50	0,50	0,50
PEPINO INDUSTRIAL	7,00	7,00	14,00
PEPINO SEMENTE	4,00	4,00	4,00
PIMENTÃO	5,50	5,50	6,00
JILÓ SEMENTE	3,00	3,00	1,20
REPOLHO	3,00	3,00	45,00
QUIABO	9,00	9,00	36,00
QUIABO SEMENTE	1,50	1,00	0,70
RÚCULASEMENTE	2,00	2,00	1,00
SORGO GRANÍFERO	1,50	0,00	0,00
TOMATE SEMENTE	1,50	0,00	0,00
URUCUM DIVERSAS	5,52	5,52	10,00
TOTAL TEMPORÁRIA	661,79	584,52	9.245,22

(continua)

(continuação)

CULTURA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO(t)
CULTURAS PERENES			
ABACATE DIVERSAS	6,50	6,50	0,00
ABACAXI PÉROLA	0,65	0,00	0,00
ABACAXI SMOOTH	0,16	0,00	0,00
ACEROLA DIVERSAS	0,20	0,00	0,00
ATEMÓIA DIVERSAS	46,53	12,25	96,00
BANANA CAIPIRA	5,00	4,00	60,00
BANANA MAÇÃ	5,35	0,00	0,00
BANANA NANICA	245,86	86,14	3014,90
BANANA PACOVAN	3,90	2,00	70,00
BANANA PRATA	490,53	171,21	3424,80
CAFÉ DIVERSAS	17,82	17,82	85,54
CAJÁ	0,78	0,78	60,00
CAJU DIVERSAS	1,00	1,00	4,00
CANA-DE-AÇÚCAR DIVERSAS	34,93	34,93	2.794,80
COCO ANÃO	34,50	32,32	129,28
EUCALIPTO GRANDIS	34,50	0,00	0,00
GOIABA VERMELHA	11,70	11,70	175,50
GRAVIOLA DIVERSAS	2,50	2,50	25,00
LARANJAS DIVERSAS	38,63	38,63	579,45
LIMA DA PÉRSIA	1,38	1,38	15,00
LIMÃO TAHITI	2.127,81	1.564,88	31.297,80
MAMÃO FORMOSA	225,50	225,50	13.530,00
MAMÃO GOLDEN	6,40	6,40	256,00
MAMÃO SANTA AMÁLIA	4,52	4,52	271,20
MAMÃO SOLO	204,45	204,45	8.178,00
MANGA HADEN	33,46	33,46	1.003,80
MANGA PALMER	242,80	242,80	1.050,00
MANGA TOMY ATKINS	29,39	29,39	881,70
MANGA DIVERSAS	10,80	10,80	300,00
MARACUJÁ ESPALDEIRA	25,65	13,50	270,00
MOGNO DIVERSAS	130,80	0,00	0,00
NIM	15,00	0,00	0,00
PASTAGENS DIVERSAS	1.028,32	0,00	0,00
PASTAGENS BRAQUIERÃO	19,40	0,00	0,00
PASTAGEM COLONIÃO	7,50	0,00	0,00
PASTAGEM GRAMA FLORA KIRK	1,50	0,00	0,00
PIMENTA	2,06	2,06	3,00
PIMENTA DO REINO DIVERSAS	1,50	0,00	0,00
PIMENTA SEMENTE	3,00	0,00	0,00
PINHA DIVERSAS	70,10	70,10	490,70
PINHÃO DIVERSAS	10,00	0,00	0,00
POMAR DIVERSAS	0,50	0,00	420,00
TANGERINA DIVERSAS	63,03	63,03	945,45
UVAS DIVERSAS	6,00	6,00	90,00
TOTAL PERENE	5.251,89	2.893,55	69.470,52

Fonte: CODEVASF

Assim, tanto o modo de produzir como o de comercializar e viver traduzem-se em negociações sociais contínuas, onde certas condutas são rotinizadas e institucionalizadas, enquanto outras são interrompidas e reestruturadas ou substituídas por novas rotinas. O plano idealizado e a própria orientação expedida, pela agência de desenvolvimento aos MIs, seja nos estatutos ou nas inter-relações contínuas, entram como mais um elemento constitutivo da decisão no interior da trama da intervenção planejada. Também as regras, inseridas nos estatutos diversos, as normas e regras do contexto situado e as transferências de recursos, não se estabelecem por si só, são envolvidos nas inter-relações onde as agências humanas dos envolvidos, quando em interface social, estabelecem as decisões, estratégias e põem em movimento ações heterogêneas de sustento, sendo que o somatório desta constitui as possibilidades de geração do desenvolvimento rural.

Portanto, a indagação que se insere é se ocorreu como resultado dessa trajetória a emancipação do PJ? A resposta é, ao mesmo tempo, afirmativa como negativa. Para as agências de desenvolvimento, a resposta é não. A CODEVASF ainda rotula o PJ como estando em um processo de cogestão, especificamente, essa marca vincula-se à noção de não ter ainda o PJ alcançado a autossuficiência financeira. Outra interpretação é dada por MIs em que ainda o DIJ não consegue responder por conta própria com a gestão do fornecimento de água e a manutenção das estruturas aos usuários.

Se a emancipação significa gerar resultado financeiro para arcar com a estrutura física, a resposta certamente é o PJ ainda não adquiriu a sua autonomia. Todavia a questão vai além desta expectativa, pois a utilização de um recurso natural como a água dever-se-ia vincular à realização da produção para a segurança alimentar. Nesse sentido, ao atar, a agência de desenvolvimento, a intervenção planejada ao ideário de emancipação (visão financeira) como meta, não incorporando a construção de aprendizagem gnosiológica realizada pelos CIs, a intenção de se produzir alimentos em abundância de maneira a garantir a segurança alimentar para famílias brasileiras, acabou verdadeiramente perdendo a possibilidade de realizar a emancipação do PJ em sentido novo.

[...] emancipação dos perímetros irrigados, adotada pela Codevasf, prevê um período de cogestão, quando as áreas não estão totalmente ocupadas. Nesse período, as organizações de produtores são apoiadas pel e recebem

recursos do Orçamento da União. O período de autogestão só ocorre quando a organização passar a independe da Codevasf. (MI-CD2)

Emancipação ocorre com a construção dos projetos realizados pelo CIs [...] Parece que o governo tá segurando o negócio da emancipação [...] O que arrecada é insuficiente para pagar as contas [...]. A CODEVASF quer sair não quer colocar nenhum recurso, o DIJ ainda não consegue andar com suas próprias pernas [...] A CODEVASF não tem jeito de fugir da responsabilidade dela [...] (CI-JV)

A visão inicial dos CIs era produzir safras consecutivas para garantir a alimentação dos seus e gerar excedentes para complementar o sustento da família. Enxergavam, na água, o dom divino garantidor da vida, tanto para si quanto a outros seres vivos. Se acolhida for essa noção de emancipação para a produção de alimentos e desenvolvimento sustentáveis, estão postas as condições e visões coincidentes com a possibilidade de atuação de todos os CIs admitidos, inclusive os avaliados, ainda hoje, dentro do PJ, como não exitosos.

Então se o modelo anterior era a CODEVASF que fazia a gestão da água, esse modelo é um modelo novo, que a própria organização, ela definia alguns rumos, logicamente que tinha conselho no assento da CODEVASF, RURALMINAS, né, mas os conselheiros tinham uma capacidade de deliberar, então a criação do distrito, eu vejo que pode ser o início da emancipação de um perímetro público irrigado. (MI-DJ 1)

A palavra emancipada foi colocada no início e não foi muito bem-aceito [...] tinha frentes que dizia agora a CODEVASF não tem mais nada com o Projeto, e outros afirmavam que deveriam passar por fases [...] no início a CODEVASF queria já executando o projeto com emancipação, mas acabou implantando o projeto por meio de fases. (MI-DJ 2)

Ademais, emancipação estriba-se mais em ter e fazer circular informação, gestar as suas competências e relacionamento, buscar autonomia, ter agência, resistir e firmar a identidade do grupo, bem como colocar a comida na mesa, fazer atos de compra e venda e edificar a sua casa. Nesse sentido, os CIs construíram e constroem cotidianamente a sua emancipação, pois essa também se realiza na tessitura dos acontecimentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão inicial da investigação foi demonstrar que atores – CIs da Etapa I do Projeto Jaíba (PJ) – submetidos à intervenção planejada e idealizada por agências do Estado e executada por mediadores institucionais – MIs – têm a capacidade de produzir respostas diferentes às condições estruturais similares quando da constituição de estratégias dos seus meios de sustento.

Ao aplicar a metodologia descrita e sob a orientação da Perspectiva Orientada aos Atores, recorrendo à categoria analítica de intervenção como plano ou processo contínuo e negociado socialmente, percebeu-se a organização do PJ não como um plano físico ou de ação controlada pelos idealizadores, os quais determinariam o seu funcionamento, porém como arranjos sociais compostos pelas partes envolvidas, estando presentes os CIs, MIs e as organizações locais e a distância. Também, foi possível compreender que diferentes padrões de organização social derivam tanto dos interesses, valores, negociações e conflitos derivados do mundo da vida dos CIs e MIs e estruturas locais quanto são resultantes de forças exógenas, ambas interferências estabelecem as mudanças na paisagem local.

As mudanças não se estabelecem de forma natural ou atreladas somente às estruturas imutáveis do mercado, estado ou da sociedade. Ocorreram também a partir das lutas e negociações entre atores com diferentes visões, interesses sociais, estratégias, interface de conhecimento e experiências que, quando em relação e inter-relação, constroem ou adquirem agência. Desta forma, permitiu a POA averiguar que, tanto os CIs quanto os MIs estabeleceram espaços de manobra, dessa maneira, rompendo com a noção de ser possível antecipar, em um plano, o jogo e seus resultados.

Concernente às posições em disputas, estabeleceram-se as interfaces no interior do PJ. De forma inicial, as agências de desenvolvimento, representadas por MIs, realizaram esforços na direção de organizar e controlar os modos de produzir, comercializar e de vida dos CIs de forma a homogeneizar as práticas de seu sustento.

Sustentava-se esse posicionamento na crença quase axiomática que se poderia transformar um grupo de admitidos (considerados como vazios e inativos), sob critérios sociais, em empresários rurais. A convicção no pensamento estrutural

remetia para a noção de que, se dadas as mesmas condições a indivíduos, esses produziram resultados semelhantes. Essa crença tornou-se a base da intervenção planejada para o PJ e revestiu-se no seguinte receituário: plano-mediação-empresários rurais. A possibilidade dos CIs e MIs agirem de modo a fazer diferente e fazer a diferença não era nem a centralidade nem a finalidade da intervenção planejada.

Por sua vez, a dinâmica social da constituição da intervenção planejada contrariou o receituário. O plano não se realizou de forma linear e não foi executado por indivíduos vazios, ao contrário, foram as estratégias construídas pelas partes envolvidas, ao adquirirem agência ou as construírem nas inter-relações, que confirmaram estruturas, rotinizando-as ou retransformando-as. Assim, as estratégias constituídas nas arenas tanto se traduziram no engajamento de CIs ao estilo de produção empresarial quanto, e de forma prevalente, em CIs pluriativos. Mas, ainda, os resultados das ações levadas a cabo, pelos CIs em inter-relação com os demais CIs, MIs e organizações locais, produziram resultados premeditados com consequências não premeditadas.

Assim, após vinte e cinco anos de intensa intervenção planejada, com forte direcionamento em conformar os meios de sustento dos CIs em um sistema homogêneo e mercantilizado, direcionado principalmente à fruticultura, observa-se a diversificação tanto nos estilos de produzir quanto nas estratégias de inserção no mercado e modos de viver. O visto como resultado predominante do esforço de externar e mercantilizar a UFR traduziu-se em processos heterogêneos e não lineares em virtude da diversificação dos estilos de se fazer agricultura, comercializar a produção e viver dos CIs.

Essa diversidade de modos de produzir, comercializar e viver, mesmo diante de intervenção planejada como plano, transformou a intervenção planejada em processo multifacetado e heterogêneo. Desta forma, não se pode esperar de uma intervenção planejada resultados prévios, pois trata-se de um processo transformacional contínuo em que na sua dinâmica reformula constantemente os seus interesses e direções. Assim, dentro desta dinâmica, os envolvidos na intervenção produzem respostas na direção de definir seus próprios espaços sociais, limites culturais e suas posições dentro do campo de poder, onde encontram-se

presentes estruturas de poder mais amplas, como o Banco Mundial, as agências de desenvolvimento nacionais e internacionais.

As diferentes visões de mundo, interesses, valores, competências e habilidades carreadas pelos CIs e MIs para o interior do PJ fizeram surgir, no interior desta comunidade, formas amplamente heterogêneas. Desse modo, tanto ocorreu o direcionamento para práticas na direção de formas empresariais de produção quanto o retorno a formas campesinas de produção, bem como entre a forma empresarial e campesina, surgiu uma infinidade de variantes. O modo de produzir, de comercializar e de se viver está sendo constituído de forma contínua, pois, mesmo sendo um projeto de irrigação, não significa estar presente em seu interior uma categoria homogênea de irrigantes. Sim, a base é a irrigação, porém o entendimento sobre essa forma de se produzir é estabelecido nas relações e inter-relações e na construção dos discursos no interior das arenas, e não consumado como entendimento prévio.

Destarte, as inter-relações travadas dos CIs com os MIs e organizações locais e a distância permitiram produzir estratégias diversificadas de constituição de meios de sustento, não apenas acolhendo as orientações das agências de desenvolvimento via mediadores institucionais, mas consolidando o PJ como espaço da diversidade produtiva, de formas de acesso ao mercado e de modos de vida.

Esse ordenamento das inter-relações estabelecidas no dia a dia entre os CIs e MIs, grupos formais e informais ou destes com organizações, fez alojar um campo social no PJ, cujas práticas sociais de meios de sustento e os seus significados instituíram-se, derivados de elementos contingentes, ambivalentes e heterogêneos das ações sociais. Foi justamente esse intercruzamento diverso que fez brotar uma realidade múltipla e divergente reconhecida como Projeto Jaíba. Assim, o plano inicial das agências de desenvolvimento foi confrontado de forma gradativa pelos CIs, ao reconhecerem e vivenciarem o espaço que fora assentado, transformando-o em território. Significa que os CIs incorporam em suas consciências prática e discursiva o entendimento do espaço PJ ao problematizá-lo e, a partir de suas ações em inter-relações com os demais ocupantes deste espaço, propõem soluções diversas para problemas similares. Estando as soluções mais atreladas a possibilidades de levarem adiante seus projetos individuais ou, ao contrário, atrelarem a outros projetos em construção no PJ.

Nesse sentido, mesmo as agências de desenvolvimento carreando para o interior do PJ recursos e regras, na dinâmica e trajetória de constituição dos meios de sustento, essas regras e recursos, por conta das identidades, práticas e redes estabelecidas, foram ressignificadas pelo poder de agência humana dos envolvidos na trama da intervenção planejada. E as estratégias e decisões engendradas nessa trama tinham por intenção acessar e utilizar os recursos de forma a garantir a reprodução social e econômica dos CIs, e não o sentido de transformarem-se em empresários.

Assim, considerando a metodologia adotada, pode-se, tanto quanto os dados permitem, confirmar a hipótese proposta de que a intervenção planejada, idealizada como fluxo linear e dirigida ao PJ foi transformada em processo dinâmico e negociado socialmente, dessa maneira, traduzindo-se em ampliação da heterogeneidade, e não na homogeneização dos meios de sustento dos CIs. Também, pôde-se confirmar que os meios de sustento constituídos no interior do PJ foram derivados de um somatório de ações premeditadas e de suas consequências não premeditadas. Os CIs e MIs, ao levarem à ação a intervenção planejada, estabeleceram espaços de manobras nas suas inter-relações e, a partir das suas experiências, necessidades, valores e interesses diversos estabeleceram novos modos de produção, comercialização e modos de vida. Desta forma, impingiram modificações no modelo idealizado.

Neste sentido, com a contribuição da POA, conseguiram-se analisar os processos de intervenção e a heterogeneidade inseridos nas diferentes arenas sociais constituidoras dos modos de produzir, comercializar e viver dos CIs. Reconhecendo em todas as inter-relações a "estrutura e as constrações estruturais" e, em concomitância, acolhendo a heterogeneidade como traço estrutural, e não causal para a ação dos atores. A explicação para este traço estrutural remete-se para os atores, a agência humana, os indivíduos e a ação dos agentes sociais. A incorporação desta noção implica na desconstrução de conceber a intervenção planejada como um plano e esta poder estabelecer previamente os resultados.

Desta constatação, detectou-se que as agências de desenvolvimento, ao elaborarem planos com determinações, recomendações e orientações e previsão de resultados, chocaram-se com as experiências, interesses, necessidades e valores dos seus próprios mediadores e dos CIs e dos demais envolvidos. Nessa arena,

onde as visões se convergem e divergem continuamente na busca contínua do consenso, são gerados múltiplos acordos e agrupamentos estratégicos gerando respostas diferentes para contexto aparentemente similar. Isso significa que a heterogeneidade é reforçada quando atores em interface constroem as suas agências no sentido de elaborarem alternativas de soluções diferentes para problemas semelhantes enfrentados, resultando em múltiplas formas sociais e culturais, quando afetados por estruturas similares.

Mas ainda, por ser a vida transcorrida no PJ complexa, possuindo uma ampla diversidade de formas sociais e culturais, não se pode restar apenas nos resultados estruturais, sendo necessário reconhecer outros resultados como produzidos, reproduzidos e transformados por meio das rotinas e práticas organizativas dos envolvidos. Mesmo diante das limitações orientadas por certas convenções sociais, valores e relação de poder, carregadas para o interior do PJ pelos mediadores, com a utilização da POA, especificamente com emprego das categorias analíticas de interface social e agência humana, foi possível entender que essas não determinaram ou expressam a totalidade das produções, reproduções, consolidações e transformações dos processos sociais envolvidos no seu interior, pois os CIs e MIs na sua dinâmica, ao final, fizeram diferente e a diferença.

Especificamente nos modos de produzir, a categoria analítica da POA – heterogeneidade – possibilitou compreender que se tem como resultado uma combinação de experiências, interesses e valores dos envolvidos no processo de intervenção, assim, ampliando a heterogeneidade de novas formas produtivas ao conciliar a produção de sequeiro anteriormente dominado e as novas proposições de condução do plantio sob a forma irrigada. Deste modo, os CIs não foram encaixados em um estilo específico de produção, mas diversificaram as suas práticas de produção como estratégia de garantir a construção dos seus meios de sustento, tendo agora a possibilidade da irrigação.

Na comercialização, recorrendo à categoria analítica estratégia da POA, obteve-se como resultado que os atores, nas suas relações e inter-relações, estabeleceram estratégias de comercialização diversificadas como forma de garantirem a reprodução social e econômica. Velhas práticas de comercialização em feiras livres e novas formas de vendas antecipadas em programas institucionais, entre outras, foram entrelaçadas na construção social das relações de mercancia

dos colonos irrigantes da Etapa I do Projeto Jaíba. Estas estratégias foram percebidas em: parcerias com os empresários rurais locais; relacionamentos com intermediários ou na própria transformação de CIs em intermediários com o exercício de duplo papel; na integração a programas institucionais; no estabelecimento de mercados de curta distância, principalmente as feiras livres; e, na consolidação de cadeia local de fornecimento de leite e carne bovina. Nesse sentido, pôde-se acolher estarem as estratégias vinculadas a arenas específicas, sejam estas derivadas das negociações com o mercado formal, da negociação entre os CIs e seus pares, ou com intermediários ou esses CIs transformando-se no próprio intermediário. O certo é que os projetos individuais derivaram da inter-relação entre os diversos projetos individuais ou do distanciamento destes.

Nos processos organizativos e na prática cotidiana dos relacionamentos, a POA propiciou analisar, utilizando-se as categorias analíticas arena, domínio e interface social, que os CIs e MIs, de acordo com seus limites de informação e recursos, transformaram as associações de forma a representar os interesses em disputa. Mesmo sendo inicialmente encaixados como associados, os CIs acabaram por criar espaços de manobras e propor novos caminhos, seja discutindo o PJ como um grande condomínio, seja no acolhimento da CENTRALJAI como espaço privilegiado para comercialização do limão ou rompendo com as formas usuais de representação do DIJ, assumindo como responsabilidade dessa organização a defesa dos interesses associativos, e não apenas a gestão da água.

Especificamente, a disputa do significado de emancipação revela diferentes encaminhamentos. Para os idealizadores e na percepção dos MIs, está a capacidade dos CIs em assumirem completamente a gestão administrativa do DIJ, enquanto, para os CIs, está a possibilidade de ter e fazer circular informação, gestar as suas competências e relacionamento, firmar sua autoestima e de constituição da identidade do grupo, bem como colocar a comida na mesa, fazer atos de compra e venda e edificar a sua área. Nesse sentido, os CIs construíram e constroem cotidianamente a sua emancipação, pois essa também se realiza dentro da tessitura dos acontecimentos.

Essa discussão possibilita propor encaminhamentos para as iniciativas de intervenção planejada levada a cabo por agências de desenvolvimento nacionais e internacionais e ONGs que têm como propósito promover o desenvolvimento rural.

Também permite dialogar com a Ciência da Administração quanto à questão das decisões, estratégias e planejamento estratégico.

A primeira proposição é quanto às estratégias das agências de desenvolvimento, centradas em replicar experiências identificadas e avaliadas como exitosas e postas em prática, em um espaço-tempo, como forma de reproduzir o desenvolvimento em outros territórios. Esse entendimento confronta com a concepção de tratar-se a intervenção planejada de processo negociado. Negociar implica em relações e inter-relações cujas visões, interesses, valores e experiências são carreados para arenas de disputas, em que a alquimia realiza-se com o surgimento do novo, oriunda justamente das estruturas presentes em confronto com a possibilidade de agir dos atores que geram um movimento de estruturação. Significa que tanto as estruturas quanto as ações são forjadas, confirmadas, transformadas ou modificadas na tessitura dos acontecimentos. Nesse sentido, a cada inter-relação realizada entre atores, mesmo reconhecendo os regramentos existentes, há a possibilidade de gerar uma miríade de situações novas, e essa alquimia, como processo, deriva-se da capacidade de constituição ou aquisição de agência humana pelos envolvidos na trama da intervenção.

Portanto, não há a possibilidade de replicar experiências realizadas em outros espaços, pois os espaços estão vinculados a experimentações singulares dentro de um tempo e vinculadas a experiências, interesses, necessidades e valores dos participantes dentro de arenas específicas, de onde emergem novas possibilidades e soluções para problemas similares. Por isso, os projetos das agências estatais não expressam processos universais e replicáveis e não têm o poder de determinar ou moldar, por conta própria, os meios de sustento dos CIs. Deste modo, não há a possibilidade de estabelecer uma ligação direta entre “estrutura” e a conduta dos CIs em razão da própria estrutura, também, ser produzida e reproduzida a partir de interconexões entre os projetos e práticas levadas à ação especificamente em um tempo-espaço. Como explicação para a impossibilidade de replicar projetos de desenvolvimento, tem-se a agência humana. Essa remete para a capacidade dos CIs agirem organizando as relações sociais de forma a alterar a trama dos acontecimentos. E, por meio dessas inter-relações, elevam à centralidade projetos pessoais e ou decidem a incorporação de outros projetos e, assim, múltiplas formas sociais são produzidas, reproduzidas e transformadas.

Nesse sentido, os idealizadores de políticas públicas deverão incorporar às proposições de intervenção planejada uma nova institucionalidade em favor do acolhimento de estratégias, decisões, conhecimento e da própria construção do projeto como processo contínuo e negociado socialmente pelos envolvidos na trama dos acontecimentos. Neste ponto, há um alargamento da noção de participação, pois a efetiva participação manifesta-se na capacidade do ator realizar ação, e não apenas na intenção de realizá-la. Não estando esta vinculada à concessão de outros externos ou sujeitando-se à criação de espaços específicos à participação daqueles que a intervenção procura. Querendo ou não, no espaço-tempo onde ocorrer movimentação na direção de intervir em comunidades ou outros agrupamentos, os atores locais envolvidos construirão ou adquirirão agência e, concomitantemente, estabelecerão as estruturas (regras e recursos). E esse agir produzirá consequências premeditadas ou não e confirmará ou instituirá novas formas de desenvolvimento.

A segunda proposição deriva-se do diálogo entre a Ciência da Administração e a POA e remete-se para compreender o processo decisório dentro das intervenções planejadas e dirigidas às comunidades. A decisão é entendida pela Ciência da Administração como um plano (identificação de uma situação-problema/oportunidade até a escolha e colocação em prática de uma ação ou solução) no qual as preferências, intenções, intuições e racionalidades individuais são as bases para escolher a melhor alternativa entre várias e, assim, ser posta em ação. De certo modo, a decisão é composta de uma parte estática e outra dinâmica. Somente após a escolha solitária pelo indivíduo da melhor alternativa é que se manifesta como processo social quando da implantação daquela alternativa. As inter-relações são postas à margem no processo de escolha da melhor alternativa, como se essa não afetasse e fosse o elo comum entre a racionalidade individual e a escolha. A melhor alternativa atrela-se inelutavelmente à dinâmica da relação, e não o contrário, a escolha da melhor alternativa é estabelecida fora da inter-relação, e apenas posteriormente é posta para solução de uma situação-problema ou aproveitamento de oportunidade. Nesse sentido, poder-se-á acolher o entendimento de decisão como um processo em estruturação: valoriza-se, neste sentido, tanto a habilidade, capacidade, impulso natural ou de experiência acumulada inerente ao indivíduo em tomar a decisão ao utilizar a sua racionalidade quanto valorizam-se as

inter-relações travadas em um espaço-tempo determinado, onde é construída ou adquirida agência pelos envolvidos na decisão; ambas compõem o processo de tomada de decisão.

Assim, o processo de decisão vincula-se ao ator em inter-relação com outros atores, integrando o interesse individual de tocar um projeto em relação a projetos de outros interessados, significando que a decisão é tomada em negociação contínua de interesses, dessa maneira, envolvendo elementos políticos, econômicos, culturais, científicos, tecnológicos e ambientais. Por conseguinte, a racionalidade limitada do indivíduo deixa de ser o componente central no processo decisório, devendo ser substituída pela intensidade de relações e inter-relações produzidas em um determinado espaço-tempo e tendo em conta se ocorreu o estabelecimento de consenso ou não. A melhor alternativa é a consensual. Por conta disso, consideram-se as decisões como construídas, e não como planos de ação, conseqüentemente, pertencem mais ao processo social que às preferências e intenções individuais. Ao acolher a decisão como processo social, as fases do processo de decisão – descobrir as ocasiões em que deve ser tomada, identificar os possíveis cursos de ação e decidir-se entre um deles – somente se realizam em contexto situado de disputa, cuja melhor alternativa é aquela consensual e acolhida para adoção naquele momento.

A terceira proposição vincula-se à anterior no entendimento de ser a estratégia processo social. As estratégias também são construídas, e não planos elaborados levando em conta as preferências e intenções individuais. Por exemplo, a fundação do DIJ foi indicada, na idealização, como um plano a ser encenado pelos CIs, sendo designada de estratégia participativa devido à composição do Conselho de Administração ter a representação dos ocupantes da Etapa I do PJ. Ocorreu a instituição do DIJ, contudo, transformou-se em unidade organizacional vinculada à agência de desenvolvimento, e não aos CIs no primeiro momento. Somente após tomarem consciência prática e discursiva sobre o DIJ, é que os CIs passaram a conquistar a sua efetiva participação no encaminhamento das estratégias do DIJ, sendo essa construída socialmente. No sentido real, as estratégias vinculam os interesses daqueles que as engendram aos interesses de outros. Uma estratégia não se consubstancia individualmente, depende da adesão de outros, deste modo, trata-se de um processo social, e não de um plano. Para que a estratégia atinja uma

meta ou resultados, torna-se necessário um encadeamento de interesses: não basta produzir com qualidade e em base sustentáveis, é necessário que haja interesses de outros em adquirir e distribuir; outros, o interesse em colocar à venda em seus pontos de venda; e, mais ainda, que haja o interesse e avaliação de outros em consumir um produto de qualidade e produzido sob a preocupação da sustentabilidade ambiental.

A outra proposição remete para o planejamento estratégico realizado como forma de prever os resultados. Mesmo sob rigorosa coerção, os atores são capazes de agir de maneira diferente. Esse entendimento permite repensar o planejamento estratégico quando tomado como plano. Ao incorporarem a noção de agência humana, as discussões do planejamento estratégico, os seus elaboradores, poderão evitar frustrações e sentimento de fracasso na condução da implantação do projeto, uma vez que se trata de construção social, e não de certeza idealizada.

Por fim, sugere-se como possíveis pesquisas a serem desenvolvidas a partir deste trabalho questões vinculadas aos universos de linguagem das populações locais e das instituições de desenvolvimento: a linguagem das instituições, sob a forma de projetos, penetra na linguagem local ou apenas serve ao projeto de desenvolvimento da agência de desenvolvimento? Outra sugestão de pesquisa assinala para a discussão de entender como os CIs do PJ lidam com as questões da natureza devido ao Projeto Jaíba ter como origem a devastação de uma diversidade de bens e vidas para alocar objetos físicos com valorização do bem água como recurso econômico. A terceira sugestão remete para discutir-se a questão da concentração fundiária em um espaço concebido para ser um modelo atomizado de ocupação.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALENCAR, E. Formas de intervenção e associações comunitárias apresentação de três casos. **Revista Brasileira de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 97-115, set. 1995.

ALENCAR, E.; GOMES, M. A. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-55.

ALVES, E. Difusão da Tecnologia: uma visão da pesquisa. In: SEMINÁRIO: TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA/ADOÇÃO DE INOVAÇÕES/INSTITUCIONES DE INVESTIGACIÓN, IICA. **Anais...** Montevideo, Uruguay, 1989. p. 27-34.

ARAÚJO, M. L. P. **Perímetro irrigado de Morada Nova: discurso e realidade**. 2000. 81fls. Monografia (Especialização em Educação, Ciência e Ética na Humanização do Meio Ambiente) - Setor de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2000.

ARAUJO, T. C. A; GODRIM, M. D; SOUZA, V. S. **A organização social da agricultura familiar do Projeto Jaíba-MG como desafio para o desenvolvimento local sustentável**. Londrina: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 22 a 25 de jul. 2007.

ARCE, A; LONG, N. The dynamics of knowledge. In: LONG, N; LONG, A. (Ed.). **Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**. London: Routledge, 1992. p. 211-246.

ARNALTE ALEGRE, E. Estructura de las explotaciones agrarias y externalización del proceso productivo Información Comercial Española. **Revista de Economía**, Madri, n. 666, p. 101-117, feb. 1989.

BANCO MUNDIAL. **Série Água Brasil 5. Impactos e Externalidades Sociais da Irrigação no Semi-árido Brasileiro**. Brasília: Estação Gráfica, 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BOGDAN, R. C.; BIKLEM, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 1994.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico da sociologia**. São Paulo: Ática, 2001.

BRASIL. **Lei n. 6.662, de 25 de junho de 1979.** Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências. Brasília: DOU, 26 de junho de 1979,

BRASIL. **Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984.** Brasília: DOU, 30 de março de 1984.

BRASIL. **Lei n. 12.787, de 11 de janeiro de 2013.** Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, altera o art. 25 da Lei n. 10.438, de 26 de abril de 2002, revoga as leis nºs. 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-lei nºs. 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências. Brasília: DOU, 14 de janeiro de 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **A irrigação no Brasil:** situação e diretrizes. Brasília: IICA, 2008.

BROWN, D. **Strategies of social development non-government organizations and limitations of freire an approach.** Reading: The University of Reading, Faculty of Education and Community Studies, 1994.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond/BNB, 2008. v. 1.

CARVALHO, O. **A economia política do Nordeste:** seca, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CASTRO, E. G. El punto de inserción. In: THORTON, R.; CIMADEVILLA, G. (Orgs.). **La extensión rural em debate.** Buenos Aires: INTA, 2003.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas:** políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

CHAMBERS, R. In search of professionalism, bureaucracy and sustainable livelihood for the 21st century. **IDS Bulletin**, v.2, n.4, p.5-12, 1991.

CHAMBERS, R. et al. (Eds.). **Farmer First:** farmer innovation and agricultural research. London: Intermediate Technology, 1989.

CHAMBERS, R. Paradigm shifts and the practice of participatory research and development. In: NELSON, N.; WRIGHT, S. (Eds.). **Power and Participatory Development.** London: Intermediate Technology Publications, 1995.

CHAMBERS, R. **Rural Appraisal:** Rapid, relaxed and participatory. Discussion Paper 311. Brighton: IDS, 1992b.

CHAMBERS, R. **Rural development:** putting the last first. New York: Longman, 1983.

CHAMBERS, R. The self-deceiving state: psychosis and therapy. **IDS Bulletin**, v.23, n.4, p.31-42, 1992.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. **Sustainable Rural Livelihoods**: Practical Concepts for the 21st Century, Discussion Paper 296. Brighton, UK: Institute of Development Studies, 1992.

COELHO, J. **As secas do Nordeste e a indústria das secas**. Petrópolis: Vozes, 1985.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARANAÍBA - CODEVASF. **Avaliação global e sistematização dos aspectos socioeconômicos e ambientais do projeto Jaíba: Etapa I**. Belo Horizonte: CODEVASF, 1994.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARANAÍBA - CODEVASF. **Cartilha do Irrigante**. Brasília: CODEVASF, 2000.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARANAÍBA - CODEVASF. **Projeto de Irrigação do Jaíba**. Montes Claros: 2008. (CD-ROM)

CONTERATO, M. A. et al. **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

COSTA, D. S. M.; PEREIRA, A. M.; RUAS, K. F. As Potencialidades da Região Semiárida do Norte de Minas: Análise do Centro de Estudos de Convivência com o Semiárido. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS. Espaço de Diálogos e Práticas. **Anais...** Porto Alegre, 2010.

COSTA, J. B. de. A Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, G. R. (Org.). **Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas**: considerações a partir das ciências sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. p. 77-98.

COSTA, J. B. de A. **Tomando Alhos por Bugalhos**: o decantado desenvolvimento do Norte de Minas. Montes Claros: OPINIÃO, UNIMONTES, PPGDS, 2005.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais**: La contribución de la agroecología e de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. 1998. 214fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidad Internacional de Andalucía, España, 1998.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. London: Sage Publication, 1994.

DEPONTI, C. M. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da intervenção rural pública do Rio Grande do Sul**. 2011. 275fls. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,

Porto Alegre, 2011.

DINIZ FILHO, L. L.; BESSA, V. C. Território e Política: as mutações do discurso regionalista no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, n. 15, 1995.

DINIZ, A. S. A. Construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. In: ELIAS, D. S.; SAMPAIO, J. L. F. (Orgs.). **Modernização Excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

DOLABELLA, R. **Agricultura irrigada e desenvolvimento sustentável**. Brasília-DF: Centro de Documentação e Informação – Câmara Federal, 2009.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, Londres, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

_____. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

EMPRESA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RUAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG. **Relatório de Atividades 2010**. Jaíba: 2010.

EMPRESA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RUAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG. **Relatório de Atividades 2011**. Jaíba: 2011.

EMPRESA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RUAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG. **Relatório de Atividades: Projeto Jaíba Etapa I**. Jaíba, MG, 2004.

FARRINGTON, J. et al. **Extension, poverty and vulnerability: the scope for policy reform**. London: Overseas Development Institute, 2002.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil: um modelo educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Trad. de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIDDENS, A. **Dualidade da estrutura: agência e estrutura**. Trad. Otávio Gameiro. Oeiras: Celta, 2000.

_____. **New Rules of Sociological Method: A Positive Critique of Interpretative Sociologies**. London: Hutchinson, 1996.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. **A constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GINO FILHO, G. G.; GOULART, E. E.; CAPRINO, M. P. Difusão de Inovações: apreciação crítica dos estudos de Rogers. Porto Alegre: **Revista FAMECOS**, n. 33, p. 41-45, ago. 2007.

GOMES, N. M. Estado, capital e colonização na fronteira agrícola mineira. 1983. 124fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNICAMP, Campinas, 1982.

GUERRA, P. B. **A civilização da seca**. Fortaleza: DNOCS, 1981.

GUIVANT, S. J. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.14, n.3, p.411-446, 1997.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. **Agricultural Development**. London: Johns Hopkins University Press, 1971.

HOCKENBURY, D.; HOCKENBURY, S. E. **Descobrimos a psicologia**. São Paulo: Manole, 2003.

HUSSERL, E. **La Crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendentale**. Paris: Gallimard, 1967.

JANUZZI, Y. **Diagnóstico e intervenção administrativa em fazendas. Aplicação em lotes de colonização no perímetro público de irrigação de Jaíba, MG**. Brasília: ESAL/FAEP, 1995.

KITCHING, G. **Development and underdevelopment in historical perspectiva: populismo, nationalism and industrialization**. London: Rountlege, 1989.

LAGE, M. C. Utilização do software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD. **ETD: Educ. Tem. Dig.** Campinas, v.12, n.esp., p.198-226, mar. 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, S. N. R.; DINHH, D. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: **OS ATORES do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais**. Trad. Daniela Garcez, Leandro Krug Wives e Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p.14-37.

_____. **Development sociology: actor perspectives**. London/New York: Routlege, 2001.

_____. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. In: LONG, N.; LONG, A. (Ed.). **Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice**. England: Longman, 1994.

_____. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor.** Trad. Horacia Fajardo, Magdalena Villarreal y Pastora Rodríguez. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social/El Colégio de San Luis, 2007.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). **Rethinking Social Development: Theory, Reseach and Practice.** Harlow: Longman, 1994. p. 62-90.

MARSDEN, T. K. **The condition of rural sustainability.** Assen: The Netherlands, Van Gorcun, 2003.

MARTINS, S. **Análise da implementação da política nacional de irrigação do Norte de Minas Gerais: O caso do Projeto Jaíba.** 2008. 215f. Dissertação (Mestrado em Administração) - UFV, Viçosa, 2008.

MATA-MACHADO, B. **Histórias do sertão noroeste de Minas Gerais 1690 - 1930.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento.** Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2004.

NEDER, G. **Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: DAMASCENO, A. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar uma outra agricultura.** Curitiba: Ed. UFPR, 1998. p. 147-168.

OLIVEIRA, D. et al. A produção de novidades: como os agricultores fazem para fazer diferente? In: **OS ATORES do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011. p.14-37.

OLIVEIRA, M. F. M. et al. **Formação social e econômica do Norte de Minas.** Montes Claros: Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, M. F. M. Processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, M. F. M. et al. **Formação social e econômica do Norte de Minas.** Montes Claros: Unimontes, 2000. p. 13-103.

PEREIRA, M. A.; SOUZA, M.; SCHNEIDER, S. Meios de Vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais. **Revista Ideias**, v. 4, n. 1, p. 203-224, jun./jul, 2010.

PLANO DIRETOR PARA O DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - PLANVASF. **Relatório Final.** Brasília: PLANVASF, 1989.

PLENA CONSULTORIA DE ENGENHARIA AGRÍCOLA. **Plano básico de trabalho de assistência técnica e extensão rural** – 1997 – Projeto Jaíba – Etapa I. Belo Horizonte, 1997.

PLOEG, J. D. van der et al. Rural Development: form practices and policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v.40, n.4, p. 391-407, 2000.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre – RS: Editora da UFRGS, 2008. (Coleção Estudos Rurais).

PLOEG, J. D. van der. The Virtual Farmer. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2003.
PLOEG, J. V. van der. O modo de produção revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 15-58.

PLOEG, J. V. van der. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. V. van der; LONG, N. **Born from within**: practice and perspective of endogenous rural development. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 7-30.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Ciência Hoje – Multi, 2005.

PROENÇA CAVALCANTI, M. **Ribeira do São Francisco**. Rio de Janeiro: Laenumert, 1944.

RAMOS, Arthur. **Introdução à Antropologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

RELATÓRIO do Projeto Jaíba 2005 – 2010. Disponível em:
<<http://www.agricultura.mg.gov>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

RIBEIRO, C. M. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região de Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 300fls. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/PGDR, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

RODRIGUES, L. Potencial da agricultura irrigada como indutora do desenvolvimento regional: o caso do Projeto Jaíba no Norte de Minas Gerais. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 2, p. 206-232, abr./jun. 2001.

RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande projeto Jaíba**: 1970-1996. 1998. 302f. Tese (Doutorado em História Econômica) - FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

ROGERS, E.; SHOEMAKER, F. F. **Communication of innovations**: across-cultural approach, 2nd ed. New York: Free Press, 1971.

ROMANO, J. O. **Empoderamento**: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não-comunista. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura Familiar, pluriactividad y Desarrollo Rural en el sur de Brasil**. 2000. 472fls. Tese (Doutorado em Agroecologia, Sociologia y Desarrollo Sostenible) - Universidad de Cordoba, UC, Cordoba, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem as nascentes do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade Estadual de São Paulo, 1975.

SANTOS, F. K. S. **Políticas públicas e reorganização do espaço**: o caso do perímetro irrigado de Morada Nova (Ce). 2004. 168fls. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Centro de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, 2004.

SANTOS, G. R.; SILVA, R. S. **Os Irrigantes do Projeto Jaíba**: da produção de subsistência à agricultura moderna. Anais do seminário internacional sobre o desenvolvimento regional do nordeste. Recife-PE: CICEF – UFPE, out. 2009.

SANTOS, G. R. **Da produção de subsistência à agricultura moderna - socialização e preparação para o trabalho no Projeto Jaíba**. São Paulo: PUC, 2003.

SANTOS, K. C. **A comunicação como instrumento de intervenção nas associações de pequenos produtores rurais de Japonvar, MG**: prescrição ou religação. 2004. 174fls. Mestrado (Dissertação em Administração de Empresas) - UFLA, Lavras, 2004.

SARDAN, J-P. O. **Anthropologie et développement**: essai en socio-anthropologie du changement social. Paris: Karthala, 1995.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. 470fls. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia/IFCH, UFGRS, Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, S. **Reflexões sobre diversificação e diversidade**: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris I**, v.4, n. 1, 2010.

SCHULTZ, T. W. **Transforming Traditional Agriculture**. New Haven: Yale University Press, 1964.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOARES, C. C. **O caráter social e as perspectivas de adaptação da pequena produção inserida em projetos de concepção técnica**: o caso do Projeto Jaíba.

1999. 114fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - UFLA, Lavras, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. As possibilidades das Metodologias Informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 3, n. 5, p. 114-146, jan./jun. 2001.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIDAL. **Relatório de Monitoramento Programa Irrigação e Drenagem**. Brasília: [s.n.], 2006.

VALDES, A. et al. **Impactos e Externalidades Sociais da Irrigação no Semi-árido Brasileiro**. Brasília: Banco Mundial, 2004.

VIDAL, F. B. A problemática do semiárido nordestino à luz de Celso Furtado: permanência da pobreza estrutural. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Pobreza e desigualdades sociais. **Anais...** Salvador: SEI, 2003.

VILELA, M. R. Água para produção de alimentos e desenvolvimento rural sustentáveis. In: ENCONTRO NACIONAL: Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21. **Anais...** Brasília: ABEAS – SRH Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1996.

VILLARREAL, M. **Wielding and Yielding: Power, Subordination and Gender Identity in the Context of a Mexican Development Project**. 1994. 281 p. Ph.D. (Thesis in Sociology) - Wageningen Agricultural University, Wageningen, 1994.

VRIES, P. **La modernización del clientelismo en el Atlántico de Costa**. Trad. Guiselle Vargas Ramírez. Heredia, CR: EUNA, 2001.

WISKERKE, J. S. C.; van der PLOEG, J. D. **Seeds of Transition: Essays on Novelty production, Niches and Regimes in Agriculture**. Assen: Royal van Gorcum, 2004.
WORLD BANK, Staff Appraisal Report – Brazil Irrigation Project. **Report NO 7371-BR**. Washington: The World Bank, 1988. (mimeo.)

XAVIER, T. B. S. **Estudos Climáticos e de previsão para o Ceará e Nordeste Setentrional**. Fortaleza: ABC, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS COLONOS IRRIGANTES

MODELO ROTEIRO ENTREVISTA DOS COLONOS IRRIGANTES

1. Você vivia onde antes de vir para o Projeto Jaíba?
2. O que fazia para sustentar a si e a sua família por lá?
3. O que lhe faz mais falta do lugar de onde veio?
4. De lá para cá, você mudou sua maneira de produzir?
5. Quem mais contribuiu para que essa mudança ocorresse?
6. De lá para cá, sua maneira de vender mudou?
7. Quem mais contribuiu para que essa mudança ocorresse?
8. De lá para cá, sua maneira de viver mudou?
9. Quem mais contribuiu para que essa mudança ocorresse?
10. Como está sua vida agora em relação à vida que levava?
11. Na sua opinião, o que mais contribuiu para que isso ocorresse?
12. O que mais valoriza quando pensa em sua área aqui no Jaíba?
13. O que mais influencia para que você continue por aqui?
14. Sua esposa quer continuar por aqui?
15. Qual a participação da sua esposa na produção?
16. Qual a participação da sua esposa na comercialização?
17. Qual a participação do seu filho/filha na produção?
18. Qual a participação do seu filho/filha na comercialização?
19. Seu filho e filha que continuar por aqui?
20. Na sua opinião, o que garante o sustento da sua família?
21. Quais as principais regras/normas para produzir aqui no Projeto?
22. Quais as principais regras/normas para comercializar aqui no Projeto?
23. Quais as principais regras/normas para viver aqui no Projeto?
24. Você acata essas regras/normas?
25. Essas regras foram feitas por alguém ou alguma instituição?
26. Quando você vai produzir procura ajuda de alguém?
27. Quando você vai comercializar procura ajuda de alguém?
28. Como a Codevasf influenciou no seu modo de produzir?
29. Como a Codevasf influenciou no seu modo de vender a produção?
30. Como a Codevasf influenciou no seu modo de viver?
31. Como a Emater influenciou no seu modo de produzir?
32. Como a Emater influenciou no seu modo de vender a produção?
33. Como a Emater influenciou no seu modo de viver?
34. Como o DIJ influenciou o seu modo de produzir?
35. Como o DIJ influenciou o seu modo de vender a produção?
36. Como o DIJ influenciou o seu modo de viver?
37. Você participa de alguma associação?
38. Qual a importância dessa entidade em sua vida?

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM OS COLONOS IRRIGANTES

Nome: _____ Data ____/____/____

Endereço: _____

A – IDENTIFICAÇÃO DO COLONO IRRIGANTE: O ANTES

1. De que lugar você veio:

- () 1. Norte de Minas () 4. Bahia
 () 2. Outras regiões de Minas Gerais () 5. Outros Estados do País
 () 3. Rio Grande do Sul
 Qual? _____

2. A atividade que ocupava antes de vir para o Projeto:

- () 1. Agricultor () 4. Trabalhador urbano
 () 2. Lidava com o gado () 5. Extrativista
 () 3. Pescador () 6. Outros: _____

3. Qual era sua principal motivação para praticar a atividade acima:

- () 1. Porque permitia o lucro
 () 2. Porque permitia o sustento da família
 () 3. Porque permitia ocupação para os membros da família
 () 4. Porque permitia fazer o que eu sabia fazer
 () 5. Outra. Qual? _____

4. Qual tipo moradia/propriedade possuía antes de vir:

- () 1. Propriedade rural () 4. Era arrendatário
 () 2. Propriedade urbana () 5. Outra. Qual? _____

5. Qual é a sua religião:

- () 1. Afro-brasileira () 4. Evangélica
 () 2. Católica () 5. Outra. Qual? _____
 () 3. Espírita

6. Antes de vir para o Projeto como você plantava:

- () 1. Período de chuvas () 4. Não plantava
 () 2. Vazante/ilha () 5. Outra. Qual? _____
 () 3. Irrigação

7. Antes de vir para o Projeto como você criava os animais:

- () 1. No pasto () 4. Não criava
 () 2. Com ração () 5. Á solta
 () 3. Mista (ração/pasto) () 6. Outra Qual? _____

8. Antes de vir para o Projeto você participava de algum grupo:

- () 1. Associação comunitária de produtores e/ou agricultores
 () 2. Cooperativa
 () 3. Sindicato de trabalhadores
 () 4. Associação de mulheres/clubes de mães
 () 5. Associação vinculada à Igreja
 () 6. Clube de futebol, etc. ligado ao lazer
 () 7. Outros tipos de entidades (especificar): _____

9. O que fazia com a produção agrícola e com os animais antes de vir para o Projeto?

- () 1. Venda direta para consumidores nas casas ou em feiras livres
 () 2. Para cooperativa
 () 3. Para agroindústria e/ou empresa privada
 () 4. Para poder público – município
 () 5. Para intermediário – atravessador
 () 6. Não vendia
 () 7. Para outro: _____

10. Por que vendia nesse lugar e para essas pessoas:

- () 1. Preço ofertado () 4. Assinatura de contrato
 () 2. Regularidade de venda () 5. Recomendação dos técnicos
 () 3. Facilidade de venda () 6. Outros. Quais? _____

11. Antes de vender a sua produção você pegava informação onde?

- () 1. Televisão () 5. Vizinho
 () 2. Jornal () 6. Associação
 () 3. Cooperativa () 7. Outros: _____
 () 4. Técnico

12. O que você comprava fora da sua propriedade para fazer a plantação ou cuidar da criação:

- () 1. Insumos () 4. Embalagens
 () 2. Máquinas/equipamentos () 5. Outros. O quê? _____
 () 3. Não comprava

13. Antes de vir para o Projeto participava de alguma festa da sua comunidade:

- () 1. Não () 2. Sim. Qual? _____

14. Recebia visita de algum técnico:

- () 1. Não () 2. Sim. Qual? _____

15. Quais eram os bens que tinha dentro da sua propriedade: (Marque com "X")

- () 1. Aparelho de som; 2. () Automóvel; 3. () Batedeira; 4. () Moto; 5. () Máquina de lavar roupa; 6. () Bicicleta; 7. () Parabólica; 8. () Ferro elétrico; 9. () Rádio; 10. () Fogão a gás; 11. () Televisor; 12. () Fogão à lenha; 13. () Televisor; 14. () Videocassete; 15. () Micro-ondas/forno elétrico; 16. () Linha telefone fixo; 17. () Celular; 18. () Geladeira; 19. () Liquidificador; 20. () Outro/Qual: _____

16. Contratava mão de obra fora da propriedade:

- () 1. Sim () 2. Somente no período da colheita () 3. Não

17. Alguém da sua família trabalhava fora da propriedade:

- () 1. Não () 2. Sim. Onde? _____

18. Como fazia para custear a atividade que praticava?

- () 1. Com recursos próprios () 2. Pronaf () 3. Financiamento Bancário
 () 4. Outro - Qual _____

B – CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR

19. Composição do grupo familiar:

MEMBRO	QUANTID.	ATIVIDADE	ESCOLARIDADE
Resp./chefe			
Cônjuge			
Filho			
Filha			
Genro			
Nora			
Netos			
Avô			
Avó			
Irmão			
Irmã			

Legenda: ATIVIDADE: 1. Trabalho tempo integral na UF; 2. Trabalho tempo parcial na UF; 3. Trabalho na propriedade e estuda; 4. Trabalho tempo integral fora UF; 5. Somente estuda; 6. Criança menor de 8 anos; 7. Idoso maior de 65 anos; 8. Não trabalha porque deficiente ou inválido; 9. Trabalho doméstico – tempo integral; 10. Trabalho doméstico – tempo parcial; 11. Desempregado.

ESCOLARIDADE DOS MEMBROS DA FAMÍLIA: 1. Analfabeto – nunca estudou; 2. Apenas lê e escreve; 3. 1ª a 4ª série completo; 4. 1ª a 4ª série incompleto; 5. 5ª a 8ª série completo; 6. 5ª a 8ª série incompleto; 7. 2º grau completo; 8. 2º grau incompleto; 9. Nível técnico; 10. Superior completo; 11. Superior incompleto; 12. Mestrado; 13. Doutorado; 14. Fora de idade escolar.

20. Você está aqui no lote há quantos anos:

- () 1. Desde o início
 () 2. De 1 ano 3 anos
 () 3. Mais de 10 anos
 () 4. Mais de 3 até 5 anos
 () 5. De 5 a 10 anos

21. Qual a forma de ocupação do Lote:

- () 1. Titulação pela RURALMINAS
 () 2. Promessa de titulação pela RURALMINAS
 () 3. Contrato de gaveta
 () 4. Arrendatário
 () 5. Outro. Qual? _____

22. Bens dentro do Lote e quantidade: Marque com “X”

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

Legenda: 1. Aparelho de som, 2. Automóvel; 3. Batedeira; 4. Moto; 5. Máquina de lavar roupa; 6. Bicicleta; 7. Parabólica; 8. Ferro elétrico; 9. Rádio; 10. Fogão a gás; 11. Televisor; 12. Fogão à lenha; 13. Televisor; 14. Videocassete; 15. Microondas/forno elétrico; 16. Linha telefone fixo; 17. Celular; 18. Geladeira; 19. Liquidificador; 20. Outro/qual: _____

C – CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

23. Quanto da sua área você destina ao plantio?

- () 1. Toda a área retirando benfeitorias () 4. Metade
 () 2. Um terço () 5. Outros: _____
 () 3. Dois terços

24. Quanto de sua área você destina para criação de animais?

- () 1. Toda a área retirando benfeitorias () 4. Metade
 () 2. Um terço () 5. Outros: _____
 () 3. Dois terços

25. Quem decide o que plantar e criar aqui na área:

- () 1. Você () 4. O cônjuge
 () 2. A família () 5. Outro – Quem _____
 () 3. O técnico

26. Quais tipos de cultivo você planta:

- () 1. Grãos () 4. Hortaliças
 () 2. Florestais () 5. Mandioca
 () 3. Fruticultura () 6. Outros: _____

27. Como financiou o plantio:

- () 1. Com recursos próprios () 2. Pronaf 3. () Financiamento Bancário
 4. () Outro Qual _____

28. Você beneficia algum produto dentro da unidade familiar?

- () 1. Sim – Qual _____ () 2. Não

29. Contrata mão de obra fora da UF:

- () 1. Não () 2. Sim. Pra quê? _____

30. Quantidade de produção destinada para o consumo familiar:

- () 1. 10% () 3. 30% () 5. 50%
 () 2. 20% () 4. 40% () 6. Toda

31. Quantidade de produção destinada para o consumo animal:

- () 1. 10% () 3. 30% () 5. 50%
 () 2. 20% () 4. 40% () 6. Toda

32. O que você pratica e usa aqui no seu lote:

- () 1. Cultivo de monocultura () 16. Acaricida
 () 2. Cultivo de policultura () 17. Capina manual
 () 3. Subsolagem () 18. Capina animal
 () 4. Plantio direto () 19. Capina mecânica
 () 5. Plantio com tração animal () 20. Queima de restos vegetais
 () 6. Semente certificada () 21. Incorporação de restos vegetais
 () 7. Análise de solo () 22. Rotação
 () 8. Calcário () 23. Utilização de pastagem
 () 9. Adubação química () 24. Capim picado
 () 10. Adubação orgânica () 25. Silo ou grãos
 () 11. Adubação verde () 26. Ração
 () 12. Micronutrientes () 27. Sal mineral
 () 13. Herbicida () 28. Inseminação artificial
 () 14. Inseticida () 29. Vacinação e uso de medicamentos
 () 15. Fungicida

33. Quem decide pelo uso desses produtos na área:

- () 1. Você () 4. O cônjuge
 () 2. A família () 5. Outro – Quem _____
 () 3. O técnico

34. Qual sua principal motivação para cultivar seu lote:

- () 1. Porque permite o lucro
 () 2. Porque permite o sustento da família
 () 3. Porque permite ocupação para os membros da família
 () 4. Porque permite fazer o que sei fazer
 () 4. Outra. Qual? _____

D – RELACIONAMENTO COM O MERCADO

35. Onde você vende a sua produção:

- () 1. Venda direta para consumidores () 5. Para poder público – município
 () 2. Nas casas ou em feiras livres () 6. Para intermediário –
 atravessador
 () 3. Para cooperativa () 7. Não vende
 () 4. Para agroindústria e/ou empresa privada () 8. Para outro: _____

36. Por que decidiu vender nesse lugar?

- () 1. Preço ofertado () 4. Assinatura de contrato
 () 2. Regularidade de venda () 5. Recomendação dos técnicos
 () 3. Facilidade da venda () 6. Outros: _____

37. Quem decide para quem você deveria vender:

- () 1. Você () 4. O cônjuge
 () 2. A família () 5. Outro – Quem _____
 () 3. O técnico

38. O que você compra fora de seu lote:

- () 1. Insumos () 4. Embalagens
 () 2. Material para consumo () 5. Outros. Quais? _____
 () 3. Máquinas/equipamentos

39. Antes de vender sua produção você pega informação aonde:

- () 1. Televisão () 5. Vizinho
 () 2. Jornal () 6. Associação
 () 3. Cooperativa () 7. Outros _____
 () 4. Técnico
 () 8. Esposa

40. Qual o grau de importância da CODEVASF para o êxito das suas atividades aqui no lote:

- () 1. Muito pequena () 4. Grande
 () 2. Pequena () 5. Muito grande
 () 3. Média

41. Qual o grau de importância da EMATER para o êxito das suas atividades aqui no lote:

- () 1. Muito pequena () 4. Grande
 () 2. Pequena () 5. Muito grande
 () 3. Média

42. Qual o grau de importância do DIJ para o êxito das suas atividades aqui no lote:

- () 1. Muito pequena () 4. Grande
 () 2. Pequena () 5. Muito grande
 () 3. Média

43. Qual o grau de importância da RURALMINAS para o êxito das suas atividades aqui no lote:

- () 1. Muito pequena () 4. Grande
 () 2. Pequena () 5. Muito grande
 () 3. Média

44. Qual o grau da sua importância para o êxito das atividades aqui no lote:

- () 1. Muito pequena () 4. Grande
 () 2. Pequena () 5. Muito grande
 () 3. Média

45. Qual o grau de importância do Mercado para o êxito das suas atividades aqui no lote:

- () 1. Muito pequena () 4. Grande
 () 2. Pequena () 5. Muito grande
 () 3. Média

46. Como está a sua vida agora:

- () 1. Melhorou muito, em todos os aspectos
 () 2. Está pior do que antes, nada melhorou
 () 3. Melhorou, em algumas coisas
 () 4. Não sabe/não respondeu

47. Quem decide pela sua permanência aqui na área:

- () 1. Você () 4. O cônjuge
 () 2. A família () 5. Outro – Quem _____
 () 3. O técnico

48. Hoje, no Projeto, você participava de algum grupo:

- () 1. Associação comunitária de produtores e/ou agricultores
 () 2. Cooperativas (créditos, produção, etc.)
 () 3. Sindicato de trabalhadores
 () 4. Associação de mulheres/clubes de mães
 () 5. Associação vinculada à Igreja
 () 6. Clube de futebol, etc. ligado ao lazer
 () 7. Distrito de Irrigação do Jaíba (DIJ)
 () 8. Outros tipos de entidade (especificar): _____

49. Quem decidiu sobre a sua participação na entidade acima:

- () 1. Você () 4. O cônjuge
 () 2. A família () 5. Outro – Quem _____
 () 3. O técnico

01. Qual foi a sua participação na criação da associação, cooperativa e outros grupos aqui no Projeto Jaíba.

02. Você se sente representado pelos Colonos Irrigantes que fazem parte da Administração do Distrito de Irrigação do Jaíba.

03. Você acessa os recursos de Programas do Governo como PRONAF e fazem parte de outros programas como da CONAB e a venda direta para as escolas. Como é o seu relacionamento com o DIJ, EMATER, CODEVASF, RURALMNAS e CENTRALJAI?

04. Como foi a sua trajetória de produção, comercialização e vida aqui no Projeto Jaíba?

05. Com quem você relaciona quando das práticas de plantio, comercialização e de viver aqui no Projeto Jaíba e fora dele?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MEDIADORES INSTITUCIONAIS

1. Quais eram/são os interesses da RURALMINAS com a implantação do Projeto Jaíba?
2. Esses interesses mudaram durante os anos?
3. Especificamente, quanto ao modo de produzir dos assentados, quais eram/são os interesses da RURALMINAS?
4. Esses interesses mudaram durante os anos?
5. Especificamente, quanto ao modo de comercializar dos assentados, quais eram/são os interesses da RURALMINAS?
6. Esses interesses mudaram durante os anos?
7. Especificamente, quanto ao modo de viver dos assentados, quais eram/são os interesses da RURALMINAS?
8. Esses interesses mudaram durante os anos?
9. Na sua percepção, havia o acatamento, pelos assentados, das recomendações feitas pela RURALMINAS?
10. Na sua percepção, havia resistência, pelos assentados, a recomendações feitas pela RURALMINAS?
11. Se positivo, as resistências eram coletivas ou individuais?
12. Na sua avaliação, qual o grau de importância da RURALMINAS na mudança do modo de produzir dos assentados?
13. Na sua avaliação, qual o grau de importância da RURALMINAS na mudança do modo de comercializar dos assentados?
14. Na sua avaliação, qual o grau de importância da RURALMINAS na mudança do modo de viver dos assentados?
15. Na sua percepção, por que alguns assentados têm conseguido sucesso/êxito no tocar do seu lote?
16. Na sua percepção, por que alguns assentados não têm conseguido sucesso/êxito no tocar do seu lote?
17. Na sua percepção, quem mais influencia o assentado nas suas decisões.
18. Na sua avaliação, por que alguns assentados abandonam sua área?
19. Na sua avaliação, por que alguns assentados avançam sobre área dos outros arrendando seus lotes?
20. Na sua opinião, já há uma identidade própria de colono irrigante forjada pelos assentados?
21. Quais são as formas de produção levadas a cabo pelos assentados?

APÊNDICE D – LISTA DE NÓS NVIVO PARA CATEGORIZAÇÃO

Nesta pesquisa trabalhou-se com sete grandes “nós”, provenientes das sete categorias trabalhadas: **intervenção planejada, heterogeneidade, interface social, agência, estratégia, meios de sustento, estratégia**. Desses, foram criados subnós, categorias formadas para possibilitar classificações mais específicas dos dados.

NVivo revision 2.0 – Intervenção Planejada no PJ

1 (1) **intervenção planejada/meios de sustento**

Meios de sustento dos CIs antes da intervenção planejada dos Cis

Meios de sustento, pretensão em estabelecer por meio de um plano ou *script*

Meios de sustento estabelecidos em processo contínuo e negociado

2 (2) **Estratégia/meios de sustento**

Pretensão em transformar os CIs admitidos em estado de vulnerabilidade socioeconômica em empresários rurais

Estratégia para emancipação do PJ a partir de etapas

Estratégias de forma organizativa e modos de vida

Diversificação dos meios de comercialização

Diferentes estratégias práticas e razões para estabelecer trajetórias distintas de produzir, comercializar e viver

3 - **Interface/meios de sustento**

As visões que sustentavam a idealização da intervenção como um plano

As visões que sustentavam a dinâmica da intervenção como um processo negociado

3 (1 3) **Conhecimento-aprendizagem/meios de sustento**

Constituição gnosiológica do modo de produzir

Experimentação do processo de produzir para o mercado

Constituição de meios de sustento amparado na aprendizagem gnosiológica e ontológica

4 **Agência/meios de sustento**

Ações dos CIs/MIs intervindo na tessitura dos acontecimentos

Consequências não premeditadas das ações de intervir na tessitura dos acontecimento

5 Agência/heterogeneidade

Elementos heterogêneos onde se busca um princípio orientador

6 estratégias/formas organizativas

Como os atores se organizaram para implementar a estratégia

7 Estratégias/Interface

Discursos apresentando visões indicando uma “orientação determinada” de como se deve conduzir as relações entre os envolvidos no processo de intervenção planejada, como se deve produzir, comercializar, viver

Identificar os locais e condições de encontro, de descontinuidade social, ambiguidade e diferença cultural.